

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA AGRICULTURA
Instituto de Economia Agrícola

PROGNÓSTICO 76-77
Região Centro-Sul

Governador do Estado
Paulo Egydio Martins
Secretário da Agricultura
Pedro Tassinari Filho

APRESENTAÇÃO

A Região Centro-Sul, no que respeita a agricultura, tem papel preponderante no cômputo da economia brasileira. A par de uma evolução que se vem pronunciando anualmente, esta área do País, em conjunto com as outras, tem possibilitado a expansão de uma agricultura comercial, calcada cada vez mais no fortalecimento dos mercados de produtos e de fatores.

É neste quadro de referência que sobressai o Prognóstico da Região Centro-Sul, trabalho de equipe do Instituto de Economia Agrícola desta Secretaria da Agricultura com o Governo Federal, as Secretarias dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo e inúmeras instituições públicas e privadas da Região, que houveram por bem produzir este corolário de informações econômicas para o acerto das decisões.

Assim, buscando o aprimoramento deste documento, o Governo PAULO EGYDIO MARTINS contribui de forma objetiva para formulação das políticas de interesse social.

São Paulo, outubro de 1976.



PEDRO TASSINARI FILHO
Secretário da Agricultura do
Estado de São Paulo

AGRADECIMENTOS

A equipe técnica do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo sente-se recompensada pela feitura deste terceiro Prognóstico para a Região Centro-Sul do Brasil. Vale acrescentar com o maior júbilo que só a cooperação de muitas instituições públicas e privadas tornou possível este trabalho.

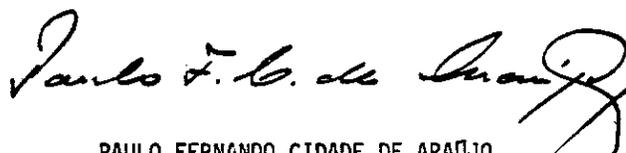
Numa agricultura que se moderniza rapidamente as informações econômicas constituem fator decisivo para a determinação de custos, análises dos mercados de produtos e de fatores de produção, assim como o seu valor social.

Em particular, o IEA agradece o apoio e confiança da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda. Agradece também de forma especial a colaboração do Ministério da Agricultura, efetivada principalmente pela Assessoria Técnico-Econômica, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SUPLAN), Diretorias Estaduais (DEMAS), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), Comissão de Financiamento da Produção (CFP), Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e Companhia Brasileira de Armazenagem (CIBRAZEM).

Colaboraram ainda expressivamente a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Banco do Brasil S.A., a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), a Campanha de Combate à Febre Aftosa no Estado de Mato Grosso, as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Santa Catarina, a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), a Companhia Estadual de Abastecimento S.A. (CEASA-Grande Rio), a Associação Nacional de Difusão de Adubos (ANDA) e a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

Por outro lado, ofereceram relatórios conjunturais, base fundamental dos acertos deste estudo, as seguintes instituições: Secretarias de Agricultura e Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs) dos Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina S.A. (BADESC), Centro Nacional de Pesquisa do Trigo da EMBRAPA, Fundação Instituto Agrônomico do Paraná (IAPAR) e Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso.

São Paulo, outubro de 1976



PAULO FERNANDO CIDADE DE ARAÚJO
Diretor Geral do IEA

CORPO TÉCNICO DO IEA
em exercício

Diretor Geral: Paulo Fernando Cidade de Araujo

Assessoria Técnica

Caio Takagaki Yamaguishi
Clovis de Toledo Piza Junior
Natanael Miranda dos Anjos
Paul Frans Bemelmans

Assessoria de Programação

Paulo David Criscuolo
Terezinha Monteiro Absher

Divisão de Comercialização

Diretor: Alberto Veiga
Afonso Negri Neto
Antônio José Graça do Carmo
Edison Eugenio Peceguini
Flávio Condê de Carvalho
Jovelino de Souza Barbosa Filho
Lídia Hatue Ueno
Maria Elisa Benetton Junqueira
Maria de Lourdes do Canto Arruda
Mauro de Souza Barros
Vicente de Paula Melo Figueiredo
Waldemar Pires de Camargo Filho

Divisão de Economia da Produção

Diretor: Iby Arvatti Pedroso
Alfredo de Almeida Bessa Junior
Arthur Antônio Ghiraldi
Devancyr Aparecido Romão
Ernesto Américo Rodrigues
Hiroshige Okawa
José Roberto Viana de Camargo
Luiz Carlos Assef
Maria Aparecida Sanches da Fonseca
Minoru Matsunaga
Nelson Batista Martin
Nelson Kazaki Toyama
Nilda Tereza Cardozo de Mello
Paulo Edgard Nascimento de Toledo
Richard Domingues Dullely
Roxana Maria Moraru Topel
Sílvia Toledo Arruda
Zuleima Alleoni Pires

Divisão de Política e Desenvolvimento Agrícola

Diretor: Antônio Ambrósio Amaro
Alfredo Tsunehiro
Ana Perina Rabello Arruda
Antônio Roger Mazzei
Clotilde Cantos
Elcio Umberto Gatti
Eloisa Elena Bortoleto
Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva
Geraldo Moya Bono
Ismar Florêncio Pereira
José Luiz Adalberto Brunetti
José Roberto da Silva
Luiz Flávio Barbosa Cancegliero
Luiz Moricochi
Marina Brasil Rocha
Nelson Giulietti
Paulo Augusto Wiesel
Regina Junko Yoshii
Sebastião Nogueira Junior
Sylvia Regina Hellmeister
Yoshio Namekata
Yuly Ivete Mizasaki de Toledo

Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas

Diretor: Décio Sodrzeieski
Abel Ciro Minniti Igreja
Alceu de Arruda Veiga Filho
Ana Maria Montragio Pires de Camargo
Fernando Antônio de Almeida Sêver
Francisco Alberto Pino
Geraldo Leite
Julio Humberto Jimenez Ossio
Luiz Carlos Miranda
Luiz Henrique de Oliveira Piva
Manuel Joaquim Martins Falcão
Maria Angélica Ferraz de Toledo Machado
Maria de Lourdes Barros Camargo
Maristela Simões do Carmo
Maura Maria Demetrio dos Santos
Milton Nogueira de Camargo
Rosa Maria Pescarin Pellegrini

Comunicação Técnico-Científica

Antônio Augusto Botelho Junqueira
José Francisco Coluço

Biblioteca

Helena Souza e Silva de Oliveira
Aguri Sawatani
Gabriella Menni Ferreri
Maria Luiza Alexandre Peão
Maria Rodrigues

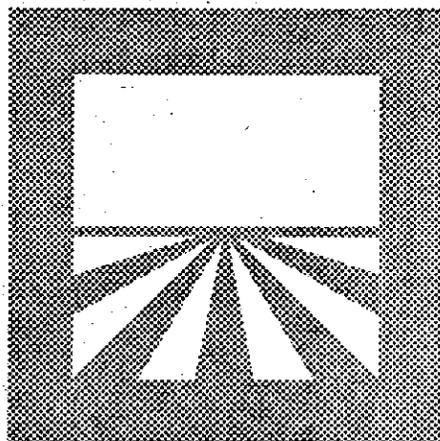
Colaboraram ainda, Claus Trench de Freitas, Evaristo Marzabal Neves e Constantino Carneiro Fraga.

Capa: W.G.Figueiredo . - Datilografia: Maria A. Katsas, Anélia Alaburda e Cleusa B. Pastore.

PROGNÓSTICO-REGIÃO CENTRO-SUL-76/77

1 - ESTIMATIVAS DE CUSTO OPERACIONAL.....	1
2 - MERCADOS DE PRODUTOS.....	61
- Feijão.....	61
- Pecuária Leiteira.....	70
- Pecuária Bovina.....	77
- Milho.....	84
- Trigo.....	98
- Oleaginosas: Amendoim e Soja	103
- Avicultura.....	121
- Café.....	131
- Arroz.....	145
- Cana-de-açúcar.....	155
- Algodão.....	167
- Pecuária Suína.....	174
- Frutas.....	180
- Laranja.....	180
- Banana.....	192
- Outras frutas.....	200
- Horticultura.....	204
3 - MERCADOS DE FATORES.....	213
- Fertilizantes.....	213
- Tratores.....	233
- Sementes.....	240
- Mercado de Trabalho.....	249
- Mercado de Terras.....	259
4 - VALOR DA PRODUÇÃO.....	263

PROGNÓSTICO REGIÃO CENTRO-SUL 76/77



estimativa de custo operacional.1

1 - ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL

A região Centro-Sul, constituída por 9 estados, abrange regiões que vão desde solos fertilíssimos até aqueles impróprios à agricultura. Quanto a topografia a região é atravessada por serras de altitude das mais altas do Brasil, e inclui planaltos e planícies em diferentes altitudes. Por outro lado o clima também é bastante diverso propiciando assim o cultivo de inúmeras culturas que se adaptam melhor em um estado do que em outro.

Com tais diversificações, calculou-se o custo operacional das principais culturas de cada estado a partir dos coeficientes técnicos regionais, fornecidos pelos órgãos de pesquisa e assistência técnica.

O custo operacional é representado pelos encargos efetivamente pagos pelo empresário em mão-de-obra, combustível, reparos, fertilizante, semente, corretivo do solo, defensivo, herbicida, juro bancário, imposto territorial, etc, mais depreciação das máquinas e depreciação da cultura permanente. É também adicionado o valor da mão-de-obra familiar, quando for o caso.

Os coeficientes técnicos recebidos foram submetidos a uma compatibilização metodológica de forma a torná-los comparáveis entre si. Muitos deles foram obtidos dos "pacotes tecnológicos" levantados pela EMBRAPA em colaboração com os órgãos de cada estado, referentes a uma tecnologia relativamente avançada, não representando, assim, o custo médio regional.

O juro bancário eventualmente pago, foi calculado na base de 14% para custeio e 15% para adubo, levando-se, nesse caso, em consideração o subsídio de preço de 40%. Alguns custos estão estimados para produto a granel, não se considerando a embalagem. Os preços utilizados para cálculo dos itens componentes do custo operacional foram baseados nas informações enviadas pelos estados e, na ausência destas, nos preços vigentes no Estado de São Paulo. Registre-se que a mão-de-obra que geralmente é o item que mais onera o custo, teve sua diária estimada desde Cr\$ 25,20 até Cr\$ 37,83 por jornada de 8 horas, dependendo do estado.

A elevação dos custos operacionais para 1976/77, em relação aos de 1975/76, é da ordem de 25%, de uma maneira geral, e são apresentados nos quadros 1 a 59.

- Espírito Santo

São apresentados custos operacionais para arroz de sequeiro, mandioca, milho e feijão, todos com tração animal, com base nos coeficientes técnicos da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-ES).

O custo do milho cultivado por tração animal é de Cr\$ 1.114,44 por hectare, considerando as operações normais de cultivo e o beneficiamento por empreitada, na base de Cr\$ 3,90 por saca. Sobre este montante, a mão-de-obra corresponde a 68%, cabendo à sacaria 10%. Para uma produ

tividade estimada de 18 sacas de 60kg (1.080kg por hectare), o custo operacional por saca é de Cr\$ 61,91 (quadro 1).

QUADRO 1. - Estimativas de Custo Operacional, por Hectare e por Unidade de Produto, de Algumas Culturas, Estado do Espírito Santo, 1976/77

Exploração	Produtividade por hectare	Custo operacional (Cr\$)	
		Por hectare	Por unidade de produto
Arroz de sequeiro TA	25 sc.60kg	2.016,15	80,65
Feijão TA	8,5 sc.60kg	1.183,64	139,25
Mandioca TA	14 t	2.169,02	154,93
Milho TA	18 sc.60kg	1.114,44	61,91

No custo operacional do arroz de sequeiro, tração animal, a mão-de-obra onera em 76% e a semente em 9%, e totaliza por hectare Cr\$ 2.016,15; por saca de 60kg, Cr\$ 80,65, considerando a produtividade de 25 sc.60kg (1.500 kg por hectare).

No caso do feijão, o custo operacional por hectare foi de Cr\$ 1.183,64 e Cr\$ 139,25 por saca de 60kg, considerando a produtividade de 8,5 sc.60kg/ha. Sendo cultura conduzida a tração animal, sem adubação, a mão-de-obra participa com 64% e a semente com 23% sobre o custo operacional.

Para a mandioca, praticamente conduzida manualmente, uma vez que o animal foi considerado apenas para transporte, o custo é de Cr\$ 2.169,02 por hectare e Cr\$ 154,93 por tonelada, produzindo 14 toneladas por hectare. A mão-de-obra participa com 78% no custo operacional total e a rama para plantio com 15%.

Os coeficientes técnicos para essas culturas e respectivos custos são vistos nos quadros 2 a 5.

- Rio de Janeiro

Para a estimativa dos custos operacionais das culturas de arroz irrigado, cana-de-açúcar e citros, (quadros 7 a 16) foram utilizados os coeficientes técnicos elaborados pela Cooperativa Fluminense (Cooperflu) e CEPA-RJ. A mão-de-obra foi estimada em Cr\$ 25,40 por dia e a diária de tratorista em Cr\$ 35,00. Para trator considerou-se o custo diário baseado nos valores regionais e nas demais máquinas utilizou-se os custos diários do IEA pela ausência de informações locais.

O quadro 6 resume as estimativas por hectare e por unidade produzida esperadas para o ano agrícola 1976/77.

QUADRO 6. - Estimativas de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produto, de Algumas Culturas, Estado do Rio de Janeiro, 1976/77

Exploração	Produtividade por hectare	Custo operacional (Cr\$)	
		Por hectare	Por unidade de produto
Arroz irrigado TA	80 sc.60kg	4.271,52	53,39
Arroz irrigado TM	80 sc.60kg	4.327,58	54,09
Cana-de-açúcar-plantio	90 t	6.997,13	77,75
1a. soca	70 t	4.431,87	63,31
2a. e 3a. soca	60 t	3.967,24	66,12
Citros - 1º ano	-	7.113,50	-
2º ano	-	1.024,13	-
3º ano	-	1.347,68	-
4º ano	204 cx.27kg	1.954,13	9,58
Manutenção	612 cx.27kg	3.819,44	6,24

Os coeficientes técnicos para cana-de-açúcar, na região de Campos, indicam 4 cortes com pequena variação da produtividade. No custo operacional de Cr\$ 6.997,13 por hectare na cana planta, a mão-de-obra participa com 3,6%, a maquinaria 12% e toletes 11%. O corte e o transporte, operações efetuadas por empreitada, perfazem 48% do custo operacional. Considerando o rendimento de 90 t/ha, o custo por tonelada será de Cr\$ 77,75 no 1º corte. Na soca o custo foi de Cr\$ 4.431,87 por hectare e de Cr\$ 63,31 por tonelada, enquanto para o terceiro e quarto cortes estimou-se em Cr\$ 3.967,24 por hectare e Cr\$ 66,12 por tonelada.

A estimativa do custo para o arroz irrigado, tração animal, foi de Cr\$ 4.271,52 por hectare e Cr\$ 53,39 por saco, considerando a produtividade de 80 sacos (4.800 kg) por hectare. Dentre os itens componentes do custo, destaca-se a mão-de-obra, com 61%, seguida pela semente (17%). O custo operacional para arroz irrigado a tração motomecanizada é estimado em Cr\$ 4.327,58 por hectare e Cr\$ 54,09 por saca de 60kg. A mão-de-obra participa com 57% sobre o total, seguindo-se-lhe a semente com 17%. Em ambos os casos, nos coeficientes não se prevê o uso de adubos mas mesmo assim a produtividade esperada é bastante elevada.

O custo de formação de pomar de laranja no Estado do Rio de Janeiro foi estimado em: Cr\$ 7.113,50 por hectare (408 pés) no 1º ano; para o 2º ano, Cr\$ 1.024,13 e para o 3º ano, Cr\$ 1.347,68, ano em que é prevista uma pequena produção (20cx./ha), não significativa. No 4º ano de formação, a produção se faz presente na base de 0,5 caixa por pé, com custo operacional de Cr\$ 1.954,13 por hectare e Cr\$ 9,58 por caixa. Para o pomar adulto foi estimado um custo operacional de Cr\$ 3.819,44 por hectare, e considerando a produtividade de 612 caixas, o custo unitário foi de Cr\$ 6,24. Na manutenção do laranja foi considerado a reposição do pomar, aparecendo o valor somado às depreciações das máquinas. Com isso as depreciações passam a ser o 2º item mais oneroso do custo operacional total (19%), sendo superado apenas pela mão-de-obra, com 31%.

- Minas Gerais

Foram estimados os custos operacionais para algodão, arroz de sequeiro tração moto-mecanizada e tração animal, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja e amendoim (quadro 17). O custo diário do trator foi calculado com base no trator médio de 44 HP, na base de Cr\$ 187,17 por dia, sem considerar a depreciação que é computada a parte.

QUADRO 17. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produto, de Culturas Seleccionadas, Estado de Minas Gerais, 1976/77

Exploração	Produtividade por hectare	Custo operacional (Cr\$)	
		Por hectare	Por unidade de produto
Algodão TM	70 arrobas	2.932,80	41,90
Amendoim TM	60 sc.25kg	3.461,03	57,68
Arroz sequeiro TA	20 sc.60kg	1.703,11	85,16
Arroz sequeiro TM	25 sc.60kg TM	2.635,71	105,43
Cana-nova TM	100 t	7.528,56	75,29
Cana-soca e ressoca TM	55 t	2.721,53	49,48
Feijão TA	17 sc.60kg	2.446,83	143,93
Mandioca TM	15,8 t	2.347,58	148,58
Milho TM	42 sc.60kg	2.064,34	49,15
Soja TM	30 sc.60kg	2.601,10	86,70

A mão-de-obra apresenta-se com maior peso nas culturas de mandioca (49%), algodão (48%) e arroz de sequeiro tração animal (37%). Na soja o calcário e adubo são parcelas que mais oneram seu custo operacional, destacando-se em seguida a despesa com trator (15%), sendo a mão-de-obra o item menos oneroso.

Os coeficientes técnicos e respectivos valores estimados para 1976/77 estão nos quadros 18 a 27, tendo sido elaborados com base em dados fornecidos pela EPAMIG.

- Goiás

Com os coeficientes técnicos cedidos pela CEPA de Goiás foi estimado custo operacional para as atividades de algodão, arroz de sequeiro, feijão, mandioca, milho e soja (quadro 28). O custo diário do trator foi calculado com base no de 65 HP, o qual foi de Cr\$ 200,91, sem depreciação, que é computada a parte. A cultura de maior custo por hectare é o algodão (Cr\$ 3.221,67), seguida pela soja (Cr\$ 2.598,46). Esta, devido a sua produtividade relativamente baixa (25sc. ou 1.500kg por hectare), teve o custo operacional por sacco estimado em Cr\$ 103,94, superior, portanto, ao preço mínimo. Os quadros 29 a 34 detalham os custos opera

cionais, partindo dos respectivos coeficientes técnicos. Como as estimativas para as culturas de milho e de feijão referem-se àquelas cultivadas isoladamente, na realidade, como ocorre em Minas Gerais, a consorciação dessas culturas pode levar a custos unitários mais baixos.

QUADRO 28. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produto, de Algumas Culturas, Estado de Goiás, 1976/77

Exploração	Produtividade por hectare	Custo operacional (Cr\$)	
		Por hectare	Por unidade de produto
Algodão TM	107 arrobas	3.221,67	30,11
Arroz sequeiro TM	26 sc.60kg	1.898,33	73,01
Feijão TM	12 sc.60kg	1.512,92	126,08
Mandioca TM	16 t	2.067,05	129,19
Milho TM	40 sc.60kg	1.790,28	44,76
Soja TM	25 sc.60kg	2.598,46	103,94

- Mato Grosso

No Estado de Mato Grosso foram obtidos coeficientes técnicos para as culturas de algodão, arroz de sequeiro e trigo.

Nesse Estado é comum o desmatamento de cerrado, havendo gastos com esta operação. Porém o desmatamento é investimento de grande duração, devendo seu custo ser rateado em 10 ou mais anos e então apropriado no custo operacional. Pelas informações existentes, essa operação atinge o custo de aproximadamente Cr\$ 1.000,00/hectare, devendo ser adicionado 1/10 ao custo operacional da cultura. Essa operação é comum nos programas do POLOCENTRO onde predominam as culturas de arroz e milho.

Nota-se que a mão-de-obra participa com cerca de 70% do custo de produção do algodão, enquanto nos casos das culturas de arroz e trigo, que são motomecanizadas, essa participação é bem menor. Os coeficientes técnicos mostram nível de emprego relativamente baixo de fertilizantes, porém as produtividades esperadas são relativamente altas.

Os custos operacionais e respectivos coeficientes técnicos são encontrados nos quadros 35 a 37.

- São Paulo

Foram estimados para 1976/77 custos operacionais para 5 culturas de cereais, 4 culturas oleaginosas, mais batata, cana-de-açúcar, cebola, mandioca e tomate e 8 culturas permanentes (quadros 38 a 41). Anualmente o IEA publica os coeficientes técnicos e respectivos custos na Revista "Informações Econômicas", onde, para o ano agrícola 1976/77, poderão ser encon-

trados no boletim 7/76.

Entre os itens mais onerosos, por cultura, encontram-se: a colheita, no caso do algodão; as sementes, para amendoim, batata e trigo; a mão-de-obra, para arroz de sequeiro e irrigado, cebola, feijão, mamona, mandioca e tomate; a colheita e transporte para a cana-de-açúcar, e o adubo, para o milho, soja e sorgo. De modo geral pode-se dizer que, para a safra vinidoura, adubo e mão-de-obra serão os itens que mais onerarão o custo das atividades agropecuárias em São Paulo, como já vem ocorrendo, nos últimos anos.

- Paraná

Para o Estado do Paraná são apresentados custos operacionais para 5 culturas anuais. Dentre elas, a de maior custo operacional por hectare é a do algodão (Cr\$ 4.577,97). (quadro 42).

O trator utilizado teve seu custo diário estimado em Cr\$ 192,00. Do total do custo operacional, a mão-de-obra participa, no algodão, com 44% e no feijão tração animal com 30%. No milho destaca-se o adubo, com 31% e no feijão tração motomecanizada a semente onera o custo em 35%. No trigo e soja, a mão-de-obra participa apenas com 4% do total, destacando-se os defensivos (26%) e adubos (32%), respectivamente.

QUADRO 42. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produto, de Culturas Seleccionadas, Estado do Paraná, 1976/77

Exploração	Produtividade por hectare	Custo operacional (Cr\$)	
		Por hectare	Por unidade de produto
Algodão TMA	83 arrobas	4.577,97	55,16
Feijão TM	20 sc.60kg	1.899,66	94,98
Feijão TA	20 sc.60kg	1.651,76	82,59
Milho TMA	70 sc.60kg	1.348,84	19,27
Soja TM	45 sc.60kg	1.967,62	43,72
Trigo TM	30 sc.60kg	2.258,40	75,28

Nesse Estado funciona a sucessão soja-trigo, quando se poderá obter custos mais baixos devido ao melhor aproveitamento das máquinas, principalmente a colheitadeira, diluindo seus custos fixos.

Os quadros 43 a 48 trazem os coeficientes técnicos e respectivos valores para as atividades.

- Santa Catarina

Foram estimados os custos operacionais para as culturas de arroz irrigado, mandioca,

milho, soja e trigo nesse Estado (quadros 49 a 53), à partir de coeficientes técnicos fornecidos pelo órgão de assistência técnica estadual e pela Comissão Estadual do Alcool. Como nos demais estados, a mão-de-obra utilizada na soja e trigo representa apenas 7% no custo operacional total, cabendo a maior parcela ao adubo (20%). Na cultura da mandioca, a mão-de-obra participa com 61% no custo operacional, sendo que o adubo onera em 15%.

No caso do milho, o rendimento de 5.000 quilos por hectare parece ser bastante elevado visto que a produtividade média estadual está ao redor de 2.500 quilos.

- Rio Grande do Sul

Para este Estado foram estimados custos operacionais para arroz irrigado, milho, trigo e soja, principais atividades. O custo operacional do arroz irrigado pelo processo de tração motomecanizada e animal foi de Cr\$ 4.272,73 por hectare, com uso de alta tecnologia. Considerando a produtividade de 70 sacos/ha (4.200kg), o custo por saco será de Cr\$ 61,04.

O custo operacional da soja está estimado para duas regiões do Estado. Os coeficientes técnicos utilizados nessas duas estimativas indicam tecnologias levemente diferentes, com produtividades diversas e custos unitários bastante diferenciados.

Ver quadros 54 a 59.

QUADRO 54. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade Produzida, de Algumas Culturas, Estado do Rio Grande do Sul, 1976/77

Exploração	Produtividade por hectare	Custo operacional (Cr\$)	
		Por hectare	Por unidade de produto
Arroz irrigado TMA	70 sc.60kg	4.272,73	61,04
Milho TMA	54 sc.60kg	2.942,27	54,49
Soja (região Ijuí-Carazinho) TM	20 sc.60kg	1.588,79	79,44
Soja (região Leste) TM	23 sc.60kg	1.459,42	63,45
Trigo TM	28 sc.60kg	1.883,00	67,25

QUADRO 2.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Arroz de Sequeiro, Tração Animal, 1 Hectare, Produção de 25 Sacas de 60kg, Estado do Espírito Santo, 1976/77

Item	Mão-de-obra comum	Animal	Arado	Grade	Total (Cr\$)
A-Operação (Dia de serviço)					
Limpeza de área	7,00	-	-	-	
Aração	4,00	4,00	4,00	-	
Gradeação	2,50	2,50	-	2,50	
Plantio manual	8,00	-	-	-	
Cultivo manual	10,00	-	-	-	
Corte manual	12,00	-	-	-	
Bateção e transporte	10,00	-	-	-	
Secagem, limpeza e armazenamento	7,00	-	-	-	
Total de dias	60,50	6,50	4,00	2,50	
Custo diário (Cr\$)	25,20	5,84	1,30	2,01	
Despesa com operações	1.524,60	37,96	5,20	5,03	1.572,79
B-Material consumido					
	Quantidade		Preço (Cr\$)	Valor (Cr\$)	
Semente	36 kg		4,80	172,80	
Sacaria	25 sc.		6,55	163,75	
Despesa com material					336,55
Custo operacional efetivo (A+B)					1.909,34
Depreciação das máquinas					25,77
Juros bancários					81,04
Custo operacional total					2.016,15
Custo operacional por saca de 60kg					80,65

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da CEPA-ES.

QUADRO 3.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Feijão, Tração Animal, 1 Hectare, 8,5 sacos de 60kg, Estado do Espírito Santo, 1976/77

Item	Homem	Arado	Grade	Animal	Cultivador planet	Total (Cr\$)
A- Operação						
				(Dia de serviço)		
Aração	3,00	3,00	-	6,00	-	
Gradagem	2,00	-	2,00	2,00	-	
Plantio	8,00	-	-	-	-	
Cultivos	10,00	-	-	2,00	2,00	
Arranquio e transporte	3,00	-	-	-	-	
Bateção, abanação e armazenamento	4,00	-	-	-	-	
Total de dias	30,00	3,00	2,00	10,00	2,00	
Custo diário (Cr\$)	<u>25,20</u>	<u>1,30</u>	<u>2,01</u>	<u>5,84</u>	<u>0,86</u>	
Despesas com operações	756,00	3,90	4,02	58,40	1,72	824,04
B- Material consumido	Quantidade		Preço(Cr\$)		Valor(Cr\$)	
Semente	45 kg		6,00		270,00	
Sacaria	9,0 sc.		6,55		59,00	
Despesa com material						<u>329,00</u>
Custo operacional efetivo (A+B)						1.153,04
Depreciação das máquinas						<u>30,60</u>
Custo operacional total						1.183,64
Custo operacional por saco de 60 kg						139,25

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da CEPA -ES.

QUADRO 4.-Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Mandioca, Tração Animal, 1 Hectare, Produção de 14 Toneladas, Estado do Espírito Santo, 1976/77

Item	Mão-de-obra comum	Animal	Total (Cr\$)
A- Operação	(Dia de serviço)		
Preparo do solo	17,00	-	
Preparo das mudas	2,20	-	
Coveamento	4,80	-	
Plantio	11,00	-	
Combate às pragas	1,20	-	
Carpa manual	15,00	-	
Colheita	13,00	-	
Transporte	<u>3,00</u>	<u>3,00</u>	
Total de dias	67,20	3,00	
Custo diário	<u>25,20</u>	<u>5,84</u>	
Despesa com operações	1.693,44	17,52	1.710,96
B- Material consumido	Quantidade	Preço (Cr\$)	Valor (Cr\$)
Manivas	4,00 m ³	80,00	320,00
Formicida	0,80 kg	16,90	13,52
Despesa com material			<u>333,52</u>
Custo operacional efetivo (A+B)			2.044,48
Depreciação das máquinas			4,77
Juros bancários			<u>119,77</u>
Custo operacional total			2.169,02
Custo operacional por tonelada			154,93

-01-

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da CEPA -ES.

QUADRO 5.-Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores da Produção da Cultura do Milho, Tração Animal, 1 Hectare, Produção de 18 sacos de 60kg, Estado do Espírito Santo, 1976/77

Item	Mão-de-obra Comum	Animal	Arado	Grade	Total (Cr\$)
A- Operação		(Dia de serviço)			
Aração	3,00	3,00	3,00	-	
Gradeação	2,00	2,00	-	2,00	
Plantio	4,00	-	-	-	
Cultivo manual	10,00	-	-	-	
Quebra e amontoa	4,00	-	-	-	
Transporte e armazenamento	7,00	-	-	-	
Total de dias	30,00	5,00	3,00	2,00	
Custo diário (Cr\$)	25,20	5,84	1,30	2,01	
Despesa com operações	756,00	29,20	3,90	4,02	793,12
Debulha ⁽¹⁾					70,20
Total das despesas com operações					863,32
B- Material consumido		Quantidade	Preço(Cr\$)	Valor(Cr\$)	
Semente	15 kg	3,75	56,25		
Sacaria	18 sc.	6,55	117,90		
Despesa com material					174,15
Custo operacional efetivo (A+B)					1.037,47
Depreciação das máquinas					19,77
Juros bancários					57,20
Custo operacional total					1.114,44
Custo operacional por saco de 60 kg					61,91

⁽¹⁾ Por empreita a Cr\$. 3,90/sc.

Fonte: Calculado pelo IEA com coeficientes técnicos da CEPA - ES.

QUADRO 7.-Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Arroz Irrigado, Tração Animal, 1 Hectare, Produção de 80 Sacas de 50kg, Estado do Rio de Janeiro, 1976/77

Item	Mão-de-obra					Total (Cr\$)
	comum	Animal	Arado	Grade de dente	Carroça	
A-Operação (Dia de serviço)						
Limpeza do terreno (eventual)	7,00	-	-	-	-	
Aração em tabuleiro (a boi)	4,00	4,00	4,00	-	-	
Gradeação (2x) em tabuleiro a boi	4,00	4,00	-	4,00	-	
Formação de viveiros	2,00	-	-	-	-	
Plantio por mudas	18,00	-	-	-	-	
Irrigação e drenagem	15,00	-	-	-	-	
Carpa manual (2x)	25,00	-	-	-	-	
Colheita e bateadeira	22,00	-	-	-	-	
Seca e tranp. interno	6,00	16,00	-	-	4,00	
Total de dias	103,00	24,00	4,00	4,00	4,00	
Custo diário	25,40	5,84	1,30	2,01	2,81	
Despesas c/operações	2.616,20	140,16	5,20	8,04	11,24	2.780,84
B-Material consumido						
		Quantidade		Preço (Cr\$)	Valor (Cr\$)	
Semente		104 kg		7,14	742,56	
Sacaria		80 sc.		6,55	524,00	
Desp. c/material						1.266,56
Custo operacional efetivo (A+B)						4.047,40
Depreciação das máquinas						69,88
Juros bancários						154,24
Custo operacional total						4.271,52
Custo operacional por saca de 50kg						53,39

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA - RJ, Circular 27.

QUADRO 8.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Arroz Irrigado, Tração Mecanizada, 1 Hectare, Produção de 80 Sacas de 50kg, Estado do Rio de Janeiro, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Animal	Arado	Grade	Carroça	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista						
A-Operação			(Dia de serviço)					
Limpeza do terreno (eventual)	7,00	-	-	-	-	-	-	
Aração do terreno (em tabuleiro)	-	0,63	0,63	-	0,63	-	-	
Gradeação (em tabuleiro) (2 x)	-	0,75	0,75	-	-	0,75	-	
Formação de viveiro	2,00	-	-	-	-	-	-	
Plantio de mudas	18,00	-	-	-	-	-	-	
Irrigação e drenagem	15,00	-	-	-	-	-	-	
Carpa manual	25,00	-	-	-	-	-	-	
Colheita e batadura	22,00	-	-	-	-	-	-	
Secagem e transporte	6,00	-	-	3,00	-	-	0,75	
Total de dias	95,00	1,38	1,38	3,00	0,63	0,75	0,75	
Custo diário (Cr\$)	25,40	35,00	187,17	5,84	18,85	47,87	2,81	
Despesa c/operações	2.413,00	48,30	258,29	17,52	11,88	35,90	2,11	2.787,00
B-Material consumido	Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)			
Semente	104 kg		7,14		742,56			
Sacaria	80 sc.		6,55		524,00			
Despesa com material							1.266,56	
Custo operacional efetivo (A+B)							4.053,56	
Depreciação das máquinas							119,54	
Juros bancários							154,48	
Custo operacional total							4.327,58	
Custo operacional por saca de 50 kg							54,09	

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA-RJ, Circular 27.

QUADRO 9.-Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura da Cana-de-Açúcar, Tração Motomecanizada e Animal, 1 Hectare, Produção de 90 Toneladas, Campos, Estado do Rio de Janeiro, 1976/77

Plantio-1º corte

Item	Mao-de-obra		Trator	Animal	Subso					Cultiv. trator	Cultiv. animal	Aduba deira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista			lado	Arado	Grade	Sulcad.	Carreta				
A-Operação					(Dia de serviço)								
Subsolagem	-	0,63	0,63	-	0,63	-	-	-	-	-	-	-	
Aração (2x)	-	0,25	0,25	-	-	0,25	-	-	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,38	0,38	-	-	-	0,38	-	-	-	-	-	
Trat. de toletes	0,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sulcamento	-	0,08	0,08	-	-	-	-	0,08	-	-	-	-	
Plantio	7,00	0,08	0,08	-	-	-	-	-	0,08	-	-	-	
Carpa mecânica	-	0,19	0,19	-	-	-	-	-	-	0,19	-	-	
Carpa animal	0,25	-	-	0,50	-	-	-	-	-	-	0,25	-	
Adubação em cobert.	-	0,25	0,25	-	-	-	-	-	-	-	-	0,25	
Total de dias	7,50	1,86	1,86	0,50	0,63	0,25	0,38	0,08	0,08	0,19	0,25	0,25	
Custo diário (Cr\$)	25,40	35,00	426,15	5,84	15,69	18,85	47,87	14,43	20,40	18,25	0,86	37,32	
Desp.c/operações	190,50	65,10	792,64	2,92	9,88	4,71	18,19	1,15	1,63	3,47	0,22	9,33	1.099,74
Corte e embarque (1)													1.995,00
Transporte (2)													1.425,00
Carpa química (3)													264,96
Desp.c/operações													4.784,70
B-Material consumido		Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)							
Toletes		5 t		150,00		750,00							
Adubo formulado		0,60 t		1.646,33	987,80	592,68	(4)						
Defensivo		1,75 kg		112,59		197,03							
Despesas com material													1.539,71
Custo operacional efetivo (A+B)													6.324,41
Depreciação das máquinas													199,50
Juros bancários													473,22
Custo operacional total													6.997,13
Custo operacional por tonelada													77,75

(1) Empreita a Cr\$21,00/tonelada, inclusive de toletes.

(2) Empreita a Cr\$15,00/tonelada, inclusive de toletes.

(3) Está incluído o valor do herbicida.

(4) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com coeficientes técnicos da Cooperflu - RJ.

QUADRO 10.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura da Cana-de-Açúcar, Tração Motomecanizada, Produção de 70 Toneladas, Campos, Estado do Rio de Janeiro, 1976/77

1ª Soca

Item	Mão-de-obra		Trator	Enleirador	Cultivador	Subsolador	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista					
A- Operação							
Arruamento do palhiço	-	0,13	0,13	0,13	-	-	
Carpa mecânica	-	0,19	0,19	-	0,19	-	
Subsolagem	-	0,25	0,25	-	-	0,25	
Adubação	<u>2,00</u>	-	-	-	-	-	
Total de dias	2,00	0,57	0,57	0,13	0,19	0,25	
Custo diário (Cr\$)	<u>25,40</u>	<u>35,00</u>	<u>426,15</u>	<u>28,83</u>	<u>18,25</u>	<u>15,69</u>	
Despesas com operações	50,80	19,95	242,91	3,75	3,47	3,92	324,80
Carpa química ⁽¹⁾							264,96
Corte e embarque ⁽²⁾							1.470,00
Transporte ⁽³⁾							<u>1.050,00</u>
Despesas com operações							<u>3.109,76</u>
B- Material consumido							
Adubo	Quantidade	Preço(Cr\$)	Valor(Cr\$)				
	0,6 t	2.359,88	1.415,93	849,56	⁽⁴⁾		
Despesas com material							<u>849,56</u>
Custo operacional efetivo (A+B)							<u>3.959,32</u>
Depreciação das máquinas							56,64
Juros bancários							<u>415,91</u>
Custo operacional total							<u>4.431,87</u>
Custo operacional por tonelada							63,31

⁽¹⁾ Esta incluído o valor do herbicida.

⁽²⁾ Empreita a Cr\$ 21,00/tonelada, inclusive de tolete.

⁽³⁾ Empreita a Cr\$ 15,00/tonelada, inclusive de tolete.

⁽⁴⁾ Subsidiado em 40 %.

Fonte: Calculado pelo IEA com coeficientes técnicos da Cooperflu - RJ.

QUADRO 11.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura da Cana-de-Açúcar,
Tração Motomecanizada, Produção de 60 Toneladas, Campos, Estado do Rio de Janeiro, 1976/77

2ª Soca (1)

Item	Mão-de-obra		Trator	Enleirador	Cultivador	Subsolador	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista					
A-Operação	(Dia de serviço)						
Arruamento do palhiço	-	0,13	0,13	0,13	-	-	
Carpa mecânica	-	0,19	0,19	-	0,19	-	
Subsolagem	-	0,25	0,25	-	-	0,25	
Adubação	2,00	-	-	-	-	-	
Total de dias	2,00	0,57	0,57	0,13	0,19	0,25	
Custo diário (Cr\$)	25,40	35,00	426,15	28,83	18,25	15,69	
Despesas c/operações	50,80	19,95	242,91	3,75	3,47	3,92	324,80
Carpa química (2)							264,96
Corte e embarque (3)							1.260,00
Transporte (4)							900,00
Despesas c/operações							2.749,76
B-Material consumido		Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)		
Adubo		0,6 t	2.359,88	1.415,93	849,56 (5)		849,56
Despesas c/material							849,56
Custo operacional efetivo (A+B)							3.599,32
Depreciação das máquinas							56,64
Juros bancários							311,28
Custo operacional total							3.967,24
Custo operacional por tonelada							66,12

(1) Na terceira soca mantém a mesma produtividade e o custo operacional.

(2) Está incluído o valor do herbicida.

(3) Empreita a Cr\$4,00/tonelada.

(4) Empreita a Cr\$15,00/tonelada.

(5) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com coeficientes técnicos da Cooperflu-RJ.

QUADRO 12.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Formação de Citros, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, 408 pés, Estado do Rio de Janeiro, 1976/77

1º Ano - Plantio

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Pulverizador	Cultivador	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista							
A-Operação			(Dia de serviço)						
Roçada e limpeza	40,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Aração	-	0,50	0,50	0,50	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,38	0,38	-	0,38	-	-	-	-
Marcação e estaqueam.	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Coveamento	10,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Adubação da cova	5,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Plantio	5,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Coroamento	8,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Adubação	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Calagem	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Pulverização	-	0,13	0,13	-	-	0,13	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,50	0,50	-	-	-	0,50	-	-
Combate à formiga	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte interno	2,15	0,21	0,21	-	-	-	-	0,21	-
Total de dias	77,15	1,72	1,72	0,50	0,38	0,13	0,50	0,21	-
Custo diário (Cr\$)	25,40	35,00	187,17	18,85	47,87	18,67	18,25	20,40	-
Despesas c/operação	1.959,61	60,20	321,93	9,43	18,19	2,43	9,13	4,28	2.385,20
B-Material consumido			Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)			
Muda			428 u.	9,00		3.852,00			
Superfosfato simples			0,1020 t	1.406,00		143,41	86,05 (1)		
Nitrocálcio			0,1224 t	2.009,00		245,90	147,54 (1)		
Cloreto de potássio			0,0820 t	1.560,00		127,92	76,75 (1)		
Calcário			0,6670 t	195,00			130,07		
Inseticida acaricida			0,6 l	40,41			24,25		
Formicida granulado			3,0 kg	16,90			50,70		
Despesas com material									4.367,36
Custo operacional efetivo (A+B)									6.752,56
Depreciação de máquinas									121,57
Juros bancários									239,37
Custo operacional total									7.113,50

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA - Circular 55.

QUADRO 13.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Formação de Citros, Tração Motomecanizada,
1 Hectare, 408 Pês, Estado do Rio de Janeiro, 1976/77
2º Ano

Item	Mão-de-obra		Trator	Pulverizador	Cultivador	Total (Cr\$)
	Comum	Trato rista				
A-Operação			(Dia de serviço)			
Coroamento	8,00	-	-	-	-	
Adubação	2,00	-	-	-	-	
Calagem	1,00	-	-	-	-	
Pulverização	-	0,13	0,13	0,13	-	
Carpa mecânica	-	0,75	0,75	-	0,75	
Combate à formiga	2,00	-	-	-	-	
Total de dias	13,00	0,88	0,88	0,13	0,75	
Custo diário (Cr\$)	25,40	35,00	187,17	18,67	18,25	
Desp. c/operações	330,20	30,80	164,71	2,43	13,69	541,83
B-Material consumido		Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)	
Nitrocálcio		0,1224 t	2.009,00	245,90	147,54 (1)	
Calcário		0,6670 t	195,00		130,07	
Óleo mineral		0,25 l	7,52		1,88	
Inseticida acaricida		0,60 l	40,41		24,25	
Formicida granulado		3,00 kg	16,90		50,70	
Despesas com material						354,44
Custo operacional efetivo (A+B)						896,27
Depreciação das máquinas						55,50
Juros bancários						72,36
Custo operacional total						1.024,13

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA - Circular 55.

QUADRO 14.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Formação de Citros, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, 408 Pés, Produção 20 caixas de 27kg, Estado do Rio de Janeiro, 1976/77

3º Ano

Item	Mão-de-obra		Trator	Pulverizador	Cultivador	Roçadeira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratada					
A-Operação			(Dia de serviço)				
Coroamento	8,00	-	-	-	-	-	
Adubação	2,00	-	-	-	-	-	
Calagem	1,00	-	-	-	-	-	
Pulverização	-	0,13	0,13	0,13	-	-	
Limpeza do tronco	2,00	-	-	-	-	-	
Carpa mecânica	-	1,00	1,00	-	1,00	-	
Ceifa	-	0,25	0,25	-	-	0,25	
Combate à formiga	2,00	-	-	-	-	-	
Colheita	1,00	-	-	-	-	-	
Total de dias	16,00	1,38	1,38	0,13	1,00	0,25	
Custo diário (Cr\$)	25,40	35,00	187,17	18,67	18,25	29,27	
Desp. c/operações	406,40	48,30	258,29	2,43	18,25	7,32	775,99
B-Material consumido		Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)	
Superfosfato simples	0,0416	t	1.406,00	58,49	35,09	(¹)	
Nitrocálcio	0,0816	t	2.009,00	163,93	98,36	(¹)	
Cloreto de potássio	0,0500	t	1.560,00	78,00	46,80	(¹)	
Calcário	0,6670	t	195,00		130,07		
Inseticida acaricida	0,6	l	40,41		24,25		
Óleo mineral	0,25	l	7,52		1,88		
Formicida granulado	3	kg	16,90		50,70		
Despesas com material							387,15
Custo operacional efetivo (A+B)							1.163,14
Depreciação das máquinas							88,16
Juros bancários							96,38
Custo operacional total							1.347,68

(¹) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA - Circular 55.

QUADRO 15.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção de Citros, Tração Motomecanizada ,
1 Hectare, 408 Pês, Produção 204 caixas de 27kg, Estado do Rio de Janeiro, 1976/77

4º Ano

Item	Mão-de-obra		Trator	Pulverizador	Cultivador	Roçadeira	Total (Cr\$)
	Comum	Trato rista					
A-Operação			(Dia de serviço)				
Coroamento	9,00	-	-	-	-	-	
Adução em cobertura	4,00	-	-	-	-	-	
Calagem	3,00	-	-	-	-	-	
Pulverização	-	0,50	0,50	0,50	-	-	
Controle de mosca	0,50	-	-	-	-	-	
Carpa mecânica	-	1,00	1,00	-	1,00	-	
Ceifa	-	0,50	0,50	-	-	0,50	
Colheita	5,00	-	-	-	-	-	
Combate à formiga	1,00	-	-	-	-	-	
Total de dias	22,50	2,00	2,00	0,50	1,00	0,50	
Custo diário (Cr\$)	25,40	35,00	187,17	18,67	18,25	29,27	
Desp. c/operações	571,50	70,00	374,34	9,34	18,25	14,64	1.058,07
B-Material consumido							
	Quantidade	Preço (Cr\$)	Valor (Cr\$)				
Superfosfato simples	0,1000 t	1.406,00	140,60	84,36	{1}		
Nitrocálcio	0,1224 t	2.009,00	245,90	147,54	{1}		
Cloreto de potássio	0,0655 t	1.560,00	102,18	61,31	{1}		
Calcário	0,6670 t	195,00		130,07			
Inseticida acaricida	4,55 l	40,41		183,87			
Óleo mineral	0,50 l	7,52		3,76			
Fungicida	0,50 kg	35,07		17,54			
Formicida granulado	3,00 kg	16,90		50,70			
Despesas c/ operações					679,15		
Custo operacional efetivo (A+B)					1.737,22		
Depreciação das máquinas					128,53		
Juros bancários					88,38		
Custo operacional total					1.954,13		
Custo operacional por caixa de 27kg					9,58		

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA-Circular 55.

QUADRO 16.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Manutenção de Citros, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, 408 Pês, Produção 612 caixas de 27kg, Estado do Rio de Janeiro, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Pulverizador	Cultivador	Roçadeira	Total (Cr\$)
	Comum	Trato rista					
A-Operação			(Dia de serviço)				
Coroamento	15,00	-	-	-	-	-	
Adubação	4,00	-	-	-	-	-	
Calagem	1,00	-	-	-	-	-	
Pulverização	-	0,63	0,63	0,63	-	-	
Controle de mosca	0,50	-	-	-	-	-	
Carpa mecânica	-	1,00	1,00	-	1,00	-	
Ceifa	-	0,50	0,50	-	-	0,50	
Colheita	25,00	-	-	-	-	-	
Combate à formiga	1,00	-	-	-	-	-	
Total de dias	46,50	2,13	2,13	0,63	1,00	0,50	
Custo diário (Cr\$)	25,40	35,00	187,17	18,67	18,25	29,27	
Despesas c/operações	1.181,10	74,55	398,67	11,76	18,25	14,64	1.698,97
B-Material consumido			Quantidade	Preço (Cr\$)	Valor (Cr\$)		
Superfosfato simples		0,200 t	1.406,00	281,20	168,72	{ ¹ }	
Cloreto de potássio		0,204 t	1.560,00	318,24	190,94	{ ¹ }	
Sulfato de amônio		0,387 t	1.400,00	541,80	325,08	{ ¹ }	
Calcário		0,667 t	195,00	-	130,07		
Inseticida acaricida		6,00 l	40,41	-	242,46		
Óleo mineral		1,00 l	7,52	-	7,52		
Fungicida		0,50 kg	35,07	-	17,54		
Formicida granulado		3,00 kg	16,90	-	50,70		
Despesas com material							1.133,03
Custo operacional efetivo (A+B)							2.832,00
Depreciação das máquinas e do pomar							708,71
Juros bancários							278,70
Custo operacional total							3.819,44
Custo operacional por caixa de 27kg							6,24

(¹) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA- RJ, Circular 55.

QUADRO 18.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Algodão, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 70 Arrobas, Estado de Minas Gerais, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Carreta	Pulv.costal manual	Total (Cr\$)
	Homem	Tratorista						
A-Operação			(Dia de serviço)					
Limpeza do terreno	5,00	-	-	-	-	-	-	
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	
Gradeação	-	0,19	0,19	-	0,19	-	-	
Tratamento de sementes	0,20	-	-	-	-	-	-	
Plantio e adubação	5,00	-	-	-	-	-	-	
Carpa manual (2x)	12,00	-	-	-	-	-	-	
Pulverização	5,00	-	-	-	-	-	5,00	
Desbaste	2,00	-	-	-	-	-	-	
Combate à saúva	0,50	-	-	-	-	-	-	
Colheita manual	25,00	-	-	-	-	-	-	
Transporte	-	0,13	0,13	-	-	0,13	-	
Total de dias	54,70	0,70	0,70	0,38	0,19	0,13	5,00	
Custo diário (Cr\$)	25,20	34,00	187,17	18,85	47,87	20,40	2,13	
Despesas c/operações	1.378,44	23,80	131,02	7,16	9,10	2,65	10,65	1.562,82
B-Material consumido		Quantidade	Preço (Cr\$)	Valor (Cr\$)				
Adubo (4-14-8)		0,46 t	1.640,00	754,40	452,64	(1)		
Semente		35,00 kg	2,17	75,95				
Formicida isca		1,00 kg	16,90	16,90				
Inseticida clorado		3,00 l	33,37	100,11				
Inseticida fosforado sistêmico		5,00 l	94,50	472,50				
Despesas com material								1.118,10
Custo operacional efetivo (A+B)								2.680,92
Depreciação das máquinas								72,68
Juros bancários								179,20
Custo operacional total								2.932,80
Custo operacional por arroba								41,90

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 19.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Amendoim, Tração Motomecanizada, 1 Hectare Produção de 60 Sacas de 25kg, Estado de Minas Gerais, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Carreta	Cultivador	Pulverizador	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista							
A-Operação			(Dia de serviço)						
Limpeza manual	1,50	-	-	-	-	-	-	-	
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	
Plantio e adubação	1,50	-	-	-	-	-	-	-	
Pulverização	0,50	0,50	0,50	-	-	-	-	0,50	
Capina mecânica	-	1,00	1,00	-	-	-	1,00	-	
Capina manual	4,50	-	-	-	-	-	-	-	
Combate a formigas	1,50	-	-	-	-	-	-	-	
Colneita	8,50	-	-	-	-	-	-	-	
Bateção e ensacamento	10,00	-	-	-	-	-	-	-	
Transporte	-	2,50	2,50	-	-	2,50	-	-	
Total de dias	28,00	4,63	4,63	0,38	0,25	2,50	1,00	0,50	
Custo diário (Cr\$)	25,20	34,00	187,17	18,85	47,87	20,40	18,25	18,67	
Despesas c/operações	705,60	157,42	866,60	7,16	11,97	51,00	18,25	9,34	1.827,34
B-Material consumido		Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)				
Semente selecionada	150,00	kg	6,00		900,00				
Sulfato de amônio	0,06	t	1.400,00		84,00		50,40 (1)		
Superfosfato simples	0,21	t	1.406,00		295,26		177,16 (1)		
Cloreto de potássio	0,04	t	1.560,00		62,40		37,44 (1)		
Inseticida	1,00	l	33,37		33,37				
Formicida	2,00	kg	16,90		33,80				
Despesa com material									1.232,17
Custo operacional efetivo (A+B)									3.059,51
Depreciação das máquinas									290,85
Juros bancários									110,67
Custo operacional total									3.461,03
Custo operacional por saca de 25kg									57,68

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA, pelos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 20.-Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Arroz de Sequeiro, Tração Animal, Colheita Manual, 1 Hectare, Produção de 20 sacas de 60kg, Estado de Minas Gerais, 1976/77

Item	Homem	Animal	Arado de aiveca	Grade de madeira	Semeadeira adubadeira	Cultivador planet	Carroça	Total (Cr\$)
A-Operação			(Dia de serviço)					
Aração	3,00	3,00	3,00	-	-	-	-	
Gradeação	1,50	1,50	-	1,50	-	-	-	
Plantio e adubação	1,50	1,50	-	-	1,50	-	-	
Capina mecânica	3,00	3,00	-	-	-	3,00	-	
Colheita manual	5,00	-	-	-	-	-	-	
Bateção, secagem, limpeza e ensacamento	10,00	-	-	-	-	-	-	
Transporte e armazenamento	<u>1,00</u>	<u>1,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1,00</u>	
Total de dias	25,00	10,00	3,00	1,50	1,50	3,00	1,00	
Custo diário (Cr\$)	<u>25,20</u>	<u>5,84</u>	<u>1,30</u>	<u>2,01</u>	<u>4,75</u>	<u>0,86</u>	<u>2,81</u>	
Despesas com operações	630,00	58,40	3,90	3,02	7,13	2,58	2,81	707,84
B-Material consumido		Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)			
Sementes selecionadas	30,00 kg	6,00			180,00			
Adubo (4-14-8)	0,50 t	1.640,00	820,00	492,00 (1)				
Fungicida p/tratamento de sementes	0,10 kg	58,43			5,84			
Sacos vazios	24,00 u.	6,55			157,20			
Despesas com material							<u>835,04</u>	
Custo operacional efetivo (A+B)							1.542,88	
Depreciação das máquinas							43,27	
Juros bancários							<u>116,96</u>	
Custo operacional total							1.703,11	
Custo operacional por saca de 60kg							85,16	

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA, com coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 21.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Arroz de Sequeiro, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 25 Sacas de 60kg, Estado de Minas Gerais, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Distrib. calcário	Semeadeira	Cultivador animal	Burro	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista									
A-Operação			(Dia de serviço)								
Aração	-	0,37	0,37	0,37	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,19	0,19	-	0,19	-	-	-	-	-	-
Distr. de calcário	-	0,25	0,25	-	-	0,25	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,25	0,25	-	-	-	0,25	-	-	-	-
Carpa animal (3x)	4,00	-	-	-	-	-	-	4,00	4,00	-	-
Carpa manual	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adub. em cobertura	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Combate à pragas	2,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita (corte, bater ensacar)	15,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes internos	7,00	1,00	1,00	-	-	-	-	-	-	-	1,00
Total de dias	35,50	2,06	2,06	0,37	0,19	0,25	0,25	4,00	4,00	1,00	-
Custo diário (Cr\$)	25,20	34,00	187,17	18,85	47,87	25,00	12,13	0,86	5,84	20,40	-
Despesas c/operações	894,60	70,04	385,57	6,97	9,10	6,25	3,03	3,44	23,36	20,40	1.422,76
B-Material consumido			Quantidade	Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)				
Semente			40 kg	7,14			285,60				
Calcário			2 t (1)	195,00			195,00				
Sulfato de amônio			0,200 t	1.400,00			280,00	168,00 (2)			
Superfosfato simples			0,210 t	1.406,00			295,26	177,16 (2)			
Cloreto de potássio			0,033 t	1.560,00			51,48	30,89 (2)			
Aldrin 2,5% no sulco			20 kg	3,80			76,00				
Aldrin 5% formicida			2 kg	4,90			9,80				
Despesa com material											942,45
Custo operacional efetivo (A+B)											2.365,21
Depreciação das máquinas											145,62
Juros bancários											124,88
Custo operacional total											2.635,71
Custo operacional por sacco de 60kg											105,43

(1) Incorporado em 2 anos.

(2) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 22.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Cana-de-Açúcar ,
Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 100 Toneladas, Estado de Minas Gerais, 1976/77
Plantio

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Distrib. calcário	Sulcador	Sulcador animal	Burro	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista								
A-Operação (Dia de serviço)										
1a. aração	-	0,44	0,44	0,44	-	-	-	-	-	-
2a. aração	-	0,37	0,37	0,37	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2x)	-	0,63	0,63	-	0,63	-	-	-	-	-
Distr. de calcário	-	0,12	0,12	-	-	0,12	-	-	-	-
Sulcam. e adubação	-	0,44	0,44	-	-	-	0,44	-	-	-
Distr. picar e cobrir toletes	10,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpa animal (3x)	4,00	-	-	-	-	-	-	4,00	4,00	-
Carpa manual (2x)	20,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Combate à pragas	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Corte e carreg.	70,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de dias	108,00	2,00	2,00	0,81	0,63	0,12	0,44	4,00	4,00	-
Custo diário (Cr\$)	25,20	34,00	187,17	18,85	47,87	25,00	14,43	0,86	5,84	-
Desp.c/operações	2.721,60	68,00	374,34	15,27	30,16	3,00	6,35	3,44	23,36	3.245,52
Transporte (1)										1.500,00
Despesa com operações										4.745,52
B-Material consumido										
			Quantidade		Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)		
Tolete			7 t		150,00			1.050,00		
Calcário			2 t (2)		195,00			195,00		
Sulfato de amônio			0,400 t		1.400,00	560,00		336,00 (3)		
Superfosfato simples			0,421 t		1.406,00	591,93		355,16 (3)		
Cloreto de potássio			0,100 t		1.560,00	156,00		93,60 (3)		
Aldrin 2,5% no sulco			20 kg		3,80			76,00		
Despesa com material										2.105,76
Custo operacional efetivo (A+B)										6.851,28
Depreciação das máquinas										161,98
Juros bancários										515,30
Custo operacional total										7.528,56
Custo operacional por tonelada										75,29

(1) Estimado por empreita a Cr\$ 15,00 por tonelada.

(2) Incorporado em 2 anos.

(3) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 23.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Cana-de-Açúcar ,
Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 55 Toneladas, Estado de Minas Gerais, 1976/77
Soca e ressoca

Item	Mão-de-obra		Trator	Cultivador	Sulcador	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista				
A-Operação (Dia de serviço)						
Construção de aceiros	3,00	-	-	-	-	
Adubação em cobertura	3,00	-	-	-	-	
Cultivo mecânico (2x)	-	0,50	0,50	0,50	-	
Destruir raízes velhas	-	0,31	0,31	-	0,31	
Corte e carregamento	20,00	-	-	-	-	
Total de dias	26,00	0,81	0,81	0,50	0,31	
Custo diário (Cr\$)	25,20	34,00	187,17	18,25	14,43	
Despesa com operações	655,20	27,54	151,61	9,13	4,47	847,95
Transporte (1)						825,00
Despesa com operações						1.672,95
B-Material consumido						
	Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)		
Sulfato de amônio	0,200 t	1.400,00	280,00	168,00 (3)		
Superfosfato simples	0,316 t	1.406,00	444,30	266,58 (3)		
Cloreto de potássio	0,100 t	1.560,00	156,00	93,60 (3)		
BHC	12 kg	2,84		34,08		
Calcário	2 t (2)	195,00		195,00		
Despesa com material						757,26
Custo operacional efetivo (A+B)						2.430,21
Depreciação das máquinas						50,97
Juros bancários						240,35
Custo operacional total						2.721,53
Custo operacional por tonelada						49,48

(1) Estimado por empreita a Cr\$ 15,00 por tonelada.

(2) Incorporado em 2 anos.

(3) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 24.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Feijão, Tração Animal, 1 Hectare, Produção de 17 Sacas de 60kg, Estado de Minas Gerais, 1976/77

Item	Homem	Arado	Grade de dentes	Semeadeira	Burro	Cultivador planet	Carroça	Total (Cr\$)
A-Operação								
	(Dia de serviço)							
Limpeza do terreno	8,00	-	-	-	-	-	-	
Aração	6,00	3,00	-	-	3,00	-	-	
Gradeação	4,00	-	2,00	-	2,00	-	-	
Distribuição calcário	0,50	-	-	-	-	-	-	
Plantio e adubação	4,00	-	-	2,00	2,00	-	-	
Carpa animal (3x)	6,00	-	-	-	3,00	3,00	-	
Carpa manual	4,00	-	-	-	-	-	-	
Defesa da lavoura	1,00	-	-	-	-	-	-	
Colheita, bateção	8,00	-	-	-	-	-	-	
Transporte interno	2,00	-	-	-	4,00	-	1,00	
Total de dias	43,50	3,00	2,00	2,00	14,00	3,00	1,00	
Custo diário (Cr\$)	25,20	1,30	2,01	4,75	5,84	0,86	2,81	
Despesa com operações	1.096,20	3,90	4,02	9,50	81,76	2,58	2,81	1.200,77
B-Material consumido								
	Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)			
Semente	40	kg	10,00		400,00			
Calcário	2	t (1)	195,00		195,00			
Adubo:								
Sulfato de amônio	0,100	t	1.400,00		140,00	84,00 (2)		
Superfosfato	0,316	t	1.406,00		444,30	266,58 (2)		
Cloreto de potássio	0,033	t	1.560,00		51,48	30,89 (2)		
Aldrin 2,5%	20	kg	3,80		76,00			
Fungicida	2	kg	33,37		66,74			
Despesa com material								1.119,21
Custo operacional efetivo (A+B)								2.319,98
Depreciação das máquinas								53,60
Juros bancários								73,25
Custo operacional total								2.446,83
Custo operacional por sacco de 60kg								143,93

(1) Incorporado em 2 anos.

(2) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 25.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura da Mandioca, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 15,8 toneladas, Estado de Minas Gerais, 1976/77

Item	Homem	Tratorista	Trator	Arado	Grade	Distrib. calcário	Pulveriz. costal	Cultivador	Total (Cr\$)
A-Operação									
									(Dia de serviço)
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,38	0,38	-	0,38	-	-	-	
Calagem	-	0,19	0,19	-	-	0,19	-	-	
Plantio e adubação	4,00	-	-	-	-	-	-	-	
Cultivo (2x)	-	0,04	0,04	-	-	-	-	0,04	
Limpeza de linha	3,00	-	-	-	-	-	-	-	
Pulveriz. manual	2,00	-	-	-	-	-	2,00	-	
Colheita	30,00	-	-	-	-	-	-	-	
Transporte manual	5,00	-	-	-	-	-	-	-	
Total de dias	44,00	0,99	0,99	0,38	0,38	0,19	2,00	0,04	
Custo diário (Cr\$)	25,20	34,00	187,17	18,85	47,87	25,00	2,13	18,25	
Despesas c/operações	1.108,80	33,66	185,30	7,16	18,19	4,75	4,26	0,73	1.362,85
B-Material consumido		Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)				
Manivas		4,50 m ³	60,00		270,00				
Adubo formulado (4-14-8)		0,15 t	1.640,00	246,00	147,60	(¹)			
Calcário (²)		2,00 t	195,00		195,00				
Inseticida		20,00 kg	7,00		140,00				
Formicida		1,00 kg	16,90		16,90				
Despesas com material									769,50
Custo operacional efetivo (A+B)									2.132,35
Depreciação das máquinas									85,39
Juros bancários									129,84
Custo operacional total									2.347,58
Custo operacional por tonelada									148,58

(¹) Subsidiado em 40%.

(²) Incorporado em dois anos.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da APC/Secr.Agricult - EPAMIG.

QUADRO 26.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Milho, Tração Motomecanizada, Colheita Manual, 1 Hectare, Produção de 42 sacas de 60kg, Estado de Minas Gerais, 1976/77

Item	Homem	Trator	Trator	Roçadeira	Distrib. calcário	Arado	Grade	Adubad. plantad.	Culti-vador	Car-reta	Pulv. costal	Total (Cr\$)
A-Operação (Dia de serviço)												
Limpeza do terreno	-	0,19	0,19	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-
Aração	-	0,50	0,50	-	-	0,50	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,13	0,13	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,25	0,25	-	-	-	0,25	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,19	0,19	-	-	-	-	0,19	-	-	-	-
Capina manual (2 x)	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capina mecânica (2 x)	-	0,38	0,38	-	-	-	-	-	0,38	-	-	-
Pulverização manual	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-
Adubação em cobertura	-	0,13	0,13	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-
Combate a saúva	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita manual	8,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte	-	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-
Armazenamento	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de dias	15,50	1,90	1,90	0,19	0,26	0,50	0,25	0,19	0,38	0,13	1,00	
Custo diário (Cr\$)	25,20	34,00	187,17	29,27	25,00	18,85	47,87	12,13	18,25	20,40	2,13	
Despesas c/operações	390,60	64,60	355,62	5,56	6,50	9,43	11,97	2,30	6,94	2,65	2,13	858,30
Beneficiamento (1)												229,74
Despesas c/operações												1.088,04
B-Material consumido												
			Quantidade		Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)				
Semente			19,00kg		3,35			63,65				
Adubo (4-14-8)			0,175t		1.640,00		287,00	172,20 (2)				
Calcário			2,00 t (3)		195,00			195,00				
Sulfato de amônio			0,10 t		1.400,00		140,00	84,00 (2)				
Formicida			1,00kg		16,90			16,90				
Inseticida			40,00kg		4,90			196,00				
Despesas com material												727,75
Custo operacional efetivo (A+B)												1.815,79
Depreciação das máquinas												135,25
Juros bancários												113,30
Custo operacional total												2.064,34
Custo operacional por saca de 60 kg												49,15

(1) Beneficiamento a Cr\$5,47/sc.

(2) Subsidiado em 40%.

(3) Incorporado em dois anos.

Fonte: Calculado pelo IEA pelos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 25.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura da Mandioca, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 15,8 toneladas, Estado de Minas Gerais, 1976/77

Item	Homem	Tratorista	Trator	Arado	Grade	Distrib. calcário	Pulveriz. costal	Cultivador	Total (Cr\$)
A-Operação (Dia de serviço)									
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,38	0,38	-	0,38	-	-	-	
Calagem	-	0,19	0,19	-	-	0,19	-	-	
Plantio e adubação	4,00	-	-	-	-	-	-	-	
Cultivo (2x)	-	0,04	0,04	-	-	-	-	0,04	
Limpeza de linha	3,00	-	-	-	-	-	-	-	
Pulveriz. manual	2,00	-	-	-	-	-	2,00	-	
Colheita	30,00	-	-	-	-	-	-	-	
Transporte manual	5,00	-	-	-	-	-	-	-	
Total de dias	44,00	0,99	0,99	0,38	0,38	0,19	2,00	0,04	
Custo diário (Cr\$)	25,20	34,00	187,17	18,85	47,87	25,00	2,13	18,25	
Despesas c/operações	1.108,80	33,66	185,30	7,16	18,19	4,75	4,26	0,73	1.362,85
B-Material consumido									
		Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)				
Manivas		4,50 m ³	60,00		270,00				
Adubo formulado (4-14-8)		0,15 t	1.640,00	246,00	147,60 (1)				
Calcário (2)		2,00 t	195,00		195,00				
Inseticida		20,00 kg	7,00		140,00				
Formicida		1,00 kg	16,90		16,90				
Despesas com material									769,50
Custo operacional efetivo (A+B)									2.132,35
Depreciação das máquinas									85,39
Juros bancários									129,84
Custo operacional total									2.347,58
Custo operacional por tonelada									148,58

(1) Subsidiado em 40%.

(2) Incorporado em dois anos.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da APC/Secr.Agricult - EPAMIG.

QUADRO 26.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Milho, Tração Motomecanizada, Colheita Manual, 1 Hectare, Produção de 42 sacas de 60kg, Estado de Minas Gerais, 1976/77

Item	Homem	Tratorista	Trator	Roçadeira	Distrib. calcário	Arado	Grade	Adubad. plantad.	Culti-vador	Carreta	Pulv. costal	Total (Cr\$)
A-Operação (Dia de serviço)												
Limpeza do terreno	-	0,19	0,19	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-
Aração	-	0,50	0,50	-	-	0,50	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,13	0,13	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,25	0,25	-	-	-	0,25	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,19	0,19	-	-	-	-	0,19	-	-	-	-
Capina manual (2 x)	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capina mecânica (2 x)	-	0,38	0,38	-	-	-	-	-	0,38	-	-	-
Pulverização manual	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-
Adubação em cobertura	-	0,13	0,13	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-
Combate a saúva	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita manual	8,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte	-	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-
Armazenamento	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de dias	15,50	1,90	1,90	0,19	0,26	0,50	0,25	0,19	0,38	0,13	1,00	
Custo diário (Cr\$)	25,20	34,00	187,17	29,27	25,00	18,85	47,87	12,13	18,25	20,40	2,13	
Despesas c/operações	390,60	64,60	355,62	5,56	6,50	9,43	11,97	2,30	6,94	2,65	2,13	858,30
Beneficiamento (1)												229,74
Despesas c/operações												1.088,04
B-Material consumido												
			Quantidade		Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)				
Semente			19,00kg		3,35			63,65				
Adubo (4-14-8)			0,175t		1.640,00		287,00	172,20 (2)				
Calcário			2,00 t (3)		195,00			195,00				
Sulfato de amônio			0,10 t		1.400,00		140,00	84,00 (2)				
Formicida			1,00kg		16,90			16,90				
Inseticida			40,00kg		4,90			196,00				
Despesas com material												727,75
Custo operacional efetivo (A+B)												1.815,79
Depreciação das máquinas												135,25
Juros bancários												113,30
Custo operacional total												2.064,34
Custo operacional por saca de 60 kg												49,15

(1) Beneficiamento a Cr\$5,47/sc.

(2) Subsidiado em 40%.

(3) Incorporado em dois anos.

Fonte: Calculado pelo IEA pelos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 27.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Soja, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 30 Sacas de 60kg, Estado de Minas Gerais, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Grade	Semead. adubad.	Roçad.	Espar. calcar.	Cultiv. Pulv.	Colhed.	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista								
(Dia de serviço)										
A-Operação										
Limpeza do terreno	-	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2x)	-	0,38	0,38	-	0,38	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-	-
Plantio e adubação (1)	-	0,31	0,31	-	-	0,31	-	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,31	0,31	-	-	-	-	0,31	-	-
Carpa manual	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Combate à saúva	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de defens.(2)	-	0,38	0,38	-	-	-	-	-	0,38	-
Colheita mecânica	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-	0,13
Armazenamento e transp.	1,00	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-	0,06
Total de dias	4,50	2,21	2,08	0,38	0,38	0,31	0,13	0,13	0,31	0,38
Custo diário (Cr\$)	25,20	34,00	187,17	18,85	47,87	59,47	29,27	25,00	18,25	18,67
Despesas c/operações	113,40	75,14	389,31	7,16	18,19	18,44	3,81	3,25	5,66	7,09
									55,07	1,22
										697,74

B-Material consumido	Quantidade	Preço Cr\$	Valor Cr\$
Semente	70 kg	5,00	350,00
Inoculante	300 g	0,024	7,20
Calcário	3 t	195,00	585,00
Adubo (4-30-16)	0,3 t	2.970,00	891,00 (3)
Herbicida	1 l	40,06	40,06
Defensivo	1 l	85,56	85,56
Formicida isca	1 kg	16,90	16,90
Despesa com material			1.619,32
Custo operacional efetivo			2.317,06
Depreciação das máquinas			182,75
Juros bancários			101,29
Custo operacional total			2.601,10
Custo operacional por saco de 60kg			86,70

(1) Incluída adubação em cobertura.

(2) Incluída aplicação de herbicida.

(3) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA, com coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 29.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Algodão, Tração Motomeca-
nizada, 1 Hectare, Produção 107 Arrobas, Estado de Goiás, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Roça- deira	Distr.de calcário	Semead. adubad.	Plaina	Pulveri- zador	Culti- vador	Adub.	Total (Cr\$)
	Comum	Trato- rista											
A-Operação													
	(Dia de serviço)												
Limpeza	-	0,20	0,20	-	-	0,20	-	-	-	-	-	-	-
Conservação	0,20	0,06	0,06	-	-	-	-	-	0,06	-	-	-	-
Aração	-	0,41	0,41	0,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,31	0,31	-	0,31	-	-	-	-	-	-	-	-
Calagem	0,50	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,15	0,15	-	-	-	-	0,15	-	-	-	-	-
Combate à saúva	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic.de herbicida	1,00	0,03	0,03	-	-	-	-	-	-	0,03	-	-	-
Aplic.de defensivo	-	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-	-
Carpa mecânica	2,00	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-
Desbaste	0,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adub.em cobertura	-	0,08	0,08	-	-	-	-	-	-	-	-	0,08	-
Colheita	35,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensacamento	1,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de dias	41,30	1,63	1,63	0,41	0,31	0,20	0,13	0,15	0,06	0,26	0,13	0,08	-
Custo diário (Cr\$)	28,00	40,80	200,91	18,85	47,87	29,27	25,00	59,47	23,96	18,67	18,25	32,50	-
Desp.c/operações	1.156,40	66,50	327,48	7,73	14,84	5,85	3,25	8,92	1,44	4,85	2,37	2,60	1.602,23
B-Material consumido													
		Quantidade		Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)						
Sementes		36	kg	3,67			132,12						
Adubo formulado		0,430	t	1.646,00			707,78						
Sulfato de amônio		0,100	t	1.400,70			140,07						
Calcário		1,600	t	195,00			312,00						
Herbicida		2,4	l	40,06			96,14						
Formicida		0,6	kg	4,90			2,94						
Inseticida		13,5	l	17,20			232,20						
Despesa com material													1.284,11
Custo operacional efetivo (A+B)													2.886,34
Depreciação das máquinas													142,93
Juros bancários													192,40
Custo operacional total													3.221,67
Custo operacional por arroba													30,11

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da CEPA-GO.

QUADRO 30.-Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Arroz de Sequeiro, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 26sc. de 60kg, Estado de Goiás, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Distr.de calcário	Planta deira	Cultivador	Colhe deira	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Trato rista									
A-Operação			(Dia de serviço)								
Limpeza	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aração	-	0,25	0,25	0,25	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2x)	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	-	-	-
Manut. de terraço	0,50	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. de calcário	0,20	0,13	0,13	-	-	0,13	-	-	-	-	-
Plantio e adub.	0,50	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	-
Combate a saúva	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,19	0,19	-	-	-	-	0,19	-	-	-
Carpa manual	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita	-	0,50	-	-	-	-	-	-	0,50	-	-
Transporte	0,06	0,19	0,19	-	-	-	-	-	-	0,19	-
Ensacamento	0,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de dias	8,56	1,70	1,20	0,31	0,25	0,13	0,13	0,19	0,50	-	-
Custo diário (Cr\$)	28,00	40,80	200,91	18,85	47,87	25,00	59,47	18,25	497,16	20,40	-
Despesas c/operações	239,68	69,36	241,09	5,84	11,97	3,25	7,73	3,47	248,58	3,88	834,85
B-Material consumido			Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)				
Semente	33	kg			7,14		235,62				
Sulfato de amônio	0,05	t			1.400,70	70,04	42,02	(1)			
Superfosfato simples	0,25	t			1.406,00	351,50	210,90	(1)			
Cloreto de potássio	0,05	t			1.560,00	78,00	46,80	(1)			
Sulfato de zinco	0,01	t			3.006,00	30,06	18,04	(1)			
Calcário	1,00	t			195,00		195,00				
Inseticida p/ semente	0,25	kg			3,80		0,95				
Formicida (iscas)	0,20	kg			16,90		3,38				
Despesas c/material											
Custo operacional efetivo (A+B)											752,71
Depreciação das máquinas											1.587,56
Juros bancários											222,37
Custo operacional total											88,40
Custo operacional por sc. de 60kg											1.898,33
											73,01

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da CEPA-GO.

QUADRO 31.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Feijão, Tração Motomeca-
nizada, 1 Hectare, Produção de 12sc. de 60kg, Estado de Goiás, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semead. adubad.	Culti- vador	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Trato- rista							
A-Operação			(Dia de serviço)						
Aração	-	0,41	0,41	0,41	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,31	0,31	-	0,31	-	-	-	-
Plantio e adub.	-	0,25	0,25	-	-	0,25	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,25	0,25	-	-	-	0,25	-	-
Carpa manual	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita	8,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Transp. interno	0,30	0,06	0,06	-	-	-	-	-	0,06
Total de dias	12,30	1,28	1,28	0,41	0,31	0,25	0,25	0,06	
Custo diário(Cr\$)	28,00	40,80	200,91	18,85	47,87	12,13	18,25	20,40	
Desp.c/operações	344,40	52,22	257,16	7,73	14,84	3,03	4,56	1,22	685,16
B-Material consumido		Quantidade	Preço (Cr\$)	Valor (Cr\$)					
Semente		25 kg	11,00	275,00					
Adubo formulado		0,32 t	1.646,33	526,83	316,10	⁽¹⁾			
Sacaria		12,0 sc.	6,55	78,60					
Despesa com material						669,70			
Custo operacional efetivo (A+B)						1.354,86			
Depreciação das máquinas						105,01			
Juros bancários						53,05			
Custo operacional total						1.512,92			
Custo operacional por saca de 60kg						126,08			

⁽¹⁾ Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da CEPA-GO.

QUADRO 32.-Estimativa de Custo Operacional e Exigência de Fatores de Produção da Cultura da Mandioca, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 16 Toneladas, Estado de Goiás, 1976/77

Item	Mão-de-obra Comum	Tratorista	Trator	Arado	Grade	Plant. adub.	Cultivador	Carreta	Total (Cr\$)
A- Operação	(Dia de serviço)								
Aração	-	0,41	0,41	0,41	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	
Plantio e adubação	1,00	0,38	0,38	-	-	0,38	-	-	
Carpa mecânica	-	0,25	0,25	-	-	-	0,25	-	
Carpa manual	3,00	-	-	-	-	-	-	-	
Colheita	20,00	-	-	-	-	-	-	-	
Transporte interno	-	0,20	0,20	-	-	-	-	0,20	
Total de dias	24,00	1,49	1,49	0,41	0,25	0,38	0,25	0,20	
Custo diário (Cr\$)	28,00	40,80	200,91	18,85	47,87	41,25	18,25	20,40	
Despesa com operações	672,00	60,79	299,36	7,73	11,97	15,68	4,56	4,08	1.076,17
B- Material consumido	Quantidade		Preço(Cr\$)		Valor(Cr\$)				
Mudas	5 m ³		80,00		400,00				
Adubo formulado	0,31 t		1.696,00		525,76		315,47 (1)		
Despesa com material									715,47
Custo operacional efetivo (A+B)									1.791,64
Depreciação das máquinas									128,64
Juros bancários									146,77
Custo operacional total									2.067,05
Custo operacional por tonelada									129,19

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da CEPA-GO.

QUADRO 33.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Milho, Tração Motomecânica, 1 Hectare, Produção de 40sc. de 60kg, Estado de Goiás, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Plaina	Arado	Grade	Distr. de calcário	Semead. adubad.	Cultivador	Carreta	Colhe deira	Aduba deira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista											
(Dia de serviço)													
A-Operação													
Conservação	0,20	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aração	-	0,41	0,41	-	0,41	-	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,31	0,31	-	-	0,31	-	-	-	-	-	-	-
Calagem	0,50	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,13	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,19	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpa manual	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,08
Adub. em cobertura	0,30	0,08	0,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tratam. de sementes	0,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Combate à saúva	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-
Colheita+catação	1,00	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-	0,25	-	-	-
Transp. interno	0,60	0,25	0,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de dias	5,90	1,69	1,69	0,06	0,41	0,31	0,13	0,13	0,19	0,25	0,13	0,08	
Custo diário (Cr\$)	28,00	40,40	200,91	23,96	18,85	47,87	25,00	12,13	18,25	20,40	77,17	32,50	
Desp. c/operações	165,20	68,95	339,54	1,44	7,73	14,84	3,25	1,58	3,47	5,10	10,03	2,60	623,73
B-Material consumido													
			Quantidade		Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)					
Sementes			20 kg		3,00			60,00					
Adubo formulado			0,125 t		1.646,00		205,75	123,45 (1)					
Sulfato de amônio			0,300 t		1.400,70		420,21	252,13 (1)					
Calcário			1,0 t		195,00			195,00					
Formicida (isca)			0,2 kg		16,90			3,38					
Inseticida na semente			0,1 kg		3,80			0,38					
Sacaria			40 sc.		6,55			262,00					
Despesas com material													896,34
Custo operacional efetivo (A+B)													1.520,07
Depreciação das máquinas													145,51
Juros bancários													124,70
Custo operacional total													1.790,28
Custo operacional por saco de 60kg													44,76

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da CEPA-GO.

QUADRO 34.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura da Soja, Tração Motomeca nizada, 1 Hectare, Produção de 25 Sacas de 60 kg, Estado de Goiás, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Plaina	Arado	Grade	Distrib. calcário	Semead. adubad.	Pulverizador	Cultiva dor	Colhe deira	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Trato ristã											
(Dia de serviço)													
A-Operação													
Limpeza do terreno	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação	0,20	0,13	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aração	-	0,41	0,41	-	0,41	-	-	-	-	-	-	-	-
Gradação	-	0,31	0,31	-	-	0,31	-	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-	-
Plant. e adubação	0,70	0,13	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-
Pulverização	1,20	0,28	0,28	-	-	-	-	-	0,28	-	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-	-
Carpa manual	1,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Combate à formiga	0,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,10	-	-
Colheita	1,60	0,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,50
Transp. interno	-	0,50	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de dias	6,50	2,12	2,02	0,13	0,41	0,31	0,13	0,13	0,28	0,13	0,10	0,50	-
Custo diário (Cr\$)	28,00	40,80	200,91	23,96	18,85	47,87	25,00	59,47	18,67	18,25	423,62	20,40	-
Desp. c/operações	182,00	86,50	405,84	3,11	7,73	14,84	3,25	7,73	5,23	2,37	42,36	10,20	771,16
B-Material consumido			Quantidade		Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)					
Inoculante			400 g		0,024			9,60					
Semente			70 kg		5,00			350,00					
Adubo			0,35 t		1.857,00		649,95	389,97 (1)					
Calcário			1,80 t		195,00			351,00					
Defensivos			2,60 kg		33,37			86,76					
Herbicida			2,00 kg		93,00			186,00					
Formicida (iscas)			0,70 kg		16,90			11,83					
Sacaria			25 u.		6,55			163,75					
Desp. c/ material													1.548,91
Custo operacional efetivo (A+B)													2.320,07
Depreciação das máquinas													186,28
Juros bancários													91,21
Custo operacional total													2.597,56
Custo operacional por saca de 60kg													103,90

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da CEPA-GO.

QUADRO 35.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Algodão, Tração Animal, 1 Hectare, Produção de 80 Arrobas, Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, 1976/77

Item	Homem	Arado	Grade	Animal	Riscador	Semea deira	Cultivador planet	Polvilha deira	Carroça	Total (Cr\$)
A-Operação										
	(Dia de serviço)									
Preparo do solo	8	2	2	8	-	-	-	-	-	-
Riscação	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-
Plantio	3	-	-	3	-	3	-	-	-	-
Desbaste	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpa manual	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpa mecânica	5	-	-	5	-	-	5	-	-	-
Polvilhamento	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita	20	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Combate à formiga	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensacamento	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transp. interno	2	-	-	4	-	-	-	-	-	-
Total de dias	65	2	2	21	1	3	5	12	1	-
Custo diário (Cr\$)	30,00	1,30	2,01	5,84	0,86	4,75	0,86	2,13	2,81	-
Desp. c/operações	1.950,00	2,60	4,02	122,64	0,86	14,25	4,30	25,56	2,81	2.127,04
B-Material consumido										
	Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)					
Semente	35 kg		2,50		87,50					
Inseticida	40 kg		4,70		188,00					
Formicida (iscas)	2 kg		16,90		33,80					
Sacaria	20 u.		6,55		131,00					
Despesa com material	440,30									
Custo operacional efetivo (A+B)	2.567,34									
Depreciação das máquinas	90,00									
Juros bancários	131,70									
Custo operacional total	2.789,04									
Custo operacional por arroba	34,86									

Fonte: Calculado pelo IEA com coeficientes técnicos da EMATER-MT.

QUADRO 36.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Arroz de Sequeiro, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 30 Sacas de 60kg, Estado de Mato Grosso, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Distrib. calcário	Arado	Grade	Semead. adubad.	Pulverizador	Cultivador	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista								
(Dia de serviço)										
A-Operação										
Calagem	-	0,13	0,13	0,13	-	-	-	-	-	
Aração	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	-	
Gradeação (3 x)	-	0,38	0,38	-	-	0,38	-	-	-	
Semead. e adubação	-	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	
Aplicação de defensivos	-	0,26	0,26	-	-	-	-	0,26	-	
Cultivo mecânico	0,26	0,13	0,13	-	-	-	-	-	0,13	
Aplicação de formicida	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total de dias	0,76	1,28	1,28	0,13	0,25	0,38	0,13	0,26	0,13	
Custo diário (Cr\$)	30,00	37,00	200,91	25,00	18,85	47,87	12,13	18,67	18,25	
Despesas c/operações	22,80	47,36	257,16	3,25	4,71	18,19	1,58	4,85	2,37	362,27
Colheita, transp. e secagem (1)										450,00
Total das desp. c/operações										812,27
B-Material consumido										
	Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)					
Semente	35,00	kg	3,90		136,50					
Adubo	0,20	t	3.128,23	625,65	375,39 (2)					
Formicida	1,00	kg	16,90		16,90					
Defensivos p/sementes	0,20	kg	4,90		0,98					
Inseticida p/planta	1,00	l	89,79		89,79					
Fungicida	3,00	kg	35,07		105,21					
Sacaria	30,00	sc.	6,55		196,50					
Despesas com material										921,27
Custo operacional efetivo (A+B)										1.733,54
Depreciação das máquinas										107,90
Juros bancários										104,40
Custo operacional total										1.945,84
Custo operacional por saca de 60kg										64,86

(1) Por empreita a Cr\$15,00 p/saca.

(2) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA, com base nos coeficientes técnicos da EMATER-MT.

QUADRO 37.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção de Trigo, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 20sc. 60kg, Estado de Mato Grosso, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semead. adubad.	Pulverizador	Distribuidor de adubo	Colheira	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista								
A-Operação (Dia de serviço)										
Aração	-	0,22	0,22	0,22	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,09	0,09	-	0,09	-	-	-	-	-
Adub.e plantio	0,18	0,18	0,18	-	-	0,18	-	-	-	-
Aplic.de herbicida	0,10	0,10	0,10	-	-	-	0,10	-	-	-
Aplic.de defensivos	0,06	0,06	0,06	-	-	-	0,06	-	-	-
Adubação em cobertura	0,04	0,04	0,04	-	-	-	-	0,04	-	-
Colheita	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-	0,06	-
Total de dias	0,44	0,75	0,69	0,22	0,09	0,18	0,16	0,04	0,06	-
Custo diário (Cr\$)	30,00	37,00	200,91	18,85	47,87	12,13	18,67	25,00	423,62	-
Despesas c/oper.	13,20	27,75	138,63	4,15	4,31	2,18	2,99	1,00	25,42	219,63
Transporte (1)										53,60
Secagem (1)										107,20
Despesas com operações										380,43
B-Material consumido										
			Quantidade		Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)		
Sementes			135 kg		6,25			843,75		
Adubo 3-30-10			0,250 t		2.752,63	688,16		412,90 (2)		
Sulfato de amônio			0,030 t		1.400,00	42,00		25,20 (2)		
Inseticida pó			1 kg		47,13			47,13		
Inseticida líquido			1 l		33,37			33,37		
Herbicida			1 l		40,06			40,06		
Despesa com material										1.402,41
Custo operacional efetivo (A+B)										1.782,84
Depreciação de máquinas										58,85
Juros bancários										75,18
Custo operacional total										1.916,87
Custo operacional por sacco de 60kg										95,84

(1) Por empreita, estimados em Cr\$ 2,68 e Cr\$ 5,36 respectivamente.

(2) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACARMAT.

QUADRO 38. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1976/77
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquina (1)	Outros (2)	Colheita por empreitada	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Arroz irrigado (TM) Vale do Paraíba)	39	60kg	1.008,95	485,52	462,14	116,73	1.007,03	573,37	-	372,73	4.026,47	103,24
Arroz de sequeiro (TM) (Município de Olimpia)	19	60kg	698,36	264,18	534,60	36,88	419,17	245,29	300,00	160,68	2.659,16	139,96
Feijão das águas (TA) (Sub-regiões de Itapeva e Avarê)	9	60kg	654,08	338,20	169,34	54,61	10,78	274,74	-	26,24	1.527,99	169,78
Feijão das águas (TMA) (Sub-regiões de Itapeva e Avarê)	9	60kg	579,56	335,90	191,03	54,61	319,59	105,45	-	117,55	1.703,69	189,30
Feijão da seca (TA) (Sub-regiões de Itapeva e Avarê)	14	60kg	760,38	291,70	170,67	96,71	11,57	352,31	-	29,19	1.712,53	122,32
Feijão da seca (TMA) (Sub-regiões de Itapeva e Avarê)	14	60kg	632,15	351,70	203,42	96,71	418,38	131,35	-	148,62	1.982,33	141,60
Milho (TM) (Estado)	41	60kg	402,90	71,25	442,26	-	567,56	489,20	-	212,55	2.185,72	53,31
Milho (TM) (Região Ribeirão Preto)	47	60kg	179,52	73,01	641,86	10,99	451,42	416,45	-	169,78	1.943,03	41,34
Sorgo granífero (TM) (Jaboticabal)	27	60kg	247,60	7,10	304,56	18,59	305,52	247,59	276,75	110,07	1.517,78	56,21
Trigo (TM) (Sub-região de Assis)	30	60kg	75,86	781,25	599,93	129,47	315,12	73,99	-	107,42	2.083,04	69,43

(1) Foram incluídos reparos, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos operação animal, sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 39. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1976/77

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquina (1)	Outros(2)	Colheita por empreita	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Algodão (TMA) (Sub-região Orlandia)	94	arroba	622,88	117,11	1.069,10	774,21	396,34	298,80	1.410,00	140,81	4.829,25	51,38
Algodão (TM) (Sub-região Orlandia)	102	arroba	635,18	129,15	800,11	919,27	504,78	331,84	1.530,00	187,93	5.038,26	49,39
Algodão (TMA) (Sub-região Avaré)	93	arroba	835,30	146,80	996,10	788,11	368,11	280,80	1.395,00	150,28	4.960,50	53,34
Algodão (TMA) (Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	110	arroba	571,43	137,07	911,41	472,53	360,09	311,72	1.650,00	146,62	4.560,87	41,46
Algodão (TM) (Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	110	arroba	458,33	137,07	911,41	472,53	560,21	257,80	1.650,00	193,89	4.641,24	42,19
Algodão (TM) (Sub-região Araçatuba)	72	arroba	492,94	148,86	247,82	648,14	551,99	246,20	1.080,00	191,11	3.607,06	50,10
Amendoim (TA)	70	25kg	904,89	1.260,00	624,66	373,05	27,23	242,87	735,00	74,80	4.242,50	60,61
Amendoim (TM)	87	25kg	636,89	1.430,00	624,66	389,95	554,06	135,17	913,50	191,63	4.875,86	56,04
Mamona	20	60kg	1.294,92	21,62	247,82	14,87	390,86	117,20	-	114,60	2.201,89	110,09
Soja (TM) (Região de Ribeirão Preto)	27	60kg	188,40	337,50	572,11	255,90	269,62	66,10	-	102,21	1.791,84	66,36

(1) Foram incluídos reparos, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos operação animal, sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 40. - Estimativa do Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1976/77 (em cruzeiro)

Cultura	Produtividade Por ha	Un- t- dade	Mão-de- obra	Semente e muda	Adubo e corretivo	Defensi- vo	Operação de máqui- na (1)	Outros (2)	Colheita por em- preita	Deprecia- ção (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
Batata das águas(TA)(Municí- pios de Divinolândia e S.S. da Grama)	149	60kg	2.685,17	4.680,00	1.516,14	837,01	23,95	889,21	-	66,92	10.698,40	71,80
Batata das águas(TMA)(Muni- cípios de Divinolândia e S.S. da Grama)	157	60kg	2.604,22	4.856,00	1.883,10	871,53	247,57	1.094,06	-	137,20	11.693,68	74,80
Batata da seca(TMA)(Municí- pios de Divinolândia e S. S. da Grama)	97	60kg	3.438,19	5.996,00	2.044,55	971,11	1.016,29	1.124,01	-	576,11	15.166,26	156,35
Batata das águas(TM)(Municí- pios de Itapetininga e Ca- pão Bonito)	338	60kg	2.441,97	12.767,61	6.614,60	7.669,69	1.829,68	2.746,46	-	784,00	34.854,01	103,12
Batata da seca(TM)(Municí- pios de Itapetininga e Ca- pão Bonito)	313	60kg	2.443,48	9.874,80	4.904,76	7.066,75	1.849,35	2.799,55	-	1.176,27	30.114,96	96,21
Cana-de-açúcar(nova) (TM) (4)	103	t	1.140,42	1.209,00	1.668,64	230,87	1.039,30	594,42	3.069,40(5)	358,75	9.310,80	90,40
Cana-de-açúcar(soca)(TM)	62	t	502,40	-	596,55	230,87	403,33	331,93	1.847,60(5)	135,19	4.047,87	65,29
Cana-de-açúcar(ressoca)(TM)	50	t	502,40	-	596,55	230,87	403,33	306,90	1.490,00(5)	135,19	3.665,24	73,30
Cebola de muda(TMA)(Sub-re- gião Casa Branca)	230	45kg	3.196,27	3.001,50	2.992,06	775,56	718,25	1.519,85	-	268,07	12.471,56	54,22
Cebola de muda(TA)(Sub-re- gião de Sorocaba)	307	45kg	5.065,44	3.841,92	1.738,49	1.418,14	210,25	2.018,31	-	149,83	14.442,38	47,04
Cebola de muda(TM)(Sub-re- gião de Sorocaba)	281	45kg	4.449,97	3.841,92	2.349,77	754,14	1.192,07	1.901,92	-	354,62	14.844,41	52,83
Cebola de bulbilho(TA)(Sub- região de Sorocaba)	173	45kg	5.617,00	7.697,18	2.059,97	732,41	511,31	1.585,82	-	283,87	18.487,56	106,86
Cebola de bulbilho(TM)(Sub- região de Sorocaba)	248	45kg	6.290,60	7.697,18	3.591,28	1.169,27	1.866,76	2.092,33	-	610,18	23.317,60	94,02
Mandioca (TMA) (4)	20	t	1.315,35	467,20	200,00	8,62	3,34	450,06	-	10,84	2.456,29	122,81
Tomate Santa Cruz envarado (TM)	1.715	cx.	31.202,35	123,21	10.654,96	4.161,64	2.640,99	24.772,59	-	1.954,98	75.510,72	44,03
Tomate caqui envarado (TM)	930	cx.	29.853,38	535,62	13.906,69	3.277,85	1.644,17	20.180,10	-	1.490,87	70.888,68	76,22
Tomate rasteiro (TM)	18,6	t	3.112,12	826,00	1.542,79	1.313,03	2.550,69	378,18	-	921,48	10.644,29	572,27

(1) Foram incluídos reparos, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos operação animal, sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(4) Cultura de ano e meio.

(5) Inclui também carregamento e transporte.

Obs: Tecnologia utilizada: TA=tração animal; TM=tração motomecanizada; TMA=tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 41. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1976/77
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquina (1)	Outros (2)	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade									
Abacaxi(TA)(Implantação e 2º ano) (4)	21.000	kg	7.143,44	5.495,56	500,42	237,72	48,92	930,30	111,58	14.467,94	0,69
Abacaxi(TM)(Implantação e 2º ano) (4)	22.260	kg	6.301,01	5.495,56	2.490,90	541,23	1.567,13	1.307,76	547,50	18.251,09	0,82
Abacaxi(TMM)(Implantação e 2º ano) (4)	21.200	kg	6.136,63	5.320,00	3.032,40	444,77	1.212,25	1.599,24	434,83	18.180,12	0,86
Banana na várzea(ciclo de 14 meses)	22	t	2.999,16	-	1.430,28	633,45	75,28	640,36	14,22	5.792,75	263,31
Banana no morro (ciclo de 14 meses)	21	t	3.125,51	-	1.520,82	633,45	96,19	677,04	18,17	6.071,18	289,10
Café formação - 1º ao 4º ano (1.000 covas)	10	60kg	8.662,76	1.760,00	3.771,42	699,22	1.409,36	-	565,78	16.868,54	16,87(6)
Café (5)	20	60kg	5.401,47	32,00	910,35	567,05	377,27	1.660,57	1.077,18	10.025,89	501,30
Café (5)	15	60kg	5.245,15	48,00	568,38	567,05	374,46	1.455,76	1.067,50	9.326,30	621,75
Café (5)	10	60kg	4.431,12	64,00	398,28	567,05	329,97	1.218,69	930,79	7.939,90	793,99
Café (5)	5	60kg	3.432,27	-	-	567,05	232,66	393,59	882,43	6.058,00	1.211,60
Figo formação 1º e 2º ano (1.660 pés)	-	-	11.167,23	(7)	5.962,40	2.894,05	826,11	4.268,00	212,09	25.329,88	15,26(6)
Figo produção	5.204	engr.	19.517,63	-	8.669,76	8.572,40	1.888,07	29.717,49	1.846,55(7)	70.211,90	11,32
Laranja formação 1º ao 4º ano (TM) (200 pés)	-	-	3.491,77	1.750,00	2.077,54	1.706,85	2.066,64	-	804,86	11.897,66	59,49(6)
Laranja produção	400	cx.	968,10	-	812,07	855,42	600,04	248,09	828,22(7)	4.311,94	10,78
Maracujá formação (1.000 pés)(TM)	-	-	4.272,94	3.150,00	1.142,35	246,92	1.331,33	15.700,00	564,32	26.407,86	26,41(6)
Maracujá produção	875	cx.	2.912,96	-	1.328,29	1.546,12	1.803,05	640,05	4.537,50(7)	12.767,97	14,59
Pêssego formação 1º ao 4º ano (TM) (220 pés)	-	-	28.728,10	2.032,80	17.872,40	6.494,10	3.750,56	11.640,76	2.434,88	72.953,60	331,61(6)
Pêssego produção(TM) (220 pés)	6.140	cx.	17.496,38	-	8.722,70	3.430,05	2.453,51	15.162,25	1.271,61(7)	48.536,50	7,90
Uva niagara formação 1º ao 3º ano (4.000 pés)	-	-	32.344,74	800,00	35.135,00	3.493,61	949,60	18.849,03	482,99	92.054,97	23,01(6)
Uva niagara em produção	2.000	cx.	12.970,06	-	13.128,00	1.609,96	453,81	9.907,37	4.832,51(7)	42.901,71	21,45

(1) Incluídos reparos, combustível e lubrificantes.

(2) Incluídos operação animal, juros bancários e no café administração e despesas gerais.

(3) Somente do capital em máquinas: exceto para café que inclui benfeitorias específicas e cafezal.

(4) Semi-perene - TA=tração animal e TM=tração mecanizada na região de Bauru - TMM=tração mecanizada e manual no Vale do Ribeira.

(5) Inclui controle à ferrugem utilizando pulverizador acoplado a microtrator, usando 4kg de fungicida por vez, 6 vezes ao ano.

(6) Custo de formação (unidade=pê), não está incluído juro bancário e subsídio de 40% a fertilizantes.

(7) O serviço de preparo das estacas está incluído na mão-de-obra.

(8) Inclui depreciação do pomar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 43.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Algodão, Tração Motomecanizada e Animal, 1 Hectare, Produção de 83 Arrobas, Estado do Paraná, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Animal	Arado	Grade	Culti- vador	Semead. adubad.	Pulveriz. polvilhad. acopl.tr.	Pulveriz. costal	Car- reta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista										
A-Operação			(Dia de serviço)									
Aração (2 x)	-	0,84	0,84	-	0,84	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2 x)	-	0,40	0,40	-	-	0,40	-	-	-	-	-	-
Semeadura e adubação	-	0,63	0,63	-	-	-	-	0,63	-	-	-	-
Desbaste	2,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Replanteio	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpa mecânica 4 x)	4,17	-	-	4,17	-	-	4,17	-	-	-	-	-
Carpa manual (4 x)	8,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de herbicida	-	0,40	0,40	-	-	-	-	-	0,40	-	-	-
Aplic.de insetic.(8 x)	9,16	-	-	-	-	-	-	-	-	9,16	-	-
Colheita	30,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secagem e enfardamento	0,84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte	-	0,63	0,63	-	-	-	-	-	-	-	0,63	-
Arranquio e queima da soq.	3,13	0,20	0,20	-	0,20	-	-	-	-	-	-	-
Total de dias	57,94	3,10	3,10	4,17	1,04	0,40	4,17	0,63	0,40	9,16	0,63	
Custo diário (Cr\$)	33,00	37,00	192,00	5,84	18,85	47,87	0,86	12,13	18,67	2,13	20,40	
Despesas c/operações	1.912,02	114,70	595,20	24,35	19,60	19,15	3,59	7,64	7,47	19,51	12,85	2.736,08
B-Material consumido			Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)					
Semente	50	kg	2,50		125,00							
Adubo:												
Sulfato de amônio	0,140	t	1.400,00		196,00		117,60 (1)					
Superfosfato simples	0,240	t	1.406,00		337,44		202,46 (1)					
Cloreto de potássio	0,050	t	1.560,00		78,00		46,80 (1)					
Inseticida	23	l	33,37		767,51							
Herbicida	2,0	l	40,06		80,12							
Despesa com material	1.339,49											
Custo operacional efetivo (A+B)	4.075,57											
Depreciação das máquinas	271,50											
Juros bancários	230,90											
Custo operacional total	4.577,97											
Custo operacional por arroba	55,16											

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos do IAPAR.

QUADRO 44.-Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Feijão, Tração Animal, 1 Hectare, Produção de 20sc. de 60kg, Estado do Paraná, 1976/77

Item	Homem	Animal	Arado	Grade	Riscador	Semeadeira	Pulverizador costal	Cultivador	Total (Cr\$)	
A- Operação (Dia de serviço)										
Aração	2,50	2,50	2,50	-	-	-	-	-		
Gradeação (2x)	3,00	3,00	-	3,00	-	-	-	-		
Riscação	0,75	0,75	-	-	0,75	-	-	-		
Semeadura	0,88	0,88	-	-	-	0,88	-	-		
Carpa mecânica	1,38	1,38	-	-	-	-	-	1,38		
Aplic. defensivo e adub. foliar	1,00	-	-	-	-	-	1,00	-		
Arranquio	5,00	-	-	-	-	-	-	-		
Amontoa	0,25	-	-	-	-	-	-	-		
Batedura	0,31	-	-	-	-	-	-	-		
Total de dias	15,07	8,51	2,50	3,00	0,75	0,88	1,00	1,38		
Custo diário (Cr\$)	33,00	5,84	1,30	2,01	0,86	4,75	2,13	0,86		
Despesa com operação	497,31	49,70	3,25	6,03	0,65	4,18	2,13	1,19	564,44	
B- Material consumido										
	Quantidade			Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)				
Semente	60 kg			11,00		660,00				
Inseticida	2,2 l			89,79		197,54				
Fungicida	3,0 kg			35,07		105,21				
Adubo foliar	6 l			17,60		105,60		63,36 (1)		
Despesa com material										1.026,11
Custo operacional efetivo (A+B)										1.590,55
Depreciação de máquinas										38,61
Juros bancários										22,60
Custo operacional total										1.651,76
Custo operacional por saco 60 kg										82,59

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo TEA com base nos coeficientes técnicos do IAPAR.

QUADRO 45.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Feijão, Tração Moto mecanizada, 1 Hectare, Produção de 20 sacas de 60kg, Estado do Paraná, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira adubadeira	Pulverizador	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista						
A-Operação	(Dia de serviço)							
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	
Gradeação	-	0,38	0,38	-	0,38	-	-	
Manutenção de terraços	-	0,06	0,06	0,06	-	-	-	
Semeadeira	-	0,38	0,38	-	-	0,38	-	
Aplicação de herbicida	-	0,15	0,15	-	-	-	0,15	
Aplic.defensivo e adub. foliar	-	0,56	0,56	-	-	-	0,56	
Arranquio	5,00	-	-	-	-	-	-	
Amontoa	0,25	-	-	-	-	-	-	
Batedura	0,31	-	-	-	-	-	-	
Total de dias	5,56	1,91	1,91	0,44	0,38	0,38	0,71	
Custo diário (Cr\$)	33,00	37,00	192,00	18,85	47,87	12,13	18,67	
Despesas c/operações	183,48	70,67	366,72	8,29	18,19	4,61	13,26	665,22
B-Material consumido		Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)		
Semente		60kg		11,00		660,00		
Herbicida		1,5 l		40,60		60,90		
Fungicida		3,0kg		35,07		105,21		
Inseticida		2,0 l		89,79		179,58		
Adubo foliar		6,0 l		17,60	105,60	63,36 ⁽¹⁾		
Despesas com material								1.069,05
Custo operacional efetivo (A+B)								1.734,27
Depreciação das máquinas								139,84
Juros bancários								25,55
Custo operacional total								1.899,66
Custo operacional por sacco de 60kg								94,98

⁽¹⁾ Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos do IAPAR.

QUADRO 46.-Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Milho, Tração Motomecanizada e Animal, 1 Hectare, Produção de 70 Sacas de 60kg., Estado do Paraná, 1976/77

Item	Mão-de-obra				Semeadeira		Cultivador		Pulv. polv.	Total (Cr\$)	
	Comum	Tratorista	Trator	Animal	Arado	Grade	Trator	Animal			
A-Operação											
Aração	-	0,38	0,38	-	0,38	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,19	0,19	-	-	0,19	-	-	-	-	-
Manut. terraços	-	0,06	0,06	-	0,06	-	-	-	-	-	-
Semeadura/adubação	-	0,20	0,20	-	-	-	0,20	-	-	-	-
Adubação em cobertura	0,20	-	-	0,20	-	-	-	0,20	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,16	0,16	-	-	-	-	0,16	-	-	-
Carpa à tração animal	0,63	-	-	0,63	-	-	-	-	0,63	-	-
Aplicação de defensivo	-	0,08	0,08	-	-	-	-	-	-	0,08	-
Colheita man. e benefic.	4,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de dias	4,96	1,07	1,07	0,83	0,44	0,19	0,20	0,20	0,16	0,63	0,08
Custo diário (Cr\$)	33,00	37,00	192,00	5,84	18,85	47,87	12,13	4,75	18,25	0,86	18,67
Despesa com operações	163,68	39,59	205,44	4,85	8,29	9,10	2,43	0,95	2,92	0,54	1,49
B-Material consumido											
	Quantidade		Preço Cr\$		Valor Cr\$						
Semente	50kg		4,63		231,50						
Aubos:											
Sulfato de amônio	0,050 t		1.400,00		70,00		42,00		(1)		
Superfosfato simples	0,300 t		1.406,00		421,80		253,08		(1)		
Cloreto de potássio	0,025 t		1.560,00		39,00		23,40		(1)		
Uréia	0,064 t		2.919,00		186,82		112,09		(1)		
Inseticida	23kg		2,84		65,32						
Despesas com material											727,39
Custo operacional efetivo (A+B)											1.166,67
Depreciação de máquinas											72,87
Juros bancários											109,30
Custo operacional total											1.348,84
Custo operacional por sacco de 60kg											19,27

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos do IAPAR.

QUADRO 47.-Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Soja, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 45 sacas de 60kg, Norte do Estado do Paraná, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semeadeira adubadeira	Puveri zador	Colhe deira	Car- reta	Total (Cr\$)	
	Comum	Tratorista									
A-Operação			(Dia de serviço)								
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	-	-	
Gradação	-	0,28	0,28	-	0,28	-	-	-	-	-	
Aplicação de herbicida	-	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	
Plantio e adubação	-	0,15	0,15	-	-	0,15	-	-	-	-	
Aplicação de defensivo (3 x)	-	0,28	0,28	-	-	-	0,28	-	-	-	
Colheita	-	0,10	-	-	-	-	-	0,10	-	-	
Transporte interno	1,00	0,08	0,08	-	-	-	-	-	0,08	-	
Total de dias	1,00	1,40	1,30	0,38	0,28	0,15	0,41	0,10	0,08		
Custo diário (Cr\$)	33,00	37,00	192,00	18,85	47,87	59,47	18,67	423,62	20,40		
Despesas c/operações	33,00	51,80	249,60	7,16	13,40	8,92	7,65	42,36	1,63	415,52	
B-Material consumido											
	Quantidade		Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)					
Semente	100 kg		5,00			500,00					
Adubo											
Superfosfato simples	0,30 t		1.406,00			421,80			253,08		} 1
Cloreto de potássio	0,03 t		1.560,00			46,80			28,08		
Herbicida	2 l		40,06			80,12					
Defensivos	7,5 l		68,35			512,63					
Despesas com material											1.373,91
Custo operacional efetivo (A+B)											1.789,43
Depreciação das máquinas											122,96
Juros bancários											55,23
Custo operacional total											1.967,62
Custo operacional por sacco de 60kg											43,72

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMBRAPA-IAPAR.

QUADRO 48 - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Trigo, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 30sacas de 60kg, Estado do Paraná, 1976/77.

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Distrib. calcário	Semead. adubad.	Pulve- rizador	Colhe- deira	Car- reta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista									
A-Operação			(Dia de serviço)								
Aração	0,10	0,30	0,30	0,30	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2 x)	-	0,22	0,22	-	0,22	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,10	0,10	-	-	0,10	-	-	-	-	-
Semeadura e adubação	0,13	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	-
Adubação em cobertura	0,10	0,05	0,05	-	-	-	0,05	-	-	-	-
Aplicação de herbicida	0,07	0,07	0,07	-	-	-	-	0,07	-	-	-
Aplicação de defensivo	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-	0,06	-	-	-
Colheita e beneficiamento	0,26	0,13	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-
Transporte interno	0,30	0,30	0,30	-	-	-	-	-	-	0,30	-
Total de dias	1,02	1,36	1,23	0,30	0,22	0,10	0,18	0,13	0,13	0,30	
Custo diário (Cr\$)	33,00	37,00	192,00	18,85	47,87	25,00	59,47	18,67	423,62	20,40	
Despesas c/operações	33,66	50,32	236,16	5,66	10,53	2,50	10,70	2,43	55,07	6,12	413,15
B-Material consumido			Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)				
Semente		104 kg			5,00		520,00				
Adubo (4-30-10)		0,374 t			2.818,00	1.053,93	632,36				
Adubo em cobertura		0,113 t			1.400,00	158,20	94,92				
Herbicida		1,8 kg			40,06		72,11				
Inseticida		1,2 l			68,35		82,02				
Calcário		2,16 t (2)			190,00		205,20				
Despesas com material											1.606,61
Custo operacional efetivo (A+B)											2.019,76
Depreciação das máquinas											122,79
Juros bancários											115,85
Custo operacional total											2.258,40
Custo operacional por saca de 60kg											75,28

(1). Subsidiado em 40%.

(2). Incorporado em 2 anos.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da OCEPAR-IAPAR.

QUADRO 49.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Arroz Irrigado, Tração Motomecanizada e Animal, 1 Hectare, Produção de 83 Sacas de 60kg, Estado de Santa Catarina, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Micro-trator	Arado	Enxada rotat.	Nivela-dora	Semead. adubad.	Pulverizador	Animal	Carreta	Total (Cr\$)	
	Comum	Tratorista										
A-Operação												
Limpeza da área	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aração	-	2,00	2,00	2,00	-	-	-	-	-	-	-	
Gradeação (2x)	-	2,00	2,00	-	2,00	-	-	-	-	-	-	
Nivelamento	1,50	-	-	-	-	1,50	-	-	1,50	-	-	
Renivelamento	1,25	-	-	-	-	1,25	-	-	1,25	-	-	
Trat. de semente	0,16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Semead. e adubação	0,38	-	-	-	-	-	0,38	-	0,38	-	-	
Adub. em cobert. (2x)	0,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Limpeza dos drenos	6,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Manejo da água	8,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aplic. de herbicida	0,38	-	-	-	-	-	-	0,38	-	-	-	
Aplic. de inseticida	0,50	-	-	-	-	-	-	0,50	-	-	-	
Colheita manual	30,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transp. interno	-	1,00	1,00	-	-	-	-	-	-	1,00	-	
Total de dias	50,92	5,00	5,00	2,00	2,00	2,75	0,38	0,88	3,13	1,00	-	
Custo diário (Cr\$)	37,24	56,39	53,13	16,74	21,69	2,01	4,75	2,13	5,84	11,08	-	
Despesas c/operações	1.896,26	281,95	265,65	33,48	43,38	5,53	1,81	1,87	18,28	11,08	2.559,29	
B-Material consumido												
		Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)						
Semente		100 kg		7,90		790,00						
Adubo formulado (5-30-10)		0,200 t		2.940,00		588,00		352,80 (1)				
Uréia		0,088 t		2.976,00		261,89		157,13 (1)				
Inseticida:												
Na semente		1	kg	40,00		40,00						
Na planta		1	l	89,79		89,79						
Herbicida granular		40	kg	10,40		416,00						
Herbicida		1	l	40,06		40,06						
Despesa com material												
Custo operacional efetivo (A+B)												1.885,78
Depreciação das máquinas												4.445,07
Juros bancários												210,42
Custo operacional total												198,72
Custo operacional por saco de 60kg												4.854,21
												58,48

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACARESC.

QUADRO 50.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura da Mandioca, Tração Animal, 1 Hectare, Produção de 40 Toneladas, Alto Vale Itajaí, Estado de Santa Catarina, 1976/77

Item	Mão-de-obra comum	Animal	Arado	Grade	Carroça	Total (Cr\$)
A-Operação						
		(Dia de serviço)				
Limpeza do terreno	3,00	-	-	-	-	
Aração	3,00	3,00	3,00	-	-	
Gradeação	1,00	1,00	-	1,00	-	
Calagem	1,00	-	-	-	-	
Adubação	1,00	-	-	-	-	
Conservação do solo	0,50	-	-	-	-	
Plantio	6,00	-	-	-	-	
Aplicação de formicida	0,50	-	-	-	-	
Adubação em cobertura (2x)	1,00	-	-	-	-	
Carpa manual	36,00	-	-	-	-	
Desbaste e limpeza	5,00	-	-	-	-	
Colheita manual	8,00	-	-	-	-	
Transporte interno	5,00	10,00	-	-	5,00	
Total de dias	71,00	14,00	3,00	1,00	5,00	
Custo diário (Cr\$)	37,24	5,84	1,30	2,01	2,81	
Despesas com operações	2.644,04	81,76	3,90	2,01	14,05	2.745,76
B-Material consumido						
	Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)		
Manivas	5 m ³	80,00		400,00		
Calcário	0,960 t	190,00		182,40		
Adubo:						
Em correção	0,040 t	3.421,00	136,84	82,10	(¹)	
Uréia	0,120 t	2.976,00	357,12	214,27	(¹)	
Formulado	0,200 t	2.930,00	586,00	351,60	(¹)	
Formicida	1 kg	3,80		3,80		
Despesas com material						1.234,17
Custo operacional efetivo (A+B)						3.979,93
Depreciação das máquinas						42,85
Juros bancários						341,42
Custo operacional total						4.364,20
Custo operacional por tonelada						109,10

(¹) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da Comissão Estadual do Alcool-SC.

QUADRO 51.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Milho, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 84sc. 60kg, Estado de Santa Catarina, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semead. adubad.	Cultivador trator	Pulverizador	Colhe deira	Carreta	Distrib. calcário	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista										
A-Operação			(Dia de serviço)									
Aração	-	0,44	0,44	0,44	-	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação	-	0,19	0,19	-	0,19	-	-	-	-	-	-	-
Aplic.e incorp.calcário	-	0,63	0,63	-	-	-	-	-	-	-	-	0,63
Aplic.e incorp. adubação corretiva	-	0,19	0,19	-	-	0,19	-	-	-	-	-	-
Manutenção de terraços	-	0,19	0,19	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-
Semeadura e adubação	-	0,25	0,25	-	-	0,25	-	-	-	-	-	-
Aplicação de formicida	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de defensivos	-	0,13	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-	-	-
Aplicação de herbicidas	-	0,13	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-	-	-
Cult. mecânico e adub. cobertura	-	0,25	0,25	-	-	0,25	0,25	-	-	-	-	-
Colheita mecânica	-	0,88	0,88	-	-	-	-	-	0,88	-	-	-
Transporte interno	-	0,25	0,25	-	-	-	-	-	-	0,25	-	-
Total de dias	0,50	3,53	3,53	0,63	0,19	0,69	0,25	0,26	0,88	0,25	0,63	-
Custo diário (Cr\$)	37,24	56,39	203,19	18,85	47,87	12,13	18,25	15,28	77,17	20,40	25,00	-
Despesas c/operações	18,62	199,06	717,26	11,88	9,10	8,37	4,26	3,97	67,91	5,10	15,75	1.061,28
B-Material consumido			Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)					
Semente		16	kg			3,75						60,00
Calcário		1	t			190,00						190,00
Adubo (7-28-14)		0,300	t			2.930,00	879,00					527,40
Uréia		0,100	t			2.976,00	297,60					178,56
Adubo complementar		0,054	t			3.421,00	184,73					110,84
Herbicida		3,5	kg			83,00						290,50
Formicida		1,0	kg			3,80						3,80
Inseticida		18	kg			36,00						648,00
Sacaria		84	u.			6,55						550,20
Despesa com material												2.559,30
Custo operacional efetivo (A+B)												3.620,58
Depreciação das máquinas												292,33
Juros bancários												252,80
Custo operacional total												4.165,71
Custo operacional por saco de 60kg												49,59

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACARESC.

QUADRO 52.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Soja, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 35sc. de 60kg, Estado de Santa Catarina, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Distrib. calcário	Semead. adubad.	Pulverizador	Cultivador	Colheira	Carreta	Pá mecânica	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista											
A-Operação			(Dia de serviço)										
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação do solo	-	0,13	0,13	-	-	-	-	-	-	-	-	0,13	-
Gradagem	-	0,19	0,19	-	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação calcário e adubo	-	0,62	0,62	-	0,62	-	-	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,13	0,13	-	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-
Inoculação de semente	0,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-	-
Aplicação adubação corretiva	-	0,06	0,06	-	-	-	0,06	-	-	-	-	-	-
Aplicação de defensivo	-	0,13	0,13	-	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-
Cultivo mecânico	-	0,13	0,13	-	-	-	-	-	0,13	-	-	-	-
Combate à saúva	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita	-	0,10	-	-	-	-	-	-	-	0,10	-	-	-
Transporte interno	0,25	0,07	0,07	-	-	-	-	-	-	-	0,07	-	-
Total de dias	0,85	2,07	1,97	0,38	0,81	0,13	0,19	0,13	0,13	0,10	0,07	0,13	-
Custo diário (Cr\$)	37,24	56,39	203,19	18,85	47,87	25,00	59,47	18,67	18,25	423,62	20,40	29,56	-
Despesas c/operações	31,65	116,73	400,28	7,16	38,77	3,25	11,30	2,43	2,37	42,36	1,43	3,84	661,57
B-Material consumido													
	Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)								
Semente	80	kg	3,00		240,00								
Inoculante	0,30	kg	15,00		4,50								
Calcário	1,20	t	190,00		228,00								
Adubos (4-28-12)	0,25	t	2.728,32		682,08								409,25 (1)
Herbicida	1,5	l	40,06		60,09								
Inseticida	6	l	32,56		195,36								
Formicida	1	kg	16,90		16,90								
Despesas com material													1.154,10
Custo operacional efetivo (A+B)													1.815,67
Depreciação de máquinas													181,65
Juros bancários													82,74
Custo operacional total													2.080,06
Custo operacional por saco de 60kg													59,43

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da ACARESC.

QUADRO 53.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Trigo, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 25sc. de 60kg, Estado de Santa Catarina, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semead. adubad.	Distrib. calcário	Pulverizador	Platina	Colheadeira	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista										
A-Operação (Dia de serviço)												
Aração	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	-	-	-	-
Conservação do solo	-	0,13	0,13	-	-	-	-	-	0,13	-	-	-
Gradação (2x)	-	0,38	0,38	-	0,38	-	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-
Incorporação calcário e adubo	-	0,63	0,63	-	0,63	-	-	-	-	-	-	-
Plantio e adubação	-	0,13	0,13	-	-	0,13	-	-	-	-	-	-
Aplicação adubo em correção	-	0,06	0,06	-	-	0,06	-	-	-	-	-	-
Adubação em cobertura	-	0,09	0,09	-	-	0,09	-	-	-	-	-	-
Aplicação de defensivo	0,18	0,26	0,26	-	-	-	-	0,26	-	-	-	-
Aplicação de herbicida	0,18	0,06	0,06	-	-	-	-	0,06	-	-	-	-
Combate à saúva	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita	0,26	0,13	-	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-
Transporte interno	0,16	0,08	0,08	-	-	-	-	-	-	-	0,08	-
Total de dias	1,28	2,46	2,33	0,38	1,01	0,28	0,13	0,32	0,13	0,13	0,08	-
Custo diário (Cr\$)	37,24	56,39	203,19	18,85	47,87	59,47	25,00	18,67	23,96	423,62	20,40	-
Despesas c/operações	47,67	138,72	473,43	7,16	48,35	16,65	3,25	5,97	3,11	55,07	1,63	801,01
B-Material consumido												
			Quantidade		Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)				
Semente			115 kg		5,00			575,00				
Calcário			1,20 t (1)		190,00			114,00				
Adubo			0,25 t		3.333,26		833,32	499,99 (2)				
Uréia			0,045t		2.919,14		131,36	78,82 (2)				
Inseticida			15 kg		4,70			70,50				
Herbicida			1,5 l		40,06			60,09				
Formicida (isca)			0,75kg		16,90			12,68				
Despesa com material												1.411,08
Custo operacional efetivo (A+B)												2.212,09
Depreciação das máquinas												219,06
Juros bancários												111,51
Custo operacional total												2.542,66
Custo operacional por sacco de 60kg												101,71

(1) Incorporado em 2 anos.

(2) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com coeficientes técnicos da DEMA-ACARESC.

QUADRO 55.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Arroz Irrigado, Tração Motomecanizada e Animal, Produção de 70 sacos de 60kg, Estado do Rio Grande do Sul, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Valeta deira	Trator	Animal	Arado	Grade	Platina	Entalpa deira	Semead. adubad.	Grade taipa deira	Polvi- Thadei ra	Pulveri- zador	Bomba centrif.	Trilha deira	Car-reta	Car-roça	Total (Cr\$)	
	Comum	Trato rista																	
A-Operação																			
(Dia de serviço)																			
Limpeza de canais e drenagem	0,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Construção de canais	-	0,03	0,03	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Desmanchar taipas	-	0,16	-	0,16	-	0,16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aração	-	0,28	-	0,28	-	0,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,63	-	0,63	-	-	0,63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aplainamento	-	0,28	-	0,28	-	-	-	0,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Canais de irrigação	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Taipas e remotes	3,00	0,06	-	0,06	-	-	-	-	0,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Semeadura	-	0,19	-	0,19	-	-	-	-	-	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cobertura de sementes	-	0,06	-	0,06	-	-	-	-	-	-	0,06	-	-	-	-	-	-	-	
Adubação de base	-	0,19	-	0,19	-	-	-	-	-	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adub. em cobertura	0,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aplic. de inseticida	-	0,16	-	0,16	-	-	-	-	-	-	-	0,16	-	-	-	-	-	-	
Combate à formiga	0,31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aplic. de herbicida	0,38	0,13	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-	
Irrigação	-	2,88	-	2,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,88	-	-	-	-	
Fecham. dos quadros	0,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aguação	2,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Drenag. da lavoura	0,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Corte e emedação	9,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transp. à trilhadeira	1,31	-	-	-	0,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,16	
Trilha	0,75	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-	-	
Transporte	1,03	0,31	-	0,31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,31	-	-	
Total de dias	22,50	5,36	0,03	5,36	0,77	0,44	0,63	0,28	0,06	0,38	0,06	0,16	0,13	2,88	0,13	0,31	0,16	-	
Custo diário (Cr\$)	34,00	51,20	42,67	189,25	5,84	18,85	47,87	23,96	75,96	12,13	2,01	18,67	18,67	61,11	75,24	20,40	2,81	-	
Desp. c/operação	765,00	274,43	1,28	1.014,38	4,50	8,29	30,16	6,71	4,56	4,61	0,12	2,99	2,43	176,00	9,78	6,32	0,45	2.312,01	
B-Material consumido																			
			Quantidade		Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)											
Semente			174 kg		3,20			556,80											
Adubo:																			
Cloreto de potássio			0,035 t		1.560,00		54,60	32,76 (1)											
Superfosfato simples			0,300 t		1.406,00		421,80	253,08 (1)											
Sulfato de amônio			0,045 t		1.400,00		63,00	37,80 (1)											
Inseticida			11,69 kg		2,84			33,20											
Formicida			0,29 kg		16,90			4,90											
Herbicida			1 l		46,00			46,00											
Sacaria			70 sc.		6,55			458,50											
Despesa com material																			1.423,04
Custo operacional efetivo (A+B)																			3.735,05
Depreciação de máquinas																			397,04
Juros bancários																			140,64
Custo operacional total																			4.272,73
Custo operacional por saco de 60kg																			61,04

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Programas de Investimentos Integrados, RS.

QUADRO 56.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Milho, Tração Motomecanizada e Animal, Produção de 54 sacos de 60kg, Estado do Rio Grande do Sul, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado aiveca	Grade dente	Animal (boi)	Semeadeira (saraquã)	Trilhadeira	Carroça	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista								
A-Operação			(Dia de serviço)							
Calagem	0,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aração (2x)	4,19	-	-	4,19	-	8,38	-	-	-	-
Gradeação (2x)	2,00	-	-	-	2,00	4,00	-	-	-	-
Marcação e sulcamento	1,00	-	-	1,00	-	1,00	-	-	-	-
Plantio manual	2,00	-	-	-	-	-	2,00	-	-	-
Correção da adubação	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção da adub.	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cobertura	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Combate a pragas	0,31	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpa animal manual	5,00	-	-	1,00	-	1,00	-	-	-	-
Carpa manual	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dobra	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita	9,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trilha	2,25	0,38	0,38	-	-	-	-	0,38	-	-
Transporte interno	2,06	-	-	-	-	2,06	-	-	-	1,03
Total de dias	35,92	0,38	0,38	6,19	2,00	16,44	2,00	0,38	-	1,03
Custo diário (Cr\$)	34,00	51,20	189,25	1,30	2,01	5,84	0,50	75,24	-	2,81
Despesa c/operação	1.221,28	19,46	71,92	8,05	4,02	96,01	1,00	28,59	2,89	1.453,22
B-Material consumido			Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)				
Calcário			0,921 t	190,00		174,99				
Semente			12,00 kg	2,80		33,60				
Superfosfato simples			0,550 t	1.406,00		773,30	463,98			
Cloreto de potássio			0,023 t	1.560,00		35,88	21,53			
Sulfato de amônio			0,100 t	1.400,00		140,00	84,00			
Formicida			1,000 kg	16,90		16,90				
Inseticida			4,000 kg	4,26		17,04				
Sacos vazios			54 sc.	6,55		353,70				
Despesa com material										1.165,74
Custo operacional efetivo (A+B)										2.618,96
Depreciação das máquinas										107,21
Juros bancários										216,10
Custo operacional total										2.942,27
Custo operacional por saco de 60kg										54,49

(¹) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos do Programa de Investimentos Integrados- RS.

QUADRO 57. - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura da Soja, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 20 Sacas de 60kg, Região de Carazinho e Ijuí 3A, Estado do Rio Grande do Sul, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Semead. adubad.	Pulverizador	Cultivador	Colheira	Carreta	Total (Cr\$)	
	Comum	Tratorista										
A-Operação			(Dia de serviço)									
Conserv. de terraços	1,00	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-	-	
Aração	-	0,31	0,31	0,31	-	-	-	-	-	-	-	
Gradeação	-	0,25	0,25	-	0,25	-	-	-	-	-	-	
Inoculação de semen.	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Semeadura	0,03	0,03	0,03	-	-	0,03	-	-	-	-	-	
Adubação	0,03	0,03	0,03	-	-	0,03	-	-	-	-	-	
Aplic. de inseticida	0,13	0,13	0,13	-	-	-	0,13	-	-	-	-	
Carpa mecânica	-	0,25	0,25	-	-	-	-	0,25	-	-	-	
Colheita	0,19	0,09	-	-	-	-	-	-	0,09	-	-	
Transporte	0,28	0,16	0,16	-	-	-	-	-	-	-	0,16	
Total de dias	1,69	1,31	1,22	0,37	0,25	0,06	0,13	0,25	0,09	-	0,16	
Custo diário (Cr\$)	34,00	51,20	189,25	18,85	47,87	59,47	18,67	18,25	423,62	20,40	-	
Desp. c/operações	57,46	67,07	230,89	6,97	11,97	3,57	2,43	4,56	38,13	3,26	426,31	
B-Material consumido			Quantidade	Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)						
Semente			80,00 kg	5,00		400,00						
Inoculante			300 g	0,024		7,20						
Adubo:												
Sulfato de amônio			0,020 t	1.400,00		28,00	16,80 (1)					
Superfosfato simples			0,195 t	1.406,00		274,17	164,50 (1)					
Cloreto de potássio			0,022 t	1.560,00		34,32	20,59 (1)					
Inseticida			12,00 l	33,37		400,44						
Despesas com material												1.009,53
Custo operacional efetivo. (A+B)												1.435,84
Depreciação das máquinas												108,22
Juros bancários												44,73
Custo operacional total												1.588,79
Custo operacional por saca de 60kg												79,44

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos do Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário (PII-RS).

QUADRO 58 - Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura de Soja, Tração Motomecanizada, 1 Hectare, Produção de 23sc. 60kg, Região Leste, Estado do Rio Grande do Sul, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Grade	Distr. de calcário	Semead. adubad.	Cultiva dor	Pulveriz. polvilh.	Colhe deira	Carreta	Total (Cr\$)
	Comum	Tratorista										
A-Operação (Dia de serviço)												
Locação e constr. terraço	0,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aração	-	0,25	0,25	0,25	-	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2x)	-	0,19	0,19	-	0,19	-	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,08	0,08	-	-	0,08	-	-	-	-	-	-
Plant. e adubação	0,08	0,08	0,08	-	-	-	0,08	-	-	-	-	-
Carpa mecânica	-	0,08	0,08	-	-	-	-	0,08	-	-	-	-
Pulverização	0,30	0,30	-	-	-	-	-	-	0,30	-	-	-
Colheita	-	0,10	-	-	-	-	-	-	-	0,10	-	-
Transp. interno	0,10	0,10	0,10	-	-	-	-	-	-	-	-	0,10
Total de dias	0,89	1,18	0,78	0,25	0,19	0,08	0,08	0,08	0,30	0,10	-	0,10
Custo diário (Cr\$)	34,00	51,20	189,25	18,85	47,87	25,00	59,47	18,25	18,67	423,62	20,40	-
Desp. c/operações	30,26	60,42	147,62	4,71	9,10	2,00	4,76	1,46	5,60	42,36	2,04	310,33
B-Material consumido												
			Quantidade		Preço (Cr\$)			Valor (Cr\$)				
Semente			70 kg		5,00			350,00				
Inoculante			200 g		0,024			4,80				
Adubo (3-30-15)			0,184 t		2.879,56		529,84	317,90 (1)				
Calcário			1,20 t		195,00			234,00				
Herbicida			1,20 l		40,06			48,07				
Defensivos			1,60 l		32,56			52,10				
Despesas com material												1.006,87
Custo operacional efetivo (A+B)												1.317,20
Depreciação das máquinas												86,29
Juros bancários												55,93
Custo operacional total												1.459,42
Custo operacional por saco de 60kg												63,45

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da CNPTRIGO-EMBRAPA, Circular 51.

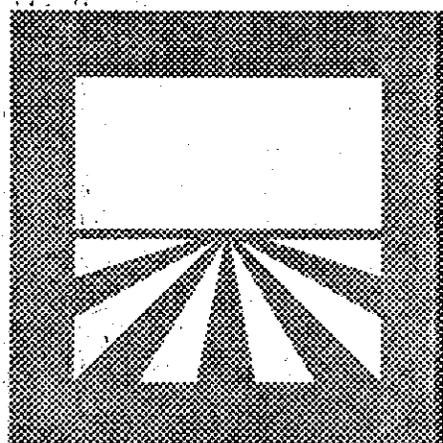
QUADRO 59.- Estimativa de Custo Operacional e Exigência Física de Fatores de Produção da Cultura do Trigo, Tração Motomeca-
nizada, 1 Hectare, Produção de 28 Sacas de 60kg, Estado do Rio Grande do Sul, 1976/77

Item	Mão-de-obra		Trator	Arado	Distrib. calcário	Grade	Semead. adubad.	Pulverizador	Colhe- deira	Car- reta	Total (Cr\$)
	Comum	Trato- rista									
A-Operação											
	(Dia de serviço)										
Constr. de terraços	0,06	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-	-
Calagem	-	0,06	0,06	-	0,06	-	-	-	-	-	-
Aração (2x)	-	0,38	0,38	0,38	-	-	-	-	-	-	-
Gradeação (2x)	-	0,25	0,25	-	-	0,25	-	-	-	-	-
Semeadura	0,03	0,03	0,03	-	-	-	0,03	-	-	-	-
Aplic.adubo corretivo	0,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic.adubo manut.	0,09	0,09	0,09	-	-	-	0,09	-	-	-	-
Adubação em cobertura	0,09	0,09	0,09	-	-	-	0,09	-	-	-	-
Aplic. de inseticida	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-	0,06	-	-	-
Aplic. de herbicida	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-	0,06	-	-	-
Combate à formiga	0,31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colheita	0,09	-	-	-	-	-	-	-	0,09	-	-
Transporte	0,25	0,16	0,16	-	-	-	-	-	-	-	0,16
Total de dias	1,10	1,24	1,24	0,44	0,06	0,25	0,21	0,12	0,09	0,16	-
Custo diário (Cr\$)	34,00	51,20	189,25	18,85	25,00	47,87	59,47	18,67	423,62	20,40	-
Desp. c/operações	37,40	63,49	234,67	8,29	1,50	11,97	12,49	2,24	38,13	3,26	413,44
B-Material consumido											
	Quantidade		Preço (Cr\$)		Valor (Cr\$)						
Semente	100 kg		6,25		625,00						
Adubo:											
Superfosfato simples	0,465	t	1.406,00	653,79	392,27	(1)}					
Cloreto de potássio	0,057	t	1.560,00	88,92	53,35						
Sulfato de amônio	0,050	t	1.400,00	70,00	42,00						
Uréia	0,034	t	2.976,00	101,18	60,71						
Inseticida	1	l	31,75		31,75						
Herbicida	1	l	40,06		40,06						
Formicida	1	kg	16,90		16,90						
Despesa com material											
Custo operacional efetivo (A+B)	1.262,04										
Depreciação das máquinas	1.675,48										
Juros bancários	115,61										
	91,91										
Custo operacional total	1.883,00										
Custo operacional por sacco de 60kg	67,25										

(1) Subsidiado em 40%.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos do Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário (PII - RS).

PROGNÓSTICO REGIÃO CENTRO-SUL 76/77



mercados de produtos • 2

2 - MERCADOS DE PRODUTOS

- Feijão

- Panorama internacional

A produção mundial no ano agrícola 1974/75 é estimada em torno de 12,7 milhões de toneladas, contra 12,0 milhões em 1973/74. A produção brasileira tem representado cerca de 20% desse total, constituindo-se este País no maior produtor e consumidor mundial. Seguem-se como grandes produtores a Índia, a República Popular da China, o México e os Estados Unidos que, em conjunto com o Brasil, respondem por cerca de 2/3 da produção mundial.

O comércio internacional de feijão, contudo, é bastante restrito, porquanto os países grandes produtores são igualmente grandes consumidores, notadamente Brasil e México.

Estados Unidos, México e Brasil são os maiores exportadores mundiais. Apesar disso, no Brasil as importações, especialmente dos tipos branco e preto, têm sido mais frequentes que as exportações.

- Situação interna

A produção brasileira de feijão da safra 1975/76 foi estimada pela Fundação IBGE, de acordo com levantamento realizado em junho de 1976, em 2.031 mil toneladas, correspondendo a uma queda de 11% em relação à de 1974/75. A produção da Região Centro-Sul correspondeu, na média das três últimas safras, a aproximadamente 70% do total brasileiro e caiu apenas 3% em 1975/76 em relação à safra anterior, devido aos prejuízos decorrentes de adversidades climáticas, porquanto a área plantada cresceu 2% nesse período (quadro 60).

O abastecimento de feijão nos últimos quatro anos tem-se mostrado deficiente nos principais centros consumidores, apontando-se como causa fundamental as frustrações de safras devidas às adversidades climáticas e à incidência de praga e moléstias. Em consequência, os preços têm-se elevado sobremaneira, onerando os orçamentos familiares. Essa alta tem gerado,

inclusive, manobras ilícitas no comércio, como "vendas casadas" e mercados paralelos em zonas de preços tabelados. A fim de contornar essas situações no abastecimento, o Governo Federal tem tomado algumas medidas, como importações, tabelamentos de preços do feijão preto e estímulos substanciais através da política de preços mínimos.

Assim é que a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) instituiu, em meados de 1976, tabela de preços máximos para o feijão preto a granel e empacotado, no atacado e no varejo, válida para todo o Brasil, exceto para a região Norte. Para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e Distrito Federal, o preço para venda a granel no atacado foi fixado em Cr\$ 314,75 por sc. de 60kg. Paralelamente, face à insuficiência dos estoques desse tipo, o Governo Federal importou, através da Interbras, cerca de 6 mil toneladas do Chile e ao redor de 800 toneladas da Argentina. Prevê-se que até meados de outubro o volume total de importações atinja 14 mil toneladas, estando o restante em negociação com o México.

As cotações do produto, tanto ao nível do produtor quanto de atacado, subiram acentuadamente em todos os estados desde meados de 1975. Os valores absolutos menores em Santa Catarina e Rio Grande do Sul se devem à larga predominância do feijão preto nesses Estados; o qual normalmente tem menor valor comercial que os tipos de cores (quadro 61).

- Paraná

A participação deste Estado na produção brasileira de feijão nas 3 últimas safras tem sido de 27%, constituindo-se no principal produtor.

Dada sua característica de cultivo em pequena escala e de forma rudimentar, consorciado com outras culturas, a área cultivada vem sofrendo pequenas oscilações nos últimos anos.

Da área total plantada, cerca de 75% a 80% se refere ao plantio das águas e o restante ao da seca. As principais regiões produtoras, abrangendo ao redor de 70% da produção estadual, são Oeste, Sudeste e Nordeste paranaense.

A produtividade física das lavouras paranaenses tem-se apresentado sempre superior à média nacional, apesar da elevada incidência de pragas e doenças, graças à fertilidade natural do solo, porquanto a utilização de fertilizantes químicos e outros insumos modernos tem sido bastante restrita.

Apesar da elevada absorção de mão-de-obra no cultivo desta leguminosa, sua disponibilidade, mesmo nos períodos de "pico" como o plantio e a colheita, tem sido satisfatória, porquanto não há competição com outras culturas quanto a este aspecto.

Apesar da crescente procura por sementes melhoradas, a maior parcela do plantio de feijão no Estado ainda é realizado através de sementes próprias que, fatalmente, conduzem a rendimentos inferiores, além do que resultam em maior incidência de doenças. A produção paranaense de sementes melhoradas para o plantio da safra 1976/77 é estimada em 8.600 sacas de 50 quilos, quantidade bastante irrisória, porquanto atenderia aproximadamente a apenas 1% da área plantada.

O feijão produzido no Paraná é exportado para todo o Brasil, sendo mais significativas as transações com os Estados de São Paulo (que absorve mais de 50% das exportações paranaenses), Rio de Janeiro e Minas Gerais.

De acordo com levantamento realizado em maio p.p. pelo Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias do Paraná (GCEA/PR), estima-se que o feijão cultivado no Estado pode ser assim classificado, quanto ao tipo: preto, com 39% da produção e de cores, com 61%. Quanto aos métodos de cultivo, em: simples ("solteiro"), 34%; associado (consorciado), 44%; e intercalado, 22%.

A partir de agosto último os negócios têm-se restringido aos mercados do próprio Estado, devido à concorrência de produtos de outras regiões (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) nos principais centros consumidores.

No norte paranaense há, no momento (meados de setembro), lavouras em diversos estágios de desenvolvimento, estando previstas as primeiras colheitas do novo plantio (podendo-se considerar como cultivo "de inverno") para o decorrer da segunda quinzena de setembro. As operações de plantio ainda deverão prosseguir até o fim deste mês para a safra das águas.

- Minas Gerais

Também em Minas Gerais a cultura do feijão tem sido conduzida em nível bastante rudimentar, sendo quase totalmente em consorciação com milho. A disponibilidade do fator mão-de-obra não se vem constituindo em entrave para a cultura feijoeira. Nos últimos anos ocorreu relativa intensificação do uso de fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas e demais insumos, o que poderá contribuir para uma melhoria dos índices de produtividade.

A expansão da cultura da soja no Triângulo Mineiro provocou, a partir de 1975, o aparecimento do "mosaico dourado" nos feijoeiros, virose disseminada pela mosca branca. Tal fato torna praticamente inviável o plantio de feijão da seca próximo às culturas de soja, face aos prejuízos provocados pela moléstia e a inexistência de métodos eficazes de combate ao vetor.

Nas demais regiões do Estado não se esperam mudanças significativas da área cultivada, observando-se que acréscimos da área plantada com feijão são influenciados, em parte, por aumentos na área cultivada com milho. A produção da safra da seca representa cerca de 2/3 do total anual.

Minas Gerais, embora seja o segundo produtor nacional, não é auto-suficiente em feijão, importando produto de outros estados, principalmente do Paraná. Entretanto, no segundo semestre, a produção estadual é mais do que suficiente para o abastecimento do mercado interno, ocorrendo exportação principalmente para São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

- Rio Grande do Sul

Quedas sucessivas na área plantada, observadas desde 1969/70, são devidas à competição de outras culturas de maior rentabilidade econômica, como a de soja. O rendimento das la-

vouras também vem apresentando tendência de queda, em função da perda da fertilidade natural das terras e do baixo nível de tecnologia utilizado.

A produção estadual não supre as necessidades do abastecimento interno, sendo preciso proceder a importações de outros estados, geralmente de Santa Catarina e Paraná. No Rio Grande do Sul predomina o feijão preto, correspondendo a 90% da produção total. As variedades de feijão preto, mais plantadas são Rico 23 e Cubano, sendo no entanto bastante restrita a utilização de sementes melhoradas, não atingindo a 1% da área plantada.

- Santa Catarina

A cultura feijoeira encontra-se disseminada por todas as regiões, com certa concentração na parte Oeste (estimada em 45% da produção catarinense). O sistema de cultivo predominante é o de consorciação com o milho (em 90% da área feijoeira) e ocupa pequenas áreas em grande número de propriedades. O tipo mais plantado é o preto (75% da área total) e a produção estadual se destina basicamente ao auto consumo, havendo exportação de excedentes para São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Da área total cultivada, cerca de 2/3 corresponde ao plantio das águas.

- São Paulo

Dentre os 26 produtos agrícolas de maior expressão econômica do Estado de São Paulo, o feijão ocupou em 1975/76 a 13ª posição, representando 2,5% do total da renda bruta da agricultura paulista, tendo a área suplantada a do algodão.

Observa-se em São Paulo uma tendência de equilíbrio entre a área plantada nas águas e na seca, tendo em vista as aptidões e vantagens regionais nos dois cultivos. A cultura acha-se concentrada na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Sorocaba, cuja participação percentual em relação ao total do Estado, na média dos 3 últimos anos, tem sido da seguinte ordem: área plantada nas águas, 60% e na seca, 69%; produção das águas, 61% e da seca, 73%. O rendimento médio dessa região, nas águas, foi de 420kg/ha e na seca, de 630kg/ha, ou seja, 50% maior.

Dado aos bons resultados financeiros obtidos pelos produtores paulistas desde a safra 1972/73, mormente aqueles da DIRA de Sorocaba, que praticam lavouras "solteiras" de feijão, vem-se observando uma melhoria gradativa nos níveis de tecnologia de produção, com o emprego de máquinas, equipamentos e insumos modernos, como fertilizantes, defensivos e sementes melhoradas. A comercialização, contudo, a exemplo do que ocorre nos demais estados produtores, é falha, por quanto ficam os pequenos produtores sem poder de barganha perante os atacadistas do interior e "caminhoneiros".

Os produtores paulistas de feijão receberam preços elevados no decorrer da safra 1975/76, estimando-se a média anual em torno de Cr\$ 370,00 por saca de 60kg. Tal situação deveu-se à escassez do produto nos mercados consumidores e à "quebra" da safra em importantes zo-

nas produtoras, como o norte paranaense e a região de Irecê na Bahia. Os melhores resultados financeiros têm sido alcançados, em geral, na safra da seca, visto não sofrer com a mesma intensidade a concorrência da oferta do produto paranaense, como ocorre na safra das águas.

O abastecimento do mercado atacadista da cidade de São Paulo, no decorrer de 1975/76, foi de relativa escassez, agravado pela má qualidade do produto, o que ocasionou altas sucessivas nos preços de venda no atacado. Os tipos mais comercializados no mercado paulistano apresentaram os seguintes percentuais de acréscimos de preço no período dezembro/75-agosto/76: carioca (234%), rosinha (169%), jalo (133%), roxinho (53%), bico-de-ouro (180%), rajado (161%) e preto (79%). No mesmo período, o preço médio mensal recebido pelos produtores paulistas sofreu alta de 181%. Diferenças de variações entre os tipos podem ser explicadas pela disponibilidade do produto no período, cabendo ainda ressaltar que o consumidor tem preferência por aqueles de melhor aspecto, de fácil cozimento, de melhor conservação, embora a preços mais elevados. Destaque-se também as variações de pequena amplitude dos tipos roxinho e preto, que são devidos, respectivamente, à ofertas mais uniformes no decorrer do ano e à sua inclusão na tabela de preços CIP/SUNAB.

- Goiás

O sistema de cultivo predominante (de 80 a 90% da área total) é o de consorciação com o milho, praticado no plantio da seca, cuja área corresponde a 90% do total anual. Trata-se de cultura considerada subsidiária, sendo as sementes utilizadas quase todas de variedades "trepadeiras", de produção própria dos produtores.

- Perspectivas

Globalmente a região Centro-Sul poderá apresentar na próxima safra das águas de 1976/77 um significativo crescimento da área, face aos seguintes fatores conjugados: a) estímulos proporcionados pelos preços recebidos pelos produtores no decorrer de 1976; b) níveis de preços mínimos, tanto para o feijão de cores como, e principalmente, para o feijão preto, considerados satisfatórios; e c) inexistência de estoques.

Contudo, algumas medidas governamentais tomadas nos últimos anos para frear a escalada ascensional das cotações (tabelamento de preços e importações), podem constituir motivos de desestímulo para o plantio. Tais medidas parecem ter refletido negativamente no último ano agrícola nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Goiás, grandes produtores de feijão preto, onde as áreas de plantio sofreram reduções em função dos baixos preços vigentes para este tipo de feijão, agravado pela competição de outras culturas mais rentáveis.

Em São Paulo, embora não se disponha ainda de um levantamento de intenção de plantio, acredita-se que o grande interesse pela cultura esteja sendo frustrado, em parte, pela falta de sementes, tanto as selecionadas como as comuns. Tal deficiência, aliada às condi-

ções adversas de clima (chuvas em excesso e baixas temperaturas), vem prejudicando os plantios, tanto no que se refere ao aumento da área como no desenvolvimento vegetativo da cultura.

Estima-se que na Delegacia Agrícola de Itararé, que representa quase 50% da área estadual cultivada com feijão, o plantio já tenha suplantado 80% do total previsto, predominando a variedade carioca.

Tendo em vista a existência de diferentes épocas de colheita de feijão nas regiões produtoras do Brasil, englobadas em duas safras anuais, torna-se extremamente difícil um prognóstico regional e mesmo estadual. Portanto, pode-se admitir como válidas as previsões de aumento de plantio apenas para a próxima safra das águas, com as sementeiras no momento já em andamento nas principais regiões produtoras. O grau de interesse dos produtores para o plantio da próxima safra da seca, com o "grosso" da sementeira concentrado em fevereiro de 1977, estará diretamente relacionado com o resultado financeiro a ser alcançado no cultivo das águas de 1976/77.

(IEA, 23/09/1976)

QUADRO 60. - Área, Produção e Rendimento de Feijão nos Estados da Região Centro-Sul, 1973/74 a 1975/76

Estado	1973/74			1974/75			1975/76		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Paraná	835,0	562,1	673	768,2	607,9	791	828,8	613,2	740
Minas Gerais	849,3	419,4	494	567,0	284,5	502	555,5	287,9	518
Rio Grande do Sul	189,3	152,7	807	187,6	155,6	829	178,0	140,3	788
Santa Catarina	173,5	127,9	737	185,1	169,3	915	170,9	104,2	610
São Paulo	289,6	131,4	454	231,2	109,2	472	239,7	139,7	583
Goiás	192,4	94,7	492	223,0	112,5	504	220,6	111,2	504
Mato Grosso	49,2	36,6	744	53,0	45,4	857	78,4	57,3	731
Espírito Santo	85,6	45,3	529	87,8	44,2	503	80,6	29,5	366
Rio de Janeiro ⁽¹⁾	12,0	7,2	600
Centro-Sul	2.663,9	1.570,1	589	2.302,9	1.528,6	664	2.364,5	1.490,5	630
Norte-Nordeste	...	667,9	742,1	540,8	...
Brasil	...	2.238,0	2.270,7	2.031,3	...

(¹) Dados relativos à 1a. estimativa.

Fonte: FIBGE e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 61 . - Preços Médios Mensais Correntes de Feijão Recebidos pelos Produtores dos Principais Estados do Centro-Sul, 1974-76
(Cr\$/sc.60kg)

(continua)

Mês	São Paulo			Paraná			Minas Gerais		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	116,60	139,40	250,50	118,20	105,60	198,00	173,40	142,80	222,00
Fev.	107,10	123,40	292,70	109,20	96,60	206,40	130,20	136,20	237,00
Mar.	107,70	127,80	365,40	100,80	94,80	227,40	127,20	126,00	274,80
Abr.	115,40	140,40	461,90	106,80	97,20	252,60	127,20	125,40	304,80
Mai.	203,70	206,90	517,80	145,20	121,80	323,40	138,00	132,60	367,80
Jun.	198,50	216,50	476,50	139,20	135,00	371,40	155,40	161,40	422,40
Jul.	173,40	244,90	490,50	139,20	144,60	376,20	148,20	178,20	417,60
Ago.	163,40	358,40	555,90	139,80	205,80	...	143,40	187,80	...
Set.	172,40	332,90	...	130,80	225,60	...	144,00	216,00	...
Out.	173,40	372,00	...	132,00	223,20	...	138,00	229,80	...
Nov.	168,20	265,10	...	129,60	192,00	...	138,60	229,80	...
Dez.	177,70	197,70	...	124,80	162,00	...	144,60	222,00	...

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 61 . - Preços Médios Mensais Correntes de Feijão Recebidos pelos Produtores dos Principais Estados do Centro-Sul, 1974-76
(Cr\$/sc.60kg)

(conclusão)

Mês	Goiás			Santa Catarina			Rio Grande do Sul		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	190,20	145,80	281,40	117,60	90,00	121,20	149,90	111,00	130,20
Fev.	169,80	151,80	303,60	101,40	90,00	134,40	123,00	111,00	137,40
Mar.	157,80	143,40	382,80	99,60	85,80	142,80	122,40	101,40	141,60
Abr.	154,80	151,80	450,60	107,40	88,20	145,80	123,00	100,20	145,80
Mai.	165,60	153,60	460,80	127,20	87,60	167,40	139,80	103,20	...
Jun.	162,60	180,60	426,60	133,80	88,20	197,40	155,40	108,60	...
Jul.	147,00	194,40	414,60	129,00	92,40	208,20	156,00	108,00	...
Ago.	141,60	222,60	...	126,00	97,20	...	154,80	115,80	...
Set.	138,60	255,00	...	118,20	110,40	...	148,20	117,60	...
Out.	142,20	265,20	...	114,00	117,00	...	145,20	122,40	...
Nov.	143,40	258,60	...	103,80	117,60	...	133,20
Dez.	142,80	256,80	...	100,20	114,00	...	133,20

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV e Instituto de Economia Agrícola.

- Pecuária Leiteira

- Panorama internacional

As medidas tomadas no ano passado pela Comunidade Econômica Europeia (CEE), para impedir a acumulação de estoques de leite em pó, não foram suficientes para alcançar o objetivo almejado, já que os mesmos foram se ampliando, tendo passado de 800 mil toneladas em meados de 1975, para 1.400 mil em maio do corrente ano. Essa situação começou a preocupar as autoridades europeias a ponto de na reunião do Conselho de Ministros da CEE, realizada em 6 de março, ter-se decidido que 400 mil toneladas de leite em pó deveriam ser destinadas à alimentação animal, volume esse equivalente a 304 mil toneladas de farelo de soja, em valor protéico. Além disso, duas outras importantes decisões foram tomadas: a primeira, que condiciona os importadores de soja da CEE a adquirirem, no mercado interno, quantidades equivalente de leite em pó para a produção de rações; a segunda, instituindo um depósito compulsório de US\$ 37 para cada tonelada de farelo de soja importado. A elevação da cotação do farelo de soja no mercado mundial provavelmente favorecerá a implementação do plano de redução dos estoques, embora, aos preços atuais, esse farelo continue sendo preferido pelos pecuaristas.

A manteiga e o queijo apresentam-se também com estoques elevados desde o final de 1975, com perspectivas de continuar aumentando em 1976.

A produção mundial de leite in natura em 1975 foi apenas 1% superior a de 1974 (387 bilhões de litros). Dentro da CEE, apenas na Holanda a produção, em 1975, apresentou-se superior; por outro lado, a maior queda se verificou na Alemanha Ocidental. Essa situação se explica, em parte, pelas condições climáticas desfavoráveis ocorridas em alguns meses do segundo semestre de 1975. Na Austrália a queda da produção foi de 3,5% e nos Estados Unidos praticamente se manteve constante, enquanto na Nova Zelândia teria ocorrido aumento de 5%. Nos países em desenvolvimento, graças aos estímulos governamentais concedidos ao setor, visando diminuir o deficit de proteína animal na dieta alimentar, a produção aumentou em 1975.

Quanto às perspectivas para 1976, espera-se que a produção total dos 30 principais países produtores de leite em pó aumente de 1 a 2% em relação ao ano anterior (3,8 milhões de toneladas). Para o leite in natura parece ser ainda prematuro arriscar-se qualquer prognóstico. Segundo o USDA, nos principais países produtores (exceção feita a URSS e Austrália) a produção leiteira deverá ser bem superior a de 1975. Embora o USDA reconheça que muitos países têm realizado abate de vacas (o que poderia comprometer a produção), por outro lado a redução do rebanho será compensada pela melhor produtividade dos animais remanescentes.

A restrição que se faz às previsões tão otimistas é que os países da Europa foram duramente atingidos pela seca, obrigando muitos produtores a novos abates por falta de alimentos volumosos e grãos forrageiros. Além do fator climático mencionado, deve ser lembrado também que os elevados estoques de derivados do leite no mercado mundial, sobretudo de leite em pó, poderão forçar os governos a várias medidas diretas de desestímulo à produção leiteira, como aquelas adotadas no final da última década.

- Situação interna

Como reflexo das políticas governamentais de incentivo ao setor, a produção brasileira em 1975 alcançou 9,7 bilhões de litros, 10,2% superior a 1974.

Especificamente no caso da Região Centro-Sul o desempenho foi satisfatório, tanto assim que de uma situação de escassez verificada em meados de 1974, passou-se para uma de equilíbrio no início de 1975, tendo, inclusive, o abastecimento se processado normalmente na entressafra, uma vez que a queda natural de produção que se constata nesse período foi compensada com a reidratação do leite em pó produzido no período "das águas", de acordo com as diretrizes do Governo Federal. Esse bom resultado foi alcançado a despeito de ter sido um ano atípico quanto à disponibilidade de pastagens, afetadas pelas intensas geadas ocorridas no ano e, em seguida, por longo período de estiagem.

Além dos programas de crédito e assistência técnica, os produtores foram beneficiados no ano passado com dois reajustes de preços (em janeiro e agosto) considerados satisfatórios. O reajuste concedido em agosto (Cr\$ 1,60/litro) elevava o preço do produto a nível superior, em termos reais, ao vigente em 1966 (Cr\$ 0,16/litro), ano considerado bom para a pecuária de leite segundo os próprios pecuaristas.

Nó corrente ano mais dois reajustes foram concedidos. O primeiro (Portaria Super nº 12 de 7 de abril) elevava o preço de Cr\$ 1,60 para Cr\$ 1,70/litro a partir de 16 de abril e o segundo (Portaria Super nº 44 de 27 de julho), que passou a vigorar desde 19 de agosto, estabeleceu o preço de Cr\$ 2,10/litro ao produtor que, admitindo-se uma taxa de inflação ao redor de 44%, recoloca o valor real abaixo daquele de agosto de 1975.

- Rio Grande do Sul

A produção leiteira do Rio Grande do Sul, em 1975, foi estimada em 920 milhões de litros, esperando-se que no corrente ano alcance 1 bilhão de litros.

O rebanho do Estado está sendo melhorado graças ao Plano de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira (PDPL), através do qual os pecuaristas estão começando a adotar novas técnicas que se vêm refletindo na melhoria qualitativa do leite, beneficiando assim o consumidor e a indústria de derivados.

Estima-se que apenas 40% da produção passa pelos serviços de Inspeção Federal e Estadual, mostrando que o produto consumido é ainda de qualidade duvidosa.

O leite tipo B seria uma saída para a melhoria de qualidade do produto gaúcho, mas sua produção estaria condicionada, primeiramente, à melhoria da infra-estrutura da comercialização, como transporte e existência de resfriadores nas propriedades.

Informa-se que as cooperativas de trigo e soja deverão participar da industrialização do leite, o que criará possibilidades de introduzir novos produtos lácteos no mercado.

- Santa Catarina

O volume de leite produzido passou de 315 milhões de litros em 1974, para 356 milhões em 1975 (+13%), esperando-se para o corrente ano que a produção continue crescendo, porém a um ritmo inferior.

A exploração leiteira é realizada em quase todos os estabelecimentos agropecuários, sendo que os plantéis são formados por pequeno número de animais (5 em média), evidenciando que nesse Estado essa atividade é extremamente atomizada, o que resulta em comercialização do produto extremamente difícil e onerosa.

A silagem e fenação são práticas ainda pouco difundidas, ocorrendo assim acentuada

estacionalidade na produção, além de elevar o seu custo, uma vez que muitos produtores recorrem a rações para complementar a alimentação no período de inverno.

Apesar da exploração estar difundida por quase todo o Estado, o Alto Vale do Itajaí, as regiões Joinville, Blumenau, Tubarão e Lages se caracterizam por concentrar a maior parte da produção.

Alguns pecuaristas estão iniciando a exploração de leite B, mas a produção total é tão pequena que não chega a ter expressão econômica.

Quanto à indústria de laticínios existem no Estado aproximadamente 30 estabelecimentos, sendo que apenas 3 deles são responsáveis pela recepção de 56% do leite destinado à industrialização. Os demais estabelecimentos encontram-se em precárias condições de funcionamento, além de operarem com elevada capacidade ociosa.

Outro aspecto que deve ser destacado no tocante à comercialização é que 84% do leite produzido são vendidos pelo produtor diretamente ao consumidor, que o consome in natura (sem pasteurização) ou o utiliza na fabricação de queijos coloniais.

- Paraná

De acordo com informações oficiais, a produção de leite no período 1972-75 aumentou 17%, sendo que o volume esperado para o corrente ano é de 677,5 milhões de litros, 4,6% superior ao do ano passado (647 milhões de litros).

À despeito da produção estar crescendo, ela não tem sido suficiente para atender o consumo, acentuando dessa forma os problemas de abastecimento na entressafra, como é o caso de Curitiba, onde a distribuição do leite, que em dezembro de 1975 era de 180 mil litros diários, passou a 150 mil litros em julho de 1976. Na região norte do Estado a queda de produção chega à mais de 30% no período de escassez, obrigando assim as usinas a se dedicarem somente à pasteurização do produto, em detrimento da produção industrial de derivados. Deve ser ressaltado, ainda, que esse Estado contribui com volume considerável do produto para o abastecimento de São Paulo.

Aparentemente, a causa principal da insuficiente produção de leite é o preço recebido pelo produtor, que, segundo os pecuaristas, não acompanhou na mesma proporção a evolução dos custos.

Visando corrigir as distorções decorrentes da estacionalidade da produção, foi instituído o Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira, o qual segundo os técnicos, "ainda não trouxe os incrementos desejados, esperando-se que num curto lapso de tempo possam ser constatados incrementos na produção e produtividade da pecuária paranaense".

O Estado já programou a importação de 2.000 bezerros de raça holandesa de alto potencial para produção leiteira e deverão ser instalados postos de inseminação artificial em 24 municípios de concentração pecuária, plano esse que oportunamente se estenderá para todo o Estado. Está sendo estimulada a formação de novas bacias leiteiras em União de Vitória, Lapa, Cerro Azul, Andrianópolis e litoral do Estado.

- São Paulo

O comportamento do setor em 1975 não deve ser interpretado como se o Estado de São

Paulo tivesse alcançado a auto-suficiência na produção de leite. Embora tenha havido um relativo excedente no período de safra, o abastecimento ficaria comprometido se não fosse o produto proveniente de outros estados.

Contrariamente ao ano de 1975, a evolução do setor foi negativa no decorrer do primeiro semestre de 1976. Assim, enquanto nos primeiros três meses do ano passado havia excesso de leite C no mercado, nesse mesmo período do ano em curso era notória sua escassez. A falta do produto alcançou tal dimensão, que já em abril o Governo concedeu autorização para reidratação do leite em pó para ser distribuído ao consumo, prática essa que em 1975 só fora autorizada em junho.

Aparentemente a causa principal dessa queda de produção foi o baixo preço pago ao produtor. Em relação a 1975, o preço médio recebido pelo produtor durante o 1º semestre deste ano teve uma redução da ordem de 14%, em termos reais. Diante, portanto, desse fato, não se poderia esperar outro comportamento.

Estudos realizados no IEA mostram que 88% dos pecuaristas de leite do Estado de São Paulo são considerados "pequenos produtores" (menos de 100 litros/dia) os quais, entretanto, respondem por 40% da produção. Esta questão de estrutura de produção atomizada é bastante crítica, particularmente no Vale do Paraíba, importante bacia leiteira do Estado. Além disso, a atividade de pecuária de leite se caracteriza pela baixa tecnologia utilizada.

A partir de agosto, com o novo preço, os produtores paulistas reagiram favoravelmente, sendo possível que a produção do Estado se recupere dos resultados negativos do 1º semestre e, eventualmente, supere o volume alcançado em 1975 (1.506 milhões de litros). Todavia, a Portaria que fixou os novos níveis de preço, se de um lado favorece o consumo de leite na Grande São Paulo, por outro criou problemas de abastecimento no interior, através da diferenciação de preços ao produtor em função da destinação do produto.

Com efeito, o artigo 2º da referida Portaria Super nº 44 estabelece o preço de Cr\$ 2,10/litro para o produtor, quando o leite é destinado à Grande São Paulo, enquanto que o artigo 3º fixa em Cr\$ 1,90/litro, quando o produto é destinado ao consumo local, isto é, do próprio município.

O diferencial de preço de Cr\$ 0,20/litro estaria, dessa forma, induzindo os produtores a entregar o produto para o abastecimento da Grande São Paulo, levando assim à escassez de leite a várias cidades do interior paulista, como Franca, Ribeirão Preto, Piracicaba, etc.

Deve ser mencionado que mesmo na Portaria anterior, (Super nº 12, de 7 de abril) o produto que era enviado à São Paulo era remunerado distintamente (diferença de Cr\$ 0,15/litro) daquele que era destinado ao abastecimento local, já que o produtor recebia Cr\$ 1,70 e Cr\$ 1,55/litro dependendo da destinação do leite produzido.

Ao estabelecer esses diferenciais de preços (Cr\$ 0,15 e Cr\$ 0,20/litro) o propósito governamental era apenas cobrir o custo do 2º transporte, tanto assim que esses valores eram e ainda são pagos aos produtores na forma de subsídios. Na realidade, se não existissem esses subsídios, a situação seria inversa, isto é, o produtor receber menos se enviasse o leite para a Grande São Paulo, uma vez que tanto a Portaria atual, como a anterior, permitem que se deduza do preço mínimo o custo de transporte do leite in natura entre a usina e o entreposto ou conjunto industrial, ou seja, o custo correspondente ao 2º percurso.

Dessa forma ficou assim criado um impasse, exigindo por parte do Governo Federal o reestudo da Portaria.

A produção de leite B vem aumentando, principalmente no Vale do Paraíba. Dado ser um produto de preço bem mais elevado, tem-se encontrado algumas dificuldades para sua colocação em período de abastecimento normal de leite C. Quando isso ocorre, apenas parte de sua

produção realmente é vendida como leite B, sendo o restante entregue às usinas ao preço de leite C.

- Rio de Janeiro

Com uma produção anual acima de 300 milhões de litros, a pecuária leiteira ocupa o 3º lugar na renda agrícola do Estado do Rio de Janeiro.

A principal bacia leiteira encontra-se na região do Médio Paraíba, onde as técnicas de produção são mais aprimoradas, seguida do Norte Fluminense. O clima mais ameno do Médio Paraíba favorece a criação do gado holandês, enquanto que no Norte Fluminense há predominância do gado misto e gir.

Em 1975 a produção de leite B foi da ordem de 6.350 mil litros, esperando-se que essa cifra seja bem mais elevada no corrente ano, a despeito das reclamações dos produtores de que o custo de produção tem-se elevado muito.

- Espírito Santo

A Secretaria da Agricultura desse Estado estima, para o corrente ano, um volume de produção de leite da ordem de 275 milhões de litros, 7,8% superior à produção de 1975 (255 milhões).

Espírito Santo vem se firmando, a cada ano, como exportador de leite, principalmente para o Rio de Janeiro. Acredita-se que atualmente cerca de 60% do leite produzido seja destinado a outros estados, com a Região Sul liderando a exportação (80% do total).

Segundo estudo realizado em 1975, do total do leite produzido 25% se destinavam ao próprio Estado, tanto para consumo in natura como para utilização pela indústria caseira; 20% iam para as indústrias de laticínios e, finalmente, 55% eram exportados para outros estados.

A despeito dos problemas de ordem tecnológica existentes (manejo inadequado, alimentos insuficientes na época da seca, raças não especializadas, etc), as perspectivas são de aumentos crescentes nos atuais níveis de produção e produtividade.

- Minas Gerais

Há controvérsias com relação a produção leiteira do Estado de Minas, mesmo entre fontes oficiais. A EPAMIG, por exemplo, havia estimado para o corrente ano uma produção leiteira acima de 2,6 bilhões de litros, enquanto que para o IBGE e ECOTEC, já em 1975 a produção mineira estava ao redor de 3,3 bilhões de litros. Para o Ministério da Agricultura (SUPLAN) a produção alcançada em 1975 fora de 3 bilhões de litros, sendo esperado para 1976 um aumento de 6,7% em relação ao volume produzido no ano anterior.

Minas Gerais, apesar de ser o maior Estado produtor de leite (mais de 30% da produção brasileira) apresenta regiões bem diferenciadas em termos de avanço tecnológico. Nas bacias leiteiras da Zona da Mata e Belo Horizonte os rebanhos não são especializados, as técnicas de manejo são bastante deficientes, há acentuado diferencial entre a produção da seca e a das águas. Por outro lado, a bacia do Sul de Minas, que tem como principal mercado a área Metropolitana de São Paulo, já apresenta razoável estágio tecnológico, sendo que aí estão localiza

dos excelentes rebanhos leiteiros, cujas matrizes e reprodutores têm sido exportados para outros estados, inclusive para São Paulo.

A produção de leite tipo B vem também aumentando no Sul de Minas Gerais. Acredita-se que mais de 80.000 litros desse produto são destinados diariamente para o abastecimento de São Paulo.

Quanto à destinação da produção, estima-se que cerca de 60% do volume total produzido é encaminhado à industrialização, principalmente de queijo.

Acredita-se que no futuro a tendência de Minas Gerais será de diminuir a venda de leite in natura para São Paulo, preferindo industrializar a matéria-prima no próprio Estado. Com esse propósito têm sido observados esforços no sentido de canalizar recursos com a finalidade de aumentar e diversificar a produção de derivados do leite.

- Goiás

Os dados disponíveis sobre produção de leite em Goiás evidenciam, mais uma vez, a magnitude do problema das estatísticas agrícolas no País. Em 1975, de acordo com fontes oficiais, a produção leiteira do Estado era da ordem de 500 milhões de litros. Todavia, estudos mais recentes realizados pela SUPLAN, mostraram que a produção alcançava a cifra de 823 milhões de litros, com diferença, portanto, de aproximadamente 65%.

Para o corrente ano espera-se que a produção do Estado cresça 5% em relação a 1975. Goiás tem contribuído substancialmente para o abastecimento de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, sobretudo nos períodos de escassez do produto.

Espera-se que os estímulos proporcionados pelo Governo aos produtores contribuam para o melhoramento genético dos plantéis, já que um dos fatores responsáveis pelo baixo rendimento dessa atividade em Goiás é que seu rebanho se constitui predominantemente por animais sem aptidão para a produção de leite.

- Mato Grosso

Estimativas realizadas recentemente pela CEPA/MT indicam que a produção leiteira do Estado, em 1975, foi da ordem de 154 milhões de litros. As expectativas para o corrente ano são de que essa produção alcance 166 milhões de litros, mas mesmo assim ela só atenderia pouco mais de 50% do potencial de consumo total do Estado, que estaria ao redor de 290 milhões de litros.

Nas principais bacias leiteiras do Estado (Campo Grande e Cuiabá) o suprimento de leite in natura tem sido insuficiente para atender o mercado consumidor, razão por que a população vem recorrendo aos derivados lácteos produzidos em outros estados.

No setor de comercialização é necessária a implantação de uma infra-estrutura física adequada, capaz de gerar uma redução de custos que venha a beneficiar os consumidores. Em Campo Grande, por exemplo, verificam-se grandes distorções no sistema de transporte do leite da propriedade à usina regional. Há nas linhas de leite os chamados "caminhoneiros", normalmente produtores, que chegam a cobrar até Cr\$ 0,60 por litro para transportar o produto das fazendas à usina. Casos existem em que esses transportadores chegam a exercer a função de intermediários, adquirindo a produção dos vizinhos para revendê-la à usina.

Os produtores de Campo Grande têm reclamado por não estarem recebendo da usina (sô

existe uma usina na região) o pagamento pelo excesso de gordura, como determina a Portaria da SUNAB.

O nível tecnológico da pecuária leiteira do Estado é baixo, sendo que na principal bacia leiteira (Campo Grande) a produtividade média é de 2 litros/vaca/dia.

Aos poucos, entretanto, os produtores estão se conscientizando da vantagem de introduzir no rebanho animais mais indicados para a produção de leite.

Estudo realizado pela CEPA/MT sugere um elenco de medidas de políticas de produção e comercialização de leite e laticínios a fim de que a pecuária leiteira do Estado tenha desempenho mais satisfatório. Entre essas medidas destacam-se: a) diversificação dos produtos derivados de leite; b) estudar a viabilidade de ampliação e aperfeiçoamento das indústrias de leite existentes em Cuiabá e Campo Grande; e, c) desenvolver pesquisa de demanda de leite e derivados.

- Perspectivas

O preço de leite tem sido a principal variável na sua função de oferta. O Governo reconhece a importância dessa variável na produção; todavia, o problema de sua fixação é bastante complexo. Deve-se levar em conta não somente a característica de demanda inelástica do produto, mas também a estrutura e eficiência de produção.

Dessa forma, pretender tão somente que esse preço seja o que cubra os custos de produção é incorrer, muitas vezes, em custos sociais elevados e injustos, já que o consumidor poderia ser obrigado a pagar pela ineficiência do produtor. Por outro lado, pretender também que o preço seja estabelecido visando apenas a melhoria da produtividade, seria ignorar por completo o processo de adoção e assimilação de nova tecnologia, que é lento e gradativo. Optar por essa última política de preços, principalmente quando a estrutura é tão pulverizada e problemática como a do leite, é arriscar-se a reduzir abruptamente a renda do setor, inclusive a sua produção.

À despeito da insatisfação manifestada pelos produtores com relação ao reajuste de preços em agosto, a produção de leite da Região Centro-Sul deverá aumentar neste ano e esse incremento, segundo o Ministério da Agricultura, seria superior a 7%.

O estado geral das pastagens, que se mostra bastante bom, deverá favorecer a produção. Por outro lado, a elevação dos custos até o final do ano poderá condicionar o desempenho da produção.

As perspectivas para São Paulo não são animadoras. Mesmo que a produção eventualmente venha a aumentar em 1976, não será suficiente para atender as necessidades de consumo humano e industrial.

Os estoques oficiais de leite em pó, da ordem de 10,5 mil toneladas, não estão sendo suficientes para compensar a queda de produção da entressafra, levando as autoridades a realizar importações adicionais do produto.

Há necessidade de se realizar uma política de produção mais realista para a pecuária leiteira. Embora aumente anualmente o volume de leite ofertado, o mesmo não tem acompanhado o crescimento que se tem verificado na demanda, gerando as conhecidas crises de abastecimento do produto in natura, além de comprometer a produção industrial do setor.

(IEA, 01/10/1976)

- Pecuária Bovina

- Situação internacional

Em 1975 a produção mundial de carnes bovina, suína e de aves alcançou a cifra de 108.530 mil toneladas, apresentando crescimento de 1,6% em relação a 1974. Neste total, a carne bovina contribuiu com 45.117 mil toneladas e um aumento relativo de 4%. Neste produto, o maior incremento verificou-se na Oceania (18,0%), seguida da América do Sul (7,0%) e Estados Unidos (5,0%). Na Europa, onde se concentra 20% da produção mundial, o crescimento foi pequeno (1,5%), o mesmo acontecendo na URSS (1,0%).

Por outro lado, a crise econômica provocou retração na demanda, o que reduziu a cotação do produto. Consequentemente, a Comunidade Econômica Européia, região tradicionalmente importadora de carne bovina, terminou 1975 como exportadora líquida com estoques de carne bovina superiores a 350 mil toneladas, contrastando com a situação de escassez verificada em 1973.

Acredita-se que 1976 ainda não seja um ano favorável para os exportadores. Além da expectativa de que a produção mundial continue crescendo, os estoques de intervenção na CEE continuam elevados e as barreiras alfandegárias, embora atenuadas, ainda dificultam a importação. As previsões otimistas de que o volume de carne bovina a ser comercializado em 1976 alcançaria 2,43 milhões de toneladas (mais 14% em relação a 1975), poderão não se confirmar, porque a prolongada seca que atingiu o continente europeu, de certa forma contribuiu para aumentar ainda mais os estoques de carne. De fato, em decorrência da seca as compras realizadas na CEE para formação desses estoques, que até então se limitavam aos animais de corte, têm-se estendido para os animais especializados na produção leiteira.

Concomitantemente, os Estados Unidos anunciaram que suas importações poderiam ser menores no corrente ano, tendo seus principais fornecedores, Austrália e Nova Zelândia, reduzido suas quotas de 7% e 5%, respectivamente.

Face a essa conjuntura não é de se estranhar a queda nas cotações, como foi o caso da carne argentina, cujo preço médio FOB de US\$ 880/tonelada no 1º trimestre de 1975, viu-se reduzido para US\$ 665/tonelada no período paralelo do corrente ano.

- Situação interna

A produção brasileira de carne bovina foi da ordem de 2,16 milhões de toneladas em 1975, cerca de 2,8% superior a de 1974.

A meta governamental de exportar 80 mil toneladas no ano passado não foi atingida, tendo sido comercializadas apenas 47 mil, devido principalmente aos preços internacionais que continuaram em declínio. Além disso, as barreiras impostas pelos países importadores, sobretudo a Comunidade Econômica Européia, dificultaram a colocação do produto brasileiro.

A exemplo dos três últimos anos, prosseguiu em 1976 a política de "acordo de cavalheiros" entre o Governo Federal, frigoríficos, supermercados e pecuaristas, visando, ao mesmo tempo, a normalidade no abastecimento e a manutenção de preços para sustentar o mercado interno de carne bovina.

Em janeiro foi iniciada, através da COBAL, a estocagem de carne para a entressafra, aos preços de Cr\$ 12,20 e Cr\$ 7,60 respectivamente, para os cortes do trazeiro e do dianteiro. Os estoques de carne financiados são estimados em 200 mil toneladas, representando aumento da ordem de 33% quando comparados com os de 1975.

Como ocorreu em 1975, em abril deste ano o Governo autorizou a importação de carne uruguaia até o limite de 50 mil toneladas, sob o regime de "draw-back", à US\$ 800/t, preço esse bem inferior aos vigentes no mercado interno. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, essas importações foram lucrativas para os frigoríficos não só pela diferença no preço de compra, como devido aos incentivos para exportação de carnes enlatadas. A propósito, menciona-se no 1º semestre deste ano a exportação brasileira de carne industrializada de 35.500 toneladas, praticamente o dobro das exportações verificadas no mesmo período de 1975 (17.738t). As exportações totais até julho (enlatada + resfriada) somaram 48.000 toneladas, cifra essa bastante significativa, uma vez que já supera as vendas totais realizadas em todo o ano de 1975 (47.000 t).

O preço do boi gordo manteve-se relativamente estável em todos os estados da Região Centro-Sul, com São Paulo e Paraná liderando nas cotações. De outra parte, tem-se constatado um elevado abate de fêmeas no corrente ano. Segundo o Sindicato da Indústria do Frio do Estado de São Paulo, seus frigoríficos filiados abateram, de janeiro a julho deste ano, 369.000 cabeças de vacas em contraposição às 135.400 cabeças abatidas em 1975 (+173%), o que confirma a tendência observada até abril, quando o DIPOA acusou um aumento de 186% no abate de fêmeas. Essa fenômeno está relacionado com o valor dos bezerras, cujos preços têm-se deteriorado em todo do Centro-Sul.

- São Paulo

No Estado de São Paulo, a despeito dos 26% de aumento observado nos abates sob inspeção federal, a produção de carne bovina em 1975 decresceu em relação ao ano anterior, tendo alcançado 497 mil toneladas, o que pode ser explicado pelo fato de muitos dos animais abatidos serem procedentes de outros estados do Brasil Central, além da sensível ampliação no número de abates sob inspeção federal neste Estado.

A produção de carne bovina em 1976, de acordo com estimativas preliminares e com observações nos dados do 1º semestre, poderá situar-se em níveis inferiores ao do ano anterior.

Com relação aos preços, o ano de 1976 iniciou-se com a cotação do boi gordo a Cr\$ 130,00 por arroba. Nos meses subsequentes houve alta, atingindo Cr\$ 140,00/145,00 por arroba nas principais regiões de engorda. Em junho verificou-se nova alta, até se estabilizar em torno de Cr\$ 160,00/170,00 em julho e agosto. Deve ser lembrado que os valores mencionados se referem aos máximos alcançados e não a valores médios.

Embora o gado bovino ocupe posição de destaque na formação da renda agrícola do Estado, seus preços têm-se deteriorado em termos reais. Os preços reais médios alcançados pelo boi gordo, boi magro e bezerro, no período janeiro-agosto do corrente ano, diminuíram, respectivamente, de 10%, 17% e 20% em relação à média anual de 1975. Entretanto, se a mesma comparação for feita com o respectivo período de 1975, as correspondentes reduções percentuais são de 11%, 20% e 25%.

Observe-se as taxas crescentes em que se deram as perdas de preços reais, isto é, gradualmente a partir do boi gordo para o boi magro e para o bezerro, comprovando, uma vez mais, que todas as vezes que varia o preço do boi gordo, os preços do boi magro e do bezerro variam no mesmo sentido, mais do que proporcionalmente.

Quanto à exportação pelo Porto de Santos, verifica-se que até agosto do corrente ano foram embarcadas 34.883 toneladas de carne bovina, predominando a carne enlatada (70%). Esse volume representa um aumento de 32% em relação ao exportado no mesmo período do ano anterior (26.322t).

- Mato Grosso

Talvez este seja o Estado que apresenta as mais controvertidas estatísticas de produção pecuária. Como exemplo, podem ser citados os dados de produção de carne bovina, que variam de 112.000 a 335.000 toneladas em função das diferentes fontes oficiais consultadas. É necessário que se diga, porém, que grande parte destas discrepâncias decorrem dos critérios utilizados na elaboração das estatísticas, como é o caso de se computar ou não os animais exportados para abate em outros estados.

Comumente é apresentada como taxa de desfrute do rebanho o índice de 5,6% (para um rebanho de 14 milhões de cabeças), valor esse contraditório com o volume de carne produzido, além de não corresponder às expectativas dos técnicos que acompanham de perto a evolução da pecuária de corte desse Estado.

Tal índice de desfrute encontra explicação no fato de não serem considerados no cálculo os animais produzidos em Mato Grosso e que são destinados ao abate em outros estados, a exemplo do verificado no 1º semestre de 1976, quando saíram 900 mil cabeças, das quais 66% para abate. Quando se leva em conta essas saídas, o referido desfrute alcança índice superior a 9% e, assim, a produção estimada de carne do Estado passa a ser de aproximadamente 290.000 toneladas (peso médio de carcaças de 218 kg).

Para efeito de cálculo do valor de produção há que se dar conta também dos animais de cria e recria que saem do Estado, sendo que a expectativa para o corrente ano é de que aproximadamente 600 mil cabeças deverão sair de Mato Grosso, principalmente com destino a São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

No Estado de Mato Grosso a atividade de recria e engorda é desenvolvida em regiões de terras mais férteis, como por exemplo na Região do Grande Dourados. Por sua vez, a atividade de cria se realiza nas terras mais fracas, como em Três Lagoas, onde cerca de 80% dos pecuaristas se dedicam à cria. Apesar da maioria dos criadores considerar que a atividade de cria é anti-econômica no momento, observa-se que o abate de fêmeas não tem sido tão grande

nesse Estado como o foi em São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

É opinião quase generalizada que a produção de carne deverá ganhar grande impulso nesse Estado nos próximos anos, sobretudo com o programa POLOCENTRO que, além dos financiamentos propriamente para a pecuária, prevê a concessão de empréstimos substanciais para a cultura do arroz, cujas áreas, dentro de 2 a 3 anos, deverão também se transformar em pastagens, com melhor capacidade de suporte que as atualmente existentes, concorrendo assim para o melhor desempenho da pecuária de corte. Também do lado industrial existem incentivos para que o abate se realize no próprio Estado. Ainda esse ano deverá entrar em operação uma unidade abatedora em Cuiabá, com capacidade instalada de 1.200 cabeças diárias.

- Paraná

Segundo estimativas do IPARDES, o atual rebanho bovino do Paraná é da ordem de 6.400 mil cabeças. Em 1975 os abates totais somaram 708.000 cabeças e as expectativas são de que aumentem 4,5% no corrente ano, alcançando assim a cifra de 740.000 cabeças.

Cerca de 60% do total dos abates se realizam nos estabelecimentos sob inspeção federal, notando-se que o peso médio das carcaças vem melhorando continuamente, alcançando atualmente 207 kg/animal.

Os abatedouros paranaenses localizam-se principalmente na Região Norte do Estado, os quais respondem por mais de 80% das matanças.

Como principais problemas do setor são apontados, primeiramente, a baixa porcentagem de matrizes no rebanho e, em seguida, a sub-utilização e manejo inadequado das pastagens.

Os programas PRODEP e PRONAP estão criando condições mais favoráveis para a pecuária de corte, melhorando a produtividade do rebanho e aumentando a área de pastagens, através de substituição da cultura do café nas regiões mais sensíveis às geadas.

- Minas Gerais

Os últimos dados disponíveis da FIBGE referem-se a 1973 quando o efetivo bovino de Minas Gerais foi estimado em 18.375 mil cabeças. Dessa forma, admitindo-se uma taxa de crescimento de 3% a.a., calcula-se que a população bovina seja atualmente da ordem de 20 milhões de cabeças.

O total de abates (com e sem inspeção) realizados em 1975 teria sido da ordem de 2,4 milhões de cabeças (800 mil cabeças nos estabelecimentos sob inspeção federal), podendo-se esperar que esse número se eleve para 2,5 milhões no corrente ano. Deve ser destacado, contudo, que se calcula em mais de 20% o número de bovinos abatidos em Minas Gerais e que são provenientes de outros estados, principalmente de Goiás e Mato Grosso.

Dado que a industrialização de carne é ainda bastante incipiente, a participação do Estado nas exportações de carne bovina do País é ainda pequena, permanecendo ele como tradicional fornecedor dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o que permite liberar para a exportação a produção de São Paulo, processada de forma mais adequada para atender as exigên-

cias do mercado internacional.

Quanto aos preços, os pecuaristas mineiros receberam, em média, Cr\$ 118,90 pela arroba do boi gordo durante o primeiro semestre do corrente ano. Em termos reais (Cr\$ de 1975) esse valor é praticamente o mesmo que prevaleceu no ano anterior (Cr\$ 106,00), mostrando assim, que a variação da renda do setor foi fruto apenas da maior produção. Por outro lado, os preços do bezerra de até 1 ano e de 1 a 2 anos tiveram uma redução no valor real de 16% e 14%, respectivamente, mostrando que também nesse Estado a situação não está favorável, pelo menos no momento, aos criadores, o que explica em parte as informações de que também aí os abates de fêmeas têm sido superiores às matanças normalmente efetuadas.

- Rio Grande do Sul

Segundo a CEPA/RS, a produção gaúcha de carne bovina em 1975 alcançou 221.000t ou seja 5% superior à do ano anterior.

Com uma população bovina de pouco mais de 12 milhões de cabeças, a exploração da bovinocultura de corte se realiza de forma tradicional, pouco tecnificada, apresentando, conseqüentemente, baixos níveis de produtividade. A taxa de natalidade é da ordem de 50% e a mortalidade chega a atingir 5%, sendo também elevada a idade de abate dos novilhos (4,5 a 5 anos).

O índice de desfrute, oficialmente estimado em 11%, contradiz outros dados, como a produção total de carne (220.000t) e peso total alcançado pelos animais no ponto de abate (450-480 kg). Portanto, sob o ponto de vista de produção, há que se realizar análises mais aprofundadas a fim de determinar a real produção do Estado.

As exportações industriais (carne em geral, enlatados, extrato de carne e miudezas) têm diminuído substancialmente, passando de 7.300 toneladas em 1973 para 2.300 toneladas em 1975.

O maior problema enfrentado pelo pecuaristas gaúchos se refere à disponibilidade de alimentos para o gado no inverno. Nesse período, a perda de peso por animal em engorda pode variar de 30 a 50 kg, dependendo da intensidade do frio.

Entre os técnicos do setor admite-se que a melhoria na pecuária de corte estará em função de: linhas de crédito especiais para a pecuária; assistência técnica efetiva e integração lavoura-pecuária.

Como no caso do Estado de São Paulo, as estimativas preliminares indicam que em 1976 a produção de carne bovina poderá decrescer, uma vez que estaria ocorrendo transferência de recursos do setor pecuário para o setor agrícola (cereais).

- Outros Estados

Em Santa Catarina, a produção total de carne (suína, de aves, bovina) em 1975 somou 247.000 toneladas, sendo que a carne bovina representou apenas 22% do total, demonstrando a pequena importância econômica desse produto no Estado.

Para 1976, enquanto se espera que a produção de carne de aves aumente 20%, o crescimento da produção de carne bovina deverá ser de apenas 2%, revelando certa estabilidade na oferta.

Quanto aos preços recebidos pelo boi gordo, verifica-se que o preço médio do 1º semestre de 1976 foi 18% inferior, em valor real, ao preço médio do mesmo período de 1975.

O rebanho bovino (corte e leite) do Espírito Santo é estimado atualmente em 2.450 mil cabeças.

A atividade de pecuária de corte se concentra mais na região norte do Estado (70% do efetivo bovino), sendo que Ecoranga, Montanha, Mucurici, Pinheiro e Nova Venécia são os municípios grandes produtores de carne.

No Estado existem três grandes frigoríficos, responsáveis por mais de 90% dos abates. Deve ser destacado que cerca de 50% dos animais abatidos no Espírito Santo são procedentes de outros estados.

Embora se acredite que exista uma crescente tendência de deficit de carne bovina para o abastecimento do Estado, estima-se que a metade da carne que sai dos frigoríficos se destina para outros estados, principalmente Rio de Janeiro.

Os últimos dados oficiais sobre pecuária no Estado do Rio de Janeiro são de 1973, quando o efetivo bovino era estimado em 1.400 mil cabeças.

O Estado recebe bois magros de Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Bahia, os quais são abatidos quando atingem um peso médio vivo de 460 kg.

A maior parte dos rebanhos para carne é composta de animais azebuados, pouco uniformes, sendo também elevado o número de animais "pê duro".

- Perspectivas

A despeito da precariedade de certos informes, a julgar-se pelos vários indicadores de mercado, pode-se esperar que a produção de carne bovina cresça em 1976. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, esse crescimento seria próximo da taxa de crescimento populacional urbano, estimada em 5%. A SUPLAN, por seu turno, admite que o crescimento será da ordem de 3%. Nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, todavia, segundo dados preliminares, poderá ocorrer uma redução nos abates.

Com relação ao abastecimento, constatou-se até o momento uma completa tranquilidade nos maiores centros de consumo, situação essa que deverá persistir até o final deste ano, em função principalmente dos estoques oficiais.

O "acordo de cavalheiros" que já existia entre as autoridades, frigoríficos e supermercados foi estendido também aos açougues, o que permitirá às autoridades acompanhar mais de perto as oscilações de preços ao nível do varejo, impedindo, inclusive, os eventuais abusos praticados pelos comerciantes.

A possibilidade de se importar carne sob o regime "draw-back" do Uruguai deverá assegurar um abastecimento normal, já que liberará mais carne bovina produzida internamente para o consumo. Segundo se informa, o Governo estaria disposto a liberar importações do produto uma vez constatado que o preço do boi gordo aumentou mais que 6% em valor real, sobre o preço do ano anterior.

Quanto ao mercado externo, embora se reconheça que as perspectivas para o corrente ano não são ainda muito favoráveis, não deixam de ser auspiciosos alguns fatos isolados como as notícias procedentes da Argentina, segundo a qual esse País (2º exportador mundial de carne bovina, depois da Austrália) exportou no período de janeiro a julho deste ano 253.000 toneladas de carne bovina, 130% a mais que as exportações do mesmo período de 1975. O Uruguai teria também triplicado suas vendas externas de carne bovina no corrente ano, sendo seus principais compradores, Egito, França, Espanha, Itália e Alemanha Ocidental.

O aumento nas vendas externas de carne bovina por esses dois países sul-americanos, aliado as perspectivas de que Japão e URSS deverão aumentar suas importações no corrente ano (além do afrouxamento nas restrições alfandegárias por parte da CEE), parecem indicar que realmente o comércio mundial de carne bovina está emergindo da crise vivida a partir de 1974.

(IEA, 01/10/1976)

- Milho

- Panorama internacional

A produção mundial de milho de 1975/76, exceção feita à China, está estimada em 320,0 milhões de toneladas, ou seja, 10% superior à de 1974/75. O aumento deve-se principalmente à safra recorde obtida nos Estados Unidos, de 146,5 milhões de toneladas, comparadas com 118,5 milhões em 1974/75 (quadro 62).

A África do Sul tem sua safra de 1975/76 estimada em 8,1 milhões de toneladas, contra 9,5 milhões de toneladas no ano anterior. Chuvas excessivas desde dezembro, que se intensificaram em fevereiro-março, foram responsáveis pelo decréscimo na produção, fazendo com que as exportações, que em 1974/75 chegaram a 3,3 milhões de toneladas, dificilmente ultrapassem os 2 milhões neste ano.

A produção na Argentina foi estimada em 5,8 milhões de toneladas, ressaltando-se que a safra foi afetada não só pela redução na área cultivada (-4%), como ainda por fatores climáticos adversos. A produção do ano precedente atingiu 7,7 milhões de toneladas e a meta inicialmente prevista para a safra 1975/76 era de 9,0 milhões de toneladas. Assim se espera que os excedentes exportáveis de 1976 não ultrapassem 2,0 milhões de toneladas (3,5 milhões no ano anterior).

A França, principal País produtor da Europa Ocidental, mesmo com um acréscimo na área, teve sua produção reduzida de 8,9 milhões de toneladas em 1974/75 para 8,1 milhões em 1975/76. Da mesma forma a Rússia, devido a adversidades climáticas, apresentou um volume total de 7,3 milhões de toneladas (-40%).

Os outros principais países da Europa Oriental apresentaram a seguinte posição: a Iugoslávia passou de 8,0 milhões de toneladas em 1974/75 para 9,4 milhões em 1975/76; Hungria 6,2 milhões para 7,1 milhões e na Romênia a produção caiu ligeiramente para 7,0 milhões de toneladas.

A Tailândia obteve uma produção em 1975/76 da ordem de 2,5 milhões de toneladas, volume este idêntico ao da safra anterior; das quais cerca de 1,8 milhão destinar-se-á ao comércio exterior, principalmente Formosa e Japão.

O comércio mundial de milho está atingindo níveis bem superiores aos da temporada 1974/75 e, devido às menores produções na Argentina, África do Sul e França, os Estados Unidos têm ampliado ainda mais sua participação como exportador do grão. Os embarques realizados por este País no ano comercial 1975/76 (outubro-setembro) somaram, até meados de agosto, 39,0 milhões de toneladas, contra 25,2 milhões no mesmo período do ano anterior (+55%). Tal aumento foi quase inteiramente devido às grandes aquisições por parte da Rússia e outros países da Europa Oriental, sobretudo Polônia e Romênia.

A Argentina, depois de duas safras bastante volumosas, em que os embarques estiveram em cada ano ao redor de 5,0 milhões de toneladas, no ano comercial (abril-março), apresentou acentuada redução no volume exportado, passando para 3,5 milhões em 1975/76. O comércio com a Itália, seu principal importador, decresceu em 38%.

A França, a despeito de uma menor colheita em 1975/76, conseguiu aumentar suas exportações em 32% na primeira metade do ano comercial (outubro-setembro), devido ao baixíssimo volume exportado no mesmo período de 1974/75, uma vez que esta cifra é inferior em 60% a do período correspondente de 1973/74. Cerca de 90% de seu comércio tem sido com os países membros da Comunidade Econômica Européia.

Do lado da importação, o Japão continua como o principal comprador, sendo que suas aquisições atingiram 7,5 milhões de toneladas em 1975/76 (até junho), comparadas com 7,9 milhões em 1974/75. Ao que tudo indica a Rússia deverá efetivamente tornar-se o principal País importador pois, segundo o Conselho Internacional do Trigo, as compras de milho no período julho/75 a setembro/76 superariam 14,0 milhões de toneladas, suplantando assim as importações totais do Japão até o findar da temporada.

A par do aumento do comércio mundial de milho, os dados de estoques dos 4 principais países exportadores, divulgados em junho de 1976, indicam maior disponibilidade no conjunto. Porém, ressalte-se que essa posição é consequência do aumento de estoques nos Estados Unidos, pois nos demais (França, Argentina e África do Sul) eles são menores (quadro 63).

- Situação interna

Estimativa de junho da Fundação IBGE indica uma produção brasileira de milho de 17,7 milhões de toneladas, inferior, portanto, às previsões iniciais, devido à prolongada seca no Nordeste do País. Mesmo assim é 1,4 milhão superior a de 1974/75. Os estados da Região Centro-Sul nos seis últimos anos representaram, em média, 88% da produção nacional, e o acréscimo tem sido mais em função do aumento da produtividade do que da expansão de área, que tem oscilado em torno de 8,5 milhões de hectares (quadros 64, 65 e 66).

Em termos correntes, os preços recebidos pelos produtores de milho nos principais estados da Região Centro-Sul, no período de julho/75 a julho/76 apresentaram os seguintes acréscimos: Minas Gerais (55%), São Paulo (41%), Paraná (32%), Santa Catarina (29%) e Rio Grande do Sul (27%) (quadro 67).

As cotações têm acompanhado as tendências dos preços internacionais, que a partir de agosto de 1975 apresentaram acentuada reação em decorrência da redução de 88,0 milhões de toneladas na safra de cereais da Rússia. Assim, os preços elevaram-se até o início de 1976, passando a decrescer até abril, quando se estabilizaram ante a divulgação da safra recorde de milho nos Estados Unidos.

A partir de julho de 1976 novamente os preços reagiram face a perspectiva da Rússia não atingir a meta de 205 milhões de toneladas de grãos (as últimas cifras indicam um volume de 195 milhões de toneladas) bem como pelo fato da produção estadunidense de milho, apesar de novo recorde (149,6 milhões de toneladas), em 1976/77 estar bem abaixo da inicialmente esperada.

Quanto às exportações brasileiras, em 1975 elas atingiram 1,1 milhão de toneladas, praticamente o mesmo volume do ano anterior, só que a preços superiores (quadro 68).

A presença da Rússia no mercado internacional favoreceu sobremaneira a colocação do produto brasileiro, pois se constituiu no seu principal importador em 1975.

Até julho de 1976, segundo a CACEX, haviam sido exportadas 685 mil toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 23% em relação ao mesmo período do ano passado, ao preço-médio de 119 dólares/t - FOB, ou seja, uma redução de 9%. Até o momento, segundo a ANEC (Associação Nacional de Exportadores de Cereais), foram exportadas 915,5 mil toneladas de milho.

As previsões iniciais de exportação eram de 2,0 a 2,5 milhões de toneladas, mas certamente não serão atingidas, visto que a produção não alcançou os níveis inicialmente esperados de 19,0 a 20,0 milhões de toneladas.

- Paraná

Cultura de destaque, ocupa a primeira posição entre os estados produtores brasileiros. De 1971/72 até 1974/75 apresentou sucessivas reduções de área, motivadas em grande parte pela concorrência da soja. O aumento significativo na área plantada em 1975/76, atingindo um total de 1,7 milhão de hectares, deve-se em parte ao cultivo intercalar com cafeeiros geados.

Como cultura exclusiva, o aumento possivelmente ocorreu pela incorporação de novas áreas, onde se espera seja cultivado por mais 1 ou 2 anos.

Por sua vez, a produtividade tem apresentado significativo aumento no período, passando de 1.437 kg/ha em 1971/72 para 2.169 em 1975/76.

Um balanço da produção de 1975, estimada em 3,6 milhões de toneladas, pode ser feito do seguinte modo: consumo interno 64% (incluindo alimentação animal 35%, alimentação humana 21%, e consumo industrial 8%), exportação para outros estados e para o exterior 28%, e retenção para sementes, perdas e "carry-over" 8%.

São Paulo constitui-se no principal importador de milho paranaense, seguindo-se-lhe Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Segundo o GREMOS (Grupo Executivo de Movimentação de Safras), foram exportadas pelo Porto de Paranaguá, em 1975, cerca de 611 mil toneladas, perfazendo 57% do volume total brasileiro.

- Minas Gerais

A produção de milho em Minas Gerais, segundo estado produtor do País tem permanecido nos últimos 3 anos em torno de 3,4 milhões de toneladas, enquanto que a área tem apresentado evolução ascensional. Assim, observa-se um decréscimo no rendimento, que passou de 1.763 kg/ha em 1973/74 para 1.431 em 1975/76, devido principalmente à longa estiagem que assolou algumas regiões produtoras.

Do total produzido no Estado, cerca de 90% são consumidos internamente, sendo o restante enviado para a Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, além de menores quantidades para Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

A utilização de sementes selecionadas atinge aproximadamente 55% da área plantada e não se tem ressentido de sua falta, pois a produção estadual é mais do que suficiente para o atendimento da demanda local.

- São Paulo

No ano agrícola 1975/76 houve um acréscimo de 15% na área cultivada, atingindo 1.270 mil hectares, enquanto a produção aumentou para 2.724 mil toneladas, ocorrendo um ganho de 13% no rendimento, que chegou a 2.145 kg/ha.

A expansão na área, que desde 1972/73 apresentava tendência declinante, deveu-se aos preços vigentes em 1975 e que foram considerados satisfatórios pelos produtores, aliado a um preço mínimo também estimulador.

São Paulo continua sendo o grande centro comercial de milho, para onde converge parte da produção de Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e Goiás, para ser industrializado e/ou ex-

portado. São Paulo constitui-se ainda em fornecedor de milho para o Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Em São Paulo, o grande consumo de milho deve-se principalmente ao desenvolvimento da avicultura.

De acordo com dados do GREMOS, do total de milho brasileiro exportado em 1975, 43% foram embarcados pelo Porto de Santos.

- Rio Grande do Sul

A produção de milho no Rio Grande do Sul tem permanecido ao redor de 2,3 milhões de toneladas e a área em torno de 1,5 milhão de hectares. Assim, a produtividade não tem apresentado evolução, estacionando-se ao redor de 1,5 mil kg/ha.

A expansão da soja tem sido um dos principais entraves à cultura, já que as melhores terras têm se destinado a esta leguminosa.

Atualmente a produção de milho do Estado, que tem na avicultura, suinocultura e pecuária de leite as maiores fontes de consumo, tem sido insuficiente para satisfazer as próprias necessidades sendo imprescindível a importação de outros estados (Santa Catarina, São Paulo e Paraná).

Quanto a sementes selecionadas de milho, sua demanda é plenamente satisfeita.

A partir de 1976 o milho no Rio Grande do Sul passará a ser amparado pelo Programa Integração Lavoura-Pecuária, proposto para o quadriênio 1976-79, passando a ser considerado lavoura estratégica e tendo, portanto, condição especial que facilitará a comercialização pelo produtor, já que o Governo poderá comprar a produção, através do IRGA, a preços iguais ou superiores ao preço mínimo. Posteriormente, o Estado deslocará este estoque para ser vendido aos produtores interessados na terminação de novilho precoce ou suíno tipo carne a partir de concentrados, que também fazem parte do programa global.

- Santa Catarina

Constitui-se num Estado que se destaca pela alta produtividade, considerada a mais elevada do País. Nos últimos 3 anos a média apresentada foi de 2,3 mil kg/ha.

Nota-se, entretanto, que parte das necessidades de sementes de milho híbrido são supridas com importações do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

A produção estadual tem sido suficiente para satisfazer a demanda, principalmente por parte da avicultura e suinocultura, e os excedentes destinam-se ao Rio Grande do Sul.

- Outros estados

A cultura de milho em Goiás, até 1973, apresentava estabilidade na área colhida. A partir de então as facilidades de comercialização e os retornos financeiros aos agricultores impulsionaram sua expansão, tanto em área quanto em produção.

O milho constitui-se no segundo produto quanto ao valor da produção estadual em 1974, sendo superado pelo arroz e seguido pela carne bovina.

Em Mato Grosso, a partir de 1973/74 com o surgimento do Programa "Corredores de Expor

tação", manteve-se uma política de incentivos ao produto, acelerando o processo de modificação na estrutura produtiva, complementado mais recentemente pelo POLOCENTRO.

O milho, o arroz e a soja representam 70% da área cultivada e 54% do valor da produção do Estado.

Nos últimos anos, no Espírito Santo, tem-se verificado uma ligeira redução na área cultivada, explicada em grande parte pela escassez de mão-de-obra e pela lucratividade não muito atrativa deste cereal.

A cultura em sua quase totalidade utiliza tração animal, sendo prática comum o plantio associado ao café, que em 1975/76 representou 31% da área.

A utilização de sementes híbridas é elevada, mas mesmo assim a produtividade é baixa, devido ao fato de a adubação química ser ainda reduzida, sendo bastante difundida a adubação orgânica.

O arroz constitui-se na principal cultura competitiva do milho, ressaltando-se ainda que o Espírito Santo é importador deste cereal, situação que deverá perdurar pelo menos a curto prazo. O auto-consumo na propriedade é bastante elevado, tendo atingido 64% em 1975.

- Perspectivas

Ao que tudo indica a comercialização mundial de grãos em 1976/77 deverá ser bastante intensa, principalmente pela prolongada seca que se verificou na Europa Ocidental, sobretudo na França, principal produtor da Região.

Mesmo com a esperada produção recorde de milho nos Estados Unidos, da ordem de 149,6 milhões de toneladas, de acordo com levantamento realizado em setembro mas ainda com perspectivas de redução face a seca que se tem verificado naquele País, não se espera que os preços no mercado internacional se tornem menos atrativos já que, novamente, a Rússia nele se faz presente.

Há que se considerar ainda que o consumo interno nos Estados Unidos deverá aumentar de 104,5 milhões em 1975/76 para 111,4 milhões de toneladas em 1976/77.

O Japão deverá aumentar o nível de suas aquisições para cerca de 8,3 milhões de toneladas em 1976/77.

Na Europa Ocidental os fracassos em 1975 chegaram a desestimular os agricultores em algumas regiões, o que aliado a dificuldades creditícias, impediram a expansão da cultura em 1976.

Na Comunidade Econômica Europeia a produção de 1976/77 está estimada entre 9,0 e 11,0 milhões de toneladas, comparadas com 14,0 milhões em 1975/76 e o recorde de 16,4 milhões obtido em 1973/74. Na França, especificamente, a área cultivada foi de 1,8 milhão de hectares, ou seja, 12% inferior a do ano precedente.

Na Europa Oriental foi semeada uma área maior do que no ano passado, mas a seca de julho prejudicou a cultura. A Iugoslávia teve sua estimativa revista de 10,0 para 8,5 milhões de toneladas, contra 9,4 milhões em 1974/75.

A Rússia tem apresentado condições climáticas diversas, mas com certo prejuízo à cultura de milho. Espera-se um volume de 12,0 milhões de toneladas, contra 7,3 milhões em 1975/76 e 12,1 milhões em 1974/75.

No Brasil os preços de mercado que vigoraram durante a comercialização da safra 1975/76 e o preço mínimo fixado para a safra 1976/77 (Cr\$ 63,60 por 60kg) deverão propiciar uma ampliação da área cultivada. O preço do produto no mercado interno está em elevação no

no momento, tendência que deverá perdurar para os próximos meses.

A preferência dos agricultores da Região Centro-Sul, no entanto, deverá ser dada ao algodão e soja, e no caso do Paraná e São Paulo, também à cultura da mamona.

Para São Paulo, espera-se que haja um ligeiro acréscimo na área (cerca de 2 a 3%). Já para 1976/77 aos produtores paulistas de milho está facultada a cobertura de risco instaurado pela COSESP.

No Paraná espera-se um acréscimo mais expressivo, da ordem de 10 a 15%, mesmo com a grande ampliação prevista para a soja e algodão.

Em Minas Gerais não se espera mudança significativa quanto à área cultivada com milho, que deverá permanecer estável por ser uma cultura tradicional e de fácil condução. Eventualmente, áreas de cerrado poderão ser utilizadas.

O Rio Grande do Sul deverá apresentar um acréscimo da ordem de 15% na área cultivada com milho devido a dois fatores: incremento da criação de suíno tipo carne e "Operação Milho". A atuação conjunta do Estado e setor privado deverá incentivar a suinocultura, que provavelmente terá reflexo no mercado consumidor de milho, o qual por sua vez poderá oferecer uma nova alternativa para o agricultor que tradicionalmente produz para auto-consumo. Espera-se, assim, a auto-suficiência estadual.

Para Santa Catarina existe a perspectiva de aumento de área (cerca de 10%), devido principalmente à expansão da avicultura e suinocultura.

Mato Grosso deverá apresentar área estável em relação ao ano anterior, devido, principalmente, aos baixos preços que caracterizaram a comercialização da produção da safra de 1975/76. Deverá ocorrer um acréscimo na região beneficiada pelo POLOCENTRO.

Para Goiás espera-se um grande acréscimo na área cultivada em 1976/77, devido às melhorias na comercialização aproveitando áreas do POLOCENTRO para expansão de fronteira agrícola.

O Estado do Espírito Santo deverá apresentar estabilidade na área cultivada em 1976/77, dada a baixa lucratividade da cultura e mão-de-obra difícil.

(IEA, 01/10/1976)

QUADRO 62. - Produção Mundial de Milho, e dos Principais Países Produtores ⁽¹⁾, 1970/71 a 1975/76
(mil toneladas)

País	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76
Canadá	2.523	2.899	2.527	2.803	2.577	3.623
França	7.461	8.638	8.596	10.671	8.885	8.143
Itália	4.679	4.457	4.789	5.088	5.043	5.300
Iugoslávia	6.824	7.325	7.930	8.253	8.031	9.390
Hungria	3.950	4.600	6.637	5.911	6.211	7.100
Romênia	6.432	7.726	8.917	7.397	7.159	7.000
Rússia	9.212	8.461	9.830	13.216	12.104	7.300
Estados Unidos	102.487	141.028	141.569	143.435	118.462	146.488
Argentina	9.773	5.767	9.700	9.900	7.700	5.800
Brasil	15.138	13.779	14.059	16.065	17.400	18.000 ⁽²⁾
África do Sul	8.466	9.478	4.160	11.106	9.516	8.100
Outros países	52.667	52.803	52.216	56.171	87.912	93.756
Total	229.612	266.961	270.930	290.016	291.000	320.000

⁽¹⁾ Exceto China.

⁽²⁾ Dado mais recente registra produção de 17,7 milhões de toneladas.

Fonte: Grain Bulletin.

QUADRO 63. - Estoques Estimados em 30 de Junho nos Principais Países Exportadores de Milho,
1974-76
(milhões de toneladas)

País	1974	1975	1976
Estados Unidos	36,7	29,1	35,9
Argentina	10,3	7,6	6,7
África do Sul	10,2	10,1	8,3
França	1,6	2,2	1,0
Total	58,8	49,0	51,9

Fonte: Grain Bulletin.

QUADRO 64. - Produção de Milho, por Estado da Região Centro-Sul, 1970/71 a 1975/76
(mil toneladas)

Estado	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76 (1)
São Paulo	2.760	3.000	2.598	2.628	2.100	2.724
Paraná	3.100	2.700	3.024	3.200	3.590	4.309
Santa Catarina	1.228	1.403	1.731	2.218	2.253	2.501
Rio Grande do Sul	2.402	2.237	2.080	2.236	2.367	2.443
Rio de Janeiro	62	84	60	49
Minas Gerais	1.808	2.712	2.956	3.366	3.386	3.413
Goiás	655	663	705	1.084	1.229	1.274
Mato Grosso	228	249	271	245	358	346
Espírito Santo	219	255	163	210	242	153
Sub-total	12.462	13.303	13.588	15.187	15.525	17.212
Brasil	14.299	15.763	16.550	17.284	16.354	17.734
Centro-Sul (%)	87%	84%	82%	88%	95%	97%

(1) Estimativa.

Fonte: Dados elaborados pelo IEA, baseado em informações de várias instituições.

QUADRO 65. - Área Cultivada de Milho, por Estado da Região Centro-Sul, 1970/71 a 1975/76
(mil hectares)

Estado	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76
São Paulo	1.694	1.500	1.300	1.290	1.106	1.270
Paraná	2.173	1.879	2.070	2.000	1.752	2.173
Santa Catarina	706	724	815	926	942	1.030
Rio Grande do Sul	1.742	1.724	1.600	1.525	1.524	1.603
Rio de Janeiro	84	91	68
Minas Gerais	1.597	1.409	1.560	1.909	2.009	2.385
Goiás	462	437	452	583	640	685
Mato Grosso	156	165	175	159	245	232
Espírito Santo	<u>241</u>	<u>241</u>	<u>170</u>	<u>211</u>	<u>208</u>	<u>184</u>
Sub-total	8.855	8.170	8.210	8.603	8.426	9.562
Brasil	11.489	11.051	10.573	10.792	10.591	11.354
Centro-Sul (%)	77%	74%	78%	80%	79%	84%

Fonte: Dados elaborados pelo IEA, baseado em informações de várias instituições.

QUADRO 66. - Produtividade de Milho, por Estado da Região Centro-Sul, 1970/71 a 1975/76
(kg/ha)

Estado	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76
São Paulo	1.629	2.000	1.998	2.037	1.899	2.145
Paraná	1.426	1.437	1.461	1.600	2.049	1.983
Santa Catarina	1.739	1.938	2.124	2.395	2.392	2.428
Rio Grande do Sul	1.379	1.298	1.300	1.466	1.553	1.524
Rio de Janeiro	738	923	882
Minas Gerais	1.132	1.925	1.895	1.763	1.685	1.431
Goiás	1.418	1.517	1.560	1.859	1.920	1.860
Mato Grosso	1.462	1.509	1.549	1.541	1.461	1.491
Espírito Santo	<u>909</u>	<u>1.058</u>	<u>959</u>	<u>995</u>	<u>1.163</u>	<u>830</u>
Média do Centro-Sul	1.314	1.512	1.538	1.711	1.741	1.719
Brasil	1.245	1.426	1.372	1.601	1.544	1.562

Fonte: Dados elaborados pelo IEA, baseado em informações de várias instituições.

QUADRO 67. - Preços de Milho Recebidos pelos Agricultores, nos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1974-76
(em cruzeiro/sc.60kg)

(continua)

Mês	Rio Grande do Sul			Paraná			São Paulo			Minas Gerais		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	36,00	43,80	58,80	27,60	45,00	52,20	31,38	47,24	63,38	32,40	41,40	60,60
Fev.	37,20	45,00	59,40	27,60	42,60	51,60	30,94	47,43	63,37	31,80	45,00	67,80
Mar.	36,60	44,40	59,40	27,60	40,80	49,20	31,62	45,23	59,00	32,40	43,20	70,80
Abr.	36,00	42,00	58,80	28,80	36,60	47,40	32,39	41,71	52,60	31,20	41,40	70,20
Mai.	37,20	42,00	...	30,60	38,40	46,80	33,14	39,60	50,50	32,40	40,20	66,00
Jun.	37,80	42,00	...	28,80	36,00	49,80	29,68	39,56	51,90	33,00	37,80	64,80
Jul.	37,20	40,80	...	28,20	37,20	50,40	27,97	41,86	56,50	34,80	39,00	66,00
Ago.	36,00	42,60	...	28,80	41,40	...	30,06	48,98	61,00	32,40	44,40	...
Set.	36,60	46,20	...	30,60	44,40	...	31,76	52,91	...	33,00	50,40	...
Out.	37,80	46,20	...	31,80	46,80	...	32,47	54,47	...	33,00	54,60	...
Nov.	39,00	34,80	50,40	...	39,04	57,51	...	34,80	55,20	...
Dez.	41,40	39,00	50,40	...	43,72	60,56	...	38,40	57,60	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 67. - Preços de Milho Recebidos pelos Agricultores, nos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1974-76
(em cruzeiro/sc.60kg)

(conclusão)

Mês	Santa Catarina			Mato Grosso			Goiás			Espírito Santo		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	32,40	46,20	57,60	36,60	36,60	64,80	30,60	39,00	57,60	38,40	46,20	67,80
Fev.	35,40	47,40	59,40	36,60	38,40	64,80	31,20	37,80	61,80	34,20	41,40	80,40
Mar.	36,00	46,80	56,40	36,60	40,20	61,20	30,00	39,60	61,20	31,20	39,00	80,40
Abr.	35,40	42,60	55,20	34,80	42,00	58,80	31,20	39,60	61,80	28,80	37,80	80,40
Mai.	37,80	39,60	52,80	34,20	39,60	54,00	31,20	39,60	61,80	29,40	38,40	74,40
Jun.	37,20	40,20	54,00	33,60	36,60	54,00	30,60	39,60	60,60	29,40	41,40	75,60
Jul.	35,40	39,60	57,60	30,00	36,00	50,40	29,40	39,60	63,00	31,20	45,00	84,60
Ago.	34,80	41,40	...	30,00	39,60	...	30,60	43,80	...	33,00	51,00	...
Set.	36,00	45,60	...	31,80	48,60	...	31,20	46,20	...	34,80	61,20	...
Out.	36,00	48,60	...	31,80	49,20	...	31,80	52,80	...	36,00	66,00	...
Nov.	37,80	52,20	...	33,00	53,40	...	33,00	52,80	...	38,40	70,20	...
Dez.	42,00	55,80	...	34,80	58,20	...	37,80	55,20	...	41,40	66,60	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 68. - Exportação de Milho pelo Brasil 1968-75

Ano	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor médio (US\$/t)
1968	57.247	1.238.158	46,24
1969	33.038	651.419	50,72
1970	80.594	1.470.619	54,80
1971	75.431	1.279.696	58,94
1972	9.630	172.073	55,96
1973	3.146	41.010	76,71
1974	138.991	1.108.713	125,36
1975	150.842	1.147.936	131,40
1976 (1)	81.216	684.757	118,60

(1) Janeiro a julho.

Fonte: CACEX.

- Trigo

- Panorama internacional

De acordo com o Conselho Mundial de Trigo, a produção total estimada para 1976 pode chegar a 391 milhões de toneladas métricas, 6% maior que a do ano anterior (367,9 milhões de toneladas). A atual produção se constituiria em novo recorde, ultrapassando a de 1973 que foi ao redor de 371 milhões de toneladas.

Esta maior oferta de trigo para 1976/77 poderã ocorrer principalmente na União Soviética (principal País produtor), onde houve frustrações de safra em 1975, devido a longa estiagem. Houve incremento também nas produções do Canadá, Argentina e Estados Unidos: por sua vez, ocorreu retração na produção australiana e da Comunidade Econômica Européia, face a prolongada seca. Os ganhos esperados nas produções da União Soviética, Canadá e Argentina de verão superar, com larga sobra, essas retrações.

As importações mundiais do produto para 1976/77 são estimadas entre 60 a 65 milhões de toneladas métricas, enquanto os excedentes exportáveis deverão ficar entre 65 a 70 milhões de toneladas. As disponibilidades para exportação dos principais países produtores estão sendo estimadas em 26 a 27 milhões de toneladas para os Estados Unidos, 11 a 15 milhões para o Canadá, 4 a 6 milhões para a CEE (a despeito da seca), 4 a 5 milhões para a Argentina e 6 milhões para a Austrália.

Os preços no mercado internacional no último triênio (1974-76) tem apresentado oscilações em função das diferentes demandas, principalmente quando países produtores, face a problemas climáticos, têm entrado no mercado como compradores. São os casos recentes da União Soviética e China Continental.

O retrospecto da situação de preços de trigo no mercado internacional a partir de 1974, mostra certa estabilidade até setembro daquele ano, após haver se mantido firme em julho e agosto, para posteriormente subir e chegar ao máximo da temporada no mês de outubro, com as cotações chegando a US\$ 194/tonelada métrica. Na ocasião, a alta de preços se deveu às diminutas colheitas das principais regiões produtoras (Estados Unidos e Rússia principalmente), como as maiores necessidades de importações dos principais exportadores face aos compromissos assumidos a termo.

As boas perspectivas apresentadas pela safra 1975/76, bem como as medidas de estabilização adotadas pelos exportadores provocaram, a partir daquela cotação recorde, queda nos preços até chegar a US\$ 128/tonelada no final daquele ano agrícola. Posteriormente novas frustrações de safra, principalmente dos países europeus, exigindo grandes compras no mercado (casos da Rússia e Polônia), elevaram novamente os preços fazendo com que em agosto de 1975 alcançasse US\$ 170/tonelada métrica.

Para o ano 1976/77, a despeito do convênio quinquenal firmado em outubro de 1975 entre Estados Unidos e Rússia para estabilizar o intercâmbio de cereais a um volume anual previsível, das estimativas desalentadoras da FAO de que os estoques de cereais atingiram em fins de 1975/76 o nível mais baixo em 20 anos, insuficiente para manter um abastecimento ininterrupto e do fato de que o deficit da produção russa prossegue como um fator a médio prazo, não tem ocorrido grandes oscilações nos preços no mercado internacional.

Com base nas cotações das principais bolsas de cereais para o trigo (Chicago e Kansas City) e com negócios fechados a termo, os preços têm permanecido, por longo período, estabilizados em torno de US\$ 150/tonelada, exceção feita a fins de junho e julho, quando houve tendência de alta (US\$ 155/tonelada, em média). Essa aparente estabilização neste ano parece estar refletindo as perspectivas de excelente produção para 1976/77, bem como notícias provenientes dos Estados Unidos afirmando que futuras vendas seriam bem recebidas face a excelente colheita e ampliação dos estoques.

- Situação interna

De uma produção esperada, em 1975, de 3,8 milhões de toneladas métricas colheu-se apenas 1,7 milhão. A quebra verificada na safra passada deveu-se, principalmente, às geadas no mês de julho (Paraná e São Paulo) e às chuvas na época da colheita no Rio Grande do Sul.

Reflexo dessa baixa produção, as despesas com importação de trigo atingirão em 1976 cifras ao redor de US\$ 600 milhões uma vez que para suprir o consumo brasileiro de trigo, que está estimado em 4.850 mil toneladas, 3.850 mil serão importadas. Em 1975 foram importadas 2.300 mil toneladas, representando US\$ 325 milhões-FOB em divisas despendidas pelo País.

Para 1976 a produção brasileira deverá experimentar um forte incremento em relação a 1975. Embora seja cedo para se fazer uma estimativa, uma vez que a colheita de trigo se encerra em novembro no Rio Grande do Sul, a produção paranaense (2º estado produtor) deverá apresentar um aumento considerável em relação à do ano anterior.

Cálculos mais otimistas estimavam uma produção, para 1976, em condições normais, em 4,4 milhões de toneladas. Ocorre que esta estimativa já foi prejudicada com quedas no Paraná e Mato Grosso, em torno de 30 a 40%.

O levantamento efetuado pelo CTRIN estimou a área plantada, neste ano, em torno de 3.500 mil hectares, contra 2.940 mil em 1975. Para técnicos do CTRIN a expansão de área cultivada, em 1976, não foi a esperada, uma vez que a cultura continuou a receber muitos estímulos por parte do Governo.

Entre os estímulos são citados:

- a) preço de sustentação acima da cotação internacional, já que o preço por tonelada do trigo para 1976 (preço básico de Cr\$ 127,80 por 60kg) custará em torno de Cr\$ 2.200,00 ao Banco do Brasil, enquanto que o importado a um preço médio de US\$ 150 por tonelada FOB custaria Cr\$ 1.700,00;
- b) portaria da SUNAB fixando preços de compra mais remuneradores para o produto de melhor qualidade, onde o triticultor poderia ter um ganho extra de Cr\$ 128,25/tonelada;
- c) manutenção do monopólio da comercialização do trigo por parte do Governo, ficando assegurada prioridade absoluta de transporte em todas as empresas federais, estaduais e municipais para garantir o seu rápido escoamento;

- d) financiamento especial de Cr\$ 200,00 por hectare para os agricultores que plantaram trigo durante 1975, calculados sobre o total da área plantada, com prazos de 2 anos, pagáveis em 4 parcelas, com juros de 15% a.a.;
- e) prorrogação da prestação de investimentos que deveria ser paga com a colheita de trigo de 1975, para um ano após o vencimento das demais prestações, aos juros contratuais, extensiva aos investimentos concedidos às cooperativas; e
- f) prorrogação dos saldos devedores dos financiamentos de custeio, sob duas formas:
 - 1º) financiamentos com cobertura do PROAGRO por um ano, em duas parcelas e
 - 2º) financiamentos sem cobertura do PROAGRO por dois anos, em quatro parcelas, nas safras de trigo e de soja.

Além dessas medidas, algumas das quais surgiram após os efeitos desastrosos das geadas, deve-se considerar ainda o subsídio de 40% nos preços dos fertilizantes, a sucessão soja-trigo e os estímulos à pesquisa e assistência técnica. As vantagens e incentivos oferecidos pelo Governo aos triticultores dão uma idéia da prioridade que o produto representa dentro das metas agrícolas traçadas para o País, e a preocupação de diminuir a participação deficitária do trigo na balança comercial. Após o petróleo, o trigo é o segundo produto em valor, na pauta de importação do Brasil.

Apesar desses incentivos, alguns problemas impediram em 1976 maior expansão da área plantada e a obtenção da colheita de 4,4 milhões de toneladas. Os principais problemas foram:

- a) falta de sementes para todos os produtores que desejavam plantar trigo, como ocorreu no sul de Mato Grosso;
- b) queda no poder germinativo de sementes certificadas, principalmente as tradicionais, uma vez que as variedades mexicanas importadas, de um modo geral se apresentaram com bom poder germinativo e produtividade;
- c) grande incidência de pragas e moléstias, antes pouco comuns. A sucessão soja-trigo por anos consecutivos parece ter criado "habitat" propício para muitas pragas e doenças específicas, o que tem levado a uma produtividade menor e maiores dispêndios nos tratamentos culturais;
- d) chuvas em excesso na colheita, nos meses de agosto e setembro em muitas regiões do Paraná e na região de Assis, principal produtora de São Paulo, causando o retardamento da colheita, perda do peso específico, baixa qualidade do produto e deságio do preço oficial;
- e) estiagem prolongada em algumas regiões do Mato Grosso e Paraná nos meses de junho e julho; e

f) geadas em julho, embora bem mais fracas que as de 1975, prejudicando alguns trigos em fase de espigamento no oeste paranaense.

Assim, mais uma vez o recorde na produção brasileira fica na dependência da safra gaúcha, ainda por ser colhida, pois o Paraná que deveria colher entre 1,8 a 2 milhões de toneladas estimava a sua produção, no início de outubro, em cerca de 1,1 milhão de toneladas. Como informação adicional, o Departamento Técnico da FECOTRIGO anunciava naquele período que a despeito das previsões pessimistas das colheitas do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, o Rio Grande do Sul produziria uma safra pouco acima de 2 milhões de toneladas. Assim, a produção brasileira de trigo, em 1976, é estimada em 3,4 milhões de toneladas.

- Perspectivas

As perspectivas do trigo para o próximo ano dependem de alguns fatores, como os novos preços a serem estabelecidos no início de 1977 e das medidas para viabilizar as metas governamentais de auto-suficiência. A prosseguir os incentivos, pode-se considerar como boas as perspectivas, pelo menos em termos de aumento de área.

Embora em determinadas regiões, principalmente norte e oeste do Paraná, onde as quebras nas safras de 1975 e 1976 são vistas com um certo pessimismo, o aumento na área com trigo dependerá muito do comportamento do mercado de soja, uma vez que a existência de boa rentabilidade com esse produto favorece o plantio de trigo. Sente-se porém, em algumas regiões, como as de Maringá e Campo Mourão, uma preocupação dos produtores em diversificar suas atividades no período de inverno, com a liberação de pequenas áreas para a cevada, após dois anos com trigo de baixa produção, produto de qualidade insatisfatória e alta incidência de pragas e doenças fúngicas.

Como fator de expansão nas outras regiões produtoras do sul do Brasil, que plantam soja em sucessão, pode-se considerar que o plantio de inverno fortalecerá a cultura de trigo, por não apresentar fortes concorrentes e principalmente, por ser um dos poucos produtos com comercialização assegurada. É lembrado ainda os esforços da pesquisa e assistência técnica através de experimentos em outras áreas, como Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Vale do São Francisco, visando ampliar as fronteiras agrícolas e buscando alternativas de produção em regiões não sujeitas aos problemas climáticos (como por exemplo as geadas) comuns no sul do País. São esperados maiores plantios nessas regiões na próxima safra.

Os problemas maiores continuam sendo a seleção de melhores variedades, com bom poder de germinação, mais resistentes ao tempo adverso, às pragas e doenças que aumentaram em muito nas duas últimas safras. A mistura varietal em muitos campos de produção cria ainda de suniformidade de maturação, prejudicando a colheita e a qualidade do produto.

Como informação adicional, mostrando que em condições normais e com os incentivos governamentais o trigo oferece boa rentabilidade, estudos efetuados em São Paulo mostram que se for mantida a produtividade de 30 sc./ha, o custo operacional por saca produzida está estimado em Cr\$ 69,43, que comparado com o preço básico estabelecido para compra pelo CTRIN

(Cr\$ 127,80/60kg), geraria uma receita líquida de Cr\$ 58,00 para remunerar os fatores fixos de produção, o que criaria incentivos adicionais para a próxima safra. Pode-se inferir neste estudo que o triticultor, para ter prejuízo, deveria ter produzido abaixo de 17 sacas por hectare.

(IEA, 01/10/1976)

- Oleaginosas: Amendoim e Soja

- Panorama internacional

A produção mundial de oleaginosas e derivados, bem como os estoques no ano comercial 1975/76, estão em níveis recordes. Assim, as estimativas de produção das 10 principais oleaginosas são de 130,6 milhões de toneladas, com um acréscimo de 8,7 milhões de toneladas em relação ao ano anterior. Os estoques disponíveis nos maiores países produtores no início da safra (setembro de 1975) eram de 11,6 milhões de toneladas, ou seja, 1,5 milhão acima daquele verificado no ano anterior e mais que o dobro dos estoques disponíveis em 1973/74 (quadro 69). O acréscimo deve-se às grandes produções de soja nos Estados Unidos e Brasil, além dos substanciais aumentos nas produções estadunidenses, indianas e senegalesas de amendoim, bem como de colza no Canadá.

Verifica-se pelos dados do quadro 69 que houve um aumento de 10,2 milhões de toneladas, ou seja, 8% a mais em relação à disponibilidade de 1974/75. Nesse mesmo período o aumento anual no consumo total de oleaginosas, incluindo sementes e perdas, foi de 3,3 milhões, sendo 3% inferior a taxa de crescimento da oferta.

A soja contribuiu com a maior parte do acréscimo no volume global de oleaginosas: os Estados Unidos produziram 41,4 milhões em 1975/76 (+25%) e a estimativa para o Brasil é de 11,0 milhões de toneladas (+13%). Conjuntamente estes dois países representam 78% da produção mundial em 1975/76. Agregando-se o volume da China, a participação dos três produtores sobe a 93%.

A previsão sobre a produção mundial de farelos protéicos para 1975/76 realizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos é da ordem de 69,9 milhões de toneladas, ou seja, 7% superior à de 1974/75. As exportações, segundo a mesma fonte, deverão atingir 30,3 milhões de toneladas contra 27,3 milhões em 1974/75.

Virtualmente, o acréscimo no total de farelos protéicos produzidos deve-se ao aumento acentuado da produção de soja, cuja previsão para 1975/76 é de 44,1 milhões de toneladas contra 36,4 milhões do ano anterior. Prevê-se para 1975/76 uma exportação de 21,9 milhões de toneladas de farelo de soja, contra 19,7 no ano precedente. Assim a soja responderá também pela maior proporção do volume total comercializado.

Os preços de soja em 1975 foram em média de US\$ 220/tonelada - CIF, ou seja US\$ 57 inferior à média do ano anterior e US\$ 70 em relação a de 1973, ano em que as cotações alcançaram níveis jamais observados (quadro 70).

Os preços de todas as oleaginosas apresentaram-se estáveis até abril de 1976, devido a uma gama de fatores que exerceram uma pressão baixista sobre o mercado:

a) grande estoque de leite em pó desnatado na Comunidade Econômica Européia, utilizado na composição de rações animais e imposição de uma taxa de US\$ 37 para entrada de produtos oleaginosos na CEE (grãos e farelos);

b) perspectivas de recuperação da pesca de anchovas no Peru e a captura considerada satisfatória na Noruega, que deveriam resultar numa maior oferta mundial de fari-

nha de peixe; e

c) produção mundial recorde de soja e a grande influência do Brasil no mercado, praticamente eliminando o período de entressafra estadunidense.

Fatores adicionais ainda contribuíram para estabilidade dos preços de oleaginosas, tais como a forte competição que o óleo de palma vem causando ao de soja, notadamente nos Estados Unidos; as recentes políticas por parte dos Estados Unidos, de incluir o óleo de soja na PL 480 (Public Law), que tem por finalidade ajudar os países em desenvolvimento, bem como incluí-la entre os produtos beneficiados pela CCC (Commodity Credit Corporation); e, as medidas do Governo brasileiro de redução de 7% nas taxas de ICM e IPI quando da exportação de óleo de amendoim e, mais recentemente, de redução de 23% para a base de cálculo de ICM nas saídas de soja, esta última que vigorou até 30 de junho p.p..

A partir de meados de maio os preços da soja no mercado internacional apresentaram uma forte reação, contrariando a tendência até então observada. Tal reação foi provocada por uma série de ocorrências isoladas que, somadas, deram um forte alento ao mercado, citando-se como principais as seguintes:

- a) grande procura de grãos e farelos por parte de países europeus, face à prolongada seca que afetou severamente a produção agrícola e pastagens;
- b) diminuição da captura de anchovas no Peru, significando que não houve a esperada recuperação na produção de farinha de peixe;
- c) a presença da Rússia como comprador, indicando redução na safra de grãos daquele País, face às condições climáticas desfavoráveis (seca) que lá se observou;
- d) a China também apresentou o mesmo problema, aparecendo como importador de soja;
- e) a redução na produção de soja nos Estados Unidos, ocasionando uma safra mundial bem menor, conforme o balanço de oferta/demanda realizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (quadro 71).

Verifica-se que a produção estadunidense deverá ser de 34,6 milhões de toneladas (-16%), mas por outro lado as exportações deverão diminuir, já que a safra de grãos na Rússia deverá superar a meta inicialmente prevista de 205,0 milhões de toneladas.

Assim, a previsão é de que caiam acentuadamente os estoques, passando de 5,4 milhões de toneladas em 1975/76 para 2,2 milhões em 1976/77.

As exportações de soja estadunidense no ano comercial 1975/76 (setembro-agosto) totalizaram 15,4 milhões de toneladas, ou seja, 35% superior ao volume exportado no ano precedente.

Dados preliminares indicam que as exportações de soja brasileira totalizam 2,9 milhões de toneladas de janeiro a agosto de 1976 (+32%).

A produção mundial de amendoim de 1975/76 também deverá superar a do ano anterior, que totalizou 16,0 milhões de toneladas. O volume total estimado é de 17,8 milhões de tone-

Tadas, sobressaindo-se as produções da Índia (6,9 milhões), Estados Unidos (1,8 milhão) e Senegal (1,1) milhão) que juntos representam mais da metade do total mundial.

- Soja

- Situação interna

A produção brasileira de soja de 1975/76, está estimada pela Fundação IBGE em 11,1 milhões de toneladas, superior em 1,2 milhão à precedente. Ao Estado do Rio Grande do Sul cabe a liderança, respondendo por 46% do volume produzido, seguido pelo Paraná, com 39%. São Paulo, terceiro Estado maior produtor, participa com apenas 7% (quadro 72).

Em 1975/76 a produtividade pode ser considerada excelente, pois no Paraná chegou a superar 2.200 kg/ha. As exportações de soja em 1975 atingiram o nível recorde de 3,3 milhões de toneladas (+23,3%) (quadro 73), o mesmo acontecendo com o farelo, que passou de 2,0 milhões de toneladas para 3,1 milhões de toneladas (+55,0%). O óleo, que em 1974 fora destinado praticamente ao abastecimento interno, obteve em 1975 a expressiva cifra de 267,7 mil toneladas exportadas (quadro 74).

Assim, em poucos anos o complexo soja passou a ser um dos principais itens da pauta de exportações do país, destacando-se a Alemanha Ocidental, Países Baixos, Espanha, Itália, França e Japão como principais compradores.

A industrialização absorveu cerca de 4,8 milhões de toneladas, restando 700 mil toneladas para sementes e ainda 1,0 milhão para outros usos, incluindo o "carry-over". Do total de farelo produzido, cerca de 1,5 milhão de toneladas foram consumidas no mercado interno.

Os preços de exportação para a soja e derivados em 1975 foram inferiores aos do ano anterior, motivados pela grande disponibilidade do produto no âmbito mundial.

A comercialização da soja em 1975 caracterizou-se pela grande participação das cooperativas no volume exportado, possibilitando aos agricultores entregarem o produto com preço a fixar, à espera de melhora no mercado, que de abril a junho apresentava-se com tendência declinante, mas que reagiu de julho a setembro com as grandes compras efetuadas pela Rússia, face ao fracasso da sua safra de cereais. Já a partir de outubro as cotações voltaram a declinar, reflexo da safra recorde estadunidense de soja.

Outros fatores que favoreceram a comercialização do produto foram as compras efetuadas pela Comissão de Financiamento da Produção, da ordem de 1,0 milhão de toneladas, a Cr\$ 75,00 por saca de 60kg superior, portanto, ao preço mínimo oficial, que era de Cr\$ 60,00/sc. de 60kg, e a operação da COBEC no mercado a termo. O preço médio brasileiro variou de Cr\$ 75,00 na Cr\$ 92,00/saca de 60kg na estação 1974/75.

As quotas de exportação inicialmente fixadas pela CAGEX para a comercialização da

safrá 1975/76 foram 3,5 milhões de toneladas de farelo; 4,0 milhões de grão e 250 mil de óleo. Devido a forte demanda por óleo de soja no mercado internacional, novas quotas para este produto foram liberadas e até meados de setembro totalizam 314 mil toneladas.

O sistema de comercialização da soja para 1975/76 foi semelhante ao adotado no ano anterior, em que do volume a ser vendido ao exterior (3,5 milhões de toneladas), cerca de 2,0 milhões couberam às cooperativas ficando o disciplinamento do setor a cargo das entidades de classe. A indústria poderá exportar 10% da soja em grão que for adquirida para esmagamento. O restante seria distribuído entre as firmas exportadoras, incluindo-se a COBEC (Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio).

O comportamento dos preços da soja no mercado interno em 1975 apresentou a mesma tendência verificada no ano anterior, em que houve acentuada reação nas cotações a partir de agosto. A quebra na safra soviética de grãos foi o motivo de tal ocorrência (quadro 75).

Ao iniciar a colheita de 1975/76, o preço interno estava gravoso, o que levou o Governo a adotar algumas medidas, como a minidesvalorização do cruzeiro e redução do preço base para cálculo da alíquota de ICM, esta, vigorando apenas até 30 de junho p.p., para tornar o produto competitivo no mercado internacional.

A partir de junho as cotações internas acompanharam o comportamento altista de preços no mercado internacional, provocado pela divulgação dos decréscimos das produções estadunidenses de soja e milho e chegaram até a Cr\$ 115,00/sc. 60kg, em julho de 1976.

Em termos estaduais, São Paulo e Santa Catarina apresentaram acréscimo de 11% nas cotações, em valores correntes, no período agosto 1975-julho de 1976 quando comparadas ao mesmo período anterior. Para o Paraná e Rio Grande do Sul, respectivamente, os acréscimos foram de 10% e 5%.

As exportações acumuladas de soja e derivados de janeiro a agosto de 1976 foram as seguintes: grão 3.067,4 mil toneladas (+31%) a um preço médio de 207,68 dólares por tonelada - FOB (+2%); farelo 2.831,5 mil toneladas (+46%) a 163,60 dólares (+12%) e óleo 307,4 mil toneladas (+124%) a 379 dólares (-39%).

Em setembro de 1976 a CACEX resolveu encerrar as exportações de grãos e óleo de soja, respeitando os contingentes já definidos, proibir vendas ao exterior do produto da próxima safra e ainda proibir a recompra de soja em grão, ambos sem a prévia autorização do órgão. Tais medidas visam assegurar condições para o cumprimento da programação estabelecida no início do ano.

- Rio Grande do Sul

A partir de 1970 a soja passou a ocupar lugar de destaque, apresentando desde então uma contínua evolução positiva tanto em área plantada como em produção, uma vez que as condições de solo e clima, propícias à cultura, permitiram uma adequada resposta aos estímulos econômicos. Além da comercialização com níveis de preços satisfatórios, outro fator que contribuiu para a expansão de área foi o aproveitamento da infra-estrutura já existente para o trigo.

Houve, assim, um deslocamento de outras culturas chegando mesmo a preocupar os órgãos de política agrícola do Estado, face a crescente tendência de concentração na atividade

trigo-soja, em detrimento de milho, feijão e amendoim.

A produtividade de soja tem apresentado ganhos nos 2 últimos anos, ultrapassando 1.500 kg/ha. Isto deve-se, em parte, a grande utilização de sementes fiscalizadas, que em 1975 atingiu 75%. Há que se destacar que do montante de sementes selecionadas transacionadas em 1974/75, cerca de 53% coube a FECOTRIGO.

A soja, atualmente, é o produto vegetal de maior importância, respondendo por quase 35% do valor bruto da produção agrícola, estendendo seu cultivo praticamente a todo o Estado.

As exportações de soja pelos Portos de Rio Grande e Porto Alegre nos últimos anos representaram, em média, 68% do volume total brasileiro escoado (quadro 76).

Por outro lado, a demanda interna por derivados de soja vem crescendo significativamente nos últimos anos, havendo preocupação, caso persista este incremento, de que haja escassez do produto para abastecimento da indústria nesta entressafra.

O consumo de óleo de soja no Rio Grande do Sul passou de 2,5 kg per capita em 1971 para 7,8 kg em 1975. A participação desse óleo entre os produzidos no mesmo período passou de 49% para 76%.

- Paraná

A soja, atualmente, é considerada a cultura de maior expressão na agricultura paranaense, uma vez que as condições favoráveis de clima e solo propiciam uma pronta resposta aos estímulos econômicos, levando o Estado ao 2º lugar como produtor brasileiro a ao 1º, em termos de produtividade. A produtividade tem apresentado evolução contínua a partir de 1970, devido a ampla utilização de insumos modernos, chegando a atingir em 1975/76 rendimento médio superior a 2.200 kg/ha, ultrapassando, inclusive, a média estadunidense.

A nível regional as maiores produtividades são alcançadas em Cascavel (2.700 kg/ha), Jacarezinho (2.400), Guarapuava (2.200) e Maringá (2.100).

A evolução da cultura da soja tem provocado uma concomitante expansão da cultura do trigo, por serem culturas complementares.

O Paraná é o 3º produtor de derivados oleaginosos, sendo que a maior parte da capacidade industrial instalada localiza-se na Região de Ponta Grossa.

O desenvolvimento da cultura da soja tem conduzido a um elevado incremento na capacidade instalada das indústrias que operam também com caroço de algodão, amendoim, mamona e girassol, porém atualmente com participação bastante pequena.

O parque moageiro paranaense passou de 656 mil toneladas em 1970 para 2,3 milhões em 1975.

A exportação de soja em grão pelo Porto de Paranaguá nos últimos 5 anos representou, em média, 24% do volume total brasileiro destinado ao exterior (quadro 77).

A exemplo do Rio Grande do Sul as cooperativas desempenham importante papel na comercialização, representando aproximadamente 60% das transações realizadas na última safra.

Do total produzido em 1975, que foi cerca de 3,4 milhões de toneladas, 55% foram consumidas no próprio Estado (50% industrializados e 5% para consumo direto), 16% destinaram-se a outros estados (principalmente São Paulo) e 17% foram transacionadas no mercado interna-

cional. O restante constituía-se de perdas (7%) e reserva para sementes (5%).

No processo de comercialização da soja, devido ao deficiente sistema viário e infraestrutura portuária inadequada, o transporte tem onerado sobremaneira os custos, pela morosidade de embarques.

- São Paulo

A soja está concentrada nas Regiões de Ribeirão Preto e Marília, que em 1975/76 responderam por 84% do volume produzido no Estado. Até 1974/75 houve um crescimento acelerado na área de cultivo, estabilizando-se em 1975/76 mas ainda permanecendo como sexto produto em área cultivada.

A maior parte da produção paulista de soja também é absorvida por firmas exportadoras e indústrias de transformação, sendo que se está intensificando a participação de cooperativas no processo de comercialização. Ressalte-se que a produção paulista não atende à demanda do Estado, face ao amplo parque moageiro existente e aos contingentes exportados por Santos (quadro 78).

O transporte da soja até o Porto de Santos, conforme dados do GREMOS (Grupo Executivo de Movimentação de Safras), é quase totalmente realizado por ferrovia (cerca de 98%) apresentando uma situação completamente diferente dos demais estados onde impera o transporte rodoviário.

- Outros estados

A soja ainda é cultivada de forma expressiva em Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Santa Catarina tem respondido por cerca de 4% da produção nacional nos últimos 5 anos, sendo que na última safra, especificamente, houve substituição de áreas de soja por arroz de sequeiro devido aos preços mínimos estimuladores para este cereal, além dos problemas fitossanitários e de comercialização com a soja ocorridos em 1974/75.

Em Minas Gerais a cultura da soja predomina em áreas de cerrado, onde a topografia é ligeiramente ondulada, permitindo a mecanização. É costume nestas regiões fazer-se o desbravamento com a soja terminando o processo com pastagens. No Triângulo Mineiro já se evidencia a sucessão soja-trigo.

A partir de 1970, em decorrência do plantio de soja na Região de Dourados, o sistema de produção em Mato Grosso começou a sofrer modificações, face a introdução acelerada desta cultura, em substituição a outras, intensificando o processo de mecanização agrícola.

A cultura da soja é de introdução recente em Goiás, apresentando crescimento acelerado até 1974. O fluxo de empresários sem experiência, a ineficiente infra-estrutura de produção e o aproveitamento de terras de cerrado sem a adequada utilização de corretivos e fertilizantes, fizeram com que a produtividade permanecesse excessivamente baixa em relação aos

estados sulinos, levando a uma acentuada diminuição na área cultivada nos últimos 2 anos.

- Perspectivas

As recentes notícias sobre redução da produção estadunidense de soja (1976/77) têm provocado sucessivas altas de preços no comércio internacional, chegando a atingir US\$ 274/t - CIF em setembro, pois certamente haverá uma diminuição nos estoques mundiais. Também têm contribuído para tal situação a recuperação da atividade econômica nos países industrializados, a seca na Europa e China, a proibição de venda de soja brasileira, e a última previsão de menor produção mundial de farinha de peixe.

Diante de tal conjuntura, são bastante favoráveis as perspectivas do produto brasileiro, principalmente na Comunidade Econômica Européia, seu maior importador e possibilidade de abertura, já para a próxima safra, de novos mercados: México, China, Rússia e Japão.

Pode-se prever que a soja brasileira apresentará um acréscimo de área nos principais estados produtores, da ordem de 10%.

A maior ampliação de área poderá ocorrer no Paraná (15 a 20%) esperando-se também para o Rio Grande do Sul um aumento expressivo, com utilização de terras ocupadas com pecuária e arroz. Para São Paulo aguarda-se uma expansão em torno de 5%, sendo que a região de Marília, por possibilitar sucessão com o trigo, deverá ser a responsável por este incremento. Deve-se notar que a partir de 1976/77 há opção de seguro da cultura por parte da COSESP (Companhia de Seguros do Estado de São Paulo).

Para Minas Gerais espera-se um aumento de 10% na área cultivada no Triângulo Mineiro e de 50% na região do Alto Paranaíba, contribuindo para isto a substituição de culturas, em especial a do arroz, e o aproveitamento de novas áreas.

Santa Catarina deverá apresentar expansão da ordem de 10%. Mato Grosso também incrementará sua área com soja na Região Sul, principalmente pela possibilidade de sucessão com o trigo, enquanto que em Goiás não se espera aumento, pela inexistência de variedades adaptadas.

- Amendoim

A produção brasileira de 1975/76 foi estimada em 528,2 mil toneladas, contra 443,0 mil do ano anterior. Ressalte-se que tanto a safra das águas como a da seca foram afetadas qualitativa e quantitativamente, devido às condições climáticas desfavoráveis (quadro 79).

As boas cotações vigentes no ano anterior proporcionaram ampliação da área cultivada nos principais estados produtores, ou seja, São Paulo, Paraná e Mato Grosso.

Já os preços recebidos pelos produtores em 1976 não foram considerados satisfatórios, contribuindo para isto a má qualidade do produto. Em São Paulo e no Paraná os preços variaram de Cr\$ 47,00 a Cr\$ 57,00 por saca de 25kg, portanto pouco acima do mínimo estabelecido (Cr\$ 45,00) (quadro 80).

As exportações brasileiras do produto in natura apresentaram decréscimo, enquanto as dos derivados apresentaram-se em elevação, quando comparados os períodos janeiro-julho de 1975 e de 1976 (quadro 81).

Para possibilitar maior escoamento de óleo, o Governo Federal fixou a alíquota de 7% de IPI para efeito de cálculo de incentivos às operações de exportação a vigorar de 20 de janeiro a 31 de outubro do corrente ano.

Por localizar-se em regiões de agricultura desenvolvida, a cultura do amendoim sofre competição por parte de outras explorações mais rentáveis, o que tem levado a uma diminuição gradativa na área de plantio, exceção feita a safra de 1975/76. Vários fatores têm contribuído para o desestímulo da cultura: custos e riscos elevados, baixa produtividade e comercialização difícil face as bruscas variações nas cotações.

- Perspectivas

A não realização de um bom resultado financeiro na safra 1975/76, aliado a um preço mínimo estabelecido de Cr\$ 63,00/sc. de 25kg, o que corresponde a um acréscimo de 40% sobre o mínimo anterior, não deverá levar a um aumento na área cultivada desta oleaginosa. Poderá haver forte concorrência por parte de soja, algodão, e mamona em São Paulo e no Paraná, e ainda arroz e soja no Triângulo Mineiro. Na Região Sul de Mato Grosso, onde se está desenvolvendo satisfatoriamente a sucessão soja-trigo, a área cultivada com amendoim deverá também sofrer redução.

Quanto a colocação do produto no mercado internacional existem problemas para a torta e farelo, mormente pela presença de aflatoxina.

Quanto ao óleo, mesmo tendo sido deslocado por outros, como é o caso do de soja, o de amendoim, por ser um produto nobre, sua procura é relativamente estável.

Para o produto in natura não são muito promissoras as perspectivas de exportação, apesar da presença do Brasil como um exportador tradicional.

Para São Paulo, opcionalmente, o amendoim passa, a partir de 1976/77, a ser seguro do pela COSESP.

(IEA, 05/10/1976)

QUADRO 69. - Disponibilidade Mundial das Principais Oleaginosas, 1971/72 - 1975/76⁽¹⁾

(1.000 toneladas)

Item	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76
Estoque	6.561	6.309	5.313	10.093	11.626
Produção mundial	112.190	112.917	127.900	121.892	130.600
Oferta total	118.751	119.226	133.213	131.985	142.226

⁽¹⁾ Ano comercial (setembro-agosto).

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 70. - Cotações Internacionais da Soja (USA nº 2), 1972-76

(US\$/t-CIF-Rotterdam)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média anual
1972	125	127	135	140	140	138	141	141	135	136	148	174	140
1973	214	259	258	260	358	470	330	331	226	241	239	254	290
1974	261	271	265	235	229	228	276	320	303	335	312	288	277
1975	256	231	226	229	208	207	224	243	227	211	193	185	220
1976	189	192	190	190	210	248	264	248	274 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Preliminar.

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 71. - Projeções de Oferta e Demanda de Soja nos Estados Unidos para 1976/77⁽¹⁾ em Comparação com 1975/76

(1.000 toneladas)

Item	1975/76	1976/77 ⁽²⁾
Oferta		
Estoque inicial	5.032,0	5.440,0
Produção	<u>41.371,2</u>	<u>34.652,8</u>
Total	46.403,2	40.092,8
Demanda		
Moagem	23.528,0	21.352,0
Exportação	15.368,0	14.280,0
Sementes, consumo humano e perdas	<u>2.067,2</u>	<u>2.284,8</u>
Total	40.963,2	37.916,8
Estoque final	5.440,0	2.176,0

⁽¹⁾ Estimativa realizada em setembro de 1976. Temporada com início em 19 de setembro e término em 31 de agosto.

⁽²⁾ Valores médios alternativos entre as posições máximas e mínimas.

Fonte: USDA, Economic Research Service.

QUADRO 72. - Produção Brasileira e Principais Estados Produtores de Soja, 1971/72 a 1975/76

(1.000 t)

Estado	1971/72		1972/73		1973/74		1974/75		1975/76 ⁽¹⁾	
	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%
Rio Grande do Sul	2.000,0	57,2	2.826,5	56,5	3.800,0	51,5	4.688,5	47,8	5.131,0	46,2
Paraná	966,2	27,6	1.460,3	29,2	2.500,0	33,9	3.420,0	34,9	4.330,9	39,0
São Paulo	222,0	6,3	330,0	6,6	522,0	7,1	678,0	6,9	765,0	6,9
Santa Catarina	130,0	3,7	166,1	3,3	200,0	2,8	467,2	4,8	435,0	3,9
Outros	181,8	5,2	220,4	4,4	350,0	4,7	550,6	5,6	444,7	4,0
Total	3.500,0	100,0	5.003,3	100,0	7.372,0	100,0	9.804,3	100,0	11.106,6	100,0

(¹) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola - SP, DERAL - PR, Ministério da Agricultura - CFP, IBGE.

QUADRO 73. - Exportação Brasileira de Soja em Grão, 1971-76

Ano	VOLUME (1.000t)	Valor-FOB (US\$ 1.000)	Preço médio (US\$/t)
1971	213,4	24.309	113,91
1972	1.037,3	127.927	123,33
1973	1.786,1	494.153	276,67
1974	2.730,4	585.271	214,35
1975	3.333,3	684.901	205,47
1976 ⁽¹⁾	3.067,4	637.031	207,68

(¹) Janeiro a agosto.

Fonte: CACEX.

QUADRO 74. - Exportação Brasileira de Farelo e Óleo de Soja, 1971-76

Ano	Farelo de soja			Óleo de soja		
	VOLUME (1.000t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Preço médio (US\$/t)	VOLUME (1.000t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Preço médio (US\$/t)
1971	911,4	81.532	89,46	72,0	27	375,00
1972	1.405,3	152.348	108,41	600,0	160	267,00
1973	1.581,5	422.635	267,24	61.408,0	23.808	388,00
1974	2.030,9	303.044	149,22	2.277,0	1.890	830,00
1975	3.133,6	464.874	148,35	267.683,0	152.441	569,00
1976 ⁽¹⁾	2.831,5	463.234	163,60	307.421,0	116.494	379,00

(¹) Janeiro a agosto.

Fonte: CACEX.

QUADRO 75. - Preços de Soja em Grão, Recebidos pelos Agricultores nos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1974-76

(Cr\$/sc. 60kg)

(continua)

Mês	Rio Grande do Sul			Paraná			São Paulo		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	77,40	75,60	75,00	68,40	80,40	84,00	70,05	89,33	84,32
Fev.	75,60	76,80	74,40	69,00	81,60	82,20	72,83	78,52	82,10
Mar.	75,60	73,20	75,00	69,60	81,60	81,60	59,45	70,63	80,10
Abr.	69,00	70,80	75,60	73,80	74,40	82,80	62,50	71,85	80,70
Mai.	61,20	70,20	...	55,80	74,40	84,00	57,89	74,28	84,00
Jun.	60,60	70,20	...	57,60	72,00	95,40	54,49	74,13	101,40
Jul.	59,40	71,40	...	61,20	76,20	108,00	59,01	75,85	114,30
Ago.	66,60	76,80	...	72,60	87,60	...	76,38	83,45	116,79
Set.	67,80	78,00	...	77,40	86,40	...	77,17	86,63	...
Out.	73,80	78,60	...	81,00	83,40	...	79,75	86,60	...
Nov.	76,80	-	...	85,20	81,60	...	88,68	84,41	...
Dez.	78,00	-	...	88,80	83,40	...	88,02	83,51	...

QUADRO 75. - Preços de Soja em Grão, Recebidos pelos Agricultores nos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1974,76

(Cr\$/sc. 60kg) (conclusão)

Mês	Santa Catarina			Mato Grosso			Goiás		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	69,00	70,20	73,20	70,20	76,20	69,60	...	78,60	81,00
Fev.	65,40	73,80	76,80	52,20	74,40	66,00	...	83,40	83,40
Mar.	61,80	71,40	75,60	60,00	69,00	76,20	...	77,40	81,60
Abr.	61,20	69,00	78,00	60,60	70,20	75,00	...	70,80	78,60
Mai.	51,00	70,20	79,80	49,20	63,00	78,00	...	68,40	77,40
Jun.	50,40	63,60	87,60	51,00	63,60	93,60	...	72,00	89,40
Jul.	53,40	64,80	91,80	54,60	69,00	109,20	...	75,00	100,80
Ago.	67,20	69,00	...	66,60	76,20	84,60	...
Set.	69,00	72,60	...	72,60	78,00	81,60	...
Out.	70,80	74,40	...	78,60	72,60	83,40	...
Nov.	70,80	72,00	...	85,20	71,40	81,00	...
Dez.	70,20	71,40	...	85,20	69,60	82,80	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 76. - Exportação de Soja em Grão, Rio Grande do Sul, 1971-75

Ano	Volume exportado (t)	Participação sobre o total brasileiro exportado (%)
1971	199.300	93
1972	691.694	67
1973	1.014.885	57
1974	1.620.991	59
1975	2.172.950	65

Fonte: CACEX.

QUADRO 77. - Exportação de Soja em Grão, Estado do Paraná, 1971-75

Ano	Volume exportado (1.000t)	Participação sobre o total brasileiro exportado (%)
1971	14,0	6
1972	187,0	18
1973	508,1	28
1974	995,2	36
1975	997,4	30

Fonte: CACEX.

QUADRO 78. - Exportação de Soja e Derivados pelo Porto de Santos, 1972-76

(em tonelada)

Ano	Grão	Farelo	Óleo
1972	153.673	72.160	216
1973	240.097	189.347	10.421
1974	80.606	173.338	155
1975	127.633	186.454	12.505
1976 ⁽¹⁾	121.341	197.327	28.696

⁽¹⁾ Janeiro a agosto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 79. - Produção de Amendoim em Casca nos Principais Estados Produtores, Região Centro-Sul e Brasil, 1971-76

Ano	São Paulo		Paraná		Mato Grosso		Centro-Sul		Brasil
	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t
1971	637,5	67	170,5	18	53,0	6	885,5	94	944,7
1972	645,0	67	155,8	16	76,8	8	909,3	95	956,2
1973	312,5	53	134,4	23	76,4	13	538,4	92	584,9
1974	268,6	48	140,6	25	89,7	16	522,8	94	556,2
1975	262,5	59	116,9	26	39,0	9	430,97	97	443,0
1976	331,1	63	68,6	13	84,5	16	494,6	94	528,2

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, baseado em informações de várias instituições.

QUADRO 80. - Preços Recebidos pelos Produtores de Amendoim em Casca nos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1974-76

(em Cr\$/sc. 25kg)

Mês	São Paulo			Paraná			Mato Grosso			Minas Gerais		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	23,77	41,89	47,63	34,50	48,75	66,50	30,00	44,00	43,25	35,50	47,25	57,00
Fev.	24,41	45,99	47,30	34,25	49,00	53,25	28,50	45,00	43,75	35,00	49,50	56,75
Mar.	30,45	45,21	47,40	33,25	48,25	52,00	29,75	35,25	44,50	35,25	53,00	63,50
Abr.	32,79	44,42	47,90	34,75	49,00	55,75	31,25	40,25	46,00	37,75	48,25	67,75
Mai.	33,72	42,66	47,80	36,25	49,50	54,50	29,75	33,25	44,75	37,25	49,00	63,50
Jun.	33,14	41,86	48,40	34,75	53,75	55,50	29,50	35,25	48,75	43,25	51,50	72,00
Jul.	34,49	42,22	51,40	36,75	51,25	55,75	31,92	38,25	50,00	46,50	54,00	74,75
Ago.	36,67	46,41	57,80	37,50	51,00	...	29,00	37,25	...	44,75	54,25	...
Set.	39,66	49,42	...	41,75	54,25	...	32,50	36,25	...	42,50	56,25	...
Out.	38,27	49,77	...	41,75	53,25	...	32,25	37,00	...	48,50	53,25	...
Nov.	43,10	49,56	...	48,25	54,00	...	32,25	37,00	...	50,00	57,00	...
Dez.	41,08	49,89	...	46,75	54,50	...	34,75	40,25	...	50,25	59,50	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 81. - Exportação Brasileira de Amendoim e Derivados, Janeiro-Julho de 1975 e 1976

(em tonelada)

Produto	1975	1976	Variação (%)
Grão	41.054	11.882	-71,0
Farelo/torta	28.214	69.950	148,0
Óleo	26.076	77.004	195,3

Fonte: CACEX.

- Avicultura

- Panorama internacional

Segundo a FAO, a produção mundial de carne de aves, em 1975, situou-se ao redor de 21,4 milhões de toneladas, contra 20,8 milhões em 1974. As perspectivas para 1976 são de aumento da produção, mesmo nos países importadores, o que deverá ocasionar diminuição no comércio internacional, exceção feita aos países árabes, que estão incrementando suas importações.

Na Comunidade Econômica Européia a produção de carne de aves em 1976 deverá crescer cerca de 5%, situando-se ao redor de 3,3 milhões de toneladas.

No Japão, ao contrário da rápida expansão dos últimos anos, houve estabilização da produção e consumo de carne de aves durante 1975, esperando-se pequeno incremento em 1976.

A União Soviética, depois de considerável aumento de produção em 1975 (cerca de 19% em relação a 1974), no início deste ano mostra um menor plantel de aves, devendo se esperar uma queda na produção de carne de cerca de 12%, situando-se ao redor de 1,4 milhão de toneladas.

A produção estadunidense de carne de aves em geral decresceu ligeiramente em 1975, porém a produção de frangos excedeu a de 1974 em 11%, em vista da relação favorável entre os preços destes e os das rações. As perspectivas deste ano são de acréscimo na produção de carne de aves, dado o bom retorno obtido pelos produtores, devendo atingir 5,3 milhões de toneladas, 0,5 milhão de toneladas maior que a de 1975. Os preços alcançados em 1975 foram os mais altos dos anos recentes, sendo que para 1976 a tendência é de manterem os níveis do 1º semestre do ano anterior. Também as exportações, em 1975, foram as mais elevadas dos últimos anos, atingindo cerca de 62,6 mil toneladas de frangos inteiros e em partes, devendo aumentar este ano, uma vez que os exportadores americanos estão penetrando no mercado do Oriente Médio, onde têm contratos para exportação de 35 mil toneladas.

Os países árabes têm-se revelado grandes importadores nos últimos anos, inclusive subsidiando o consumo internamente. O mercado do Oriente Médio/Golfo Pérsico tem grande potencial, sendo a sua demanda estimada atualmente em 100 mil a 150 mil toneladas.

Por outro lado, os preços de aves no mercado internacional deverão tender a uma estabilização.

No que se refere à produção mundial de ovos, em 1975 devem ter sido produzidos 23,9 milhões de toneladas, 3% a mais que em 1974. Nos Estados Unidos, no entanto, houve recuo de cerca de 2%, enquanto outros grandes produtores registraram aumentos: China (2%); Bélgica (3%); Itália (2%); Alemanha Oriental (2%); Alemanha Ocidental (1%); e Inglaterra (1%); e Rússia (10%).

As exportações estadunidenses de ovos e produtos derivados cresceram 15% em 1975, sendo o Japão o maior comprador. O Canadá, por sua vez, impôs quotas para importação do produto de origem estadunidense. Na Europa a tendência crescente ao comércio internacional perdeu, com aumento das exportações por parte da Bélgica e Holanda, principais produtores, enquanto a Alemanha Ocidental, maior comprador, teve suas importações aumentadas substancialmente.

Em 1976 a produção de ovos nos Estados Unidos está mais ou menos estabilizada. Os preços, por sua vez, poderão aumentar no segundo semestre, oscilando ao redor da média verificada no mesmo período do ano anterior.

- Situação interna

Em 1975 a produção brasileira de carne de aves, de acordo com as últimas estimativas, foi de 530 mil toneladas, sendo que a participação da Região Centro-Sul está estimada em cerca de 90%.

A produção brasileira de matrizes para corte apresentou, naquele ano, um decréscimo de 10%, tendo atingido 4,7 milhões, podendo considerar-se essa retração como um ajustamento à realidade do mercado, já que os preços em 1975 não foram compensadores como nos anos anteriores (quadro 82), reagindo apenas nos últimos meses. A participação dos estados da região Centro-Sul (89,5% da produção brasileira) nessa produção foi a seguinte: São Paulo, 44,7%; Minas Gerais, 12,7%; Santa Catarina, 11,2%; Rio Grande do Sul, 9,1%; Rio de Janeiro, 6,3%; Paraná, 4,5%; Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal, 1,0%.

No transcorrer dos primeiros meses de 1976 houve uma recuperação na produção de matrizes de corte, acreditando-se ser decorrência de uma maior ativação do setor de corte, dado que os preços continuaram em ascensão no início do corrente ano. Até julho a produção de matrizes de corte na Região Centro-Sul tinha atingido cerca de 3 milhões de unidades, representando um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior de aproximadamente 25%. A partir de maio o setor de corte teve sua atividade um pouco refreada, em virtude da inclusão do frango e galinha na lista CIP/SUNAB para os supermercados, o que ocasionou uma queda nos preços ao nível do produtor, enquanto os preços dos insumos, principalmente rações e pintos de um dia, continuaram em ascensão.

O setor de postura, por sua vez, apesar dos baixos preços de ovos verificados no transcorrer da maior parte do ano de 1975 (quadro 83), não sofreu retração na produção de matrizes, sendo que o total de 509 mil unidades (produtoras de ovos brancos e vermelhos) produzidas na Região Centro-Sul (87% da produção brasileira) superou o ano anterior em cerca de 10%. De janeiro a julho de 1976 a produção de matrizes para postura na Região Centro-Sul já alcançava 316 mil unidades (87% da produção brasileira), 30% superior a de igual período do ano anterior. A atividade de postura continuou em franca ascensão nos primeiros meses de 1976, em decorrência, principalmente, dos preços, considerados bastante compensadores por parte dos produtores (quadro 84). A inclusão do ovo na lista CIP/SUNAB para os supermercados a partir de abril, ocasionou, também, uma certa retração nos preços ao nível do produtor, enquanto os preços dos insumos continuaram a crescer, refletindo-se de forma negativa na produção do setor.

As exportações de frangos continuaram em ritmo ascendente durante o primeiro semestre de 1976, tendo em vista que a partir de maio os preços do mercado externo estavam bastante atrativos, notadamente em relação aos vigentes no mercado interno, onde havia um certa retração, com o estabelecimento de preços máximos para os supermercados. A exportação de frangos congelados até junho atingiu, assim, 8.144 toneladas, no valor de US\$ 8.054 mil, contra 3.469 toneladas e US\$ 3.290 mil durante todo o ano de 1975.

- São Paulo

A recuperação dos preços ocorrida no final de 1975 propiciou uma retomada do ritmo de crescimento da avicultura paulista, principalmente do setor de postura, fazendo com que a produção de carne de aves atingisse 240 mil toneladas, enquanto a de ovos somou 442 milhões de dúzias, causando acréscimos ao redor de 4% e 11%, respectivamente.

Durante os primeiros meses de 1976 os preços tanto de aves, como de ovos continuaram em ascensão, bem como a demanda por pintos de um dia e insumos básicos, evidenciando que o setor avícola continuava em expansão. A produção de matrizes para corte, até julho de 1976, já estava em torno de 1.532 mil unidades, cerca de 32% maior que no mesmo período do ano anterior, enquanto a produção de matrizes para postura girava ao redor de 262 mil unidades, significando cerca de 42% de aumento sobre o mesmo período de 1975.

A inclusão já mencionada do frango, galinha e ovo na lista CIP/SUNAB, trouxe queda nos preços, principalmente ao nível do produtor (quadros 84 e 85). Entretanto, no fim de agosto e começo de setembro, os preços começaram a melhorar e, com uma sentida abertura para o mercado externo, acredita-se que o setor retome seu ritmo de expansão.

- Santa Catarina

A produção de carne de aves no Estado tem crescido a taxas elevadas. De cerca de 37 mil toneladas em 1974, passou para aproximadamente 70 mil toneladas em 1975, significando um acréscimo de 89%. As estimativas dos órgãos oficiais indicam uma produção de 84 mil toneladas para 1976, o que representa um aumento de 20% em relação a 1975, enquanto para 1977 está prevista uma produção de 98.000 toneladas, cerca de 17% maior que a estimada para 1976 e 40% sobre a produção efetiva de 1975.

O sistema de produção empregado é o da integração vertical feita pelos grandes frigoríficos, através da qual se consegue produzir a custos mais baixos. A produção está dirigida para frango de corte e perus e, dado a importância que vem ganhando a avicultura no Estado, principalmente com a abertura para o exterior, pois até o final do corrente ano estão previstas exportações da ordem de 17,9 mil toneladas, o setor tem merecido por parte do Governo atenção especial, com implantação de programas e projetos específicos, visando o desenvolvimento da avicultura de corte. Já o setor de postura ainda não se projetou o suficiente, sendo o abastecimento local de ovos complementado pelos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

O preço médio do frango recebido pelo produtor em 1975 (Cr\$ 5,83/kg) sofreu queda de cerca de 9%, em valores reais. No primeiro semestre de 1976 a tendência altista dos preços também se fez sentir no Estado e tudo indica que os mesmos devem melhorar ainda mais, até o final do ano (quadro 85).

A produção de matrizes de corte também se expandiu em 1975, quando foram produzidas aproximadamente 530 mil unidades, 17% a mais que em 1974, crescimento este que se tem mantido em 1976, onde até julho a produção alcançava 392 mil unidades, cerca de 36% a mais que em igual período do ano anterior.

Minas Gerais

As estimativas da CEPA/MG indicam uma produção de aproximadamente 97 mil toneladas de carne de aves em 1975, e 102 mil toneladas em 1976, significando um acréscimo de cerca de 5%.

A produção compõe-se de 62% de frangos de granja e 38% de frangos caipiras, estes consumidos no próprio Estado enquanto da produção das granjas são exportados cerca de 22% para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e para Brasília.

Quanto aos preços de frangos recebidos pelos produtores, a média de 1975 caiu cerca de 15% em relação a 1974, em termos reais (quadro 82), enquanto os preços verificados no decorrer do presente ano têm-se mostrado em ascensão (quadro 85).

Esse Estado é grande produtor e fornecedor de pintos de um dia para corte, tendo aumentado sua produção de matrizes em cerca de 15% em 1975, enquanto até julho do corrente ano tinha produzido 378 mil unidades, cerca de 8% a mais que em igual período do ano anterior.

A produção de ovos no Estado tem crescido a pequenas taxas nos últimos anos, tendo se situado ao redor de 139,4 milhões de dúzias em 1975, cerca de 2,6% superior a de 1974; para 1976 está prevista produção de 142,9 milhões de dúzias, com crescimento ao redor de 2,5%. Essa produção está composta por 58% de ovos caipira e 42% de ovos de granja, sendo que cerca de 38% da produção das granjas é exportada para o Rio de Janeiro.

A média dos preços recebidos pelos produtores de ovos no Estado caiu cerca de 14%, em valores reais, em 1975 com relação à verificada em 1974 (quadro 83).

- Rio Grande do Sul

A avicultura gaúcha tem crescido em média 12% ao ano no setor de corte. O hábito alimentar continua a ser o maior entrave ao aumento da demanda, embora, ultimamente, o consumidor esteja substituindo a carne bovina por carne de aves, devido ao preço desta ser mais baixo. Mas mesmo assim a demanda local ainda é bem inferior a oferta, o que tem gerado um excedente que estava sendo colocado no mercado interno, e agora, no mercado externo, com exportações da ordem de 300 toneladas mensais para os países árabes.

O preço médio recebido pelo produtor em 1975, Cr\$ 5,34/kg, em termos reais caiu cerca de 11% em relação a 1974 (quadro 82). Nos primeiros meses de 1976, os preços se apresentaram em ascensão, tendo aumentado 11% em abril com relação a janeiro (quadro 85).

Quanto à produção de ovos, embora o setor tenha apresentado um certo crescimento, ainda existe um deficit da oferta de cerca de 40%, coberto com importações, principalmente de São Paulo.

A produção de matrizes de corte até julho de 1976 tinha superado a de igual período do ano anterior em cerca de 74%, tendo atingido ao redor de 303 mil unidades, enquanto que a produção de matrizes de postura não é significativa, ficando por volta de 16 mil unidades.

- Paraná

A avicultura do Paraná tem se desenvolvido satisfatoriamente nos últimos anos, dado as facilidades na produção de insumos básicos, principalmente milho e soja, e a um razoável aumento da demanda.

Em 1975 a produção de carne de aves esteve ao redor de 17,8 mil toneladas, com um crescimento em relação a 1974 de cerca de 14%, devendo situar-se perto de 23,1 mil toneladas em 1976, segundo estimativas do DERAL/CEPA-PR. Quanto à produção de ovos, esta deve se situar em torno de 53 milhões de dúzias, sendo que a maior parte é exportada para outros Estados, principalmente Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Os preços correntes recebidos pelos produtores estiveram em ascensão durante os primeiros meses de 1976, tanto para frangos como para ovos (quadros 84 e 85), enquanto que em termos reais a média de 1975 caiu, em relação a de 1974, em cerca de 10% para frangos e ovos

(quadros 82 e 83).

A produção do setor avícola vem se desenvolvendo estimulada pelo aumento do consumo, permitindo assim maior participação da avicultura industrial na produção do Estado. Observe-se também, que o Paraná é um grande produtor de milho e farelos oleaginosos, que são matérias-primas básicas utilizadas na avicultura.

- Rio de Janeiro

A avicultura do Estado do Rio de Janeiro, que ocupou lugar de destaque no passado, hoje não chega para suprir o mercado estadual, sendo que São Paulo participa com cerca de 70% da oferta de ovos, enquanto a de carnes é suprida por diversos estados.

O maior entrave ao desenvolvimento da avicultura no Estado tem sido a distância do mesmo em relação às zonas produtoras dos insumos básicos, principalmente milho e soja, os quais devem ser importados, embora a proximidade dos grandes centros consumidores constitua um incentivo.

Os preços recebidos pelos produtores se apresentaram em ascensão nos primeiros meses de 1976, tanto para frangos, como para ovos (quadros 84 e 85), enquanto que o preço médio de 1975 caiu em relação ao de 1974 em cerca de 9% para o frango, e ao redor de 6% para os ovos (quadros 82 e 83).

A produção de matrizes de corte caiu em 1975 em cerca de 29%. Até julho de 1976, essa produção situava-se em 217 mil unidades, tendo crescido em relação ao mesmo período do ano anterior em 28%, enquanto que a produção de matrizes de postura situava-se em 18 mil unidades, tendo caído com relação ao mesmo período de 1975 em cerca de 33%.

- Espírito Santo

A produção avícola no Estado está voltada predominantemente para o consumo interno, sendo suas exportações dirigidas principalmente para Salvador.

As estimativas existentes indicam para 1975 uma produção de 3.534 toneladas de carne de aves e cerca de 21,2 milhões de dúzias de ovos, enquanto para 1976 prevê-se uma produção da ordem de 3.887 toneladas de carne e 22,0 milhões de dúzias de ovos.

O setor avícola tem merecido atenção especial por parte dos órgãos oficiais, tendo em vista o seu desenvolvimento e melhor participação na renda setorial do Estado.

- Perspectivas

A recuperação dos preços de aves ao nível do produtor, verificada a partir do final de agosto, apesar de ainda persistirem os preços máximos para os supermercados, tende a reativar a produção, pois o consumo está aumentando e as possibilidades de exportação são amplas, dado existir um mercado bastante receptivo e potencial como o do Oriente Médio, onde o produto brasileiro está penetrando.

A recente alta dos preços dos insumos básicos do setor, que respondem por grande parcela dos custos de produção, pode tornar menos competitivo o produto brasileiro no mercado externo.

Segundo as estimativas dos principais estados produtores, a produção de carne de aves deverá se situar acima da obtida em 1975, o mesmo ocorrendo com a produção de ovos.

A disponibilidade de matérias-primas para rações não deverá ter problemas, pois a produção dos principais componentes, milho e soja, estará acima da obtida este ano.

As exportações de frango no 1º semestre de 1976 foram bem superiores às verificadas em todo 1975, esperando-se que até o fim do ano se elevem ainda mais, pois além de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também estão exportando os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

A extensão da política de preços mínimos ao setor avícola está sendo estudada pelos órgãos competentes, devendo em breve atingir a atividade de postura. Isto viria ao encontro dos interesses dos avicultores, pois por se tratar de uma atividade de ciclo relativamente curto e que responde prontamente a restrições e incentivos, está sujeita a grandes riscos. Paralelamente, deveriam ser institucionalizadas certas políticas visando a redução dos custos de componentes de rações, como a extensão do PRONAZEM a avicultura.

(IEA, 06/10/1976)

QUADRO 82. - Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Frangos na Região Centro-Sul, 1972-76
(Cr\$/kg)

Estado	1972		1973		1974		1975		1976 ⁽¹⁾	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾						
Minas Gerais	3,44	6,51	4,74	7,79	7,00	8,94	7,60	7,60	8,71	6,71
Espírito Santo	3,31	6,26	4,75	7,81	6,26	7,99	6,70	6,70	8,72	6,72
Rio de Janeiro	3,48	6,58	4,28	7,03	5,63	7,19	6,57	6,57-	8,03	6,18
São Paulo	2,58	4,88	3,83	6,29	4,39	5,61	5,23	5,23	6,55	5,04
Paraná	3,25	6,15	4,03	6,62	5,89	7,52	6,74	6,74	8,44	6,50
Santa Catarina	2,79	5,28	3,48	5,72	5,01	6,40	6,83	5,83	6,75	5,20
Rio Grande do Sul	2,84	5,37	3,64	5,98	4,72	6,03	5,34	5,34	6,32 ⁽³⁾	5,13
Goiás	3,80	7,19	5,33	8,76	8,92	11,39	10,52	10,52	12,30	9,47
Mato Grosso	3,57	6,75	4,97	8,17	8,91	11,38	9,19	9,19	11,95	9,20

⁽¹⁾ Média de janeiro a julho.

⁽²⁾ Preços a cruzeiro de 1975, calculados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ Média de janeiro a abril.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 83. - Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Ovos na Região Centro-Sul, 1972-76
(Cr\$ / dz)

Estado	1972		1973		1974		1975		1976 ⁽¹⁾	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾						
Minas Gerais	2,03	3,84	2,70	4,44	3,79	4,84	4,18	4,18	5,22	4,02
Espírito Santo	2,13	4,03	2,83	4,65	3,81	4,87	4,06	4,06	5,67	4,37
Rio de Janeiro	2,00	3,78	2,74	4,50	3,60	4,60	4,34	4,34	5,65	4,35
São Paulo	1,62	3,06	2,42	3,98	2,89	3,69	3,31	3,31	4,56	3,51
Paraná	1,97	3,73	2,52	4,14	3,46	4,42	3,97	3,97	5,11	3,94
Santa Catarina	1,92	3,63	2,52	4,14	3,48	4,44	3,96	3,96	5,49	4,23
Rio Grande do Sul	1,94	3,67	2,79	4,58	3,83	4,89	4,33	4,33	5,31 ⁽³⁾	4,31
Mato Grosso	2,38	4,50	3,01	4,95	4,32	5,52	4,92	4,92	5,82	4,48
Goiás	2,25	4,26	3,05	5,01	4,08	5,21	4,57	4,57	5,75	4,43

(1) Média de janeiro a julho.

(2) Preços a cruzeiro de 1975, calculados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(3) Média de janeiro a abril.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 84. - Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Ovos na Região Centro-Sul, 1976
(Cr\$/dz.)

Mês	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Goiás
Jan.	4,50	4,43	4,55	3,57	4,29	4,10	4,43	5,35	4,76
Fev.	4,63	4,66	4,63	3,64	4,40	4,47	4,88	5,21	4,76
Mar.	4,81	5,35	5,35	4,76	4,66	5,12	5,74	5,20	5,07
Abr.	5,74	6,07	5,84	5,12	5,21	5,95	6,20	5,49	5,94
Mai.	6,00	6,33	6,73	4,73	5,65	6,31	...	6,26	6,30
Jun.	5,31	6,40	6,14	4,95	5,79	6,29	...	6,32	6,58
Jul.	5,55	6,45	6,29	5,17	5,80	6,22	...	6,88	6,87
Ago.	5,61
Set.
Out.
Nov.
Dez.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 85. - Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Frangos na Região Centro-Sul, 1976
(Cr\$/kg)

Mês	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Goiás
Jan.	8,20	7,38	7,71	6,87	7,69	6,13	5,91	11,96	11,78
Fev.	8,13	7,60	7,90	6,63	8,15	6,45	6,30	12,05	11,61
Mar.	8,73	8,57	7,91	7,15	8,55	6,62	6,48	11,75	11,82
Abr.	8,87	9,13	7,84	7,06	8,44	6,87	6,57	11,77	11,12
Mai.	9,00	9,17	7,80	6,13	8,58	6,84	...	11,42	12,42
Jun.	9,00	9,47	8,08	6,06	8,78	7,08	...	12,76	13,09
Jul.	9,05	9,75	8,98	5,94	8,90	7,27	...	11,92	13,30
Ago.	6,68
Set.
Out.
Nov.
Dez.

-130-

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

- Café

- Panorama internacional

Como consequência da redução da safra do Brasil e de alguns outros países, a produção exportável mundial em 1976/77 será da ordem de 40 milhões de sacas de 60kg, para uma produção total de cerca de 59 milhões de sacas, segundo estimativas preliminares. O quadro 86 mostra a evolução da produção exportável nos principais países, segundo estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Uma vez que as exportações mundiais situam-se em torno de 55 milhões de sacas, pode-se estimar o déficit da presente safra mundial em aproximadamente 15 milhões de sacas, a serem retiradas do "carry-over" ou disponibilidades do ano de comercialização precedente.

Recentemente o Diretor Executivo da Organização Internacional do Café declarou ser necessário manter-se um estoque de reserva mundial mínima de 20 a 25 milhões de sacas, afora os estoques normalmente retidos nos canais de comercialização. Isso, com vistas a se conservar uma reserva mínima de segurança para que se evite o caso de escassez aguda proveniente de geadas ou outros acontecimentos graves. Além disso, é preciso que a produção mundial seja da ordem de 80 milhões de sacas, para atender a cerca de 60 milhões destinadas a exportação e 20 milhões para consumo interno dos países produtores.

Nos últimos 10 anos, porém, a produção mundial variou de cerca de 59 milhões de sacas na presente safra a 77 milhões (1974/75), com média em torno de 68 milhões. Na presente colheita, a produção atingiu apenas 50% do considerado necessário.

A situação de escassez pode ser verificada pelos dados do quadro 87, que mostram a evolução da situação estatística mundial. Ainda que sejam dados muito agregados e sujeitos a retificações, indicam uma redução do "carry-over" mundial no final do ano de 1975/76. No final do presente ano de comercialização, com produção extraordinariamente pequena, esse "carry-over" deverá se reduzir a nível extremamente baixo. Esse remanescente será constituído na maior parte de estoques do Brasil, sabidamente muito pequenos.

Assim, a redução da safra brasileira de 1976/77 a cerca de 6,4 milhões de sacas, somadas aos problemas políticos na África e à redução da produção em outros países, originou desequilíbrio agudo na situação estatística mundial, passando o mercado a operar em seus níveis mínimos de segurança e a acentuar-se grandemente a tendência de contínuos déficits de produção.

A próxima safra do Brasil (1977/78) estimada preliminarmente em cerca de 15 milhões de sacas, constitui fator fundamental para o equilíbrio da posição estatística do café. As indicações são de que somente dentro de dois ou três anos, no mínimo, poderão ser obtidas as produções mundiais a níveis suficientes para atender plenamente ao mercado, mantendo-se estoques considerados indispensáveis para a compensação de quedas bruscas de produção. Essa recuperação mundial dependerá, é claro, de novos plantios nas diversas áreas produtoras e do grau de modernização dos cafezais existentes, pois os preços mais altos certamente incentivarão o cultivo mais tecnificado em diversas áreas produtoras.

As exportações brasileiras têm apresentado grande redução quantitativa nos últimos anos. Em 1969 foram exportadas 19,6 milhões de sacas, correspondentes a 36% das exportações mundiais, enquanto em 1975 exportou-se cerca de 14,5 milhões ou 25%. O valor exportado este ano, estimado inicialmente em perto de 1,5 bilhão de dólares, superará grandemente o do ano passado, quanto atingiu aproximadamente US\$ 933 milhões.

Os demais países da América aumentaram suas exportações nesses mesmos anos de 16,2

milhões de sacas, ou 25,7% do mercado, para 21,7 milhões, ou 37,6% do total. Colômbia, El Salvador, Guatemala e México destacam-se como principais países produtores desse grupo, que tem aumentado suas exportações em ritmo análogo ao do grupo da África nos últimos anos.

A Colômbia tem se destacado com o maior potencial competidor, sendo que sua produção elevou-se de 6,8 milhões de sacas em 1965, para cerca de 8,5 milhões nos anos recentes. Sua produção exportável é de aproximadamente 7 milhões, mas considerando-se que a produção colombiana provém, na maior parte, de pequenos produtores e de áreas com inclinação acentuada, não seria de se esperar aumento muito rápido de produção. Contudo, apesar do programa governamental de diversificação da produção, esperam alguns observadores considerável aumento da produção nesse País nos próximos anos, pois os preços elevados estão incentivando o uso de melhor tecnologia, aumento do plantio com variedades mais produtivas e menor espaçamento.

O México apresenta também considerável potencial de aumento de produção, incentivado pela proximidade do mercado norte-americano. Segundo algumas fontes, poderá muito em breve produzir cerca de 5 milhões de sacas anualmente.

A produção africana sofreu considerável diminuição no ano 1975/76, quando alcançou 17,7 milhões de sacas, devido a grande redução da safra em Angola e Etiópia, bem como a problemas de produção e comercialização em Uganda.

A produção de Angola, que atingiu 3,4 milhões de sacas em 1972, caiu para pouco mais de um milhão em 1975, ficando a liderança nesse ano a Costa do Marfim, com 4,6 milhões de sacas, seguindo-se a Uganda com 2,4 milhões. Nos últimos anos a produção africana tem-se mantido relativamente estável, havendo em alguns países, no entanto, possibilidades de aumentos consideráveis de produção, inclusive de variedade arábica.

Em geral as perspectivas de aumento de produção para os três ou quatro próximos anos nos países competidores são consideradas limitadas e o mercado deverá continuar favorável aos países produtores em geral, sendo que o clima, como sempre, será fator crítico quanto ao equilíbrio do mercado, devendo-se lembrar a alta susceptibilidade dos novos plantios às temperaturas baixas e às secas.

Após a fase de superprodução mundial, que atingiu seu máximo por volta de 1966 e já em 1962 originou o primeiro Acordo Internacional do Café, com o objetivo primordial de promover a estabilidade de preços, voltam-se as atenções da comunidade cafeeira mundial para o novo Acordo a ser concretizado a partir de outubro. O novo Acordo, submetido a apreciação dos governos participantes, é similar aos anteriores quanto ao estabelecimento de quotas em períodos de excedentes de oferta. Contudo, a situação estatística diametralmente distinta das precedentes, fez com que novas proposições fossem introduzidas, com as finalidades de estabilização de preços a longo prazo e de assegurar a restauração de níveis adequados de produção. Não serão estabelecidas quotas quando os preços estiverem acima de certo nível determinado e diversas inovações parecem poder torná-lo mais realístico e objetivo, em benefício de uma comercialização mais eficiente.

As cotações externas após as geadas apresentaram contínua e rápida elevação, tendo atingido níveis extraordinários no mês de junho, conforme se observa pelo quadro 88, referente às cotações das diversas categorias, segundo os preços indicativos da OIC. Com efeito, embora não correspondam aos reais valores de transação, especialmente no caso dos arábicos não despoipados e suaves colombianos, permitem observar comparativamente a evolução das cotações mundiais.

Em meados de julho verificou-se acentuada redução nas cotações externas, atribuída a maiores quantidades exportadas em junho, transações especulativas na Bolsa de Nova York, redução de consumo em vista do verão extraordinariamente quente na Europa e notícia da não ocorrência de geadas no Brasil.

Essa redução foi simultânea à queda de preços no mercado interno no Brasil, atribuída também à venda de estoques do IBC para consumo interno a preços subsidiados e às restrições de crédito. Mais recentemente, nova recuperação das cotações acentuou-se com as compras de café efetuadas pelo Brasil no exterior.

A julgar pela situação estatística externa e a tendência dos preços, a posição firme do mercado deverá se prolongar pelo menos até o próximo ano. No que diz respeito ao Brasil, em função da situação do mercado exterior, como único País que tem condições a prazo relativamente curto de contribuir significativamente para restaurar o equilíbrio do mercado através do aumento da produção e consolidação dos estoques, cabe ainda considerar a meta de aumentar sua participação nas exportações mundiais e promover a qualidade de seu produto.

- Situação interna

As geadas de 1975, que reduziram a produção brasileira a nível sem precedentes no século, provocaram profunda modificação na estrutura do parque cafeeiro, além de afetar drasticamente o mercado a curto e, provavelmente longo prazo.

Sem dúvida, foi a mais destrutiva geada da história do café, estimando-se que dos 2.061,8 milhões de pés então existentes nos principais Estados produtores, 1.516,0 milhão foram atingidos, conforme mostram os dados do quadro 89. Calcula-se que foram erradicados ou abandonados cerca de 203 milhões de pés no Paraná e 120 milhões em São Paulo, após as geadas.

Seca severa e chuvas excessivas em algumas áreas reduziram ainda mais a safra prevista em São Paulo e Minas Gerais, de modo que a produção brasileira de 1975/76 deverá atingir apenas 6,4 milhões de sacas, segundo a última previsão do IBC.

O quadro 90 mostra a evolução da produção nos diversos Estados e no Brasil, nos últimos 16 anos. Verifica-se que, em média, o Paraná e São Paulo contribuíram, respectivamente, com 47,4% e 32,8% da produção brasileira no período, perfazendo mais de 80% do total. Coube a Minas Gerais 11,4% e 5,9% ao Espírito Santo.

A ação governamental, através dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), era intensa antes das geadas, mas tornou-se extraordinária em seguida, através do Plano de Emergência para Recuperação dos Cafezais Geados e dos PRRC para as etapas 1975/76 e 1976/77.

A política adotada pelo IBC, após cinco anos de implantação do Plano, era a de conservar o parque cafeeiro, limitando novos financiamentos para plantio e replantio nos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Pretendia-se atingir um total de 2,9 bilhões de cafeeiros, o que, se considerada a produtividade média de 9 sacas beneficiadas por mil pés, seria suficiente para as necessidades de consumo interno mais exportações, ou seja 27 a 28 milhões de sacas.

O programa do IBC para plantio de cafezais relativo a etapa 1974/75 alcançara bons resultados, considerando-se os preços relativamente baixos do produto e a elevação dos preços de insumos. Os contratos de financiamento até maio de 1975, corresponderam a 126,7 milhões de cafeeiros, ou 66,3% do total planejado de 200 milhões. São Paulo, que contava com uma cota de 40 milhões de pés, teve contratado o plantio de 42,8 milhões. Minas Gerais, também com cota igual, contratou 46,2 milhões. Da cota do Paraná, de 40 milhões, contratou-se 22,5 milhões. O Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais abrangeu programações de crédito para aquisição de fertilizantes, defensivos e equipamentos de defesa fitossanitária, com aplicações, no período de agosto de 1974 a maio de 1975, de Cr\$ 900 milhões. Desse total, foram aplicados 96,4%, ou Cr\$ 868,4 milhões.

Com base na programação elaborada pelo IBC-GERCA, o Conselho Monetário Nacional aprovou, em sessão de 02-07-75, o PRRC para o ano agrícola 1975/76. O Plano visava somente a complementação da meta prevista na etapa anterior, utilizando os recursos disponíveis, para implantação de cafezais em áreas de interesse de desenvolvimento regional. Além disso, foi planejado o início da substituição de cafezais mediante renovação gradativa, na proporção de 5% das lavouras a serem substituídas. As metas estabelecidas na ocasião eram de plantio de 44 milhões de cafeeiros, recursos para replanta e decote de 20 milhões e aplicação de Cr\$ 2.065 milhões para aquisição de fertilizantes (Cr\$ 1.600 milhões), defensivos (Cr\$ 350 milhões) e equipamentos (Cr\$ 115 milhões). As geadas de julho alteraram o Plano, sendo que o plantio foi acrescido de 100 milhões de cafeeiros, a renovação gradual perdeu sua finalidade e foram liberados créditos adicionais para formação de mudas.

O PRRC-1975/76, vigente de agosto de 1975 a maio de 1976, atribuiu cotas de plantio de 40 milhões para Minas Gerais, 30 milhões para a Bahia, 20 milhões para São Paulo, 10 milhões para cada um dos Estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás, 8 milhões para Mato Grosso e 12 milhões para outras áreas, totalizando 144 milhões.

As aplicações previstas no PRRC-75/76 para as operações de replanta e decote, aquisição de defensivos e equipamentos, atingiram Cr\$ 2.081,6 milhões. Para melhoria da infraestrutura cafeeira foram previstos recursos de Cr\$ 250 milhões, através do Banco do Brasil, e Cr\$ 150 milhões para bancos estaduais, à exceção do Banco do Estado de São Paulo.

Após as geadas o Conselho de Desenvolvimento Econômico designou um Grupo de Trabalho, constituído de representantes do Banco Central, do Banco do Brasil, do IBC-GERCA e dos cafeicultores, que elaborou um conjunto de medidas para recuperação dos cafezais atingidos. Essa proposta foi aprovada em 13-08-75, constituindo-se o Plano de Emergência para Recuperação dos Cafezais Geados. Os recursos destacados para a execução do Plano atingiram montante superior a Cr\$ 8,1 bilhões.

Considerando as diferentes condições dos cafezais atingidos, foram aprovadas linhas especiais de crédito, com prazos e juros adequados para cada condição: lavouras novas, adultas, com ou sem capacidade de recuperação, financiadas ou não pelo PRRC. Com atenção especial para os pequenos produtores foi também concedido crédito para plantio de culturas intercalares. Previu-se recursos para o replanta e podas leves em 369,56 milhões de cafeeiros, replanta em 447,83 milhões, replantio de 273,91 milhões e plantio de substituição de 200 milhões.

As condições básicas para os financiamentos foram: juros de 7% ao ano para todos os programas, com exceção da replanta, que ficou isento de encargos financeiros no caso de pequenos cafeicultores, com até 10.000 covas, pagando os demais 5% ao ano; prazos de 4 anos para a replanta, 3 para o replanta, 6 anos para o replantio e substituição; valor financiável de Cr\$ 1,20 e Cr\$ 0,80 por cova para replanta e replanta, respectivamente, e Cr\$ 6,00 por cova para replantio e substituição.

O PRRC-1976/77 atribuiu as seguintes cotas de plantio para os estados, do total previsto de 330 milhões de cafeeiros: Paraná 130 milhões; São Paulo, 60 milhões; Minas Gerais 50 milhões; 20 milhões para Espírito Santo e Rio de Janeiro; 10 milhões para Mato Grosso; 5 milhões para Goiás; 5 milhões para Ceará e Pernambuco e 30 milhões a distribuir.

As condições básicas para os financiamentos são: juros de 7% ao ano, para plantios até 300.000 cafeeiros; dispensa de garantias reais até 10.000 covas e valor financiável de Cr\$ 8,00 por cova. O programa de plantio e os diversos outros, abrangendo replanta, replanta, fertilizantes, equipamentos, etc. aplicarão recursos da ordem de 5,3 bilhões de cruzeiros.

O incentivo dos preços, que se acentuou continuamente após as geadas de 1975, e as condições favoráveis previstas nos Planos de Renovação e Revigoração, poderão permitir a recu

peração do parque cafeeiro nacional por volta de 1979 ou 1980. O comportamento altista dos preços foi reflexo da pequena safra brasileira prevista para 1976 e também da redução de produção ou problemas na comercialização em alguns países da África e América Central. Conforme se verifica pelo quadro 91, os preços médios, em agosto, eram cerca de 3,5 vezes superiores aos de junho de 1975, mês anterior às geadas.

Assim, no âmbito interno, configura-se uma situação bastante favorável à produção de café, o que pode ser ilustrado pelas relações estimadas custo-renda que se considera adiantada, com dados referentes a São Paulo.

Comenta-se em sequência, a situação nos principais estados produtores, com base nas informações obtidas das respectivas Secretarias de Agricultura, do IBC e outras fontes.

- Paraná

A produção paranaense nos últimos 16 anos (quadro 90) tem variado intensamente, em função das geadas e das diminuições que seguem as grandes colheitas. Assim, as variações ocorreram entre os limites zero no presente ano e 21,4 milhões de sacas em 1961. Quatro safras foram inferiores a cinco milhões de sacas enquanto oito foram superiores a 11 milhões, situando-se a média anual em torno de 10,3 milhões.

Após as geadas, foram recepados 540,2 milhões de pés e decotados 62,4 milhões. Foram erradicados 113,6 milhões e plantados 127,3 milhões, segundo estimativas da Secretaria da Agricultura. Após julho de 1975 não houve pulverização dos cafeeiros para controle da ferrugem. No entanto, os pés que brotaram após a recepa já se encontram atacados pela doença desde abril de 1976. Cerca de 40% dos cafeicultores controlam a ferrugem mas a partir de novembro espera-se maior porcentagem.

As estimativas preliminares da Secretaria da Agricultura e outras fontes, para a safra 1977/78, são de 1,0 a 2,5 milhões de sacas beneficiadas. A área plantada em 1977 deverá atingir 733 mil hectares, com população aproximada de 733 milhões de pés.

Obrigatoriamente os projetos de financiamento exigem o uso de adubação sob orientação técnica do IBC. No entanto, no último ano agrícola, devido a incerteza quanto a possível ocorrência de nova geada, estima-se que somente 50% das lavouras foram adubadas, principalmente com nitrogenados.

Face ao comportamento favorável dos preços, a cafeicultura paranaense deverá se recuperar com relativa rapidez, havendo indicações de que não será muito intensa a substituição de lavouras e de que se intensifica o controle à ferrugem e a adubação.

No dia 15 de agosto de 1976 ocorreu nova geada em quase todo o Estado, com temperaturas de 1 a 3 graus, causando séria apreensão a cafeicultores em várias regiões. Os prejuízos foram insignificantes, segundo informações, mas há observadores que admitem reduções na diminuta safra do ano próximo, em decorrência do fenômeno. Há disponibilidade de mudas e acredita-se que serão plantados de 80 a 100 milhões de cafeeiros a partir de setembro.

- São Paulo

A produção paulista tem variado em torno da média anual de 7,2 milhões de sacas nos últimos 16 anos. A produção mínima, 1,8 milhão de sacas, ocorreu em 1964 e a máxima em 1961, quando atingiu 11,3 milhões. As geadas de 1975 atingiram cerca de 66% dos 800 milhões de ca-

feeiros então existentes no Estado, estimando-se que 120 milhões de pés foram erradicados ou abandonados.

As últimas estimativas do IBC, no entanto, mostram que através do PRRC-1975/76 e do Plano de Emergência para Recuperação de Cafezais Geados foram plantados 22,1 milhões de pés, replantados 31,4 milhões e substituídos 12,4 milhões, o que implica em 65,9 milhões de novos plantios. Por outro lado, foram decotados 44,5 milhões de pés e recepadados 134,4 milhões. Assim, considerando-se os novos plantios através do PRRC-1976/77, onde a cota correspondente a São Paulo é de 60 milhões de pés, estima-se que dentro de três anos a produção paulista tenha alcançado seus níveis médios normais.

Os preços favoráveis têm influído decisivamente para que os tratamentos culturais se desenvolvam e o controle a ferrugem se intensifique. A Secretaria da Agricultura promove, no momento, intensa campanha de modernização, visando ao aumento da produtividade através de aplicação da mais moderna tecnologia.

As estimativas do custo operacional de café cultivado pelo sistema manual típico em São Paulo, para o ano agrícola 1976/77 (mais as despesas de benefício e sacaria nova) são de Cr\$ 1.248,70 por saca para o nível de produção de 5 sacas beneficiadas por 1.000 covas, Cr\$ 831,10 por saca para o nível de 10 sacas; Cr\$ 658,90 por saca para o nível de 15 sacas e Cr\$ 538,40 por saca para a produtividade de 20 sacas.

Conquanto se trate de modelo a ser adaptado a condições regionais e às variações de preços no tempo, além de não considerar a remuneração de fatores fixos, a comparação direta com a renda proveniente de vendas a preços da ordem de Cr\$ 1.500,00 por saca, permite a apreciação de relações custo-receita. Assim, para o nível de produtividade de 10 sacas por 1.000 covas, quando os custos operacionais atingirem Cr\$ 831,10, a receita seria da ordem de Cr\$ 1.500,00, restando Cr\$ 668,90 por saca para remuneração de fatores fixos.

- Minas Gerais

A população cafeeira no Estado tem apresentado rápida evolução, a partir da implantação dos programas de renovação. Em 1968 era ela estimada em 331,4 milhões de covas, passando na atualidade, a 611,9 milhões, segundo a primeira previsão do IBC. Em 1972/73 foram plantados 109 milhões de pés, 70 milhões em 1973/74, 50 milhões em 1974/75 e 72,6 milhões em 1975/76. Nos últimos três anos foi ultrapassada grandemente a cota atribuída ao Estado, que era de 55 milhões, 40 milhões e 44 milhões, respectivamente. Com relação ao PRRC-1976/77, apesar da cota destinada ao Estado ser de 50 milhões, estima a Secretaria da Agricultura daquele Estado que cerca de 115 milhões de cafeeiros serão plantados.

Entre 1969/70 e 1975/76 os recursos aplicados para a implantação dos novos plantios somaram Cr\$ 4,1 bilhões, correspondendo a cerca de 415 milhões de pés ou cerca de 68% da população total. Perto de 30% dos cafeeiros possuem menos de três anos, pelo que espera-se uma crescente produção no Estado nos próximos anos. Nos últimos 16 anos a produção tem variado em torno de 2,5 milhões de sacas anuais, com um máximo de 4,9 milhões em 1974 e mínimo de 1,2 milhão em 1964 (quadro 90).

Estimativas preliminares da Secretaria da Agricultura preveem para o ano de 1977 uma produção de cerca de 5,1 milhões de sacas, e 5,9 milhões para 1978. Deve-se destacar que a maior parcela dessa produção, ou seja, 67% em 1977 e 73% em 1978, são esperadas a partir dos novos plantios em áreas não tradicionais, que correspondem a cerca de 60% da área total ocupada com café.

Não se observa intenção acentuada da substituição de lavouras tradicionais por novos plantios e não há ocorrência de ferrugem em proporções consideradas graves, sendo que cerca de 30% da população cafeeira está sendo tratada. Assim, as perspectivas da cafeicultura no Estado são consideradas boas.

- Espírito Santo

A produção do Estado tem se mantido em torno de média anual de 1,3 milhão de sacas, variando grandemente nos últimos 16 anos de um mínimo de 0,4 milhão em 1971 a 2,4 milhões em 1962 (quadro 90).

O cultivo de café arábica predomina nas regiões de maiores altitudes, enquanto o robusta, vem de implantação recente, expandindo de forma acentuada através de processo de ocupação das áreas inaptas ao plantio do primeiro.

A área de produção tem aumentado nos últimos anos, passando de 204 mil hectares em 1970/71 para 257 mil em 1976/77. A Secretaria da Agricultura daquele Estado estima que 262 mil hectares estarão plantados em 1977/78, com produção de 1,3 milhão de sacas.

Os programas de plantio do IBC têm-se desenvolvido de acordo com as metas, tendo sido plantados, a partir de 1970, cerca de 42,2 milhões de pés, dos quais 12,6 milhões em 1975/76. Há problemas relacionados a seca, pragas (bicho mineiro), doenças e o baixo nível tecnológico dos cafeicultores. A ferrugem tem se apresentado com bastante intensidade nas culturas não pulverizadas. A grande maioria das lavouras existentes é nova, pelo que o problema não se apresenta intenso.

Espera-se que os plantios através do PRRC-1976/77 atinjam cerca de 12,7 milhões de pés.

- Perspectivas

O mercado internacional de café mantém-se firme, com as cotações das diversas categorias em franca elevação desde as geadas de 1975. Flutuações ocasionais para baixo ocorreram em alguns curtos períodos, voltando a tendência de aumento, que permanece nos últimos meses. As recentes compras pelo Brasil de café de El Salvador e da República Malgaxe favoreceram consideravelmente a elevação das cotações externas.

A situação estatística mundial, que vinha apresentando déficits contínuos nos últimos anos, à exceção do ano de comercialização 1974/75, quando houve pequenos excedentes, desequilibrou-se gravemente face à redução drástica da produção brasileira. Em vista das reduzidas disponibilidades em mãos dos importadores e dos demais países produtores, os estoques do Brasil passaram a constituir elemento ainda mais crucial na formação dos preços, sendo extraordinariamente importante o comportamento da próxima safra. Em período de escassez mundial do produto, a política de vendas do Brasil constituirá, provavelmente, o mais importante elemento na formação de preços nos próximos dois ou três anos.

No âmbito interno, os preços recebidos pelos produtores têm mostrado contínua elevação, motivo pelo qual é grande o interesse pelo plantio de café e o melhor trato das lavouras. As estimativas iniciais para a próxima safra 1977/78 variam em torno de 15 milhões de sacas, podendo-se a título de avaliação tentativa, considerar as duas situações estatísticas constantes do quadro 92.

A hipótese A configura uma situação de disponibilidade condizente com estimativas consideradas mais realistas, e uma demanda para consumo e exportação moderada. Verifica-se nesse caso, que os remanescentes em 30 de junho de 1977 seriam da ordem de 10,4 milhões de sacas, quantidade extremamente reduzida em comparação com anos anteriores.

A hipótese B corresponderia a níveis mais baixos de disponibilidade e a eventualidade de maior demanda para consumo e exportação. Em qualquer caso, ilustra-se a situação de escassez acentuada, que justifica as políticas adotadas de controle do consumo interno através de maiores preços, contenção das exportações, compras de café no exterior e amplo incentivo ao plantio.

A situação recomenda claramente o máximo incentivo ao produtor, através de preços e facilidade de acesso ao crédito comercial em melhores níveis, de modo a evitar a transferência de ganhos decorrentes da elevação de preços a pequeno número de comerciantes.

O aumento da produção e produtividade, através da aplicação de melhor tecnologia, e o aprimoramento da qualidade constituirão os elementos básicos para adoção de uma nova política cafeeira a longo prazo. O mercado externo, favorável ao vendedor, exige uma política de vendas que evite a tendência de diminuição da parcela de participação do Brasil.

(IEA, 06/10/1976)

QUADRO 86. - Produção de Café Exportável, Mundial e em Alguns Países, Média de 1967/68 a 1971/72, 1971/72-1975/76
(1.000 sc.60kg)

País	Média 1967/68 a 1971/72	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76
Brasil	9.869	14.850	15.000	6.370	19.500	15.000
Colômbia	6.498	5.750	7.430	6.250	7.400	6.900
Costa do Marfim	4.136	4.400	4.985	3.219	4.432	4.430
Uganda	3.031	2.830	3.280	3.078	2.978	2.778
El Salvador	2.164	2.440	1.935	2.203	3.120	1.814
Outros	21.629	22.813	24.536	22.672	24.174	21.843
Total mundial	47.327	53.083	57.166	43.792	61.604	52.765

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

QUADRO 87. - Suprimento e Distribuição Mundial de Café Verde, 1969/70 a 1975/76
(1.000 sc.60kg)

Ano de comercialização (1)	"Carry-over" inicial(2)	Produção	Suprimento total	Exportação líquida(3)	Distribuição interna	"Carry-over" final
1969/70	66.085	66.362	132.447	53.500	18.284	60.663
1970/71	60.663	58.291	118.954	52.712	18.137	48.105
1971/72	48.105	71.834	119.939	57.934	18.751	43.254
1972/73	43.254	76.485	119.739	59.588	19.319	40.832
1973/74	40.832	62.257	103.089	56.818	18.727	27.544
1974/75 (4)	27.544	77.409	104.953	55.000	19.275	30.678
1975/76 (4)	30.678	72.000	102.678	55.000	19.000	28.678

(1) Outubro a setembro na maioria dos países.

(2) Existente nos países produtores.

(3) Para consumo e utilização nos países importadores. Os estoques nos países importadores são estimados em média de 7,5 milhões de sacas.

(4) Preliminar e sujeito a revisão.

Fonte: Anuário Estatístico do Café - Bureau Pan Americano de Café.

QUADRO 88. - Médias Mensais dos Preços Indicativos para Café, da Organização Internacional de Café (OIC), 1974-76
(centavos de dólar por libra-peso) ⁽¹⁾

Ano e mês	Suaves colombianos	Outros suaves	Arábica não despolpados	Robusta	Média composta
1974					
Ago.	73,73	62,55	69,50	56,01	64,55
1975					
Ago.	81,31	65,41	82,57	61,05	71,73
1976					
Jan.	100,70	92,85	109,00	79,13	94,97
Fev.	106,26	99,22	119,08	82,66	101,49
Mar.	106,46	99,60	116,11	82,37	100,50
Abr.	133,19	122,48	133,81	107,79	123,15
Mai.	156,11	135,46	149,35	121,64	138,93
Jun.	183,60	149,58	151,08	130,06	149,24
Jul.	160,89	137,24	151,57	126,29	142,34
Ago.	183,98	153,73	151,50	132,26	150,87
Set. (dia 24)	182,00	160,00	155,50	138,50	155,00

⁽¹⁾ Uma saca de 60 quilos equivale a 132,271 libras-peso.

Fonte: Organização Internacional do Café.

QUADRO 89. - População Cafeeira dos Principais Estados, Atingida pela Geada de Julho de 1975
(em milhões de pés)

Área atingida	População cafeeira			População atingida	
	Cafeeiros adultos	Cafeeiros novos	Total	Cafeeiros	%
Paraná	737,0	178,0	915,0	915,0	100
São Paulo	550,0	250,0	800,0	528,0	66
Mato Grosso	15,0	39,8	54,8	43,8	80
Minas Gerais (Sul)	125,0	167,0	292,0	29,2	10
Total	1.427,0	634,8	2.061,8	1.516,0	74

Fonte: IBC-GERCA.

QUADRO 90. - Produção Brasileira de Cafê por Estado, 1961/62 - 1976/77 ⁽¹⁾
(em milhões de sacas de 60 quilos)

Ano safra	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Outros	Total
1961/62	21,4	11,3	4,0	1,9	1,0	39,6
1962/63	18,0	5,2	2,5	2,4	0,8	28,9
1963/64	9,5	10,1	1,6	1,3	0,7	23,2
1964/65	3,6	1,8	1,2	1,1	0,6	8,3
1965/66	20,4	11,2	2,9	1,9	0,6	37,0
1966/67	7,7	6,2	2,8	1,6	0,5	18,8
1967/68	12,9	8,5	2,0	0,7	0,4	24,5
1968/69	8,3	4,6	1,9	1,6	0,6	17,0
1969/70	12,3	6,1	1,3	0,5	0,4	20,6
1970/71	1,6	4,4	3,0	1,6	0,4	11,0
1971/72	12,8	9,8	1,3	0,4	0,3	24,6
1972/73	9,7	9,4	3,7	1,2	0,5	24,5
1973/74	4,1	7,0	2,0	0,8	0,4	14,3
1974/75	11,5	9,8	4,9	1,4	0,5	28,1
1975/76	11,7	7,0	2,0	1,0	0,5	22,2
1976/77 ⁽²⁾	0,0	2,1	2,7	1,3	0,3	6,4
Média	10,3	7,2	2,5	1,3	0,5	21,8
Participação (%)	47,4	32,8	11,4	5,9	2,5	100,0

⁽¹⁾ Estimativas finais das safras.

⁽²⁾ 3a. previsão do IBC.

Fonte: Instituto Brasileiro do Cafê.

QUADRO 91. - Evolução dos Preços de Café Beneficiado, no Interior de Cada Estado, Médias Anuais 1973-74 e Médias Mensais de junho 1975 a agosto 1976 (em Cr\$/saca 60kg) ⁽¹⁾

Ano e mês	Paraná	São Paulo	Minas Gerais		Espírito Santo
			Zona Sul	Zona da Mata	
1973	263,68	265,55	266,72	243,38	254,45
1974	323,91	329,91	326,69	291,32	291,49
1975					
Jun.	388,75	386,93	388,00	347,20	336,30
Jul.	500,00	497,14	494,00	426,93	370,75
Ago.	625,33	630,46	617,00	582,12	536,05
Set.	596,25	631,23	607,00	561,50	529,00
Out.	605,96	618,00	632,50	574,92	531,75
Nov.	612,50	643,91	629,50	581,12	562,25
Dez.	687,50	678,38	712,50	597,00	594,50
1976					
Jan.	837,50	853,53	889,50	805,93	758,75
Fev.	940,00	957,00	977,50	959,76	892,50
Mar.	926,25	936,96	960,00	948,62	849,50
Abr.	1.200,00	1.297,46	1.240,00	1.083,22	1.032,00
Mai.	1.420,00	1.480,89	1.440,00	1.232,96	1.223,50
Jun.	1.385,00	1.461,50	1.422,50	1.209,20	1.169,50
Jul.	1.277,50	1.354,00	1.255,00	1.123,71	1.053,00
Ago.	1.300,00	1.355,26	1.360,50	1.183,70	1.132,75

⁽¹⁾ Excluído o ICM e o valor da sacaria.

Fonte: IBC/DEC/DER.

QUADRO 92. - Situação Estatística do Café no Brasil, 1976/77 ⁽¹⁾
 (em milhões de sacas de 60kg)

Item	Hipótese	
	A	B
1. Remanescente em mãos de particulares em 30/6/76	10,0	9,0
2. Estoque oficial (exportável) em 30/6/76	<u>13,0</u>	<u>12,0</u>
3. Remanescente total em 30/6/76 (1 + 2)	23,0	21,0
4. Safra 1976/77	<u>6,4</u>	<u>6,0</u>
5. Disponibilidade total para o período 1/7/76 a 30/6/77 (3 + 4)	29,4	27,0
6. Exportação até 30/6/77	12,0	14,0
7. Consumo interno até 30/6/77	<u>7,0</u>	<u>8,0</u>
8. Demanda total (6 + 7)	19,0	22,0
9. Remanescente em 30/6/77 (5 - 8)	10,4	5,0

⁽¹⁾ Estimativa.

- Arroz

- Panorama internacional

A produção mundial de arroz em casca da temporada 1975/76 (compreendendo o período de 01/07/75 a 30/06/76) é estimada em 344 milhões de toneladas e constitui-se em novo recorde, correspondendo a um aumento de 5,5% em relação à anterior. Acréscimos mais significativos ocorreram na Índia, República Popular da China, Bangladesh e Japão.

O aumento da produção nos principais países importadores e as dificuldades em seus respectivos balanços de pagamentos vem contribuindo para uma redução do comércio mundial do produto. Com efeito, o volume das transações de arroz beneficiado para o ano civil de 1976 é estimado ao redor de 7,2 milhões de toneladas, contra 7,3 milhões em 1975 e 7,6 milhões em 1974. Os estoques mundiais ao início da temporada 1976/77 (01/07/76) representando um acréscimo substancial em relação aos do ano anterior (10,5 milhões de toneladas).

As cotações internacionais do arroz, após os níveis recordes atingidos em abril de 1974, caíram seguidamente pela diminuição efetiva de importação, em especial a dos países em desenvolvimento. Estes passaram a preferir os cereais mais baratos para suprir suas necessidades de importação. Assim, o arroz branco tailandês, com 5% de quebrados, indicador base do mercado internacional, cotado a 630 dólares por tonelada, FOB-Bangkok, em abril de 1974, caiu para 400 dólares um ano após e para 251 dólares em abril de 1976.

A participação brasileira no mercado internacional tem sido bastante diminuta, não atingindo 2% do total comercializado, na média dos últimos 10 anos. As exportações brasileiras, de arroz (inclusive quirera) em 1975 totalizaram apenas 2.601 toneladas, contra 56.783 toneladas em 1974. A queda da receita cambial de 17 milhões de dólares em 1975 (-93%), foi menor que a queda da quantidade exportada (-95%), devido ao aumento do preço médio de exportação (49%), uma vez que a maior parte do volume exportado foi negociado aos níveis de preços anteriormente vigentes. Nos sete primeiros meses de 1976 as exportações de arroz totalizaram 22.762 toneladas, contra 2.524 toneladas em igual período de 1975. A receita em divisas, de 2.995 mil dólares FOB, teve um acréscimo de 146% em relação ao ano anterior, face ao declínio de preço médio de 73%.

- Situação interna

A produção brasileira de arroz em casca da safra 1974/75 é estimada pela Fundação IBGE em 7.538 mil toneladas, superior em 10,2% à anterior. Para a safra 1975/76 a estimativa mais recente, de junho de 1976, que gira em torno de 9.632 mil toneladas (com os dados finais de São Paulo do IEA), indica ser ela a maior já obtida no País (quadro 93).

Os principais fatores que influenciaram o aumento de produção foram os estímulos proporcionados pelos preços de mercado, a expansão da fronteira agrícola contemplada com programas especiais de desenvolvimento regional em alguns estados e o plantio intercalar em cafezais geados em outros.

A participação da Região Centro-Sul na produção nacional de arroz tem girado em torno de 83,4% nos últimos três anos. A produção brasileira nesse período cresceu 48,6%, enquanto a do Centro-Sul aumentou 51,2%, em função da expansão da área cultivada (55,1%). Os estados que apresentaram acréscimos mais significativos da área plantada no período 1974-76 foram Mato Grosso (que em 1974/75 passou à liderança nacional em termos de arroz de sequeiro) e Minas Gerais,

com aumentos respectivos de 196,9% e 87,0%. Aproximadamente 3/4 da produção nacional provém de cultura de sequeiro e 1/4 de cultura irrigada, concentrada no Rio Grande do Sul (cerca de 95% da produção estadual) e Santa Catarina (60 a 70% da produção local).

Os preços recebidos pelos produtores dos principais estados da região Centro-Sul em 1976 vêm apresentando quedas substanciais em confronto com os de 1975 (quadro 94). Assim e considerando-se as médias do período março-julho desses dois anos, as maiores baixas dos preços, em termos correntes, ocorreram em São Paulo (21,0%), Goiás (17,8%) e Mato Grosso (17,6%). Em Minas Gerais e Paraná essas quedas foram de, respectivamente, 6,7% e 11,8% e no Rio Grande do Sul, contrariamente, houve aumento (no bimestre março-abril) de 19,2%. Tais comportamentos de preços podem ser assim analisados: nos Estados de Mato Grosso e Goiás a falta de infra-estrutura adequada de transporte, armazenamento e secagem e em São Paulo, as entradas de produto de outras regiões exerceram pressões baixistas dado ao excesso de oferta. O comportamento mais favorável dos preços no Rio Grande do Sul, no período considerado, pode ser atribuído à intensa procura dos principais centros de consumo do País pelos tipos guchos.

Face aos baixos níveis de preços aumentou consideravelmente a procura por EGF (Empréstimos do Governo Federal) na safra 1975/76 nas principais regiões produtoras do País. Essa situação é consistente com a intensificação das entradas do produto nos armazéns da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP) no período março-agosto de 1976. Em decorrência, não se esperam grandes alterações de preços até à entrada da safra 1976/77, porquanto os estoques acumulados são suficientes para o consumo interno.

No mercado atacadista da cidade de São Paulo, como nos demais importantes centros de consumo, os preços de todos os tipos de arroz beneficiado, após altas especulativas na última entressafra, apresentaram quedas sucessivas nos primeiros meses de 1976, atingindo em maio níveis de estabilização. Com efeito, comparando-se as cotações de agosto de 1976 com as de agosto de 1975, em valores correntes, verifica-se que houve baixas da ordem de 15 a 20% entre os tipos de grãos longos. As reduções mais acentuadas ocorreram com os preços dos quebrados (-26 a -47%), dada a retração da demanda por esses tipos.

Dada à escassez de tipos de boa qualidade dos estados centrais desde a safra 1973/74, cresceu acentuadamente a participação do arroz das variedades norte-americanas (popularmente denominado "agulhinha" e produzidas no Rio Grande do Sul), nos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, alcançando atualmente o maior valor comercial.

Ao contrário do ano de 1975, quando foram tomadas algumas medidas para frustrar as tentativas de especulação (importações de arroz, restrições ao crédito, tabelamento, etc), no presente ano, com o intuito de sustentar o mercado, o Governo Federal houve por bem estabelecer:

a) a concessão de créditos  pr-comercialização de arroz, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com prazo de até 180 dias, observando-se os vencimentos finais até 30/11/76 e para as operações de comercialização o limite de 90 dias, com vencimento final não excedendo a 30/09/76; e

b) a formação de estoques reguladores nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, mediante a compra por parte da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) e cooperativas, de 8,5 milhões de sacas de 50kg em casca, ao preço de Cr\$ 85,50 por saca, do tipo 2, em cidades pré-determinadas.

Mais recentemente o CONAB houve por bem manter o tabelamento do arroz para venda no atacado e varejo, possivelmente tendo em vista tentativas de manobras especulativas.

- Rio Grande do Sul

A participação deste Estado na produção brasileira de arroz foi de 21,4% na média das três últimas safras, ocupando a liderança entre os estados produtores. Tal posição, contudo, está sendo ameaçada pelo crescimento vertiginoso da produção matogrossense nos últimos anos, mediante a incorporação de novas áreas.

Os elevados índices de rendimento cultural registrados resultam da adoção de alta tecnologia de exploração, como a irrigação controlada das lavouras, uso de sementes de variedades selecionadas, de fertilizantes e de defensivos. As pequenas lavouras irrigadas e as de sequeiro, existentes nas áreas minifundiárias, não prejudicam, na média, o alto rendimento das grandes lavouras, as quais representam cerca de 95% da área total e algumas alcançam níveis superiores a 4.000 kg/ha.

A cultura arrozeira no estado sulino atingiu elevados índices de mecanização em praticamente todas as fases do processo produtivo. Embora apenas 17% da área plantada seja atualmente colhida manualmente, por se constituir em fase que mais absorve mão-de-obra, tem ela se ressentido da escassez desse fator.

O arroz gaúcho destina-se tradicionalmente ao abastecimento do mercado interno do País, onde compete com o produto oriundo dos Estados centrais (Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais). Como nestes estados a cultura apresenta alta vulnerabilidade aos fatores climáticos, há grandes oscilações na produção. Estas situações se refletem diretamente na comercialização da safra gaúcha. Assim, no último ano agrícola (1975/76), as condições climáticas foram favoráveis às lavouras dos estados centrais, as quais, gerando maior oferta, provocaram quedas nas cotações, afetando a comercialização do produto riograndense.

A aquisição de arroz pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) para a formação dos estoques reguladores tem sido difícil. O preço de compra, através do IRGA, é de Cr\$ 85,50 por saca de 50kg de arroz em casca, enquanto o custo de produção, segundo o mesmo órgão, girou em torno de Cr\$ 105,00. Até o fim de agosto a verba liberada para a aquisição de arroz foi de 325 milhões de cruzeiros, montante reduzido, pois seriam necessários, segundo o IRGA, cerca de 500 milhões de cruzeiros para superar a atual crise. Até o início do mês de setembro aquela autarquia contratou a compra de 120 mil toneladas de arroz em casca para a formação de estoques reguladores. Confrontando-se o montante do financiamento liberado para tal fim com os preços pagos, depreende-se que há disponibilidade para a aquisição de mais 70 mil toneladas, totalizando assim um estoque de 190 mil toneladas.

O principal mercado para o arroz gaúcho é a região Sudeste brasileira. De um total de 652,6 mil toneladas de arroz beneficiado exportadas em 1975 para outros estados, cerca de 48% foram absorvidas pelo Estado de São Paulo e 30% pelo Rio de Janeiro. Da última safra (1975/76), somente 20,5 mil toneladas foram colocadas no mercado externo, sendo 20 mil para a Polônia e 500 toneladas para a Alemanha Oriental.

- Mato Grosso

O arroz se constitui em segundo produto agropecuário matogrossense quanto ao valor da produção, superado apenas pela carne bovina. Em relação aos produtos vegetais representa cerca de 50%, tanto do valor da produção quanto da área total cultivada com culturas anuais.

Este Estado tem apresentado nos últimos três anos o maior crescimento da área plantada no Brasil, estimando-se para o período 1973/74-1975/76, um incremento de 197%, ou seja, quase triplicou em apenas três safras. Acredita-se que os seguintes fatores conjugados influíram nesse crescimento vertiginoso: a) boa adaptação e facilidade de cultivo em solos de cerrado, os quais representam a maior parte plantada com este produto; b) abertura de novas áreas cultiváveis, em decorrência dos incentivos proporcionados por Programas Especiais de Desenvolvimento Regional (POLOCENTRO, POLAMAZONIA, etc); c) preços ao nível de produtor considerados compensadores; ed) melhores condições de competição com outras culturas, dados aos maus resultados financeiros destas.

- Goiás

A cultura do arroz, disseminada por todo o Estado, é a de maior expressão econômica, ocupando quase 50% da área total plantada nos últimos anos.

Por se tratar de uma lavoura de fácil cultivo, desenvolve-se muitas vezes como cultura pioneira na implantação de outras atividades agropecuárias, tais como as pastagens, para reduzir os custos de formação das mesmas. As regiões maiores produtoras, concentrando quase 2/3 do total goiano, são as de Mato Grosso Goiano, Serra do Caiapó, Vertente Goiana do Paranaíba e Meia Ponte, localizados na parte Centro-Sul do Estado.

Projetos pilotos de implantação da cultura de arroz irrigado em Goiás vem sendo conduzidos desde 1972, após a constatação de um potencial de aproveitamento de 2 milhões de hectares de várzeas irrigáveis. A maioria destas áreas se localiza nas bacias dos rios Araguaia, Paranaíba e Tocantins. Os resultados obtidos nas lavouras instaladas em Paraúna, Formosa, Heitorai, Araçu, Cristalina, Aruanã, Cabeceiras, Goiânia, Formoso do Araguaia e outros, evidenciam perspectivas bastante promissoras para este sistema de cultivo. Há, contudo, obstáculos a serem transpostos para a difusão e aceitação desta técnica, como formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada, necessidade de grande soma de recursos para a implantação e custeio de produção. Com efeito, para a safra 1975/76 a Secretaria da Agricultura daquele Estado estima o custo de implantação e custeio por hectare em torno de 12 mil e 5 mil cruzeiros, respectivamente.

A área plantada com lavouras irrigadas em 1974/75 foi de 3.971 hectares e, em 1975/76, estimada em 4.564 hectares. São obtidas duas safras anuais (dois cortes), com rendimentos médios em torno de 3.800 e 1.800 kg/ha, respectivamente, na primeira e na segunda colheita, o que a diferencia da obtida no Rio Grande do Sul, apresentando, inclusive, produtividade física superior.

- Paraná

A orizicultura neste Estado apresenta alterações pouco significativas de área plantada exceção feita a este último ano, sendo constituída totalmente de lavouras de sequeiro. O incremento de área verificado na safra 1975/76 (26,2%) deveu-se basicamente à liberação de áreas anteriormente ocupadas por cafezais geados e ao plantio intercalado em meio a cafeeiros em recuperação.

A disponibilidade de mão-de-obra para os períodos de maior demanda desse fator (plantio e colheita) tem-se apresentado suficiente, tanto na região norte do Estado, onde predomina

o cultivo intercalar com cafezais, como nas regiões sul e sudoeste, onde se praticam lavouras extensivas e mecanizadas.

Também no Paraná o uso de sementes selecionadas ainda é pouco difundido, havendo um predomínio bastante acentuado entre os produtores na utilização de sementes próprias, colhidas na safra anterior, retidas e tratadas para o plantio da safra subsequente. A disponibilidade de sementes selecionadas no Estado é estimada em torno de 277 mil sacas de 50kg para a próxima safra, o que deverá satisfazer a demanda.

O volume recorde colhido na safra 1975/76, aliado a coincidência parcial dos períodos de colheita do arroz e da soja, gerou problemas para a armazenagem e a comercialização do produto como nos demais estados, mormente quanto a este último aspecto, dado ao impasse criado na aquisição pelo governo, no tocante a não admissão de mistura superior a duas classes, grãos gessados até 15% e umidade do cereal até 13%, conforme especificação do CONCEX. Como grande parcela da produção paranaense não atendia a estas exigências, houve excessiva demanda pelos serviços de armazenagem e elevada oferta do produto no mercado, pressionando os preços para baixo.

- Minas Gerais

A cultura arrozeira neste Estado não vem apresentando, a exemplo de outras regiões produtoras de arroz de sequeiro, ganhos de rendimento físico, enquanto a área sob cultivo tem se expandido a taxas elevadas nos últimos anos.

Nos últimos dois anos vem ela se beneficiando dos incentivos proporcionados por programas especiais de desenvolvimento, como o PROVÁRZEAS (de âmbito estadual), que visa a sistematização e o aproveitamento racional de 70 mil hectares de várzeas irrigáveis no quadriênio 1976-79 e o POLOCENTRO (da esfera federal), que objetiva incorporar ao processo produtivo 1 milhão de hectares de cerrado de 74 municípios no período 1975-79.

A taxa de utilização de semente melhorada deste cereal em Minas Gerais é estimada em torno de 22%. A produção interna deste insumo registra um deficit de 42,8 mil sacas de 50kg, a ser satisfeito através de importação de outros estados. O Estado é auto-suficiente em termos de abastecimento interno de arroz, sobrando ainda aproximadamente 15% da produção para ser exportado principalmente para São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.

- São Paulo

Na composição do valor total da produção de 26 dos principais produtos da agricultura paulista, o arroz participou nos dois últimos anos com cerca de 4,4%, constituindo-se no nono produto, após cana-de-açúcar, carne bovina, café, leite, milho, ovos, algodão e aves para corte.

A produção paulista em 1975/76 atendeu a pouco mais de 50% das necessidades internas de abastecimento de arroz, sendo a maior parte consumida nas próprias zonas produtoras.

Conforme o levantamento final de previsões e estimativas das safras agrícolas, realizado em fins de junho/início de julho, a área plantada com arroz no Estado de São Paulo no ano agrícola 1975/76 foi estimada em 620,3 mil hectares, correspondendo a um acréscimo de 18,4% em confronto com a do ano anterior. Deve-se ressaltar que esse aumento poderia ser maior não fosse a redução verificada na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Ribeirão Preto (-19,2%), uma

das maiores regiões produtoras do Estado. Essa retração regional deveu-se principalmente à falta de chuvas no início do ano agrícola, o que impediu, inclusive, o plantio na época mais propícia, além do elevado grau de competição de outras culturas. A produção estadual foi estimada em 840,0 mil toneladas, correspondendo a um aumento de 64,7% em relação à de 1974/75. Esse elevado percentual de acréscimo de produção deve-se, em boa parte, ao rendimento de 1.354kg/ha em 1975/76, um dos maiores dos últimos 25 anos, contra 974kg/ha em 1974/75, índice dos mais baixos na série do Estado.

As sucessivas baixas nos preços recebidos pelos produtores paulistas no primeiro semestre de 1976 é reflexo da grande produção obtida não apenas no Estado, como também nas demais regiões produtoras brasileiras. Tal comportamento, bem diferente dos dois últimos anos, quando os preços ascenderam em pleno período de maior oferta do produto, mostra que na temporada 1975/76 as cotações, em termos reais, são inferiores às das duas últimas safras.

- Perspectivas

A acentuada queda (ao redor de 40%, em termos reais) dos preços recebidos pelos produtores dos principais estados da região Centro-Sul no decorrer da safra 1975/76, provocou uma deterioração da receita da exploração, se confrontada com a de 1974/75. Tal fato, aliado à disponibilidade de grandes estoques do produto e ao nível relativamente baixo de preços mínimos para 1976/77 constituem-se em fatores determinantes para o desestímulo do plantio no próximo ano agrícola.

Globalmente, portanto, a região Centro-Sul poderá apresentar retração da área de plantio, acreditando-se que seja de pequena magnitude (ao redor de menos 5%), não chegando, entretanto, a cair ao nível de dois anos atrás (-30%). As maiores quedas da área (de ordem de 20%) são esperadas em São Paulo e Paraná, com a recuperação dos cafezais geados e a retração da área plantada com lavouras intercaladas. No Rio Grande do Sul prevê-se queda em menor proporção (cerca de 5%), dados aos elevados investimentos realizados em irrigação e a existência de alta participação de arrendamentos (70%) na área total plantada.

Em Santa Catarina, onde normalmente a cultura irrigada predomina sobre a de sequeiro, houve em 1975/76 um sensível aumento da área plantada com arroz de sequeiro, em substituição à cultura da soja. Para o próximo plantio neste Estado espera-se uma diminuição da área de arroz de sequeiro, com aumento dos plantios de milho e soja.

Nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, mormente nos dois primeiros, ocorreram sérios entraves à comercialização da última safra, porquanto a infra-estrutura existente não foi suficiente para comportar o significativo aumento da produção, resultando em perdas na colheita, na qualidade do produto e no preço de venda pelo produtor. Em consequência, a área plantada com arroz em regiões tradicionais deverá se contrair, em favor de outras culturas, como milho, soja e algodão. Tendo em vista, porém, a vinculação da cultura do arroz (como melhor alternativa) aos diversos programas especiais de desenvolvimento regional, em plena atuação em áreas específicas nestes estados, acredita-se que a expansão prevista nestas zonas deverá compensar a redução esperada em regiões onde há competição de outras culturas, podendo mesmo resultar num efetivo aumento da área total cultivada.

As possibilidades de exportação a curto prazo são pequenas, tendo em vista que as baixas cotações no mercado internacional tornam o produto brasileiro gravoso. Com efeito, o arroz branco tailandês, com 15% de quebrados, foi cotado em agosto de 1976 em 223 dólares por tonelada, FOB-Bangkok, enquanto o similar nacional a 315 dólares, FOB-Porto Alegre, correspondendo a uma

gravosidade ao redor de 41% do produto nacional.

Concluindo, pode-se admitir que a redução prevista da área total de plantio nos principais estados produtores do País resulte numa redução da oferta de arroz, o que poderá provocar uma recuperação dos preços a níveis mais favoráveis aos produtores.

(IEA, 06/10/1976)

QUADRO 93 . - Área, Produção e Rendimento de Arroz (1) nos Estado da Região Centro-Sul, 1973/74 a 1975/76

Estado	1973/74			1974/75			1975/76		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Rio Grande do Sul	435,6	1.550,0	3.558	470,0	1.700,0	3.617	520,0	1.881,0	3.617
Mato Grosso	503,0	813,5	1.617	773,0	1.003,1	1.298	1.493,3	1.626,8	1.089
Goiás	998,9	958,9	960	947,9	868,2	916	1.144,1	1.319,4	1.153
Paraná	500,0	672,0	1.344	492,8	850,6	1.726	621,9	1.088,8	1.751
Minas Gerais	455,8	478,6	1.050	814,1	772,8	949	852,6	962,1	1.128
São Paulo	464,7	582,0	1.252	523,7	510,0	974	620,3	840,0	1.354
Santa Catarina	101,6	231,4	2.278	125,0	292,7	2.342	154,7	358,6	2.318
Rio de Janeiro	44,1	70,7	1.603	41,4	77,2	1.865	45,7	68,9	1.508
Espírito Santo	46,0	69,0	1.500	43,0	65,0	1.512	51,7	58,4	1.130
Centro-Sul	3.549,7	5.426,1	1.529	4.230,9	6.139,6	1.451	5.504,3	8.204,0	1.490
Norte-Nordeste	...	1.056,8	1.398,0	1.427,9	...
Brasil	...	6.482,9	7.537,6	9.631,9	...

(1) Arroz em casca.

Fonte: Fundação IBGE e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 94. - Preços Médios Mensais de Arroz em Casca Recebido pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, 1974-76
(Cr\$/sc.60kg)

(continua)

Mês	São Paulo			Rio Grande do Sul			Mato Grosso		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	62,20	140,40	132,20	40,80	88,20	107,40	49,20	127,80	115,20
Fev.	59,60	137,30	119,40	43,20	89,40	107,40	51,00	115,80	100,80
Mar.	62,30	115,40	101,20	43,20	85,80	107,40	50,40	93,60	84,00
Abr.	78,00	117,80	96,20	49,80	89,40	101,40	55,20	94,20	79,80
Mai.	86,90	124,90	95,40	52,80	93,60	...	64,20	99,00	77,40
Jun.	85,30	127,70	96,40	61,20	96,00	...	64,20	100,20	77,40
Jul.	82,30	130,60	97,70	61,20	95,40	...	61,20	99,60	82,20
Ago.	83,60	137,40	100,80	63,60	102,60	...	64,80	99,60	...
Set.	94,70	145,80	...	69,60	106,20	...	72,00	120,60	...
Out.	104,40	150,60	...	70,20	103,20	...	86,40	116,40	...
Nov.	113,80	144,10	...	70,80	100,20	120,60	...
Dez.	124,60	138,90	...	73,80	102,00	118,20	...

QUADRO 94. - Preços Médios Mensais de Arroz em Casca Recebido pelos Agricultores dos Principais Estado Produtores da Região Centro-Sul, 1974-76
(Cr\$/sc.60kg)

(conclusão)

Mês	Goiás			Minas Gerais			Paraná		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	58,80	124,20	128,40	57,00	96,00	136,80	54,60	128,40	120,60
Fev.	58,20	119,40	121,80	57,60	121,20	132,00	54,00	115,80	115,20
Mar.	60,00	110,40	104,40	60,00	124,20	127,20	53,40	102,00	102,00
Abr.	66,00	106,20	94,20	65,40	122,40	117,60	60,60	99,00	94,80
Mai.	75,00	110,40	84,60	72,00	122,40	106,80	80,40	103,80	90,60
Jun.	76,20	116,40	87,60	81,00	117,00	108,00	80,40	114,60	93,00
Jul.	75,00	117,00	90,00	79,20	123,60	109,20	79,80	118,20	93,60
Ago.	76,20	117,00	...	78,60	126,00	...	77,40	121,80	...
Set.	85,20	130,20	...	82,80	130,80	...	85,80	130,80	...
Out.	97,80	128,40	...	88,20	141,60	...	93,00	134,40	...
Nov.	101,40	125,40	...	97,20	129,60	...	98,40	138,60	...
Dez.	108,60	127,80	...	105,60	136,80	...	101,40	130,20	...

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV e Instituto de Economia Agrícola.

- Cana-de-açúcar

- Panorama internacional

O mercado internacional de açúcar, em 1975, caracterizou-se pela contínua baixa nas cotações, iniciada em dezembro do ano anterior (quadro 95), quando a cotação média de US\$ 667,00/t era mais de três vezes superior a média do ano precedente, encerrando um período de alta que se iniciara em setembro de 1973.

Esta situação decorreu da previsão de substancial aumento na produção mundial, atribuída, principalmente, à expansão da área de beterraba na Europa e Estados Unidos.

Também a redução no volume de comércio e até mesmo o aumento no consumo de outros adoçantes, adotados por alguns países importadores, reforçaram a quebra de preços. De acordo com a 3ª estimativa da F.O. Licht's, o aumento no consumo em 1975/76 deve apresentar-se um pouco inferior ao aumento na produção (quadro 96).

A média anual das cotações em 1975 foi de US\$ 462,00/t, salientando-se que a cotação referente ao mês de dezembro representava apenas 33% daquela registrada em janeiro.

As cotações no primeiro semestre de 1976 se mostravam em ascensão, reação esta que seria reflexo das más condições climáticas na Europa. A Rússia, com sua produção afetada, deverá recorrer ao mercado externo para suprir déficit de cerca de três milhões de toneladas. Cuba, que tem sido o tradicional provedor soviético, teve sua lavoura canavieira bastante atingida, primeiramente pelo furacão "Eloise", em setembro de 1975, e depois pela antecipação das chuvas, que caíram de janeiro a abril, prejudicando a colheita. Entretanto, os últimos informes dão conta que os preços internacionais apresentam-se novamente em declínio, sem contudo estar afastada a hipótese de uma baixa com interesses especulativos.

Nos primeiros dias de outubro, a cotação do açúcar é inferior a US\$ 180,00/t.

- Situação interna

Em consequência das más condições climáticas durante 1975, a produção brasileira de açúcar, safra 1975/76, apresentou uma diminuição de 12,4% em relação a anterior. Na região Centro-Sul o decréscimo foi de 11,9% (quadro 97).

As exportações de açúcar em 1975 (todos os tipos), quando comparadas às de 1974, apresentaram reduções de 26,6% e 16,8%, respectivamente, em volume e valor (quadro 98).

De janeiro a julho de 1976 foram exportadas 426,4 mil toneladas de açúcar, no valor de US\$ 135.488 mil, com redução de 60,1% no volume e de 83,9% em valor, comparando-se a igual período do ano passado. A falta do produto para abastecimento interno fez com que o IAA suspendesse temporariamente as exportações a partir de março, processando apenas embarques em cumprimento aos contratos já firmados.

Ainda, o IAA adotou algumas medidas para fazer face a escassez. A primeira delas foi a autorização para transferência de açúcar do Nordeste para o Centro-Sul. Segundo informações do IAA, no período compreendido entre fins de dezembro de 1975 e início de abril, fo-

ram transferidos 2,9 milhões de sacas de açúcar. Também com o intuito de normalizar o abastecimento na região Centro-Sul, foi autorizada a antecipação, em um mês, da moagem por parte das usinas que, utilizando matéria-prima própria, receberiam, adicionalmente, Cr\$ 25,00 por saca de açúcar produzida, como compensação pelo menor teor de sacarose da cana. Sabe-se, todavia, que devido a alguns problemas (chuvas em algumas regiões e baixo rendimento industrial), poucas foram as usinas que iniciaram a moagem em maio.

De acordo com o Plano de Safra 1976/77 (quadro 99), divulgado pelo IAA, a previsão global para o Brasil é de uma produção de 130,0 milhões de sacas de açúcar, sendo 90,2 milhões para a região Centro-Sul. Na safra anterior, a meta não atingida previa 129,0 milhões de sacas, das quais 84,8 milhões, na Região Centro-Sul.

O preço base a ser pago ao fornecedor de cana na Região Centro-Sul foi fixado em Cr\$ 109,46 por tonelada, reajustado a partir de 15 de setembro para Cr\$ 122,60.

No que tange à política do álcool, até julho a Comissão Nacional do Alcool havia aprovado 49 destilarias, com investimentos totais previstos acima de quatro bilhões de cruzeiros, das quais 37 situadas na região Centro-Sul (86,9% dos investimentos), aparecendo o Estado de São Paulo com o maior número, 20 (quadro 100).

A capacidade instalada dessas destilarias seria de 1.144,0 milhões de litros, sendo 976,8 milhões (85%) alocados na região Centro-Sul.

O Plano de Safra para o álcool relativo a 1976/77 autoriza uma produção global de 796 milhões de litros, cabendo à região Centro-Sul 626 milhões (79%).

- São Paulo

A produção de cana para indústria, quando comparada à da safra anterior, deverá apresentar um aumento de 13,5%, provocado pela expansão da área (17,0%), e pelo aumento no rendimento agrícola. Os dados do quadro 101 indicam uma menor produtividade física, na medida em que esta foi calculada sobre a área total plantada, que se expandiu bastante em 1975/76 neste Estado.

O Plano de Safra relativo a 1976/77 autoriza para São Paulo uma produção de 60 milhões de sacas de açúcar e de 500 milhões de litros de álcool.

O custo operacional da produção agrícola está estimado em Cr\$ 9.310,00/ha, Cr\$ 4.048,00/ha e Cr\$ 3.665,00/ha para formação, cana soca e ressoca, respectivamente, sendo a colheita responsável pela maior parcela desses valores.

- Paraná

O Estado, apresenta um dos mais altos rendimentos agrícolas do Brasil que se deve à elevada fertilidade dos solos onde se encontra a cultura canavieira. Entretanto ao longo dos últimos anos vem apresentando declínio, que poderia ser atribuído ao fato dos agriculto-

res não utilizarem as técnicas de cultivo recomendadas, contribuindo para a renda da sua fertilidade natural.

Em 1976 espera-se um aumento de 14,3% na produção em função de idêntico aumento na área cultivada, que passou de 45,5 mil hectares para 52,0 mil hectares.

O Plano de Safra 1976/77 prevê para o Estado do Paraná uma produção de 5 milhões de sacas de açúcar e 35 milhões de litros de álcool.

Quatro projetos para produção de álcool já foram aprovados pela Comissão Nacional do Álcool, todos localizados em municípios até então desprovidos de usinas.

- Rio de Janeiro

De acordo com os dados disponíveis, o Estado deverá apresentar em 1976 um aumento de 2,6% na produção, devido a igual expansão de área.

Para suas 18 usinas, o IAA autorizou a produção de 9,3 milhões de sacas de açúcar e 60,0 milhões de litros de álcool. Da produção de açúcar autorizada, 74% concentra-se no município de Campos, onde estão localizadas 12 usinas.

Na safra 1975/76, o Estado do Rio de Janeiro apresentou variação positiva na produção de açúcar, após sensível diminuição (-16,1%) na safra 1974/75 quando comparada à de 1973/74.

Para a produção de álcool destinado a fins carburantes, a Comissão Nacional do Álcool, até o mês de julho, aprovou 4 projetos, todos referentes às destilarias anexas, situadas no município de Campos.

- Minas Gerais

Com rendimento praticamente inalterado, o segundo Estado maior produtor de cana-de-açúcar da Região Centro-Sul poderá aumentar sua produção de 9,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar para 9,3 milhões em 1976, devido a expansão de 1,8% na área.

Para 1976/77 está autorizada a produção de 5,0 milhões de sacas de açúcar e de 20,0 milhões de litros de álcool.

Até o mês de julho, somente duas destilarias haviam sido aprovadas para o Estado de Minas Gerais, sendo uma para o município de Conquista (anexa) e outra para o município de Fronteira (autônoma).

- Espírito Santo

A produção de cana-de-açúcar está prevista, para 1976, em 904,2 mil toneladas, representando incremento de 2,3% em relação do ano anterior, devida à expansão de 2,5% na área,

uma vez que o rendimento deverá manter-se inalterado (31 t/ha).

O Plano de Safra 1976/77 prevê uma produção de 650 mil sacas de açúcar e 4,0 milhões de litros de álcool no Estado.

Até julho, somente uma destilaria para álcool havia sido aprovada pela Comissão Nacional do Álcool para o Estado de Espírito Santo.

- Rio Grande do Sul

A cultura canavieira gaúcha apresenta o menor rendimento agrícola da Região Centro-Sul. As 22 toneladas por hectare estimadas para 1976 representam um índice muito baixo, quando comparado ao de outros estados. Esse baixo rendimento faz com que a participação do Estado, que é de 2,5% da área total da região, caia para 1,4% quando se trata de produção.

O Instituto do Açúcar e do Álcool autorizou, para 1976/77, uma produção de 130 mil sacas de açúcar, não tendo sido atribuída cota para a produção de álcool.

Até agora o Estado do Rio Grande do Sul não participa com nenhum projeto no Programa Nacional do Álcool.

- Mato Grosso

A produção de cana-de-açúcar em Mato Grosso está prevista, para 1976, em 727,5 mil toneladas, mostrando aumento de 3,4% em relação ao ano precedente. De acordo com os dados disponíveis, o rendimento deverá ser igual ao ano anterior, ou seja, 48,5 t/ha.

Na safra anterior o Estado de Mato Grosso apresentou a menor produção de açúcar na Região Centro-Sul; para 1976/77 o Instituto do Açúcar e do Álcool autorizou 120,0 mil sacas (a menor da região), não havendo, cota para a fabricação de álcool, a exemplo do Rio Grande do Sul.

Na Comissão Nacional do Álcool foram enquadrados 4 projetos para a elaboração de álcool, um dos quais utilizando a mandioca como matéria-prima.

- Goiás

A produção canavieira goiana deverá apresentar em 1976 um sensível aumento (14,0%) em relação a 1975. A expansão da área cultivada deverá ser de 10,4%.

Para a nova safra, a autorização do IAA foi de 490 mil sacas de açúcar e de 3,0 milhões de litros de álcool.

Pela Comissão Nacional do Álcool, duas destilarias já foram enquadradas no Programa, merecendo ser destacado que uma delas utilizará o babaçu como matéria-prima.

- Santa Catarina

Apesar do aumento de 10,4% na área, a produção de cana-de-açúcar em Santa Catarina no ano de 1976 deverá ser a menor da região Centro-Sul. As quarenta toneladas obtidas por hectare deverão permanecer inalteradas.

Sua produção de açúcar, que apresentou em 1975/76 decréscimo de 14,7% em relação ao ano anterior, deverá ser de 550 mil sacas. Com respeito a produção de álcool, a autorização é de 4,0 milhões de litros.

Como no Rio Grande do Sul, ainda não foi aprovado pela Comissão Nacional do Alcool nenhum projeto de destilaria para Santa Catarina.

- Perspectivas

Por condicionarem as expectativas de produção, normalmente as cotações de açúcar oscilam em função das condições climáticas, sobretudo as que ocorrem nas regiões produtoras de beterraba, contribuindo assim para a dinamicidade do mercado.

Até meados do corrente ano as cotações estiveram em alta, acompanhando as condições climáticas adversas que assolavam a Europa no período. Posteriormente, chuvas esparsas começaram a cair em algumas regiões açucareiras, trazendo novo alento aos produtores, ao mesmo tempo em que as cotações passavam a declinar.

Concomitantemente eram divulgadas previsões de "super" safras, que serviram para acelerar a baixa de preços. Tais previsões foram taxadas por alguns países produtores (inclusive Brasil) de "manipulação das estatísticas com fins especulativos", hipótese que não pode ser deixada de lado.

Saindo do terreno das hipóteses, o certo é que os preços estão caindo e que a produção mundial de açúcar deverá aumentar, sem atingir os níveis alarmantes apregoados por alguns, mas deve ser considerado que tal situação ainda é decorrente dos elevados níveis alcançados em 1974.

Os países importadores procuraram diminuir a dependência externa através de medidas várias (aumento de produção, aumento nas taxações, substituição por outros adoçantes). Acrescente-se que dado os valores inéditos que as cotações assumiram, alguns países foram estimulados a passar da condição de consumidores para a de exportadores.

Portanto, os países produtores não devem esperar níveis de preços muito altos, e ao que tudo indica o ano de 1976 poderá encerrar-se em baixa, mas em nível médio superior aos de anos anteriores a 1974.

A CEE deverá apresentar uma baixa na produção, sendo que a França, principal produtor do Mercado Comum, experimentará decréscimo da ordem de 30% na produção de açúcar, evidenciando a necessidade de recorrer ao mercado externo.

Também em algumas áreas produtoras de cana-de-açúcar as intempéries ocasionaram danos, como é o caso de Cuba, cuja produção de açúcar será insuficiente para atender o mercado soviético, seu principal comprador, o que deverá levar a Rússia a recorrer a outras fontes, inclusive o Brasil.

No plano interno, persistindo as condições climáticas normais, as perspectivas são de boa colheita, devendo a Região Centro-Sul recuperar-se de sua performance anterior e fornecer matéria-prima suficiente para que as usinas atinjam a produção autorizada.

As chuvas, muito embora tenham chegado a atrasar a colheita em algumas regiões (principalmente as localizadas em São Paulo e Paraná), não chegam a preocupar em termos de quebra da produção.

Os projetos apresentados para instalação de destilarias de álcool para fins carburantes vão exigir um aumento da área de cana em futuro próximo, praticamente em quase todos os Estados da Região.

Nos últimos anos muitos foram os fornecedores de cana que tiveram suas lavouras incorporadas às usinas, o que contribuiu para aumentar a participação da produção própria no total moído. Com a instalação de novas destilarias (anexas e autônomas), a participação própria deverá ser maior ainda, dada a necessidade de resposta mais rápida ao crescimento da demanda de matéria-prima.

Quanto as exportações de açúcar, o volume deverá ser inferior ao total exportado no ano passado, assim como a cotação média, concluindo-se que o desempenho das exportações não deva igualar em valor o do ano precedente.

A quebra nas exportações (preço e volume) deu margem a um intenso noticiário sobre uma possível reorientação no Plano de Safra, quando então seria dada maior ênfase a produção de álcool em detrimento da cota para produção de demerara exportável. Contudo, fontes do IAA não confirmam a adoção de tal medida.

(IEA, 07/10/1976)

QUADRO 95. - Cotações de Açúcar no Mercado Internacional, 1972-76

(US\$/t)

Mês	Londres ⁽¹⁾					Nova York ⁽¹⁾				
	1972	1973	1974	1975	1976	1972	1973	1974	1975	1976
Jan.	173,91	216,73	348,93	879,49	309,86	182,08	206,80	338,11	845,94	310,08
Fev.	180,09	200,40	472,96	777,08	299,27	190,24	199,51	469,21	750,38	298,17
Mar.	184,95	193,77	476,93	598,10	328,18	192,67	196,20	469,43	584,86	329,28
Abr.	156,70	198,41	485,76	540,27	310,75	160,89	199,95	480,46	531,00	310,30
Mai.	145,66	205,69	531,00	391,08	322,00	154,71	213,42	521,96	383,58	321,78
Jun.	139,48	206,58	525,05	306,99	288,89	145,22	215,62	522,40	305,23	286,68
Jul.	123,59	209,67	554,40	374,31	295,74	123,15	216,51	557,93	373,86	293,09
Ago.	138,60	198,85	678,21	418,00	...	138,60	200,62	694,10	413,37	...
Set.	159,12	197,97	764,73	348,04	...	156,03	198,19	759,10	342,09	...
Out.	167,07	210,77	878,17	314,28	...	163,76	210,99	873,53	310,75	...
Nov.	165,97	226,44	1.263,95	302,58	...	160,01	224,01	1.249,82	296,18	...
Dez.	207,02	273,89	1.020,08	291,77	...	201,50	261,09	993,37	293,31	...
Média anual	161,55	211,21	666,73	461,83	...	163,76	211,65	660,78	452,55	...

(¹) FOB portos área do Caribe e do Brasil.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola, a partir de dados do International Sugar Organization e Reuter.

QUADRO 96. - Produção Mundial, Estoque e Consumo Aparente de Açúcar, 1974/75
e 1975/76⁽¹⁾
(1.000t)

Item	1974/75	1975/76	Variação (%)
Estoque inicial	15.843	17.989	13,5
Produção	<u>80.375</u>	<u>82.878</u>	3,1
Oferta	96.218	100.867	4,8
Consumo aparente	<u>78.229</u>	<u>80.538</u>	3,0
Estoque final	17.989	20.329	13,0

⁽¹⁾ Ano açucareiro internacional: 01/09 a 31/08.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola a partir de dados da F.O. Licht's.

QUADRO 97 . - Produção de Açúcar, Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, Brasil, 1971/72 a 1975/76

(em sc. 60kg)

Região e Estado	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76
Centro-Sul					
São Paulo	43.279.144	47.269.022	58.511.116	55.771.145	47.822.209
Minas Gerais	3.952.339	4.700.902	5.272.446	4.990.963	4.290.817
Espírito Santo	370.599	459.476	687.396	618.619	634.347
Rio de Janeiro	7.388.960	9.334.778	10.177.718	8.541.028	9.011.448
Paraná	2.778.244	2.699.533	2.718.480	2.875.467	2.412.370
Santa Catarina	539.110	556.208	563.519	516.846	441.113
Rio Grande do Sul	281.214	198.776	131.634	101.894	96.334
Mato Grosso	70.015	53.047	85.394	102.455	81.901
Goiás	<u>295.417</u>	<u>288.983</u>	<u>308.026</u>	<u>396.550</u>	<u>363.908</u>
Total	58.955.042	65.560.725	78.455.729	73.914.967	65.154.447
Norte-Nordeste	30.818.611	33.313.612	32.926.144	38.094.654	32.972.154
Brasil	89.773.653	98.874.337	111.381.873	112.009.621	98.126.601

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool.

QUADRO 98. - Exportação Brasileira de Açúcar⁽¹⁾ 1971-76

Ano	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Preço médio (US\$/t)
1971	1.261.223	152.851	121,19
1972	2.534.911	403.548	159,20
1973	2.819.953	558.686	198,12
1974	2.356.731	1.321.932	560,92
1975	1.730.772	1.099.773	635,42
1976 ⁽²⁾	426.414	135.488	317,74

⁽¹⁾ Demerara, cristal e refinado.

⁽²⁾ Até julho.

Fonte: CACEX.

QUADRO 99. - Plano de Safra de Açúcar e Alcool, Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, Brasil, 1976/77

Regiões e Unidades da Federação	Açúcar (sc. 60kg)	Alcool (litro)
Centro-Sul		
São Paulo	69.000.000	500.000.000
Minas Gerais	5.000.000	20.000.000
Espírito Santo	650.000	4.000.000
Rio de Janeiro	9.300.000	60.000.000
Paraná	5.000.000	35.000.000
Santa Catarina	550.000	4.000.000
Rio Grande do Sul	130.000	-
Mato Grosso	120.000	-
Goiás	490.000	3.000.000
Total	90.240.000	626.000.000
Norte-Nordeste	39.760.000	170.000.000
Brasil	130.000.000	796.000.000

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool.

QUADRO 100. - Destilarias de Alcool: Projetos Aprovados, Produção Autorizada e Investimentos, Brasil, Julho de 1976

Região e Estado	Nº de destilarias enquadradas	Produção autorizada (milhões de litros)	Investimento total (Cr\$ 1.000)
Região Centro-Sul			
São Paulo	20	669,8	2.059.505,2
Mato Grosso	4	112,5	775.553,9
Rio de Janeiro	4	41,4	83.458,8
Paraná	4	68,8	343.950,2
Goiás	2	45,0	158.488,5
Minas Gerais	2	31,3	42.042,7
Espírito Santo	1	8,0	21.091,7
Total	37	976,8	3.484.091,0
Região Norte-Nordeste	12	167,2	520.892,5
Brasil	49	1.144,0	4.004.983,5

Fonte: Comissão Nacional do Alcool.

QUADRO 101. - Área, Produção e Rendimento da Cana-de-Açúcar, Brasil, 1975-76

Região e Estado	Área (1.000ha)		Produção (1.000t)		Rendimento (t/ha)	
	1975	1976	1975	1976	1975	1976
Região Centro-Sul						
Espírito Santo	28,5	29,2	883,8	904,2	31,0	31,0
Goiás	15,4	17,0	614,0	700,0	39,9	41,2
Mato Grosso	14,5	15,0	703,3	727,5	48,5	48,5
Minas Gerais	247,3	251,7	9.095,5	9.291,0	36,8	36,9
Paraná	45,5	52,0	2.280,0	2.606,0	50,1	50,1
Rio Grande do Sul	37,9	38,5	814,0	851,8	21,5	22,1
Rio de Janeiro	162,3	166,5	6.945,9	7.126,5	42,8	42,8
Santa Catarina	15,5	17,0	622,0	680,0	40,1	40,0
São Paulo	<u>802,0</u>	<u>938,4</u>	<u>35.600,0</u>	<u>40.400,0</u>	<u>44,4</u>	<u>43,1</u>
Total	1.368,9	1.525,3	57.558,5	63.287,0	42,0	41,5
Região Norte-Nordeste	867,2	873,2	37.083,2	38.470,3	42,8	44,0
Brasil	2.636,1	2.398,5	94.641,7	101.757,3	42,3	42,4

Fonte: IBGE e Instituto de Economia Agrícola.

- Algodão

- Panorama internacional

A continuidade da progressiva melhoria que a conjuntura algodoeira mundial vem atravessando faz com que, à medida que se aproxima o fim da temporada 1975/76, mais firme se torne a situação estatística do produto.

Em resumo e de acordo com dados ainda não definitivos, a produção mundial foi cerca de 10 milhões de fardos inferior à safra de 1974/75 (55,1 milhões e 65,2 milhões de fardos para 1974/75 e 1975/76, respectivamente). De outro lado, estima-se que o consumo mundial atinja 63,7 milhões de fardos (3,5 milhões a mais que na temporada precedente) superando a marca recorde de 1973/74 (63,2 milhões de fardos). Assim, com o consumo superando a produção em 8,6 milhões de fardos, aguarda-se que a 1ª de agosto próximo, quando se inicia a temporada 1976/77, o "carry-over" mundial se situe em 21 milhões de fardos, que será o menor dos últimos 4 anos e mal chegando para 4 meses de consumo.

Também o comércio internacional do produto, embora não estabelecendo recorde, deverá atingir o volume muito bom de 17,5 milhões de fardos.

Quanto às perspectivas de produção para a próxima safra, o consenso predominante é de que a superfície de plantio deverá aumentar, mas em termos modestos (6%), fazendo com que ganhe muita importância o comportamento dos rendimentos físicos da cultura, já que sabidamente foram eles baixos na safra 1975/76.

De qualquer forma e tomando-se a última estimativa disponível da Cotton Outlook, verifica-se que o aumento de volume previsto na produção é de 8%, representando um total de aproximadamente 60,5 milhões de fardos, algo inferior ao consumo médio anual dos últimos 4 anos (62 milhões).

Pode-se, por conseguinte, dizer que tanto a situação atual como as perspectivas para a próxima temporada são favoráveis à economia algodoeira mundial. Como é óbvio, isso não implica na eliminação das possibilidades de surpresas e reviravoltas. De resto, nesse quadro promissor há algumas zonas menos brilhantes, como é o caso do nível de preços já bastante elevado do produto, com a dura competição das fibras artificiais e a recuperação econômica mais lenta que a esperada em muitos países da Europa Ocidental.

No que diz respeito aos preços internacionais do produto, talvez se possa dizer (com todas as ressalvas que este assunto comporta) que não se deve esperar, mantidas as atuais perspectivas, grandes flutuações nos mesmos. É claro, no entanto, que alterações na produção, altas no petróleo capazes de influenciar os preços das fibras sintéticas, modificações na situação econômica mundial e uma série enorme de outros fatores, podem influenciar grandemente os preços do algodão no mercado mundial.

- Situação interna

As diminutas proporções da área de plantio, acompanhadas das adversidades climáticas que incidiram tanto na Região Meridional como na Setentrional, colocaram o País numa posição "sui generis" em matéria de economia algodoeira.

O Brasil, até aqui um dos grandes exportadores mundiais dessa fibra, quase certamente não irá obter nesta temporada, algodão em quantidade suficiente para atender seu consumo in

terno, mesmo lançando mão do estoque de 50 mil toneladas da safra 1973/74 de posse da Comissão de Financiamento da Produção (CFP). O comportamento da produção da Região Meridional, por ser a mais importante zona, foi o principal causador dessa situação, muito embora a seca no Nordeste tenha provocado também vultosos prejuízos à safra daquela região.

O plantio em São Paulo em 1975/76, de acordo com os últimos dados, acusou uma queda de quase 40% em relação ao ano precedente, o qual, por sua vez, já fora menor que o de 1973/74. Aliás, pelo quarto ano consecutivo a superfície semeada com algodão em São Paulo vem se contraindo, a uma média de 17% ao ano. Do que foi dito, resulta que o plantio em 1975/76 foi apenas 35% daquele de 1971/72 e seria necessário recuar anos (1932/33) para encontrar menor área plantada com algodão no Estado. A retração verificada em São Paulo ocorreu também, embora em proporções diferentes, nos demais estados produtores da Região Meridional.

Por sua vez, o comportamento do tempo em 1975/76 mostrou-se muito adverso à cultura. No início as chuvas foram atrasadas e escassas. Depois que se firmou a estação chuvosa, elas vieram abundantes, principalmente nos três primeiros meses do ano, prosseguindo em abril e maio. Estas precipitações, que normalmente deveriam começar a escassear em março, trouxeram resultados desastrosos à produção, tanto no aspecto quantitativo como no qualitativo. Em decorrência, a safra da Região Meridional está sendo avaliada em torno de 230 mil toneladas de algodão em pluma (quadro 102).

Defrontando-se com tempo adverso, a safra 1975/76 registra sensível deterioração na qualidade. Esta ganha maior relevo quando se coteja com a safra anterior (1974/75), excepcionalmente boa sob o ponto de vista qualitativo. Com efeito, tomando-se a distribuição percentual dos tipos em que se distribui o algodão classificado como elemento de avaliação, pode-se compor o quadro 103. Um exame desses dados mostra que em 1975/76 a safra foi bem inferior a de 1974/75, semelhante a de 1973/74 e inferior à de 1972/73. O produto paranaense, qualitativamente, pode ser considerado igual ao de São Paulo, sendo que o de Goiás pode ser tido como bem inferior. Nesses dois estados, o contraste entre a safra 1974/75 e 1975/76, é menor que em São Paulo, devido ao fato daquela não ter sido tão boa como a sua correspondente paulista.

Quanto à qualidade intrínseca da fibra não se dispõe ainda de informações mais precisas sobre a última safra. De acordo, no entanto, com informações esparsas, o "micronaire" (índice de finura) também acusa certa deterioração, o que é perfeitamente aceitável face ao mau tempo reinante na fase de maturação das maçãs. De modo semelhante e até certo ponto vinculado ao "micronaire", pode-se esperar que o "pressley" (índice de resistência) tenha sido um pouco afetado. Quanto ao comprimento da fibra e por informações obtidas, nenhuma alteração digna de registro foi observada.

Sendo o consumo do País estimado em cerca de 400 mil toneladas, é evidente que a produção brasileira em 1975/76 será inferior a essa grandeza, já que o volume da safra do Nordeste, mesmo bem antes de se agravarem agudamente os efeitos da seca, estava estimado em 150 mil toneladas. Com isso, o País deixaria de participar do mercado internacional, fato que além das consequências imediatas, poderá trazer implicações a longo prazo.

A redução na oferta trouxe reflexos diretos nos preços do produto. No interior do Estado, o algodão em caroço, que no início da colheita estava cotado em torno de Cr\$ 55,00 por arroba, para o tipo médio (5 ou regular), subiu em fins de junho para Cr\$ 100,00, e até mais, representando uma alta de mais de 80%. Por sua vez, o algodão em pluma passou de Cr\$ 160,00/kg (tipo 5) no início de 1976, para Cr\$ 345,00 no primeiro pregão de julho, o que equivale a um aumento de mais de 115%. Cumpre notar que esse comportamento dos preços deu-se independentemente das cotações internacionais do algodão, sendo exclusivamente o resultado da relação oferta-procura internas, destoando inclusive do padrão de variação estacional de preços.

O Brasil vem perdendo, nos últimos seis anos, sua posição de um dos maiores exportadores mundiais de algodão. Com efeito, após a exportação recorde de 439,4 mil toneladas em 1969, quando ocupou a terceira posição (logo após os Estados Unidos e a Rússia), sua participação no mercado internacional tem declinado ano após ano (quadro 104). As exportações brasileiras em 1975 totalizaram 107,2 mil toneladas, superando em 28,9% as de 1974. O valor cresceu percentualmente bem menos (7,5%) dada a queda do preço médio.

- Perspectivas

A base dos preços mínimos de garantia para a safra 1976/77 foi expressivamente aumentada, não só em termos absolutos (71,6% a mais) como sobretudo "vis a vis" com outras culturas que competem ou podem competir com o algodão, como a soja (+28%), o milho (+32,5%) e o amendoim (+40%).

Também a posição do algodão perante muitos outros produtos melhorou substancialmente não só face às boas perspectivas que desfruta para o próximo ano (externas e principalmente internas), como ainda devido a certo arrefecimento ou perda de impulso que se observa em cultivos como a soja e o milho.

A presença dessas três e importantes forças (preço de mercado, preço de garantia e melhoria de posição competitiva) assegura a expansão da próxima semeadura, a despeito da presença de fatores contrários como as dificuldades de braços, má comercialização das safras passadas, alguns problemas de arrendamento de terras, de crédito, etc.

Essa perspectiva de aumento geral do plantio, estende-se a todos os Estados produtores do Centro-Sul, variando entretanto a magnitude desse aumento segundo as peculiaridades de cada um desses Estados.

Ademais e como é óbvio, o resultado dos inquéritos feitos deve ser considerado à luz da data em que foram realizados e passíveis, portanto, de modificações, a despeito de serem eles respectivamente recentes. Para se ficar num só exemplo, pode-se admitir que a eventual persistência da seca no Norte de Minas Gerais faça com que o aumento da semeadura no Triângulo Mineiro seja insuficiente para compensar possível contração na primeira dessas áreas.

Tendo isso em consideração, pode-se aceitar os seguintes percentuais de aumento, os quais refletem em parte a preferência entre os diversos valores encontrados; São Paulo (35%), Paraná (40%), Goiás (60%), Mato Grosso (50%) e Minas Gerais (10%). Com ditos percentuais, as respectivas áreas totalizariam cerca de 720 mil hectares (quadro 105).

De observar que os ganhos previstos, embora substanciais, não serão suficientes para igualar o plantio (já pequeno) de há dois anos atrás (safra 1974/75). No caso de São Paulo, o deficit dessa relação será de 18% e para o Paraná de 7%.

Tomando, agora, o rendimento médio anual verificado no último triênio para cada um desses Estados, ter-se-ia um volume de produção para a safra 1976/77 de 933 mil toneladas, distribuídas pelos 5 estados principais produtores da região Centro-Sul conforme dados do quadro 106.

O volume de algodão em caroço acima indicado significaria, a um rendimento no benefício de 35%, cerca de 360.000 toneladas de algodão em pluma, ou seja, aproximadamente 50% a mais que o desta última temporada e também suficiente para atender a demanda interna por algodões deste tipo, deixando um excedente de 90 a 100 mil toneladas para a exportação. Ainda que um pouco restrita, esta quota exportável bastaria para marcar nossa reapresentação no mercado mundial da fibra, no qual o Estado sempre foi figura de destaque.

Claro é o fato de que entre o momento do alinhamento desses números e o plantio efetivo, muita coisa poderá ocorrer no sentido de alterar essas perspectivas e, acima de tudo, o comportamento do tempo é que dará a mais importante palavra sobre a safra de 1976/77.

(IEA, 08/10/1976).

QUADRO 102. - Produção de Algodão em Pluma da Região Meridional do País, 1971/72 a 1975/76
(1.000 toneladas)

Ano agrícola	São Paulo	Paraná	Goiás	Minas Gerais	Mato Grosso	Total
1971/72	270	126	65	25	3	489
1972/73	247	136	48	22	3	456
1973/74	207	116	21	21	3	368
1974/75	190	126	16	27	4	363
1975/76 (1)	105	95	11	11	10	232

(1) Dados preliminares.

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo e Serviços do Acordo de Classificação.

QUADRO 103. - Distribuição, por Tipo, do Algodão em Pluma Classificado no Estado de São Paulo, 1971/72 a 1975/76
(porcentagem)

Tipo	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76(1)
Fino (até 5, incl.)	15,0	23,0	10,1	36,1	9,6
Médio (5/6, 6 e 6/7)	61,7	65,1	59,5	61,9	74,3
Inferior (7 a inf. a 9)	23,3	11,9	30,4	2,0	16,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) Dados preliminares (até 15/07/76).

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

QUADRO 104. - Exportações Brasileiras de Algodão em Pluma, 1966-75

Ano	Valor (US\$ 1.000-FOB)	Quantidade (tonelada)	Preço médio (US\$/tonelada)
1966	111.004	235.867	470,62
1967	90.844	189.442	479,53
1968	130.817	247.551	528,44
1969	196.008	439.380	446,10
1970	154.337	342.833	450,18
1971	137.140	226.809	604,65
1972	188.682	284.201	663,90
1973	218.068	282.867	770,92
1974	90.934	83.160	1.093,48
1975	97.794	107.202	912,24

Fonte: CACEX.

QUADRO 105. - Estimativa da Área Provável de Plantio de Algodão, Alguns Estados do Brasil ,
1976/77
(1.000ha)

Estado	Área
São Paulo	302
Paraná	250
Minas Gerais	103
Goiás	40
Mato Grosso (1)	26
Total	721

(1) Os dados sobre Mato Grosso são calculados sobre informações poucos coincidentes.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, com base nas informações fornecidas pelas Instituições Estaduais.

QUADRO 106. - Estimativa da Área de Plantio, Rendimento e Produção de Algodão, Alguns Estados do Brasil, 1976/77

Estado	Área de plantio (1.000 ha)	Rendimento médio kg/ha no período 1973/74-1975/76	Algodão em caroço (1.000t)
São Paulo	302	1.322	400
Paraná	250	1.521	380
Minas Gerais	103	620	64
Goiás	40	1.533	61
Mato Grosso	26	1.072	28
Total	721	-	933

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, com base nas informações fornecidas pelas Instituições Estaduais.

- Pecuária Suína

- Situação internacional

Segundo a FAO, a produção mundial de carne suína tem apresentado tendência ascendente nos últimos anos, muito embora em 1975 tenha sofrido ligeira retração (-2,0%) em relação à 1974. Na Comunidade Econômica Européia a redução em 1975 foi ocasionada pela escassez na oferta de grãos o que provocou grande matança e, conseqüentemente, um repentino aumento na oferta de carnes em 1974. Na Europa Oriental registrou-se em 1975 um incremento da ordem de 5%, enquanto na URSS observou-se significativo aumento devido ao grande número de abates realizados no 2º semestre, quando grave escassez de rações obrigou a reduzir consideravelmente o rebanho porcino.

De acordo com recentes informações, a produção de suínos na CEE não deverá alcançar no primeiro semestre de 1976 o mesmo índice do correspondente período de 1975. Porém, como reflexo dos altos preços, espera-se que a produção no 2º semestre alcance ou mesmo supere os níveis de 1975.

Nos Estados Unidos o abate de suínos em 1975 sofreu uma retração de cerca de 18%. Tal fato explica o acentuado aumento que se vem verificando nas importações estadunidenses de carne suína, cujo principal fornecedor é o Canadá. Segundo estimativa realizada em setembro de 1975, a produção de suínos em 1976 permaneceria abaixo dos níveis do ano anterior. Entretanto, indicações preliminares de uma safra recorde de milho geram expectativas de que essa produção possa ser incrementada de até 4% em 1976.

Segundo o USDA a produção de carne suína, nos 13 maiores países produtores, deverá declinar para 17,9 milhões de toneladas em 1976, comparadas com as 18,5 milhões de 1975, resultante dos menores abates que se verificarão na URSS. Todavia, excluindo-se a URSS, a produção de carne suína nesses países deverá aumentar em cerca de 3%, atingindo 14,6 milhões de toneladas.

As principais transações de carne suína são feitas entre países da Europa Ocidental. Além disso, há um grande fluxo de suínos vivos da China que, através de Hong-Kong, atingem os países europeus, inclusive a URSS. Dinamarca, Bélgica, Holanda e China são os maiores exportadores de suínos e derivados, sendo que o produto mais intensamente comercializado é o tocinho.

As exportações de carne suína foram incrementadas no período 1968-72, com elevação acentuada, de 21%, em 1971. As quedas registradas em 1973 e 1974 foram conseqüências dos altos preços dos ingredientes protéicos para rações animais, alta essa que se prolongou por um período relativamente longo.

Quanto aos preços internacionais, no decorrer de 1975 verificou-se uma tendência alísta, tendo-se mantido estabilizados nesses níveis no 1º semestre de 1976. Relatório da Comunidade Econômica Européia prevê possível queda para o outono e inverno europeu, em decorrência de aumento da produção. Todavia, essa retração parece ter-se antecipado para o verão, já que no mês de junho registrou-se baixa de cotações na CEE.

- Situação interna

Os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina se destacam

como os principais criadores de suínos no Brasil.

Nesses estados, como em São Paulo, verifica-se modificações nas formas exploratórias, com a produção se orientando lentamente para a criação do porco "tipo carne". Entretanto, grande parte da suinocultura brasileira continua sendo desenvolvida em pequenas propriedades, com a utilização de animais cujo produto final é o porco "tipo banha".

Entre os estados do Centro-Sul, destacam-se Rio Grande do Sul e Santa Catarina como detentores dos melhores rebanhos, com um desfrute de 65% aproximadamente, ainda assim considerados baixos diante aos padrões mundiais.

Em São Paulo já existe um número razoável de produtores que fornecem como produto final o porco "tipo carne". Entretanto, em média seu rebanho não atinge o desempenho daqueles dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

- Rio Grande do Sul

No período 1970-74 estima-se que o rebanho suíno tenha sofrido redução da ordem de 30%, contando atualmente com um efetivo de, aproximadamente, 3,3 milhões de cabeças.

Os abates realizados pelas indústrias sob inspeção federal mantiveram-se praticamente estáveis nos últimos 4 anos (quadro 107).

Segundo dados do Sindicato das Indústrias de Suínos do Rio Grande do Sul, existem cerca de 35 firmas sob inspeção federal, estimando-se que 300 mil cabeças são abatidas em pequenos estabelecimentos, sem o controle dessa inspeção.

Recentemente na região do Alto Taquari, onde se concentra grande parte do rebanho suíno do Estado, ocorreu forte surto de aftosa e febre suína, provocando significativo número de mortes, principalmente de leitões. Como consequência, os criadores no intuito de se resguardarem de eventuais prejuízos, iniciaram uma oferta maciça de animais mal terminados, inclusive matrizes. Esta situação preocupa presentemente os frigoríficos, que esperam para breve falta acentuada do produto.

Nos últimos anos tem havido uma deterioração na relação de preços insumo/produto notadamente para os produtores menos preparados em termos de infraestrutura, para o armazenamento de milho, fazendo com que estes se desinteressem pela atividade, o que tem se refletido na redução do rebanho.

Os preços recebidos pelos criadores no triênio 1973-75 sofreram acréscimos menores do que os observados nos demais estados em estudo, sendo verificado uma diminuição em 1975 com relação a 1973 em termos reais (quadro 107).

No 1º semestre de 1976, porém, observa-se acréscimos nos preços recebidos pelos produtores, em concordância com o que ocorreu nos demais estados.

- Santa Catarina

No valor bruto da produção agrícola catarinense a carne suína participou, em 1975, com aproximadamente 10%, ocupando o segundo lugar em importância econômica, do Estado, suplantada apenas pelo milho.

Estima-se que o rebanho suíno catarinense tenha se mantido estável desde o censo de 1970, ao redor de 3.150 mil cabeças.

O abate de suínos não tem apresentado aumentos substanciais nos últimos anos, sendo

somente de 1974 para 1975 registrou-se um incremento razoável, devido a situação verificada no 2º semestre de 1975 (quadro 108). Desses animais abatidos sob o controle da inspeção federal, 80% foram classificados como pertencentes as raças Duroc, Landrace, Large White ou de cruzamentos entre elas (tipo carne).

Os preços recebidos pelos criadores catarinenses apresentaram nítidos aumentos durante o período de 1970-74, como se observa no quadro 108. A suinocultura atravessou uma situação difícil em 1975, quando os preços recebidos pelos criadores foram de Cr\$ 4,45/kg no estabelecimento e de Cr\$ 4,75 posto na indústria, inferiores aos verificados no ano precedente.

No primeiro semestre de 1976 os preços médios recebidos variaram de Cr\$ 5,40 a Cr\$ 5,90/kg de suíno vivo. Algumas firmas, principalmente as que operam sob sistema de integração, estão pagando preços superiores aos citados, variando de Cr\$ 5,90 a Cr\$ 6,30/kg para animais classificados como tipo carne.

- Paraná

No período 1970/74, verificou-se no Estado redução da ordem de 20% no rebanho suíno, que em 1974 atingia cerca de 4.900 mil cabeças. Para 1975 as estimativas apontam redução de 15% em relação ao ano anterior.

As reduções observadas desde 1970 devem-se aos elevados custos de produção, que praticamente eliminaram os criadores marginais, e pela expansão das lavouras de trigo-soja, que atraíram grande parcela de criadores em busca de atividades mais rendosas.

No período de 1969-74 o abate interno cresceu a uma taxa média de 16% ao ano, sendo que em 1975 foram abatidos 1.064 mil cabeças (quadro 109), com preponderância de animais especializados para carne.

Os preços recebidos a nível de produtor, em termos nominais, sofreram incrementos no período 1972-75, passando de Cr\$ 2,53 a Cr\$ 5,54/kg, sendo que a elevação mais acentuada ocorreu de 1973 para 1974, quando registrou 75% de acréscimo (de Cr\$ 3,08 para Cr\$ 5,40/kg).

No primeiro semestre de 1976 os preços recebidos pelos suinocultores passaram de Cr\$ 5,48/kg em janeiro para Cr\$ 6,39/kg em junho, sendo que em julho registrou-se pequena queda (Cr\$ 6,30/kg).

- São Paulo

Conquanto o rebanho paulista no triênio 1973-75 tenha permanecido praticamente estável (ao redor de 2 milhões de cabeças), a produção de carnes sofreu incrementos, tendo-se registrado em 1973 um total de 56,3 mil toneladas e em 1975 de 67,5 mil toneladas.

Tal fato pode ser explicado pelo processo de modernização que passa o setor e em parte pela situação observada no 2º semestre de 1975, quando os criadores aumentaram o fluxo de suínos encaminhados ao abate.

Os abates em estabelecimentos sob inspeção federal vêm num crescer constante, sendo que cerca de 80% dos suínos abatidos são provenientes dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Em 1975 foram abatidas cerca de 758 mil cabeças sob inspeção federal, enquanto a perspectiva para 1976 é que essa cifra não se altere muito.

Quanto aos preços recebidos pelos criadores paulistas de janeiro a maio de 1976 houve uma elevação de Cr\$ 6,48 para Cr\$ 8,39/kg, passando a decair a partir de junho para atingi-

rem em agosto Cr\$ 7,91/kg de suíno vivo. Essa baixa pode ser explicada pelo maior afluxo de animais vindos do Sul. Entretanto os frigoríficos estão atualmente encontrando certas dificuldades em abastecerem-se, devido a diminuição da oferta de animais provenientes do Paraná. Com a tendência altista que se observa no preço de óleos vegetais as cotações poderão tornar-se vantajosas para os criadores que conseguirem permanecer no mercado, a despeito do alto custo da ração.

- Minas Gerais

O rebanho mineiro, de maneira semelhante ao dos Estados de Santa Catarina e São Paulo, tem-se mantido estável nos últimos anos sendo, em 1975, estimado em cerca de 3,5 milhões de cabeças.

No triênio 1973-75 o total de cabeças abatidas cresceu relativamente pouco, tendo-se registrado respectivamente, 979 mil, 998 mil e 1.057 mil cabeças. Cabe observar que os abates nesse Estado são realizados sob o controle de inspeções federal, estadual e municipal, com nítido predomínio daqueles sob o controle municipal (70%).

Em relação aos preços recebidos pelos criadores, o maior aumento também ocorreu de 1973 (Cr\$ 3,80/kg) para 1974 (Cr\$ 6,97/kg), notando-se, que em 1975 a média anual foi inferior à de 1974. No primeiro semestre de 1976 os preços mostraram tendência ascendentes, de Cr\$ 6,20/kg em janeiro para Cr\$ 7,86/kg em maio, ocorrendo pequena queda em junho e julho (Cr\$ 7,78/kg vivo).

- Outros estados

No Rio de Janeiro o plantel tem permanecido praticamente estável nos últimos anos, sendo que a participação relativa dos animais criados no Estado e abatidos sob inspeção federal vem decrescendo.

Constata-se que para atendimento do mercado fluminense de carne suína há necessidade de crescentes importações do Paraná e Minas Gerais, pois de modo geral a produção própria é insuficiente para atender sequer metade da demanda total.

A produção de Goiás, com um efetivo estimado de 2.200 mil cabeças em 1973, está direcionada para a produção de animais "tipo banha".

Com um rebanho avaliado em 1.200 mil cabeças, o Estado de Mato Grosso ainda não iniciou a modernização de sua suinocultura, inexistindo até o momento matadouro sob inspeção federal.

- Perspectivas

O pronunciado decréscimo no rebanho porcino da URSS, cerca de 35%, observado durante o primeiro semestre de 1976, indubitavelmente se fará sentir na produção de carnes durante os próximos anos.

Para o Japão, recente importador de carne suína, espera-se um aumento de 2% na produção interna, o que significaria ainda assim uma previsão de importações da ordem de 140 mil toneladas.

Na América do Norte os prognósticos indicam uma expansão na produção de quase 4% em 1976 e 14% em 1977, devendo elevar-se também na Europa Ocidental.

Nos principais estados criadores da Região Centro-Sul do Brasil nota-se que, de modo geral, nos últimos cinco anos os rebanhos estão estabilizados ou mesmo sofrendo reduções. Verifica-se, também, que estão aumentando os abates sob inspeção federal nesses Estados, face à federalização desse serviço.

O setor tem passado por crises intercaladas por períodos compensadores, de modo a provocar seleção de criadores mais avançados e tecnicamente capacitados a permanecerem no mercado.

De outra parte, os rebanhos estão passando por um processo de modernização, capaz de gerar índices de desempenho mais satisfatórios.

A curto prazo os preços pagos aos criadores tendem a elevar-se, em decorrência de maior demanda por parte dos frigoríficos que estão encontrando dificuldades no seu aprovisionamento, a par de redução na oferta de suínos acabados nos centros de criação. Pondere-se, também, que a elevação nos preços de óleos vegetais e a obrigatoriedade de consumo de carne bovina congelada nas principais capitais estão deslocando as preferências dos consumidores.

Sem dúvida é uma situação diferente daquela que vinha ocorrendo nos últimos anos, quando, nessa época, normalmente os preços tendiam a mostrar-se declinantes. Tal situação é decorrente de menor oferta de animais prontos para abate, como reflexo da instabilidade do setor e da grande retração do rebanho em 1975, quando as cotações recebidas pelos produtores deixaram de ser totalmente compensadoras.

As previsões para 1976 são, portanto, de estabilidade na produção de carne suína em relação a 1975, para o Brasil.

O principal problema a ser enfrentado pelos criadores continua sendo o alto custo das rações e, particularmente, do milho.

(IEA, 11/10/1976)

QUADRO 107. - Abates e Preços de Suínos Recebidos pelos Produtores, Estado do Rio Grande do Sul, 1972-76

Ano	Cabeças abatidas (1.000 cab.)	Preço (Cr\$/kg)
1972	1.991	-
1973	2.020	3,04
1974	1.781	4,70
1975	2.070	4,66
1976	...	5,83 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Até junho de 1976.

Fonte: Associação Sul Brasileira de Indústria de Suínos.

QUADRO 108. - Abates e Preços de Suínos Recebidos pelos Produtores, Estado de Santa Catarina, 1971-75

Ano	Cabeças abatidas (1.000 cab.)	Preço (Cr\$/kg)
1971	1.029	3,07
1972	1.008	3,35
1973	1.056	4,53
1974	1.067	4,86
1975	1.358	4,45

Fonte: CEAG/SC.

QUADRO 109. - Abates de Suínos, Estado do Paraná, 1969-75

Ano	Cabeças abatidas (1.000 cab.)
1969	400
1970	504
1971	639
1972	672
1973	824
1974	785
1975	1.064

Fonte: IPARDES - Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Paraná e DERAL.

- Frutas

- Laranja

- Panorama internacional

Em julho de 1976 o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos divulgou a estimativa final de sua safra cítrica, que atingiu 241,35 milhões de caixas (10.268.000 toneladas curtas), 1% superior ao recorde de 1974/75. Para a Flórida, principal centro produtor, a estimativa indicou uma produção recorde de 177,8 milhões de caixas, com aumento de 1% em relação a safra 1974/75. Confirma-se, assim, que as geadas dos dias 17 e 18 de janeiro prejudicaram apenas o rendimento em suco, sem afetar as árvores, à exceção de plantações isoladas ao norte do Estado. Para a Califórnia estimou-se uma colheita de 52 milhões de caixas, contra 55,1 milhões produzidas na última safra, a qual se constituiu na maior produção desde a Segunda Guerra Mundial. Texas e Arizona completam o quadro de produção com ligeiros acréscimos.

Também na África do Sul, forte concorrente do Brasil durante o período de "verão", a safra cítrica deverá elevar-se de 10% sobre 1975, com expectativa de aumento de 11% nas exportações de fruta fresca que, em 1975, atingiram 41 milhões de caixas (15kg).

Para outros países selecionados, o quadro 110 reproduz, segundo diversas fontes, as estimativas de colheita disponíveis até o momento.

Tanto na Espanha como em Israel, fontes ligadas à citricultura afirmam que a concorrência nos principais mercados está aumentando e que a solução seria uma atuação mais eficiente das empresas exportadoras e industriais.

Os dados finais de exportação de fruta cítrica fresca da Espanha, em 1975/76, mostraram incremento de 41,2 mil toneladas (3%) em relação a temporada precedente (1.566,2 mil t). Também as cifras oficiais de Chipre acusaram um aumento de 23% na exportação de fruta cítrica em relação a 1974/75 (51,8 mil t), cujo principal mercado foi o Reino Unido.

De outra parte, até 31 de julho de 1976, tanto as exportações de citros in natura do Brasil (1.018.800 caixas) como da Argentina (895.885 caixas) mostravam fraco desempenho em relação à temporada de verão de anos anteriores. Tais quedas (48% e 24% respectivamente) refletem a depressão nos preços que se observa neste período do ano nos mercados da Europa Ocidental, sem perspectivas de melhorar até o final do ano, o que resulta no desinteresse dos importadores. Adicione-se, ainda, os altos custos de frete para a Europa.

Evidencia-se, portanto, o acerto das previsões que indicavam um enfraquecimento das cotações face aos aumentos nas quantidades ofertadas.

Como alternativa, vários países, inclusive o Brasil, continuam a disputar avidamente o mercado de fruta in-natura do Oriente Médio, particularmente Irã, Iraque e alguns emirados árabes, em virtude de haver poucas restrições às importações e forte poder de compra. Como exemplos podem ser citados a Espanha, que assinou contrato de venda para 1975/76 de 600.000 caixas (20kg) com o Irã, a África do Sul que exportou 3,5 milhões de caixas (15kg) para o Oriente Médio em 1975 e o Brasil, que enviou 300.000 caixas (20kg) para Dubai/Daman.

A evolução das cotações de suco concentrado congelado, na Bolsa de Nova York, expressas em cents de dólar por libra-peso de sólidos solúveis, FOB-Flórida, mostra uma elevação ao longo dos meses para entrega futura, porém observa-se nítido enfraquecimento das cotações para cada mês de entrega, a partir da posição registrada nos primeiros dez dias de novembro, quando

do início da safra 1975/76 nos Estados Unidos. Ao final de agosto até meados de setembro os valores caíram a menos de 50 cents de dólar por libra-peso, para entregas até novembro do corrente, fato que nos últimos três anos só ocorreu de fevereiro a março de 1975 para entregas em maio daquele mesmo ano.

Note-se que nos primeiros dias de janeiro de 1976 os preços mostraram reação positiva, refletindo as condições climáticas adversas prevalentes na Flórida e Califórnia e, posteriormente, o mercado voltou a enfraquecer, denotando que os danos ocasionados pelas geadas não foram suficientes para causar maior impacto na produção de suco.

O panorama apresentado pode ser interpretado como um mercado fraco, onde os estoques atuais (incluindo as importações) serão suficientes para atendimento da demanda prevista para 1976. De outra parte, o USDA prevê que as importações no decorrer do ano serão de menor magnitude que as de temporadas precedentes.

- Situação interna

A estimativa de safra cítrica no Brasil efetuada em junho de 1976 pela Fundação IBGE aponta um volume da ordem de 146,2 milhões de caixas (base de 250 frutos), com um acréscimo de 15% sobre a colheita de 1975. Desse total, aproximadamente 91% deverá ser obtido na Região Centro-Sul, onde a área plantada eleva-se a cerca de 506 mil hectares, com um rendimento médio calculado em 10,5 t/ha, considerado baixo em relação a outras tradicionais regiões produtoras. Esse índice pode ser atribuído a deficientes tratamentos culturais (espaçamento, adubação, controle fitossanitário) e, em parte, pela elevada proporção de pés novos que ainda não entraram em produção, particularmente em São Paulo (quadro 111).

No ano civil de 1975 as exportações de suco atingiram o recorde absoluto de 160.295 toneladas (peso líquido), cabendo notar que cerca de 60 mil toneladas foram exportadas até junho, significando tratar-se de estoques do ano anterior, quando se observou sérias dificuldades de comercialização do suco (quadros 112 e 113).

O preço médio de suco FOB-Santos relativo a 1975 foi de US\$ 454,46 por tonelada, contra US\$ 545,55 de 1974. Para o período janeiro a junho foi de US\$ 448,44 contra US\$ 570,80 no mesmo período de 1974, significando que as vendas do 1º semestre de 1975 foram possíveis em face das compras baratas de matéria-prima em 1974, que propiciaram baixo custo de produção do suco.

A exportação de frutas frescas em 1975 mostrou crescimento em relação à do ano anterior, atingindo 4.059 mil caixas-padrão (81.186 toneladas). O principal país de destino foi a Holanda (quadro 114).

Nos primeiros oito meses de 1976 o mercado internacional continuou a absorver o suco concentrado brasileiro, tendo sido exportadas 123.709 toneladas pelo Porto de Santos, com um aumento relativo de 31% em comparação com o período paralelo do ano anterior.

A cotação média no primeiro semestre foi de US\$ 479,00 por tonelada FOB-Santos. Deve-se destacar, entretanto, que ao início da nova safra (maio-agosto) o produto para pronta entrega esteve cotado entre US\$ 580,00 e 600,00/t, tendo-se registrado vendas de produtos especiais a US\$ 650,00/t FOB.

Contribuíram para a elevação das cotações a inexistência de estoques no Brasil em maio; dificuldades de navio para transporte; baixo "ratio" do produto pronto e informações de quebra na produção nacional em vista da redução no brix da fruta devida ao tempo chuvoso e conseqüente diminuição do rendimento industrial.

Para o ano agrícola 1975/76 o quinto levantamento de previsões e estimativas de safra (junho) acusa uma estimativa de produção em São Paulo de 101,7 milhões de caixas (4.088 mil toneladas), das quais cerca de 93 milhões na zona comercial. Esse volume significará um incremento da ordem de 16,6% em relação a safra precedente. Tal cifra é consistente com aquelas de fontes privadas, que admitem uma safra ao redor de 90 milhões de caixas na zona comercial.

Esse aumento previsto dever-se-á a pequeno incremento (talvez 5%) de produção nos pomares velhos, cujas árvores sofreram mais com a seca de 1975 e mostraram-se pouco enfolhadas; aumento em torno de 10% na colheita dos pomares novos (4 a 7 anos) que sentiram menos o efeito da estiagem e, finalmente, entrada em produção de novos pomares.

Considerando-se as projeções feitas há um ano atrás seria possível admitir-se um volume ao redor de 105 milhões de caixas. Contudo, a erradicação de pomares, a diminuição dos tratamentos culturais, particularmente adubação, o forte ataque de "leprose" em algumas regiões, frio intenso em julho de 1975 (geada), que destruiu parte da brotação nova, e a seca que prejudicou a primeira florada, são fatores que estão condicionando números inferiores aos então projetados.

Uma estimativa do consumo aparente da produção paulista de laranjas para 1975 e 1976 pode ser visualizada no quadro 115.

Note-se que as indústrias adquirem do produtor parcela substancialmente maior de fruta do que aquela que deverá ser processada, pois após beneficiarem-na, tornam a revendê-la aos comerciantes, os quais nos últimos tempos têm-se distanciado dos agricultores.

Vêm contribuindo para essa situação a falta de idênticas facilidades de crédito aos comerciantes, distorções na política tributária (ICM) e carência de pessoal habilitado para trabalhar em maior escala como se exige atualmente.

Para o mercado interno destinam-se 23 milhões de caixas, das quais 6 deverão ser comercializadas para fora do Estado de São Paulo. Até meados de 1975 as cotações no atacado mantiveram-se a níveis inferiores àqueles registrados no período paralelo do ano anterior, tendo ocorrido o inverso no segundo semestre (quadro 116). Calcula-se que os preços reais de 1975 foram inferiores aos de 1974, o que deve ter contribuído para a elevação das quantidades consumidas no ano.

Ao nível do produtor verifica-se uma nova fase de euforia, com os preços da fruta em ascensão, tendo-se elevado de Cr\$ 10,00/caixa no pé, de novembro de 1975 a fevereiro de 1976, para Cr\$ 11,00 em princípio de março, Cr\$ 12,00 em abril e mesmo Cr\$ 16,00/caixa em junho. Deve-se, porém, aduzir, que os últimos preços referem-se a negócios esparsos, de pomares que em geral possuem parcela de murcote ou ponkan. Até o momento pode-se estimar um preço ponderado de Cr\$ 11,50/caixa, visto que grande porcentual foi negociado na referência de US\$ 1,00 por caixa, com conversão ao valor de 19 de junho de 1976 (Cr\$ 10,65).

Acrescente-se também que o preço de muda cítrica tornou a elevar-se, passando de Cr\$ 4,00 a Cr\$ 6,00 para Cr\$ 10,00 por unidade, porém o mercado encontra-se ainda indefinido em termos quantitativos, refletindo, em parte, a incerteza dos citricultores em nova e indiscriminada fase de plantios.

No Estado do Rio de Janeiro a citricultura está concentrada nos municípios da Baixada Fluminense, com destaque para Itaboraí, Araruama, Rio Bonito, São Gonçalo e Maricã, que em conjunto detêm 86% dos 15,7 milhões de pés plantados, estimando-se que 11,5 milhões são de laranjeiras, ocupando uma área de 35,9 mil hectares.

O produto é o quarto em importância econômica e a produção, avaliada em 10,8 milhões de caixas (40kg e 250 frutos), destina-se ao comércio in natura no próprio Estado, onde parti-

cipa com 50% do consumo aparente. Estima-se que apenas sai do Estado uma parcela de laranja seleta avaliada em 400 mil caixas.

Para o beneficiamento, classificação e embalagem do produto existem na região produtora 58 casas de embalagem (barracões ou "packing-houses") que beneficiam quase 60% da produção estadual.

Atualmente a consorciação da cultura com outras fruteiras vem sendo feita, com predominância do mamão e maracujã em detrimento do abacaxi.

A entrada em produção de pomares novos, com melhores tratamentos culturais e formação mais aprimorada, está compensando o decréscimo de rendimento que se vem observando nos pomares velhos, os quais se acham fortemente atacados pela "ortêzia". Para estes últimos existem estudos para rejeição dos pés cujos resultados se fariam sentir dois anos após.

O aumento de plantio em 1975/76 não foi o esperado devido às restrições de crédito e pouca disponibilidade de mudas, fatores que deverão perdurar até ao final de 1976, mantendo-se a área plantada praticamente inalterada (quadro 117).

No tocante a preços verificou-se forte elevação em relação ao ano passado, tendo os produtores recebido em média Cr\$ 20,00 pela pera e Cr\$ 26,00 pela seleta, devendo elevar-se até o final da temporada, o que permite calcular-se, em caráter preliminar, média de Cr\$ 26,00 por caixa de 27kg.

Para Minas Gerais a Fundação IBGE estimou em junho uma área de 21,9 mil hectares com citros, a qual comportaria aproximadamente 6,6 milhões de pés na densidade de 300 pés por hectare.

A produção total é estimada em 6,3 milhões de caixas, com um rendimento médio de 11,4 t/ha, que pode ser considerado satisfatório tendo em vista que boa parte da área se constitui de pés novos.

Cumprido ressaltar o firme crescimento que se vem registrando no plantio de citros no Estado, que de 16 mil hectares em 1974 passou para 19 mil em 1975 e atualmente gira ao redor de 22 mil hectares.

Vêm contribuindo para esse desempenho as implantações empresariais no Sul de Minas, no Triângulo Mineiro e na Zona Metalúrgica, estimuladas pela boa rentabilidade econômica auferida e diversidade de climas que conferem excelentes condições para o plantio de tangerinas, particularmente no Sul de Minas próximo aos grandes centros consumidores. No Triângulo Mineiro a expansão ocorreu mais em função das possibilidades de fornecimento de matéria-prima às indústrias de suco localizadas ao norte de São Paulo.

Como principais regiões produtoras destacam-se pela ordem: Uberlândia, Alfenas, Divinópolis, Sete Lagoas e Pouso Alegre.

- Perspectivas

O comportamento da safra 1976/77 dependerá de vários fatores ainda aleatórios e não definidos, especialmente as floradas que na Região Centro-Sul acontecem de agosto a novembro. A favor de um aumento na produção pode-se adiantar diversos fatores, entre outros, os seguintes: recuperação nos níveis de adubação e maiores cuidados culturais em decorrência dos preços recebidos pelos citricultores; entrada em produção de um contingente elevado de pés plantados entre 1972 e 1974 na maioria dos Estados produtores e crescimento natural dos pés plantados entre 1970 e 1972 que estarão atingindo a fase adulta.

Concorrem do lado negativo a vigorosa brotação dos pomares em São Paulo que fez com que muitas variedades não florescessem a contento, sem o necessário descanso fisiológico das

plantas devido às chuvas ininterruptas; forte ataque de ácaro de "leprose" e corte de pomares deslocados pela expansão de cana-de-açúcar, principalmente nas regiões de Araraquara e Limeira; intenso ataque de pragas ("ortêzia" e "fumagina") e deslocamento de pomares no Rio de Janeiro devido à expansão urbana e incremento da pecuária leiteira na região de Araruama e adversidades climáticas no Rio Grande do Sul.

Em resumo, é pouco provável que a colheita da região, em 1977, atinja os 150 milhões de caixas anteriormente previstos, mas deverá suplantiar a cifra de 140 milhões com acréscimo ao redor de 6% sobre a atual safra.

Quanto à comercialização e preços pagos aos citricultores, os níveis deverão ser influenciados por aqueles a vigirem em São Paulo, onde a safra deverá ser semelhante a corrente, o que, se confirmado, significará forte pressão de demanda de matéria-prima por parte das indústrias que deverão processar aproximadamente, 80 milhões de caixas, que por sua vez redundará na necessidade de quase 1,2 milhão de tambores para embalagem do suco.

Em consequência os intercâmbios inter-estaduais de fruta fresca poderão sofrer redução de volumes estimulando os preços a serem pagos aos citricultores locais, atenuados porém pelas produções que se deverão elevar.

Conquanto falte ainda informes relativos às perspectivas de produção na África do Sul, principal fornecedor de laranja fresca ao mercado europeu no período de "verão", deve-se estar atento às possibilidades de incremento das exportações brasileiras tendo em conta o agravamento da situação político-racial na África Austral.

Na Flórida, relatório preliminar do censo citrícola realizado em janeiro de 1976 indica que houve uma redução líquida da ordem de 5 mil hectares, equivalentes a cerca de 1,5 milhão de pés, entre fins de 1973 e princípio de 1976. Nesse período foram removidos aproximadamente 16 mil hectares e plantados 11 mil, de modo que a área atual de colheita é de 238,4 mil hectares (aproximadamente 70 milhões de pés).

Na Austrália a colheita 1976/77 deverá permanecer inalterada em relação a produção deste ano, estimada em 414.000 toneladas, o que deverá significar uma falta de fruta para atender a crescente demanda de suco que aumentou cerca de 20% ao ano nos últimos três anos e que a indústria local não estará capacitada a atender. A mesma fonte estima em 5,4 milhões o atual número de pés em produção, devendo elevar-se no futuro com novos plantios.

Na Espanha, o Ministério da Agricultura divulgou sua primeira previsão para a safra 1976/77 com uma redução da ordem de 10% em relação a de 1975/76, cabendo significativa redução às laranjas (12%) e em particular as Valência Lates (20%). A safra de limões deverá ser a mais afetada com quebra de 27% em relação aos dados da safra precedente. Deverão aumentar as colheitas de tangerinas (5%) e pomelos (3%).

QUADRO 110: - Estimativa de Produção de Citros, por Países Seleccionado, 1974/75 e 1975/76

Países	Estimativa de safra (milhões de t)		Variação relativa (%)
	1974/75	1975/76	
Espanha	2,62	2,56 ⁽¹⁾	- 2
Austrália	0,42	0,41	- 2
Itália	1,68	1,55	- 8
Japão	3,90	4,10	+ 5
Turquia	0,90	0,88	- 2
Marrocos	0,60	0,72	+12
Argentina	0,96	0,90 ⁽²⁾	- 7
Grécia	0,51	0,52	+ 2
Israel	1,51	1,55	+ 2

⁽¹⁾ Inclui 0,6 milhão de toneladas de tangerinas.

⁽²⁾ Inclui 0,2 milhão de toneladas de tangerinas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, com base em diversas publicações.

QUADRO 111. - Área, Rendimento e Produção de Laranja na Região Centro-Sul do Brasil, 1976

Estado	Área (1.000ha)	Produção (1.000cx.) ⁽¹⁾	Rendimento (t/ha) ⁽²⁾
Minas Gerais	21,9	6.262,2	11,7
Espírito Santo	3,7	1.700,0	18,7
Rio de Janeiro	35,9	10.772,2	12,2
São Paulo	406,3	101.700,0	10,2
Paraná	6,4	1.846,7	11,8
Santa Catarina	5,9	2.596,0	18,0
Rio Grande do Sul	23,0	6.636,0	11,8
Mato Grosso	0,8	434,4	22,2
Goiás	<u>2,2</u>	<u>633,6</u>	<u>11,7</u>
Centro-Sul	506,1	132.581,1	10,7
Brasil	...	146.210,0	...

⁽¹⁾ Base de 250 frutos por caixa de 40,8 kg.

⁽²⁾ Base de 160 gramas por fruto.

Fonte: Fundação IBGE/EMATER/IEA.

QUADRO 112. - Exportação de Suco Concentrado de Laranja pelo Porto de Santos, 1970-76
(em tonelada-peso líquido)

Mês	Suco concentrado de laranja						
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Jan.	422,1	3.563,4	6.485,9	7.971,0	3.138,0	11.461,0	19.908,0
Fev.	2.606,5	2.940,4	3.584,8	10.453,5	3.495,0	13.507,0	25.045,0
Mar.	492,3	5.190,6	4.240,3	10.007,1	6.062,0	13.380,0	11.448,0
Abr.	108,2	2.156,4	4.032,8	6.152,0	2.379,0	9.221,0	14.000,0
Mai.	613,1	2.981,4	3.200,4	4.124,6	2.258,0	6.998,0	4.728,0
Jun.	1.618,4	1.854,7	4.399,3	6.109,4	5.544,0	11.460,0	15.656,0
Jul.	2.769,3	10.460,4	7.949,9	5.979,1	4.509,0	15.964,0	16.218,0
Ago.	2.758,2	5.465,6	9.134,1	17.283,6	8.946,0	12.384,0	16.706,0
Set.	2.443,8	9.783,6	9.855,7	10.990,7	9.016,0	14.484,0	...
Out.	5.346,9	10.439,3	12.102,0	22.231,1	10.117,0	16.003,0	...
Nov.	8.014,9	5.545,4	16.855,5	10.699,3	16.400,0	14.961,0	...
Dez.	4.096,3	13.047,1	9.280,5	12.662,0	25.879,0	20.472,0	...
Total	31.290,0	73.428,3	91.121,2	124.663,4	97.743,0	160.295,0	...
Estoques 1/12	16.832,2	21.544,2	38.708,2	17.332,0	54.567,0	75.129,0	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 113. - Exportação de Suco Concentrado de Laranja, Estado de São Paulo, 1970-75
(em tonelada - peso bruto)

País de destino	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Alemanha Ocidental	20.103	29.629	36.291	57.101	36.166	42.138
Canadá	4.374	9.151	12.510	8.463	7.648	21.370
Holanda	4.209	9.607	13.915	35.343	19.485	50.905
USA	1.109	22.425	20.943	15.201	17.618	15.568
Suécia	1.129	2.544	6.746	11.679	14.868	15.786
Israel	2.115	491	1.304	2.613	1.266	7.726
Inglaterra	623	1.330	887	546	632	5.993
Dinamarca	256	677	778	1.401	6.529	1.175
Bélgica	284	767	1.717	1.359	1.687	2.168
Noruega	163	917	459	912	753	953
Finlândia	-	83	388	1.399	1.056	2.377
Espanha	163	451	502	481	376	4.169
França	34	652	224	1.188	245	108
Outros	832	497	143	829	1.281	5.909
Total	35.394	79.221	96.807	138.515	108.610	176.345

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 114. - Exportação Cítrica "in natura" pelo Porto de Santos, 1968-75

Destino	1968	1969	1970	1971	1972		1973		1974		1975		
	Caixa (1)			Caixa(2)	%								
Holanda	725.370	506.444	465.395	1.306.034	35	1.739.282	44	1.054.610	43	1.155.182	45	1.967.061	48
Grã-Bretanha	449.250	436.653	390.345	885.998	24	988.052	25	503.903	21	245.438	10	372.827	9
Alemanha	412.650	359.898	287.512	931.265	25	709.329	18	608.850	25	608.850	24	768.165	19
França	200.000	158.200	150.000	217.100	6	198.700	5	68.000	3	25.000	1	-	-
Finlândia	28.100	56.110	60.200	142.369	4	117.500	3	88.500	4	118.813	5	151.800	4
Canadá	63.100	21.728	41.300	137.000	4	76.000	2	36.000	2	-	-	-	-
Suécia	61.569	46.825	25.875	3.750	0	34.566	1	3.800	-	2.020	0	31.390	1
China Nac.	102.250	24.331	21.950	14.307	0	20.000	1	10.000	-	-	-	-	-
Outros	118.150	80.747	62.400	111.750	2	56.325	1	37.100	2	381.337	15	768.041	19
Total	2.160.439	1.690.936	1.504.977	3.749.573	100	3.939.754	100	2.410.763	100	2.536.640	100	4.059.284	100

(1) Em caixa-padrão (32 quilos) - Decreto nº 56.659 de 6/8/65.

(2) Em caixa-padrão (20 quilos) - Resolução 45 - CONCEX.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 115. - Estimativa do Consumo Aparente da Produção de Laranja, Estado de São Paulo ,
1975-76
(milhões de caixas)

Item	1975	1976
Produção do Estado		
Comercializada		
Indústria	52	66
Exportação	2	1
Consumo interno	<u>21</u>	<u>23</u>
Subtotal	75	90
Perdas e não comercializadas	12	12
Total	87	102

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 116. - Evolução de Preços de Laranja a Nível de Atacado e Varejo na Capital, São Paulo, 1974-76

Mês	Atacado ⁽¹⁾ (Cr\$/cx.)			Varejo (Cr\$/dz.)		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Jan.	25,00	11,00	18,00	2,76	3,10	4,46
Fev.	30,00	12,00	19,00	3,45	2,52	4,32
Mar.	35,00	19,00	23,00	4,00	2,64	3,86
Abr.	23,00	19,00	28,00	3,00	2,82	3,66
Mai.	17,00	13,00	25,00	3,00	2,67	3,88
Jun.	15,00	12,00	23,00	2,72	2,76	3,82
Jul.	14,00	14,00	23,00	2,56	2,79	4,00
Ago.	13,00	14,00	24,00	2,26	2,86	4,14
Set.	12,00	16,00	24,00	2,43	3,26	5,20
Out.	10,00	18,00	...	2,79	3,32	...
Nov.	11,00	18,00	...	3,05	4,00	...
Dez.	12,00	18,00	...	3,22	4,02	...

(¹) Cotações referentes apenas à laranja Pera.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 117. - Área, Rendimento e Produção de Laranja, Estado do Rio de Janeiro, 1971-76

Ano	Área (1.000ha)	Pês ⁽²⁾ (milhões)	Produção ⁽³⁾ (milhões de caixas 40kg)	Produtividade (cx./pê)	Preço ao produtor (Cr\$/cx.27kg)
1971	28,5	9,1	8,2	0,9	9,10
1972	33,0	10,6	9,0	0,8	7,40
1973	24,4	7,8	4,8	0,6	10,50
1974	37,1	11,9	9,4	0,8	15,00
1975	35,9	11,5	9,0	0,8	11,80
1976 ⁽¹⁾	35,9	11,5	10,8	0,9	26,00

⁽¹⁾ Preliminar.

⁽²⁾ Base de 320 pês por ha.

⁽³⁾ Base de 250 frutos por caixa de 40kg.

Fonte: MA/FIRGE/FGV/EMATER - RJ.

- Banana

- Panorama internacional

Objetivando examinar os problemas que se verificam quanto à intensificação do comércio e da política de preços da banana, visando garantir aos países em desenvolvimento maior participação nos mercados à base de cotações estáveis, reuniram-se sob os auspícios da FAO, em maio de 1975, os países exportadores e importadores. Evidenciou-se na ocasião que a taxação nas exportações é insuficiente para elevar a receita cambial, em decorrência da situação mundial de excesso de oferta. Daquela data para cá quase nada se alterou no panorama mundial da economia bananeira. Como se observa no quadro 118, há forte concentração do comércio, onde apenas 12 países realizam 83% das exportações e 12 respondem por 85% das importações, situação esta que perdura até o momento.

Ainda na mesma reunião o Grupo Intergovernamental da Banana (FAO) projetou para 1977 estimativas do comércio mundial, com uma previsão de oferta da ordem de 9 milhões de toneladas, contra uma demanda potencial de 7 milhões, ou seja, um "superavit" superior àquele previsto em 1972 para o ano de 1975, quando se estimou um excesso de 1 milhão de toneladas. Porém, projeções mais recentes, para 1978, apontam 8,8 e 7,3 milhões de toneladas, respectivamente, para oferta e demanda.

Tendo em conta essa situação, o mesmo grupo concluiu que somente um acordo internacional da banana, envolvendo países exportadores e importadores, poderia assegurar melhores preços aos produtores. Recomendou, também, particular atenção às possibilidades de se promover o aumento de consumo nos países da Europa Oriental.

Em abril de 1976 os países da UPEB (União dos Países Exportadores de Banana) consideraram viável a solução proposta pela FAO, tendo se dirigido ao Secretário Geral da OEA no sentido de serem iniciadas gestões para a formalização de um acordo nas linhas gerais do Acordo Internacional do Café. Note-se, entretanto, que a grande perecibilidade do produto será fator importante na consecução dos objetivos propostos.

- Situação interna

Embora os informes básicos de alguns Estados deixem a desejar, a Fundação IBGE estimou em junho a produção brasileira de banana, para 1976, em 382,3 milhões de cachos, com acréscimo de 8% em relação a 1975. De outra parte a SUPLAN admite um crescimento de 2% na produção expressa em toneladas (3.871,7 mil), caso se confirme o volume previsto para São Paulo.

Na Região Centro-Sul deverão ser colhidos 191,2 milhões de cachos, representando 50% do total nacional, em uma área estimada de 192,2 mil hectares. Admitindo-se um peso variável de 8 a 16 kg cacho, conforme o Estado produtor, o rendimento médio estimado para a região é de 12,7 toneladas por hectare, semelhante a média nacional calculada em cerca de 12,8 t/ha (quadro 119).

Em 1975 a exportação de 147,3 mil toneladas de banana realizou-se exclusivamente por via rodoviária, tendo acusado uma diminuição de 6% em relação ao ano anterior. De outra parte, houve aumento de 43% no preço médio obtido (Cr\$ 208,19/t), resultando em acréscimo de 35% na renda gerada.

A Argentina permaneceu como principal mercado, absorvendo 96% do total (142 mil tone

neladas) a despeito de uma redução de 6% em suas compras, relativamente a 1974. O restante (5 mil toneladas) foi adquirido pelo Uruguai, para onde as vendas aumentaram de 31%.

A participação relativa de caixas sobre cachos tornou a ampliar-se, observando-se que 79% dos volumes exportados foram caixas ("toritos"), contra 66% em 1974. Devem ter contribuído significativamente para tal performance três pontos: isenção do IPI concedido às embalagens para banana exportáveis; o aumento no número de despachos aduaneiros em Uruguai, por exportadores gaúchos, que adquirem a fruta em São Paulo e preparam-na para o mercado argentino e, finalmente, grande porcentagem da produção de cachos de menor tamanho, que exigem o uso da embalagem para aproveitamento das melhores pencas.

Nos primeiros oito meses de 1976 a exportação de banana reduziu-se de cerca de 38% em relação ao mesmo período de 1975. Esse comportamento pode ser atribuído às menores compras por parte do Uruguai (em 1975 adquiriu cerca de 208 mil caixas nos oito primeiros meses), mas principalmente a queda de embarques para Argentina, onde a situação econômica restringiu fortemente o poder de compra da população. Até junho o valor médio das exportações foi de US\$ 225,00/t contra US\$ 196,00 do período paralelo de 1975.

O predomínio de caixas continua absoluto (94%) sobre cachos, o mesmo ocorrendo com o transporte rodoviário, que absorveu toda a exportação até o momento.

Durante 1975 as entradas de banana verde, em cachos, no Entreposto Terminal da CEAGESP, na Capital, totalizaram cerca de 140 mil toneladas, contra 159 mil em 1974. Por outro lado, registraram-se entradas de aproximadamente 510 mil caixas (15kg) contra 416 mil em 1974. De forma agregada pode-se observar que a oferta foi cerca de 12% inferior em 1975 relativamente a 1974.

Como resultado da menor oferta global, o preço médio anual ponderado da banana verde em cacho foi de Cr\$ 630,00 por tonelada, a nível de atacado na Capital, representando uma cotação ao nível do produtor da ordem de Cr\$ 450,00 na propriedade (quadro 120). Grande parte do substancial aumento de preço verificado no decorrer do segundo semestre de 1975 pode ser atribuído às geadas de julho, agravada pelos efeitos da prolongada estiagem e dos fortes ventos de maio, que derrubaram touceiras afetando a produção.

Nos seis primeiros meses de 1976, como era esperado, os preços declinaram substancialmente no atacado em relação a dezembro do ano anterior, porém mantendo-se até abril mais elevados que nos meses paralelos de 1975. De maio até setembro registraram-se valores menores ou iguais que nos mesmos meses do ano precedente (quadro 120), em decorrência do aumento nas quantidades ofertadas. Estima-se que a média anual ponderada estará próxima a Cr\$730,00 por tonelada, contra Cr\$ 630,00 observada em 1975.

Em face da situação observada em 1975 vinha se verificando em São Paulo grande interesse dos produtores no plantio de banana, o que pode ser confirmado pelo quinto levantamento de previsões e estimativas de safras do ano agrícola 1975/76, que registra um acréscimo de 8,0% na área cultivada (36,3 mil hectares) em relação àquela do ano anterior.

Também em termos de produção deverá ocorrer, neste ano, um aumento de 7,2% em relação à colheita passada, atingindo 567,6 mil toneladas. Contudo, adversidades climáticas (enchentes e fortes ventos em janeiro e fevereiro) nas regiões produtoras do Vale do Ribeira e Litoral Sul, agravando os efeitos da estiagem do ano passado, têm impedido maior uniformidade nos bananais, de forma que deverá também ocorrer uma colheita desigual durante os próximos cinco meses, prognosticando-se elevações de preços.

Outrossim, a normalização político-econômica verificada nos países platinos deverá permitir melhor escoamento da fruta em relação aquele verificado nos dois primeiros quadrimestres. Contudo o preço médio anual ponderado em termos reais deverá ser inferior ao de 1975.

No Espírito Santo a produção de banana ocupa posição destacada. Trata-se de atividade essencialmente voltada para os mercados de fora do Estado, para onde são enviados 70% da produção total, estimada pela Fundação IBGE em 23,1 milhões de cachos (com 8 kg), ou seja, 184,6 mil toneladas.

A variedade prata é a mais cultivada em virtude da boa aceitação pelos consumidores de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, que constituem os mercados maiores importadores.

Os municípios de Guarapari, Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul e Fundão salientam-se como as principais áreas de concentração da produção.

Observa-se, atualmente, grande interesse pela lavoura, com tendências de melhoria tecnológica mesmo nos plantios em morros, motivado pelos bons preços alcançados no Rio de Janeiro. Existe, todavia, falta de demonstração mais ampla de resultados obtidos em lavouras de meia encosta ou de baixadas, que poderiam acelerar a adoção de mais técnica e o consequente aumento de rendimento, a despeito do bom entrosamento entre os órgãos oficiais de pesquisa e extensão.

O sistema de comercialização que também carecia de aprimoramento, principalmente no tocante à classificação e embalagens mais adequadas, que acarretam perdas significativas durante o transporte, vem sendo melhorado, tendo sido instaladas em 1975 seis câmaras de maturação (climatização) de bananas, acompanhadas de maior uso de caixas para comércio.

Em Goiás, onde a variedade mais plantada é a maçã, vem-se observando um declínio na área em virtude do ataque do mal de Panamá (quadro 121). Áreas novas vêm sendo plantadas em Mato Grosso em substituição àquelas abandonadas em Goiás, em vista dos elevados preços que o produto encontra nos mercados consumidores (quadro 122).

Quanto a Minas Gerais os dados de área cultivada são bastante discrepantes segundo a fonte compulsada, o que não ocorre com o cálculo de produtividade média, que se situa ao redor de 12 toneladas por hectare. Segundo a EMATER-MG a área para 1975 seria de 10,2 mil hectares, enquanto a Fundação IBGE a estima em 33,0 em 1976 e a SUPLAN em 41,7 mil hectares.

Destacam-se como maiores regiões produtoras as de Pouso Alegre e Uberlândia no Triângulo Mineiro, onde a variedade cultivada em maior escala é a maçã, extremamente susceptível ao mal de Panamá que se encontra difundido por toda a região.

Os problemas causados pela fusariose determinam o nomadismo da cultura dentro da região, motivo pelo qual os produtores não se preocupam com a introdução de nova tecnologia, limitando-se a plantar, fazer as primeiras colheitas e aguardar a morte prematura das bananeiras. Em termos estaduais pode-se dizer que a bananicultura mineira se encontra estagnada.

Em relação ao Estado do Rio de Janeiro admite-se que tanto a área como a produção encontram-se superestimadas. Entretanto a bananicultura constitui-se em importante fonte de renda da agricultura fluminense. A cultura é praticada no Estado dentro de uma variação bem ampla de tecnologia. Na baixada o plantio é denso (2x2m), seguindo orientação técnica quanto a tratamentos culturais, e a variedade nanica vem-se disseminando.

Nos bananais de morro, onde prevalece a variedade prata, de modo geral predominam as touceiras sem desbastes, controle fitossanitário e adubação. O bananal desenvolve-se naturalmente, sendo os cachos colhidos à medida que se encontram no ponto, num caráter quase extrativo.

Como os preços continuam firmes, os grandes empresários estão se adequando e procurando ampliar sua participação, principalmente atentos ao fato de que o suprimento continua dependente de São Paulo no caso da nanica e do Espírito Santo quando se trata da prata.

Nas zonas tradicionais do litoral, agora cortadas pela rodovia Rio-Santos, o turismo e a valorização imobiliária estão desalojando as culturas, que deverão diminuir drasticamente.

- Perspectivas

Em São Paulo deverá ocorrer estabilização na área cultivada ou numa hipótese mais otimista um aumento a taxa inferior àquela observada nos dois últimos anos, em virtude da ligeira perda em termos reais de preços recebidos pelo bananicultor em 1976 relativamente a 1975.

Na realidade deverá verificar-se um abandono de áreas menos produtivas e a fundação de novas lavouras mais tecnificadas, dentro da mesma região, cujo balanço poderá resultar num acréscimo líquido entre 3% e 5%.

Tanto para o Espírito Santo como para o Rio de Janeiro pode-se prognosticar a ampliação da área cultivada a níveis empresariais, sem que se possa avaliar os abandonos de lavouras menos produtivas, sendo lícito admitir-se que porcentualmente o acréscimo será mais sensível no Espírito Santo.

Para os demais Estados é difícil traçar-se um panorama mais preciso da evolução de área, principalmente naqueles onde há predomínio da variedade maçã, susceptível ao mal de Panamá. De outra parte as lavouras de banana prata continuarão a constituir-se em forte atrativo para os produtores, dadas as elevadas cotações obtidas nos principais centros consumidores.

Quanto à exportação, é pouco provável que os volumes embarcados voltem a registrar os níveis de dois e três anos antes, devendo porém suplantar os de 1976.

QUADRO 118.- Comércio Internacional de Banana, 1973-74

País	Exportação				País	Importação			
	1973		1974			1973		1974	
	Quantidade (1.000t)	%	Quantidade (1.000t)	%		Quantidade (1.000t)	%	Quantidade (1.000t)	%
Equador	1.391	21	1.357	20	Estados Unidos	1.743	27	1.791	28
Costa Rica	1.029	15	967	14	Japão	931	14	875	13
Honduras	850	13	640	10	Alemanha Ocidental	676	10	589	9
Filipinas	466	7	630	9	França	480	7	490	7
Panamá	540	8	419	6	Espanha	375	6	362	6
Espanha	381	6	368	6	Itália	353	5	318	5
Colombia	240	4	332	5	Inglaterra	305	5	304	5
França	275	4	305	5	Canadá	215	3	219	3
Guatemala	220	3	250	4	Argentina	133	2	120	2
China	250	4	160	2	Países Baixos	121	2	120	2
Costa Marfim	131	2	157	2	Alemanha Oriental	100	2	110	2
Brasil	139	2	157	2	Benelux	94	1	88	1
Subtotal	5.912	89	5.742	85		5.526	84	5.386	83
Total mundial	6.648	100	6.743	100	Total mundial	6.534	100	6.472	100

Fonte: Fruits - IFAC.

QUADRO 119. - Área, Produção e Rendimento de Banana, Região Centro-Sul, 1976

Estado	Área plantada (1.000ha)	Produção (1.000 cachos)	Peso médio por cacho (kg)	Rendimento médio	
				Cachos/ha	t/ha
Minas Gerais	33,0	34.337	11,0	1.041	11,5
Espírito Santo	28,8	23.076	8,0	801	6,4
Rio de Janeiro	49,6	32.938	12,0	664	8,4
São Paulo	33,5	35.800	16,0	1.069	17,1
Paraná	6,2	12.597	11,0	2.032	22,4
Santa Catarina	10,6	16.957	8,0	1.600	12,8
Rio Grande do Sul	7,9	10.793	11,0	1.366	15,0
Mato Grosso	5,0	8.824	8,0	1.765	14,1
Goiás	17,6	15.840	8,0	900	7,2

Fonte: Fundação IBGE/SUPLAN/Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 120. - Preços Médios Mensais de Banana Nanica, Mercado Atacadista, São Paulo, 1972-76
(Cr\$/tonelada de banana verde)

Mês	1972	1973	1974	1975	1976
Jan.	76,00	200,00	215,00	500,00	860,00
Fev.	77,00	260,00	170,00	350,00	810,00
Mar.	105,00	245,00	230,00	480,00	550,00
Abr.	110,00	250,00	300,00	530,00	640,00
Mai.	95,00	134,00	290,00	500,00	420,00
Jun.	100,00	133,00	274,00	455,00	390,00
Jul.	110,00	150,00	300,00	460,00	490,00
Ago.	160,00	280,00	260,00	465,00	525,00
Set.	185,00	415,00	365,00	585,00	585,00
Out.	180,00	470,00	370,00	900,00	...
Nov.	190,00	370,00	430,00	1.280,00	...
Dez.	220,00	270,00	540,00	1.500,00	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 121. - Área, Produção e Rendimento da Cultura da Banana, Estado de Goiás, 1970-76

Ano	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)
1970 ⁽¹⁾	11.073	11.593	128.372
1971 ⁽¹⁾	11.477	12.791	146.802
1972 ⁽¹⁾	13.308	11.024	146.710
1973 ⁽¹⁾	34.558	5.650	195.267
1974 ⁽¹⁾	22.800	4.772	108.800
1975 ⁽²⁾	16.800	6.800	114.240
1976 ⁽³⁾	17.640	7.200	127.000

Fonte: ⁽¹⁾ CEPA/Goiás, 1975.

⁽²⁾ Grupo de Coordenação de Estatística Agropecuária.

⁽³⁾ Fundação IBGE.

QUADRO 122.- Preços Médios Mensais de Banana Maçã, Mercado Atacadista, Estado de São Paulo, 1972-76
(Cr\$/tonelada de banana verde)

Mês	1972	1973	1974	1975	1976
Jan.	350,00	640,00	1.260,00	1.430,00	2.080,00
Fev.	290,00	530,00	1.170,00	1.400,00	1.670,00
Mar.	275,00	540,00	1.150,00	1.320,00	1.600,00
Abr.	300,00	635,00	1.220,00	1.300,00	1.720,00
Mai.	290,00	570,00	1.030,00	1.230,00	1.630,00
Jun.	290,00	640,00	1.050,00	1.250,00	1.520,00
Jul.	350,00	810,00	1.150,00	1.430,00	1.690,00
Agø.	365,00	890,00	1.390,00	1.580,00	1.830,00
Set.	430,00	1.020,00	1.410,00	1.790,00	1.720,00
Out.	600,00	1.050,00	1.460,00	1.850,00	...
Nov.	720,00	1.170,00	1.520,00	1.940,00	...
Dez.	760,00	1.210,00	1.560,00	2.100,00	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Outras frutas

Diversos fatos merecem realce durante 1975 e princípio de 1976. Alguns vieram confirmar tendências, enquanto outros, por fatores aleatórios como geada ou devido a problemas de comercialização (inclusive preços), mostraram situações inesperadas, gerando a necessidade de medidas corretivas e de novos enfoques.

Segundo a Fundação IBGE a produção de uva no Brasil atingiu 657,4 mil toneladas na safra 1975/76 com aumento de 12% em relação a anterior. A área plantada na Região Centro-Sul é estimada em 58,2 mil hectares, com produção de 646,8 mil toneladas e produtividade média de 11,1 t/ha.

O principal Estado produtor é o Rio Grande do Sul responsável por cerca de 66% do total nacional, com forte predomínio de variedades destinadas à vinificação, constituindo-se o Estado no maior produtor de vinhos com aproximadamente 270,5 milhões de litros.

Cabe mencionar também o desenvolvimento que vem tendo a produção de suco de uva, no vamente estimulada por cotações atrativas, após o declínio observado em 1975.

No primeiro semestre de 1976 a exportação de suco atingiu a 175,8 toneladas, com preço médio de US\$ 851,00/t FOB, contra 628,3 toneladas em 1975 ao preço médio de US\$ 647,00/t e 2.978,5 t em 1974 com cotação média de US\$ 766,00.

Visando estimular o consumo de vinho a carga tributária de IPI foi reduzida de 20% para 10% a partir de outubro de 1975, enquanto o preço de referência para importações de vinhos, mesmo de países da ALALC, foi elevado de US\$ 5,00 para US\$ 10,80 por caixa com 12 garrafas.

A fim de facilitar o escoamento dos estoques de mosto concentrado e álcool vínico, acumulados em 1974/75 no Rio Grande do Sul, devido à redução nas exportações em decorrência da crise econômica mundial, o Ministério da Agricultura baixou a 24/7/75 a Portaria 470 "tornando obrigatória, em todo território nacional, a correção alcoólica dos vinhos comuns de mesa, de uvas americanas e híbridas, da safra 1976, com álcool ou mosto concentrado".

Conseqüentemente os vinhos comuns de São Paulo e do Sul de Minas ficariam aliçados do mercado por razões técnicas e econômicas, tornando-os gravosos em relação ao similar gaúcho. Dessa forma seria mais prático aos vinicultores comprarem o vinho no Rio Grande do Sul, para engarrafá-lo em São Roque, Jundiá, Caldas e Andradás, do que processar a uva regional, trazendo assim prejuízos aos viticultores ante a impossibilidade de colocação da uva para outros fins.

No intuito de solucionar a questão, o Governo Federal, através da COBAL, procurou igualar os custos de correção alcoólica entre as cantinas do Rio Grande do Sul, de São Paulo e Minas Gerais, subsidiando a compra do álcool vínico durante a vindima. Por outro lado foi estabelecido que seriam pagos aos viticultores de São Paulo, respectivamente, Cr\$ 1,20/kg de uva da variedade IAC-138/22 e Cr\$ 1,00/kg de Seibell-2 e Hebermont, produto na roça, enquanto no Rio Grande do Sul o produtor em média recebeu Cr\$ 0,50/kg quando a uva se destinava à vinificação e Cr\$ 0,66/kg quando para fabricação de suco (Bento Gonçalves).

Entretanto, na prática verificou-se ter sido impossível o uso do álcool vínico nas cantinas das regiões de São Roque e Sul de Minas, dada a qualidade do produto entregue ("com cheiro de bagaceira e cor amarelada"), o que viria desequilibrar a qualidade do vinho.

Esta situação, parece, virá acelerar o processo de redução do cultivo de uvas para vinificação, que se vem observando em São Roque, à exceção dos vinhos licorosos, agravada pela valorização imobiliária das terras que, gradativamente, vão se transformando em chácaras

de lazer próximas à Capital, ou vendidas para construção de indústrias. De outra parte, no Rio Grande do Sul desenvolveu-se trabalhos de assistência técnica procurando fomentar o plantio de uva Concord mais indicada para a elaboração de sucos, estando previsto um aumento de 40% na sua produção ao início de 1977.

A despeito de inúmeras tentativas e reuniões entre produtores de pêssego e industriais de conserva, e da prorrogação, a 26 de novembro de 1975, por mais um ano, da "Cláusula de Salvaguarda" do Tratado de Montevideu (ALALC), não se chegou a um acordo para assinatura do "Convênio do Pêssego" para a safra 1975/76, como tradicionalmente ocorrera em São Paulo nos últimos 20 anos.

Enquanto os produtores insistiam em receber Cr\$ 3,20/kg (tipos A e B), os industriais permaneciam inflexíveis a Cr\$ 2,50/kg, que representava um valor inferior àquele pago em 1974/75.

As transações foram feitas no mercado livre, tendo predominado na venda às fábricas os seguintes valores, por quilo de fruta, na roça: tipos A e B Cr\$ 2,80; tipo C, Cr\$ 1,50. Embora não existam números finais sobre a venda in natura na CEAGESP, pode-se admitir que tenha oscilado ao redor de Cr\$ 3,00. Dessa forma, um valor médio ponderado de Cr\$ 2,80/kg parece ter sido obtido pelo produtor, o que se afigura, se não estimulante, pelo menos satisfatório.

No Rio Grande do Sul houve frustração da safra de pêssego de 1975/76 (25 a 30%), com ventos frios na florada e chuvas na colheita, de modo que a produção industrial deverá ter ficado ao redor de 20 milhões de latas de 1 quilo, aquém dos 25 milhões anteriormente previstos, além da qualidade do produto, também prejudicada. A fim de tentarem aumentar a produção, em fevereiro os industriais de Pelotas estavam importando fruta in natura do Uruguai, para processamento.

Como reflexo, a lata de pêssego em calda, sem rotular, que em janeiro estava sendo colocada em São Paulo a Cr\$ 5,40, teve o seu preço elevado para Cr\$ 7,80 em fevereiro, nas mesmas condições.

Os produtores gaúchos receberam, em média, Cr\$ 0,95/kg de pêssego, com máximo de Cr\$ 1,40 para o tipo I e mínimo de Cr\$ 0,45 para o tipo III.

Para a safra 1976/77 com a carência de estoques de produto pronto, há indicações de que em São Paulo poderá novamente ser celebrado o "Convênio do Pêssego" a despeito da acirrada concorrência entre os industriais. O nível de preços deverá situar-se pouco acima de Cr\$ 4,00/kg de produto na roça.

No Rio Grande do Sul, e mais especificamente na Região de Pelotas, a safra estava estimada em cerca de 36 mil toneladas, das quais 90% constituída de variedades para fins industriais. O excesso de dias chuvosos em agosto (21 dias) ocasionou quebra de 20% na quantidade potencialmente estimada. Informes preliminares dão conta que o preço a ser recebido pelos persicultores deverão oscilar entre Cr\$ 2,00 e Cr\$ 2,50/kg de produto do tipo I.

Acresce notar que, possivelmente, poderão haver escassez de latas vazias como reflexo da falta de folha-de-flandres que se vem registrando. É provável até que lata vazia venha a se constituir em elemento de trocas entre indústrias de São Paulo e Pelotas, como observado há dois anos atrás (2 latas vazias por 1 cheia ou 3 vazias por 2 cheias conforme o mercado).

Em São Paulo a produtividade média da cultura de goiaba para indústria vem se elevando nos últimos anos, em face da diminuição na área de plantio, tendo sido eliminados os pomares de menor rendimento e as culturas extensivas, incapazes de economicamente suportarem os tratamentos fitossanitários, imprescindíveis após a disseminação da ferrugem.

Foi também na região produtora de goiaba que a citricultura e a cana-de-açúcar ganha

ram maiores impulsos na década 70, competindo em área, mas, de outro lado permitindo aos agricultores que mantinham combinações dessas lavouras, um tratamento mais adequado pela transferência de recursos.

De outra parte não se dispõe de dados oficiais a respeito da capacidade industrial instalada de processamento desta fruta, sendo certo porém que nos últimos cinco anos tenha sido triplicada.

Em vista dos prejuízos aos produtores na safra 1974/75 foi estabelecido um acordo para a comercialização da safra 1975/76, estabelecendo-se que a indústria pagaria Cr\$ 0,36 e Cr\$ 0,55/kg, na roça, de goiaba para massa e compota, respectivamente.

Entretanto, devido a uma empresa ter, até fevereiro, procurado absorver preferencialmente, sua produção própria, originária de pomares plantados com incentivos fiscais propiciados pelo IBDF, verificou-se uma pressão de oferta sobre as demais, que passaram a atender apenas seus fornecedores tradicionais.

Contudo, devido à maturação precoce e fortes chuvas no período janeiro a março, o volume de colheita decresceu repentinamente, agravando as perdas de fruta, estimadas ao redor de 30% da prevista. Consequentemente, houve ao final da safra uma elevação nos preços pagos aos produtores, atingindo Cr\$ 0,40/kg, a goiaba para massa.

Para a safra 1976/77 os preços a serem pagos aos produtores estão sendo estabelecidos nos contratos em elaboração a Cr\$ 0,46/kg de goiaba para massa e Cr\$ 0,73/kg de goiaba para compota, produto na roça. Informes mais recentes dão conta de que poderá haver falta de matéria-prima com a entrada em funcionamento de novas fábricas, o que possivelmente fará com que os preços se elevem acima dos níveis citados.

Consigne-se ainda alguns aspectos isolados, porém de significância para a fruticultura da Região Centro-Sul: a) exportações de frutas frescas no primeiro semestre de 1976 que não haviam ganho expressão até hoje (abacate, goiaba, figo, caqui, ameixa, melão e uva); b) entrada em funcionamento em futuro próximo de empresa industrial para fabricação de equipamentos destinados a agro-indústria e até então somente importados; c) possivelmente deverá ocorrer a médio prazo uma modernização do parque industrial de processamento de frutas, bem como uma ampliação na capacidade produtiva ora estimada em 28 a 30 milhões de latas (1 kg) de pêssego, 7 milhões de abacaxi, 5 milhões de figo e cerca de 2,5 milhões de goiaba, todos em calda; d) ampliação do volume processado de morango congelado destinado não só ao mercado interno, mas também ao exterior; e) o inegável sucesso e crescimento das produções de pera e maçã, particularmente em Santa Catarina, que deverão propiciar economia em divisas; e f) finalmente, registre-se a modernização de equipamentos para preparo e beneficiamento de frutas acompanhada do lançamento de novas embalagens capazes de atrair mais os consumidores e conferir melhor proteção a fruta durante a sua comercialização.

- Perspectivas

Conquanto o comportamento da safra 1976/77 dependerá ainda de vários fatores especialmente das floradas, pode-se prognosticar que: a) as safras de figo e uva em São Paulo de verão manter-se estáveis e as colheitas precoces, como em 1975/76, à exceção das parcelas atingidas por chuvas de granizo em princípios de agosto que necessitaram de nova poda para posterior brotação; b) os preços de tangerinas deverão elevar-se substancialmente devido à fraca florada e baixo pegamento dos frutos, o que inclusive deverá influenciar positivamente no comércio de banana no decorrer de 1977; c) as colheitas de pêssego e nectarina em São Paulo

novamente serão precoces; d) pela escassez de oferta, os preços de maracujã deverão permanecer em alta; e e) para abacate e manga, devido ao elevado número de dias chuvosos deverá haver redução da produção e, conseqüentemente aumento relativo dos preços.

(IEA, 13/10/1976)

- Horticultura

- Panorama internacional

O tomate ocupa posição de destaque no panorama mundial da colheita de hortaliças, bem como do consumo, quer transformado, quer in natura.

Segundo a FAO, a produção de tomate novamente apresentou acréscimo em 1975, tendo atingido 38,8 milhões de toneladas contra 37,5 milhões no ano anterior (+3,5%), devido principalmente a expansão de 2,8% na área cultivada, já que a produtividade média elevou-se apenas 0,7%.

As variações de área foram mais sensíveis nos países grandes produtores e exportadores de derivados de tomate, como na Itália (-4%), Portugal (+4%), Espanha (-2%), Grécia (+5%), Egito (+7%) e Estados Unidos (+14%). Na América do Sul, Argentina e Brasil também acusaram ampliações de áreas de 3% e 2%, respectivamente.

Em decorrência do aumento nas produções e redução nas cotações internacionais dos produtos processados de tomate, observou-se também moderada baixa nos preços médios recebidos pelos agricultores. Assim, nos Estados Unidos a média de preços foi de US\$ 63,20/t, ou seja, US\$ 1,30 menos que em 1974, porém ainda US\$ 21,20 a mais que em 1973.

De outra parte, no primeiro semestre de 1976 acumularam-se os estoques de produtos concentrados (purê e "ket chup") tanto nos Estados Unidos como na Europa, pressionando seus preços para baixo e observando-se ofertas para vendas a níveis inferiores daqueles de um ano atrás.

Uma análise de mais longo prazo mostra que os preços internacionais de derivados de tomate, particularmente o de concentrado (30 a 32º Brix), estão declinando para o nível de US\$ 500,00/t - FOB, após o pique de US\$ 800,00 a 1.000,00/t - FOB verificado em 1974, porém ainda superior as médias registradas entre 1970 e 1973 e na década de 60.

- Situação interna

O abastecimento de produtos hortícolas aos grandes centros de consumo tem sofrido, também, as influências do acelerado crescimento urbano, notadamente das capitais. Os tradicionais "cinturões verdes" das cidades mais populosas estão se reduzindo ou desaparecendo ante os crescentes valores da terra, cada vez mais elevados face à expansão imobiliária.

O surgimento de vilas periféricas e fábricas, principalmente decorrentes do êxodo rural e da interiorização das indústrias, tem ocasionado, além de maior demanda por produtos agrícolas, um encarecimento da mão-de-obra.

Junte-se a esse quadro as necessidades de um sistema varejista cada vez mais complexo e oneroso, e chegar-se-á a situação de custos crescentes para os consumidores de produtos hortícolas.

Pela sua importância na dieta alimentar e valor de produção ganha destaque a cultura do tomate, que no Brasil vem apresentando índices positivos de produção, área cultivada e rendimento. Assim, a produção aumentou de 130 mil toneladas em 1950, para 400 mil em 1960, 740 mil em 1970, devendo atingir em 1976 a 1.174 mil toneladas.

Em termos de área, o ritmo médio de crescimento na última década foi de 4% ao ano, enquanto a produtividade média de 6t/ha em 1950, passou para 13t/ha em 1960, atingiu 17t/ha

em 1969, e mais recentemente 27t/ha. Ressalte-se, porém, que essa produtividade é bastante variável de acordo com a região e tipo de condução da cultura.

O consumo aparente per capita no Brasil cresceu de 6 para 8 quilos de tomate entre 1960 e 1970. Estudos mais recentes para algumas cidades da Região Centro-Sul (São Paulo, Guanabara, Belo Horizonte, Vitória e Brasília) indicaram um consumo médio do produto natural variando de 12kg a 19kg por habitante. Variações regionais devem-se a hábitos alimentares estreitamente correlacionados com origem étnica.

Tais índices mostram-se ainda inferiores àqueles de outros países como Itália (54/kg), Estados Unidos (31 kg) e Espanha (26 kg).

No tocante à industrialização, observa-se nítida tendência de aumento nas capacidades instaladas das firmas do setor, além da implantação de novas empresas, com vistas ao atendimento do crescente mercado interno de derivados de tomate, bem como do amplo mercado internacional que ora passa a ser explorado pela indústria nacional. Assim é que nos primeiros 8 meses de 1976 foram exportadas pelo Porto de Santos 3.141 toneladas de extrato de tomate.

Na região Centro-Sul a produção de tomate em 1976 deverá totalizar cerca de 887 mil toneladas, com um acréscimo de 21% em relação a 1975. São Paulo deverá participar com 63%, seguindo-se-lhe Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais com 24% no agregado, cabendo os restantes 13% aos outros Estados, conforme mostra o quadro 123 com base nos dados de junho da Fundação IBGE.

Em termos de área plantada e produtividade média, prevaleceram tendências positivas para a maioria dos Estados da Região Centro-Sul em relação ao ano precedente.

- São Paulo

Neste Estado a produção de tomate sofreu sérios percalços em 1975, devido a fatores climatológicos extremamente adversos (excesso de chuva no primeiro trimestre, geadas em julho e estiagem de maio a outubro), resultando em redução da ordem de 16% em relação à safra anterior e de 30% em confronto com a produção inicialmente prevista, mesmo tendo ocorrido um aumento de 10% na área plantada.

No caso da cultura rasteira, em 1975 as geadas de julho atingiram 90% da área plantada nas principais regiões produtoras, comprometendo seriamente a colheita que ao final do ano, após ter sido semeada uma safra atípica (iniciada em agosto), foi estimada extra-oficialmente em 235 mil toneladas (quadro 124).

Em consequência da quebra na produção, os preços evoluíram de Cr\$ 0,48/kg contratados ao início da safra para Cr\$ 0,55/kg em setembro, com aumento médio de 50% em relação aqueles de um ano antes.

Apesar desses óbices na Região Centro-Sul, a produção brasileira cresceu cerca de 2% e o País pode cumprir seus contratos de exportação, embora tenha sido, também, importador no regime de "draw-back". Assim, foram exportadas em 1975 pelo Porto de Santos, 5.520 toneladas de concentrado e 673 toneladas de suco de tomate.

Também para a cultura envarada o panorama, em 1975, não foi alvissareiro, especialmente de março a agosto, quando os preços, à exceção de abril, apresentaram valores de venda no atacado bastante deprimidos, podendo-se afirmar, ainda, que a média anual ponderada em termos reais foi inferior a de dois anos anteriores.

Contribuíram decisivamente para essa performance a elevada proporção de tipos inferiores no mercado durante o período de março a maio, devido ao grande número de dias chuvosos

e quentes na principal região produtora da época (Apiaí e Capão Bonito), o aumento de produção no 1º semestre e a restrição das fábricas de processamento em receberem o tipo fábrica (ou refugo).

Após a geada os preços no atacado sã voltaram a subir de agosto a meados de novembro.

Com a geada houve brusco truncamento das lavouras, condicionando novo plantio coincidente por parte dos produtores, o que viria a se refletir em maior afluxo do produto a partir de novembro de 1975 até janeiro de 1976, rebaixando os preços.

Desestimulados pelo malogro de 1975, os produtores da região Sul do Estado não ampliaram seus plantios para 1976, reduzindo a oferta no primeiro semestre, quando então verificou-se forte elevação dos preços no atacado em São Paulo. No início de agosto, com a ocorrência de granizo na região de Campinas, cuja maior parte da colheita ocorre no período de junho a novembro, foram destruídos 5.000.000 pés de tomate e mais de 500.000 mudas que se achavam nos viveiros para serem transplantadas, o que pode elevar mais ainda os preços do produto a curto prazo.

No caso do tomate rasteiro, até meados de julho haviam sido semeados 21,2 mil hectares, ou seja, um acréscimo de 10% sobre a estimativa final de 1975. Caso se obtivesse a produtividade média de 14 t/ha estimada em julho, obter-se-ia aproximadamente 300 mil toneladas de matéria-prima para a indústria.

Esse aumento de área fora estimulado, em parte, pela formulação de um "Convênio de Tomate", reunindo produtores e industriais, através do qual ficaram acordados os preços de Cr\$ 0,55/kg de tomate entregue até 30 de setembro e de Cr\$ 0,60/kg, produto na roça, para volumes colhidos a partir de 1º de outubro de 1976.

Devido, porém, ao comportamento anormal do clima, com temperaturas baixas (12º a 18º C) e a ocorrência de períodos prolongados de chuva durante os meses de maio e junho, com alta umidade relativa (mais de 90%) e pouca insolação, nas regiões produtoras de Araçatuba e Presidente Prudente, houve o aparecimento do fungo "Phytophthora infestans", causando a doença conhecida como requeima. Verificou-se, assim, significativa quebra na produção, conforme mostra o quadro 125, o que provavelmente impedirá que se atinja a cifra de 200 mil toneladas, com perdas estimadas ao redor de 38% da safra prevista inicialmente. Nesse volume não está computada a produção a ser obtida com replantios.

Como consequência, os preços pagos pela produção remanescente sofreram sucessivos reajustes alcançando em julho a Cr\$ 0,70/kg, com tendência a firmarem-se.

- Rio de Janeiro

Embora se constitua em destacado produtor nacional, o Estado necessita lançar mão de importações de tomate fresco para atendimento do consumo alimentar. Assim é que, segundo fontes locais, do total de 70,6 mil toneladas de tomate comercializado no CEASA do Grande Rio em 1975, cerca de 43% foram procedentes de produções estaduais, 48% de São Paulo, 5% de Minas Gerais e 4% do Espírito Santo.

Para 1976 a área plantada, segundo a Fundação IBGE, será de 1.774 hectares praticamente igual a da safra precedente. Os cultivos envarados, principalmente localizados na região de Vassouras, permitem rendimento agrícola médio estadual estimado em 42 t/ha.

O preço médio recebido pelo produtor, estimado para 1976 em Cr\$ 3,70/kg, acusa um acréscimo de 93% em relação aquele de 1975 (Cr\$ 1,92/kg). Em termos reais significa um avanço

de 35%, suficiente para estimular o agricultor a permanecer na cultura. Mesmo em confronto com o tomaticultor paulista sua posição é privilegiada, pois mostra uma valorização de 34%, em grande parte explicada pelo diferencial de frete até o mercado do Grande Rio.

- Espírito Santo

O tomate é a olerícola de maior importância econômica para o Estado, cuja produção, além de suficiente para abastecer o mercado interno, é tradicionalmente exportada para o Rio de Janeiro.

Os municípios de Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Santa Leopoldina e Domingos Martins aparecem como os mais importantes. Também Itaguaçu e Itarana produzem quantidades consideráveis do produto.

A evolução da cultura no período 1970-76, segundo a Secretaria da Agricultura, demonstra significativo crescimento na produção (197%), devido principalmente ao aumento de rendimento agrícola, visto que o incremento de área cultivada foi da ordem de 37% (quadro 126).

Cotejando-se as estimativas apresentadas pela Fundação IBGE com aquelas estaduais, observa-se diferencial de 37% na área plantada, o que não ocorre com a produção, cujos valores são semelhantes, resultando, portanto, em diferentes produtividades médias, estimadas respectivamente em 40,9 t/ha e 30,0 t/ha, fato esse que mereceria análise futura mais aprofundada.

- Minas Gerais

A tomaticultura disseminou-se praticamente por todo o Estado, envolvendo cerca de 200 municípios produtores. Pela sua importância, destacam-se Juiz de Fora (Zona da Mata), Sete Lagoas (Zona Metalúrgica), Pouso Alegre (Sul de Minas), Uberlândia (Zona do Triângulo Mineiro) e Viçosa (Zona da Mata), que em conjunto respondem por aproximadamente 68% da área total (estimada entre 3.158 e 3.180 ha) e por 91,2 mil toneladas, de um total avaliado em 129,9 mil toneladas por fontes estaduais (EMATER-MG) e em 59,9 toneladas pela Fundação IBGE.

Como ocorre no Espírito Santo, a discrepância deve-se à estimativa de produtividade média (19,0 t/ha ou 40,6 t/ha) segundo a fonte que se adote.

A produção estadual tem sido suficiente para atendimento da demanda interna, além de, em determinadas épocas do ano, gerar excedentes exportáveis para os mercados do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo.

Em algumas regiões de microclima mais adequado é possível o cultivo de verão, cujo resultado financeiro é quase sempre mais elevado. Essas áreas têm sido mais procuradas, inclusive por arrendatários paulistas, e tendem a mostrar acelerado desenvolvimento tecnológico e ampliação de lavouras, podendo serem citadas as Zonas da Mata, do Vale do Rio Doce e de Juiz de Fora.

- Perspectivas

A menos que fatores aleatórios venham a interferir, pode-se admitir que deverão ocorrer aumentos nas áreas plantadas com tomate envarado nos diversos Estados da Região Centro-Sul, garantindo um suprimento normal de tomate fresco ao início de 1977. Em São Paulo

pode-se, a princípio, estimar para 1976 um preço médio anual ponderado ao redor de Cr\$ 88,00 por caixa a nível de atacado, refazendo, em termos reais, as cotações de 1973 e 1974.

A situação do tomate rasteiro, conquanto configure uma possibilidade de atendimento do mercado interno de produtos processados de tomate, porém a custos mais elevados do que aqueles previstos, deverá reduzir os excedentes exportáveis em 1976.

Para a safra de 1977 fica a incerteza do comportamento dos agricultores quanto a novos plantios, muitos dos quais afetados por dois anos consecutivos de adversidades e pelas dificuldades que vêm sendo sentidas na obtenção de crédito agrícola.

Somente para São Paulo, informes preliminares dão conta de que a indústria conserveira necessitaria no próximo ano de aproximadamente 600 mil toneladas de matéria-prima, a fim de cumprir contratos de exportação e permitir o abastecimento do mercado interno, que ao final da temporada se encontrará praticamente com estoque nulo.

No panorama internacional, particularmente para o tomate destinado ao processamento, as perspectivas nos principais países produtores são de recuo na produção, devido as menores necessidades de matéria-prima em vista dos estoques disponíveis (quadro 127).

Nos Estados Unidos, principalmente na Califórnia, a estimativa de diminuição na área contratada é de 15% e, com rendimento médio de 53,7 t/ha, os 131,8 mil hectares plantados deverão propiciar a colheita de 6,9 milhões de toneladas em 1976.

Os contratos foram estabelecidos com preços ao produtor fixados em US\$ 47,00/t, mais prêmios, representando uma redução de 12% em relação aqueles de um ano atrás.

(IEA, 13/10/1976)

QUADRO 123. - Área Plantada, Produção e Produtividade de Tomate, Região Centro-Sul do Brasil, 1976

Estado	Mês final de colheita	Área (ha)	Produção (1.000t)	Produtividade média (t/ha)
Minas Gerais	Dez.	3.158	59,9	19,0
Espírito Santo	Dez.	796	32,6	40,9
Rio de Janeiro	Dez.	1.774	74,5	42,0
São Paulo	Out.	28.200	563,0	20,0
Paraná	Jun.	1.058	22,9	21,7
Santa Catarina	Mar. ⁽¹⁾	943	25,2	26,7
Rio Grande do Sul	Fev. ⁽¹⁾	3.225	75,5	23,4
Goiás	Out.	720	31,8	44,2
Mato Grosso	Dez.	84	1,5	18,2

⁽¹⁾ Já colhida.

Fonte: Fundação IBGE e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 124. - Produção e Consumo Aparente de Tomate, Estado de São Paulo, 1968-76
(1.000 t)

Ano	Produção		Volume processado	Volume comercializado CEAGESP	
	Estado	Cultura envarada			Cultura rasteira
1968	419	275	144	170	181
1969	381	223	198	180	171
1970	440	286	154	210	224
1971	478	268	210	225	225
1972	488	322	166	190	225
1973	526	392	134	170	251
1974	610	330	280	340	249
1975	546	311	235	250	254
1976	563	333	230

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 125. - Efeitos da Infestação por Phytophthora infestans, Tomate Rasteiro, Estado de São Paulo, 1976

DIRA	Área plantada ⁽¹⁾ (ha)	Produção ⁽²⁾ (t)	Perda, ⁽¹⁾		% de lavradores amparados pelo PROAGRO
			(%)	(t)	
Araçatuba	5.200	73.320	50	36.660	90
Baurū	1.200	16.920	20	3.384	-
Marília	1.400	19.740	40	7.896	-
Presidente Prudente	4.800	67.580	60	40.608	100
Ribeirão Preto	3.000	42.300	20	8.460	100
São José do Rio Preto	5.600	78.960	20	15.792	-
Total	27.200	298.920	38	112.800	-

⁽¹⁾ Estimativa.

⁽²⁾ Calculada na base de 14,1 t/ha.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 126. - Área, Rendimento e Produção de Tomate, Espírito Santo, 1970-76

Ano	Área (ha)	Rendimento (t/ha)	Produção (t)
1970	797	13,8	11.047
1971	864	13,2	11.430
1972	877	13,6	11.906
1973	806	21,3	17.167
1974	976	25,0	24.400
1975	1.035 ⁽¹⁾	30,0 ⁽¹⁾	31.050
1976	1.094 ⁽¹⁾	30,0 ⁽¹⁾	32.820

⁽¹⁾ Estimativa da Secretaria da Agricultura (ES).

Fonte: 1970-72 - DEE; 1973-74 - Fundação IBGE.

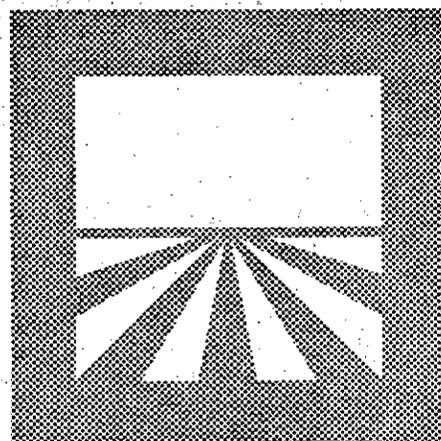
QUADRO 127. - Estimativas de Produção de Tomate, Países Seleccionados, 1975-76

País	Produção (1.000t)		Variação relativa %
	1975	1976	
Bélgica	134,4	118,5	-12
Espanha	2.300,0	2.200,0	- 4
Grécia	86,0	73,0	-15
Itália	3.317,6	2.820,0	-15
Países Baixos	3.511,9	2.660,0	-24
Portugal	1.100,0	1.150,0	4
França	661,6	559,6	-14

Fonte: REUTER e Statistics Institute (Ístat).

(IEA, 11/10/1976)

PROGNÓSTICO REGIÃO CENTRO-SUL 76/77



mercados de fatores • 3

3 - MERCADOS DE FATORES

- Fertilizantes

- Panorama internacional

Flutuações esporádicas na oferta mundial de fertilizantes que aconteceram em 1974 por escassez de produção e, no segundo semestre de 1975 e primeiro semestre de 1976, por excesso, fizeram que os preços oscilassem acentuadamente nesse período, alcançando o pico em setembro/novembro de 1974 daí declinando até os dias atuais.

Segundo HEIDINGER ⁽¹⁾, caso se concretizem os planos para o aumento da capacidade adicional de produção de fertilizantes e se os países em desenvolvimento não apresentarem incrementos mais que proporcionais a esse aumento, é provável que nos próximos anos haja um bom equilíbrio entre oferta e demanda, com certa folga para formação de estoques estratégicos.

Muitos países em desenvolvimento importaram fertilizantes em 1974 a preços que para a agricultura não apresentavam nível de paridade. Em 1975 a oferta se normalizou e os preços caíram como resultado do arrefecimento da demanda. O consumo de fertilizantes caiu significativamente em diversos países, inclusive nos Estados Unidos, França e Índia. Como consequência, os estoques tanto nos países importadores como exportadores cresceram rapidamente. Com efeito, a redução nas importações de fertilizantes tornou-se imperiosa para muitos países. Assim, foram fixadas restrições sobre as importações de fertilizantes na Índia, Indonésia, Filipinas e Brasil.

No Brasil essas restrições foram conseguidas através do contingenciamento regionalizado e ajustado periodicamente de acordo com os interesses internos do País, embora tenha apresentado algum descompasso relativamente à época mais propícia para se realizar essas importações.

A capacidade de produção mundial, ainda segundo HEIDINGER, especialmente para nitrogênios e fosfatados, deverá aumentar significativamente até 1980. Grande parte desse incremento deverá originar-se dos países em desenvolvimento; portanto, essas previsões dependem em muito da habilidade desses países terminarem as suas fábricas no cronograma pré-estabelecido e operá-las eficientemente.

⁽¹⁾ HEIDINGER, RICHARD B. - World Fertilizer Supplies Seem Adequate to 1980/81.

Prevê-se que a proporção de incremento na produção de fertilizantes até 1980/81 excederá o consumo, sobretudo nos países em desenvolvimento. Alguns desses países chegarão perto ou mesmo poderão conseguir a auto-suficiência em nitrogenados e fosfatados, especialmente os três maiores importadores desse insumo - China, Índia e Brasil. Prevê-se ainda que durante os próximos quatro anos a Indonésia, o México, a Venezuela e os países do Oriente Médio venham a ser exportadores significantes.

A predição da situação mundial de potassa ainda é muito incerta, principalmente em função da decisão do Governo da Província de Saskatchewan de nacionalizar a indústria canadense desse nutriente, que domina o comércio mundial. Face aos volumosos estoques, os fornecimentos em anos recentes foram e continuam sendo normais, mas para os próximos anos a oferta desse nutriente estará na dependência direta das decisões do Governo daquele País.

A análise da situação estadunidense para a próxima temporada 1976/77 revela alguns pontos que podem auxiliar nas decisões de política interna de países essencialmente importadores, como é o caso do Brasil. Há uma previsão de incremento de cerca de 6% no consumo doméstico de fertilizantes naquele País. Prevê-se ainda um nível de preço satisfatório para o próximo período de plantio, pois embora se espere que esses preços deverão aumentar na próxima primavera (março-maio de 1977), não chegarão a igualar os níveis vigentes na primavera de 1976.

É importante notar que, contrariando as expectativas, os preços internos naquele País, em 1975, continuaram em ascensão, alcançando os níveis mais altos dos últimos tempos (quadro 128). Parece estar-se repetindo o fato de que um excesso de produção é desviado para outros países, permitindo assim mercado firme nas transações internas nos Estados Unidos. Este acontecimento pode estar relacionado com a estacionalidade da demanda dos dois mercados (interno e externo). Como as maiores quantidades demandadas pelo Brasil ocorrem na entressafra norte-americana, época em que os preços são inferiores aos realizados em pleno plantio, a média anual do preço FOB para o Brasil tem sido inferior aos preços pagos pelo agricultor estadunidense.

Para 1976/77 o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos ⁽²⁾, estimou a oferta e o consumo mundial de fertilizantes, evidenciando as reais potencialidades de produção mundial e o consumo esperado para cada nutriente em três regiões do mundo, agrupadas segundo o estágio de desenvolvimento (quadro 129). Do balanço geral, no qual se consideram as transações inter-regionais, resulta um bom equilíbrio entre oferta e demanda para os fertilizantes nitrogenados, um relativo excesso de oferta para os fosfatados e um equilíbrio de produção e consumo para os potássicos. Aliás, para este último foram estimados dois níveis de oferta, sendo a primeira alternativa constante no quadro 129. Numa segunda, com a produção estimada em 25,3 milhões de toneladas, haveria um excedente de apenas 1 milhão de toneladas.

A longo prazo, porém, as previsões são menos animadoras para os países produtores, em virtude dos investimentos maciços dirigidos para este setor no período de 1973-75, quando os preços alcançaram os níveis mais altos dos últimos tempos. Para se citar apenas um exemplo, 42 novas unidades de amônia deverão entrar em produção a partir de 1977-78.

De acordo com a revista NITROGEN ⁽³⁾, a previsão da produção mundial de amônia realizada em janeiro de 1975, com base na capacidade estimada para 1977-78 e 1978-79 e que mostrava um excesso de produção em relação ao consumo, foi reavaliada em outubro último. Assim,

⁽²⁾ World Fertilizer Review and Prospects to 1980/81. Economic Research Service U.S. Department of Agriculture, Fevereiro de 1976.

⁽³⁾ NITROGEN - Nº 98 - Nov.-Dez. 1975, edição da British Sulphur Corp. Ltd.

as estimativas levadas a efeito em outubro de 1975 caíram de 14,8% e 10%, respectivamente, para 1977-78 e 1978-79, em relação às realizadas em janeiro (quadro 130).

Face a essa conjuntura mundial, vários países estão revendo suas estimativas de produção de N e compatibilizando-as com o possível crescimento da oferta mundial desse elemento. A revista NITROGEN chega a afirmar que é provável um excesso de oferta de amônia a preços bem aviltados, principalmente por parte dos países do Oriente Médio, face aos baixos custos dessa matéria-prima, por aproveitar o gás natural, até agora não utilizado nesse ramo industrial.

A situação dos fosfatados difere dos nitrogenados em termos de prazo. Os aumentos de produção nesse setor são bem mais rápidos, o que possibilita à indústria apreciáveis incrementos a prazo mais curto.

Com efeito, no Prognóstico 1974/75 já se previa um possível excesso de oferta desse nutriente em 1976.

O International Superphosphate Manufacturers Association-The Fertilizer Institute divulgou recentemente relatório informando que em 1974-75 a capacidade de produção de ácido fosfórico aumentou 20% e prevendo um incremento de 30% para os próximos quatro anos. E, em 1980, de acordo com estudos realizados pela Tennessee Valley Authority, a oferta potencial poderá ultrapassar a demanda em cerca de 50%. Assim, a expectativa é que até o final da década de 80 o mundo terá uma disponibilidade de fertilizantes fosfatados bem superior à demanda. Essa predição poderá comprometer seriamente a viabilidade de alguns projetos domésticos face ao aviltamento dos preços internacionais, pressionados por uma oferta significativamente maior que o consumo.

- Situação interna

Para acelerar o aumento de produção do setor agrícola, o Governo tem articulado todos os meios que resultam no aumento da produtividade, através da implantação de tecnologia moderna, dentre eles sobressaindo o efetivo uso de fertilizantes.

Como resposta a este estímulo governamental, que se tem verificado com subsídio direto nos preços, a agricultura vem experimentando taxas elevadas de crescimento na utilização de fertilizantes. Aliás, nos últimos anos fez exceção apenas o ano de 1974, face as altas desusadas de preços no mercado internacional.

Prevê-se em 1976 um incremento do consumo aparente da ordem de 15%, quando o País ultrapassará dois milhões de toneladas em elementos nutrientes (quadro 131).

Após um salto no valor das importações em 1974 de 162,6%, sem que a quantidade importada acompanhasse esse crescimento (apenas 5,5% de acréscimo), em 1975 o valor das importações decresceu de 22,0% em relação a 1974, enquanto a quantidade importada crescia de 24,9% (quadro 132).

O cotejo de 1975 com 1973 resulta ainda num crescimento não proporcional do valor em relação a quantidade importada: acréscimo de 104,8% para o valor e de 31,9% para a quantidade. Isto indica que as importações realizadas em 1975, embora não tenham se situado nas condições de preço FOB e frete de 1973, foram bem melhores que as de 1974. E, reportando-se ao panorama internacional, esta situação no futuro tende a favorecer mais ainda aos países importadores, como é o nosso caso.

A análise da relação de consumo entre os nutrientes básicos (NPK) revela que o P_2O_5 é o que teve maiores ganhos nos últimos 7 anos (quadro 133). Saindo da proporção de consumo de 1,61 em 1969 (1,00: 1,61: 1,18) para 2,61 em 1975 (1,00: 2,61: 1,34). Isto significa dizer que nesses 7 anos o seu consumo cresceu em ritmo 62% mais elevado que o do nitrogênio. O potássio, que teve um crescimento mais moderado, suplantou o ritmo de crescimento do nitrogênio em 13,6%.

Em virtude da incorporação gradativa de áreas novas ao processo produtivo, áreas estas carentes de fósforo, além da recuperação dos cerrados e das pastagens formadas, que igualmente necessitam de grandes quantidades de fósforo, o Brasil por certo continuará, por muitos anos, com predominância de P_2O_5 na sua relação de consumo.

Para garantir níveis satisfatórios de oferta de fertilizantes e, conseqüentemente, de consumo, o Governo vem adotando, há anos, duas políticas básicas. Uma de proteção à indústria nacional, em que as vendas dessa indústria são asseguradas pelo contingenciamento da importação. Para tanto, o Governo estabelece periodicamente, dependendo das necessidades de proteção, os percentuais de nitrogenados e fosfatados, expressos em teor de N e P_2O_5 , a serem adquiridos da produção nacional para fazer jus à compra de volume proporcional no exterior, sem a incidência do imposto de importação. Nesse sentido, as atuais relações de contingenciamento para a região Centro-Sul que eram de 1:0,8 para N e 1:0,3 para P_2O_5 passaram, em fins de junho último, conforme se previu no Prognóstico de São Paulo 1976/77, para 1:1,6 para N e 1:0,35 para P_2O_5 .

Essa nova resolução do Conselho de Política Aduaneira permitiu que a indústria misturadora adquira maiores volumes no exterior, no período de entressafra norte-americana, época em que os preços são mais vantajosos para o comprador nacional e coincidente com o pico de demanda interna.

Por outro lado, para proteger o agricultor e garantir uma demanda sempre crescente desse insumo, o Governo Federal vem adotando um esquema de subsídio, que inicialmente incidia sobre o encargo bancário e, mais recentemente, diretamente sobre os preços. O subsídio de 40%, instituído em abril de 1975 e com efeito retroativo a janeiro do mesmo ano, tem propiciado um nível satisfatório de preço ao produtor, permitindo ainda que os preços de hoje sejam inferiores aos verificados em 1974, em termos correntes, e até mesmo inferiores aos de 1972, em termos reais.

O decréscimo dos preços reais nesses oito meses de 1976 já atingiu a -22% em relação a 1975, e -57,3% se comparado a 1974 (quadro 134).

O índice de preço real alcançado em 1975 é inferior ao verificado em 1967 e se situa entre os de 1969 e 1970, não obstante o índice de preços correntes ter crescido 444,2% no período 1967-76.

- São Paulo

A semelhança do Brasil, São Paulo vem experimentando altas taxas de crescimento no uso de fertilizantes. No período 1969-75 o consumo por unidade de área, neste Estado, cresceu 122%, fixando-se em 115,3 kg/ha em 1975, quando se considera a área cultivada. Para 1976, é esperado um consumo da ordem de 125 kg/ha em cultivo (quadro 135). Quando se adicio

na a superfície com pastagem artificial a área cultivada, os níveis de consumo por hectare caem para cerca de 50 kg/ha em 1975 e prevê-se, para 1976, consumo da ordem de 56 kg/ha. O índice evolui de 100, em 1969, para 225 em 1976, com crescimento, portanto, de 125% nos últimos 6 anos.

A política de sustentação de preços em níveis satisfatórios muito tem contribuído para o incremento desse consumo por unidade de área.

O quadro 136 contempla as várias situações de preços resultantes dessa política. Na primeira hipótese, em que não se consideraria o deságio do subsídio sobre o preço de mercado, ter-se-ia, em 1975, um acréscimo de preços sobre 1974 da ordem de 16%. E, nos oito meses de 1976, com níveis de preços ligeiramente superiores aos de 1975 o acréscimo seria de apenas 2,8%. Esses mesmos preços expurgados do valor do subsídio resultam num decréscimo de 30% em 1975, e de 28% em 1976, relativamente a 1974. Lembre-se, no entanto, que 1974 foi ano de pico de preço.

Em termos reais, qualquer das situações resultaria em uma diminuição nos preços. Contudo, a política de subsídio propiciou uma evolução muito favorável dos preços reais ao produtor em 1975 (-45,2%), melhorando mais ainda até agosto de 1976 (-22,1%), relativamente ao ano anterior.

Numa situação em que se consideram as compras via crédito e, lembrando que no ano de 1974 os encargos bancários eram nulos no segundo semestre e de 7% ao ano no primeiro semestre, as melhores comparações de 1975 e 1976 com aquele ano levam em consideração os resultados dessa política. Assim, o preço médio para 1974, após essas considerações, seria de Cr\$ 14.750/10t.

No ano de 1975 e nos oito meses de 1976, considerando o encargo bancário de 15% ao ano e o subsídio de 40%, os preços correntes revelaram decréscimo de 15,1% em 1975 e uma relativa estabilidade em 1976 (2,8%). Em termos reais, porém, os decréscimos foram de 33,5% e 22%, respectivamente, para 1975 e média até agosto de 1976 (quadro 136).

Essa análise evidencia o efeito da política do Governo na contenção dos preços internos desse insumo, cujos benefícios para o agricultor se refletem numa poupança adicional do uso alternativo do recurso próprio e da manutenção de um nível de consumo compatível com as potencialidades da indústria nascente.

- Minas Gerais

Espera-se para este ano agrícola um substancial acréscimo na demanda de fertilizantes, considerando-se estarem os preços médios dos elementos simples, em junho de 1976, em torno dos níveis observados em igual período do ano anterior. Além disso, são citados como fatores condicionantes do aumento da demanda os altos preços alcançados por determinados produtos agrícolas, os incentivos oferecidos pelos programas especiais e as expectativas de aumentos nas áreas a serem plantadas.

Os prazos de entregas dos formulados mais comuns são de, no máximo, 30 dias. Pedidos de formulações especiais são normalmente atendidos no primeiro semestre.

Os prazos de entregas de elementos simples são de no máximo 30 dias, exceto para o sulfato de amônio, fosfato de amônio e fosfato de Araxá, cuja demora chega a alcançar até 60 dias.

Nos preços médios observados em julho/agosto de 1975 e maio/junho de 1976, para os elementos simples, verifica-se uma sensível igualdade entre eles, embora o superfosfato triplo tenha apresentado um significativo incremento (quadro 137).

O preço dos formulados verificado em julho p.p. e que possivelmente predominará para a safra 1976/77 é apresentado no quadro 138.

- Espírito Santo

Há um ligeiro recrudescimento na oferta de fertilizantes, citando-se como fator limitante do crescimento da demanda o baixo nível cultural dos produtores, a qualidade dos adubos fornecidos por algumas firmas e a deficiência no sistema de armazenagem de fertilizantes.

Estima-se que o consumo de fertilizantes em 1975, nas nove principais culturas do Estado, tenha atingido 6,2 mil toneladas de nutrientes (quadro 139), o que não chega a representar 0,35% do consumo nacional.

Para 1976 prevê-se para essas culturas um consumo de 8,2 mil toneladas de nutrientes, com incremento anual de 32%.

Os preços médios de fertilizantes pagos pelos agricultores se apresentam, em maio/junho de 1976 em relação aos de julho/agosto de 1975, superiores para o cloreto de potássio (11,5%), superfosfato simples (13%) e fórmula AC-10 (0,6%) e, inferiores para o sulfato de amônio (-17,7%) (quadro 140).

- Paraná

Os preços correntes dos principais tipos de fertilizantes, em termos médios, apresentaram queda de 18,5% quando se compara o mês de julho de 1976 com agosto de 1975.

Individualmente, os decréscimos se verificaram para o sulfato de amônio (-23,3%), a uréia (-29,4%) e superfosfato triplo (-19%), permanecendo estável para o superfosfato simples e com ligeiro acréscimo para o cloreto de potássio (0,6%) (quadro 141).

- Santa Catarina

Apesar do acréscimo na procura de fertilizantes, motivado, principalmente, pelo programa federal de subsídios, o mercado não registra escassez do produto.

Os preços dos fertilizantes simples são apresentados no quadro 142 e os dos formulados no quadro 143. Nota-se que a exceção do superfosfato simples, que subiu, todos

os demais fertilizantes apresentaram redução de preço.

- Mato Grosso

Os preços médios dos fertilizantes em maio/junho de 1976 apresentam decréscimos substanciais em relação aos do período de julho/agosto de 1975, razão pela qual o consumo poderá aumentar na safra de 1976/77 (quadro 144).

Um dos possíveis entraves ao incremento esperado seria a não disponibilidade do fertilizante na época de maior procura, face as deficiências de armazenagem prevalecentes no Estado.

- Goiás

O consumo de insumos modernos no Estado se concentra na região ao sul do paralelo 139S, nas lavouras de feijão, arroz, milho, soja e algodão. Em 1975, estas culturas consumiram aproximadamente 81,6 mil toneladas de nutrientes, representando 92% do total aplicado no Estado (quadro 145).

Para 1976 prevê-se um consumo de 101,0 mil toneladas de nutrientes, face ao aumento da área plantada, inclusive com a incorporação de cerrados e da ampliação da disponibilidade de crédito.

Com relação aos preços médios de fertilizantes pagos pelos agricultores, nota-se que no mês de julho de 1976 os preços de cloreto de potássio, salitre do Chile, sulfato de amônio e superfosfato simples foram superiores, em valores correntes, aos do mesmo mês do ano anterior (quadro 146).

A produção de calcário em Goiás, em 1975, atingiu 72,8 mil toneladas. Para 1976 prevê-se uma produção da ordem de 583,0 mil toneladas, com a entrada em funcionamento de 6 unidades produtoras, que irão se acrescer aos 7 moinhos já existentes. A demanda de calcário para o ano agrícola 1976/77, na região ao sul do paralelo 139S, é estimada em 1,7 milhão de toneladas, bem superior, portanto, à produção prevista.

- Rio Grande do Sul

Embora os preços de fertilizantes tenham se fixado em níveis inferiores aos máximos permitidos pelo CIP, foram superiores, a exceção do sulfato de amônio, aos preços observados em semelhante período de 1975 (quadro 147). A causa principal desse incremento foi a existência de estoques internos a preços superiores à média de julho de 1976.

A previsão de aumento da área de soja e milho para o próximo plantio, aliado ao fato de se esperar uma maior utilização no uso do produto por hectare, face a melhoria da relação fertilizantes/produto, faz antever que haverá acréscimo na demanda destes insumos, sem entretanto ocorrer sua falta no mercado.

(IEA, 13/10/1976)

QUADRO 128. - Preço Médio de Fertilizantes Pago pelo Agricultor Norte-Americano, 1968-75
(US\$/tonelada)

Ano	Amônia anidra		Superfosfato concentrado		Potássio	
	Preço	Índice	Preço	Índice	Preço	Índice
1968	91,40	100,0	78,40	100,0	49,10	100,0
1969	75,60	82,7	74,00	94,4	47,80	97,4
1970	75,00	82,1	75,10	95,8	50,90	103,7
1971	79,30	86,8	76,60	97,7	58,20	118,5
1972	80,00	87,5	78,00	99,5	58,80	119,8
1973	87,60	95,8	87,50	111,6	61,50	125,2
1974	183,00	200,2	150,00	191,3	81,30	165,6
1975	265,00	289,9	214,00	273,0	102,00	207,7

Fonte: U.S. Department of Agriculture, "Agriculture Handbook 491", outubro de 1975.

QUADRO 129. - Estimativa da Produção e Consumo Mundial de Fertilizantes em Termos de Nutrientes, 1976/77
(milhão de toneladas)

Região	Nitrogênio (N)			Fósforo (P ₂ O ₅)			Potássio (K ₂ O)		
	Oferta	Consumo	Balanço	Oferta	Consumo	Balanço	Oferta	Consumo	Balanço
Desenvolvida	24,1	20,3	3,8	18,1	15,1	3,0	15,3	12,7	2,6
Em desenvolvimento	6,5	9,6	-3,1	4,1	4,3	-0,2	0,3	2,9	-2,6
De economia planejada	17,3	17,2	0,1	8,9	8,3	0,6	11,3	8,7	2,6
Total	47,9	47,1	0,8	31,1	27,7	3,4	26,9	24,3	2,6

Fonte: World Fertilizer Review and Prospect to 1980/81, Economic Research Service U.S. Department of Agriculture.

QUADRO 130. - Projeção da Capacidade Mundial de Produção de Amônia, Estimativas Feitas em Janeiro e Outubro de 1975 ⁽¹⁾
(milhão de toneladas de N)

Período	Estimativa		Variação percentual (b/a)
	Jan. 75 (a)	Out. 75 (b)	
1977-78	96,6	82,3	-14,8
1978-79	108,1	97,3	-10,0

⁽¹⁾ Capacidade instalada, em 1974/75, de 62,2 milhões de toneladas.

Fonte: NITROGEN Nº 98 - Nov./Dez.75.

QUADRO 131. - Consumo Nacional de Fertilizantes em Termos de Nutrientes, 1969-76
(tonelada)

Ano	N	P ₂ O ₅	K ₂ O	Total	Variação (%)
1969	165.332	265.761	195.657	626.750	4,0
1970	275.936	395.938	306.693	978.567	56,1
1971	291.975	486.127	347.902	1.126.004	15,1
1972 ⁽¹⁾	363.082	721.824	361.636	1.446.542	28,5
1973	407.704	948.011	623.431	1.979.146	36,8
1974 ⁽¹⁾	335.774	902.504	538.304	1.776.582	-10,2
1975 ⁽²⁾	379.072	989.398	507.268	1.875.738	5,5
1976 ⁽³⁾	439.340	1.133.640	577.020	2.150.000	14,7

⁽¹⁾ Considerou-se remanejamento de estoque ainda que aproximado.

⁽²⁾ Preliminar.

⁽³⁾ Previsão.

Fonte: Dados básicos do Sindicato da Indústria de Adubos e Colas do Estado de São Paulo e Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

QUADRO 132. - Valor⁽¹⁾ e Quantidade da Importação de Fertilizantes, Brasil, 1973-75

Ano	Valor (US\$1.000)	Quantidade (t)	Acréscimo do valor (%)	Acréscimo de quantidade (%)
1973	210.654	1.232.047	-	-
1974	553.130	1.300.297	162,6	5,5
1975	431.385	1.624.673	- 22,0	24,9

(¹) Inclui, enxofre, amônia e frete.

Fonte: ANDA - Associação Nacional para Difusão de Adubos.

QUADRO 133. - Evolução das Relações entre os Nutrientes Básicos (N, P₂O₅, K₂O) na Formação do Consumo Brasileiro de Fertilizantes, 1969-75

Ano	N	P ₂ O ₅	K ₂ O
1969	1,00	1,61	1,18
1970	1,00	1,43	1,11
1971	1,00	1,66	1,19
1972	1,00	1,99	0,99
1973	1,00	2,32	1,53
1974	1,00	2,69	1,60
1975	1,00	2,61	1,34

Fonte: Quadro 131.

QUADRO 134.- Evolução dos Preços⁽¹⁾ de Fertilizantes, Estado de São Paulo, 1967-76
(Preços médios ponderados em Cr\$/10t)

Ano	Preço corrente	Preço real ⁽²⁾	Índice: (1967 = 100)	
			Corrente	Real
1967	1.834,00	1.433,00	100,0	100,0
1968	2.228,00	1.401,00	121,5	97,8
1969	2.603,00	1.356,00	141,9	94,6
1970	2.846,00	1.237,00	155,2	86,3
1971	3.552,00	1.282,00	193,7	89,5
1972	4.419,00	1.364,00	240,9	95,2
1973	5.472,00	1.539,00	298,4	107,4
1974	14.319,00	2.983,00	780,8	208,2
1975	10.014,00	1.634,00	546,0	114,0
1976 ⁽³⁾	10.295,00	1.273,00	561,3	88,8

⁽¹⁾ Preço à vista posto São Paulo.

⁽²⁾ Corrigido pelo índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

⁽³⁾ Média do período janeiro - agosto. Considerando um subsídio de 40% nos preços à vista. Sem subsídio o preço corrente, em 1975, seria de Cr\$ 16.689,00/10t e o real de Cr\$ 2.722,00/10t. Em 1976 esses valores se situariam em Cr\$ 17.159,00/10t e Cr\$ 2.121,00/10t, respectivamente, preço corrente e real.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 135.- Evolução do Consumo por Hectare de Fertilizantes (N+P₂O₅+K₂O) no Estado de São Paulo, 1969-76

Ano	Em relação à área cultivada ⁽¹⁾ (kg/ha)	Índice (1969=100)	Em relação à área cultivada mais área de pastagem artificial (kg/ha)	Índice (1969=100)
1969	51,9	100,0	24,7	100,0
1970	69,1	133,1	30,7	124,3
1971	81,2	156,4	36,7	148,6
1972	93,6	180,3	39,8	161,1
1973	113,6	219,0	47,9	194,0
1974	110,9	213,7	48,0	194,3
1975 ⁽²⁾	115,3	222,2	50,2	203,2
1976 ⁽³⁾	125,0	240,8	55,6	225,1

⁽¹⁾ Área cultivada inclui culturas anuais, culturas perenes e terras em descanso.

⁽²⁾ Estimativa.

⁽³⁾ Previsão.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 136.- Preços de Fertilizantes em São Paulo Relacionados com Políticas Governamentais, 1974-76
(Preços médios ponderados em Cr\$/10t)

Ano	Com recursos próprios				Operações a crédito	
	Preço corrente		Preço real		Preço corrente	Preço real
	S/subsídio	C/subsídio ⁽²⁾	S/subsídio	C/subsídio ⁽²⁾		
1974	14.319,00	14.319,00	2.983,00	2.983,00	14.750,00 ⁽³⁾	3.070,00 ⁽³⁾
1975	16.689,00	10.013,00	2.722,00	1.634,00	12.517,00 ⁽⁴⁾	2.042,00 ⁽⁴⁾
1976 ⁽¹⁾	17.159,00	10.295,00	2.121,00	1.273,00	12.869,00 ⁽⁴⁾	1.591,00 ⁽⁴⁾

⁽¹⁾ Média de janeiro a agosto.

⁽²⁾ Subsídio no preço de 40% em 1975 e 1976.

⁽³⁾ Considerando-se juros de 7% ao ano a cargo do agricultor no primeiro semestre de 1974 e de zero % no segundo semestre.

⁽⁴⁾ Considerando-se encargos bancários de 15% sobre o preço corrente e o subsídio de 40% no preço.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 137. - Preços Médios de Fertilizantes (Elementos Simples), Estado de Minas Gerais,
 Julho-Agosto de 1975 e Maio-Junho de 1976⁽¹⁾
 (cruzeiro/tonelada)

Item	1975		1976	
	Julho	Agosto	Maio	Junho
Sulfato de amônio	1.923,00	1.864,00	1.522,00	1.458,00
Superfosfato simples	1.360,00	1.336,00	1.346,00	1.382,00
Superfosfato triplo	2.558,00	2.450,00	2.779,00	3.066,00
Cloreto de potássio	1.563,00	1.578,00	1.551,00	1.553,00
Média	1.851,00	1.807,00	1.800,00	1.865,00

⁽¹⁾ Posto local de revenda.

Fonte: EPAMIG.

QUADRO 138. - Preços Médios de Fertilizantes (Formulados), Estado de Minas Gerais, Julho
 1976⁽¹⁾

Fórmula	Preço (Cr\$/t)	Fórmula	Preço (Cr\$/t)
4-14-8	1.693,00	12-06-12	1.732,00
3-15-6	1.677,00	10-10-10	1.837,00
10-6-10	1.602,00	03-13-09	1.500,00
10-5-10	1.510,00	24-04-20	2.393,00
10-4-10	1.407,00	08-28-16	3.500,00

⁽¹⁾ Posto Belo Horizonte.

Fonte: EPAMIG.

QUADRO 139. - Consumo de Fertilizantes no Estado do Espírito Santo, Nove Principais Culturas, em Toneladas de Nutrientes, 1975

Cultura	Nutriente			
	N	P ₂ O ₅	K ₂ O	Total
Milho	52,9	423,2	158,7	634,8
Arroz	56,2	112,5	28,1	196,8
Feijão	12,1	96,9	36,3	145,3
Batata	40,2	73,8	53,6	167,6
Tomate	66,1	121,3	88,2	275,6
Abacaxi	129,0	43,0	129,0	301,0
Café	1.580,7	1.053,8	1.369,9	4.004,4
Cacau	55,0	143,0	44,0	242,0
Banana	70,0	35,0	140,0	245,0
Total	2.062,2	2.102,5	2.047,8	6.212,5

Fonte: CEPA-ES.

QUADRO 140. - Preços de Fertilizantes a Nível de Revendedores, Espírito Santo, 1975 e 1976 (em Cr\$/t)

Fertilizante	Preço médio	
	Julho/agosto 1975	Maio/junho 1976
Sulfato de amônio	1.912,00	1.574,00
Cloreto de potássio	1.435,60	1.600,40
Superfosfato simples	1.262,00	1.426,40
AC-10 (2-16-6)	1.540,00	1.550,00
GC - 3 (4-14-8)	...	1.673,00
ME - 22 (4-16-8)	1.725,20	...

Fonte: CEPA-ES.

QUADRO 141. - Preços Pagos pelos Agricultores por Fertilizantes, Paraná, Agosto de 1975 e Julho de 1976
(Cr\$/t)

Produto	Preço médio		Variação percentual
	Agosto de 1975	Julho de 1976	
Sulfato de amônio	2.230,00	1.710,00	-23,3
Uréia	3.980,00	2.810,00	-29,4
Superfosfato simples	1.400,00	1.400,00	-
Superfosfato triplo	3.700,00	3.000,00	-18,9
Cloreto de potássio	1.540,00	1.550,00	+ 0,6
Média	2.570,00	2.094,00	-18,5

Fonte: FGV.

QUADRO 142. - Preços Médios Pagos pelos Agricultores por Fertilizantes (Elementos Simples), Santa Catarina, Julho/Agosto de 1975 e Maio/junho de 1976
(cruzeiro/tonelada)

Produto	Julho/agosto de 1975	Maio/junho de 1976
Sulfato de amônio	2.100,00	1.650,00
Uréia	3.022,00	2.880,00
Superfosfato simples	1.505,00	1.690,00
Superfosfato triplo	3.243,00	3.155,00
Cloreto de potássio	1.633,00	1.565,00

Fonte: CEPA/SC.

QUADRO 143. - Preços Médios Pagos pelos Agricultores por Fertilizantes (Fórmulas), Santa Catarina, Julho/Agosto de 1976
(cruzeiro/tonelada)

Fórmula	Preço Julho/agosto de 1976	Fórmula	Preço Julho/agosto de 1976
7-30-13	3.043,00	9-36-12	3.560,00
5-30-15	2.965,00	4-32-12	2.964,00
5-25-15	2.620,00		

Fonte: CEPA-SC.

QUADRO 144. - Preços Pagos pelos Agricultores por Fertilizantes, Mato Grosso, Julho/Agosto de 1977 e Maio/Junho de 1976
(cruzeiro/tonelada)

Fertilizante	Julho/agosto 1975	Maio/junho 1976
Sulfato de amônio	2.425,00	1.650,00
Uréia	4.180,00	2.835,00
Superfosfato simples	2.275,00	1.940,00
Superfosfato triplo	4.770,00	3.325,00
Cloreto de potássio	1.750,00	1.720,00

Fonte FGV.

QUADRO 145. - Consumo de Fertilizantes nas Principais Culturas do Estado de Goiás, 1975
(em toneladas de nutrientes)

Nutriente	Cultura					
	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Soja	Total
N	868,5	8.511,6	242,1	6.706,2	-	16.328,4
P ₂ O ₅	2.171,4	21.279,1	868,5	13.028,0	3.474,1	40.821,1
K ₂ O	1.302,8	12.767,4	521,1	7.816,8	2.084,5	24.492,6
Total	4.324,7	42.558,1	1.631,7	27.551,0	5.558,6	81.642,1

Fonte: CEPA-GO.

QUADRO 146.- Preços Médios de Fertilizantes Pagos pelos Agricultores de Goiás, 1975-76
(em Cr\$/t)

Mês	Cloreto de potássio		Salitre do Chile		Sulfato de amônio		Superfosfato simples	
	1975	1976	1975	1976	1975	1976	1975	1976
Jan.	1.675,00	1.718,00	3.600,00	4.420,00	2.850,00	1.850,00	1.550,00	1.343,00
Fev.	1.575,00	1.737,00	2.400,00	4.300,00	2.533,00	1.600,00	1.623,00	1.600,00
Mar.	1.575,00	1.720,00	...	5.000,00	2.350,00	1.708,00	1.485,00	1.510,00
Abr.	1.700,00	1.716,00	3.000,00	5.000,00	2.600,00	1.703,00	1.485,00	1.360,00
Mai.	1.700,00	1.775,00	3.500,00	5.200,00	2.300,00	1.650,00	1.490,00	1.620,00
Jun.	1.625,00	1.815,00	3.650,00	5.200,00	2.150,00	1.800,00	1.175,00	1.663,00
Jul.	1.650,00	1.750,00	3.750,00	4.200,00	1.760,00	1.780,00	1.440,00	1.645,00
Ago.	1.775,00	...	3.500,00	...	2.150,00	...	1.340,00	...
Set.	1.775,00	...	3.560,00	...	2.237,00	...	1.340,00	...
Out.	1.700,00	...	4.670,00	...	2.030,00	...	1.340,00	...
Nov.	2.000,00	...	4.595,00	...	1.800,00	...	1.575,00	...
Dez.	1.710,00	...	4.400,00	...	2.040,00	...	1.330,00	...

Fonte: Ministério da Agricultura - Informativo de Estatísticas Agrícolas.

QUADRO 147. - Preços Pagos pelos Agricultores (¹), Fertilizantes, Rio Grande do Sul,
Maio/Junho de 1975 e Julho de 1976
(cruzeiro/tonelada)

Fertilizante	Maio/junho de 1975	Julho de 1976
Sulfato de amônio	1.850,00	1.500,00
Uréia	3.070,00	3.130,00
Fosfato de amônio	3.340,00	4.120,00
Superfosfato simples	1.350,00	1.610,00
Superfosfato triplo	3.200,00	3.610,00
Cloreto de potássio	1.466,00	1.670,00

(¹) Preço posto fábrica.

Fonte: Secretaria da Agricultura-RS. - UNEAGRI/CEPA/RS.

- Tratores

Em 1975 a produção da indústria brasileira de tratores de 4 rodas superou as mais otimistas expectativas, pois apresentou um incremento da ordem de 30%, com uma produção superior a 57 mil unidades. Em 1976, porém, o setor não vem apresentando o mesmo desempenho, uma vez que a produção acumulada nos oito meses somou 43.368 unidades contra 40.832 em igual período do ano passado. O acréscimo nesse período foi, portanto, bem inferior ao esperado (6,2%). Mesmo contando com esse fato, ainda se espera uma recuperação do setor nesse último quadrimestre do ano, face a recente liberação de crédito para a aquisição desses equipamentos da ordem de 5,4 bilhões de cruzeiros. Assim, a produção deve alcançar, até o final do ano, de 60 a 65 mil unidades, o que, na melhor das hipóteses, representará um avanço em torno de 14%.

Em 1975 a indústria brasileira de tratores apresentou no seu conjunto incremento de 25,4%, produzindo 66.296 unidades contra 52.884 em 1974 (quadro 148). O maior aumento verificado foi para os tratores de esteira (62,5%), vindo a seguir os tratores de 4 rodas (30,2%), enquanto que os micro-tratores e cultivadores motorizados experimentaram decréscimo de 20%. A média mensal de fabricação atingiu a 5.525 unidades contra 4.407 em 1974. O incremento mensal foi, portanto, de 1.118 unidades. A média diária elevou-se de 200 unidades, em 1974, para 251 em 1975, considerando-se uma jornada de 22 dias/mês.

- São Paulo

O índice de preço real ⁽⁴⁾, que vinha declinando desde 1967 até 1974, quando apresentou o seu nível mínimo (58,31), reverteu a tendência em 1975, com acréscimo de 3,7% e fixando-se em 60,47 (1967 = 100). A média do primeiro semestre de 1976 indica elevação de 13,7% situando-se o índice em 68,76. Assim, em 1976 o decréscimo no preço real em relação ao ano base é de 31,2%, e o acréscimo em relação ao menor preço registrado ao longo do período é de 17,9% (quadro 149). O preço atual do trator de 44 HP, tomado como referência para análise, se situa em Cr\$ 64.900,00 quando a média do semestre foi de aproximadamente Cr\$ 56.000,00.

As eventuais perdas de poder aquisitivo dos agricultores nos últimos 2 anos foram compensadas pela política adotada pelo Governo Federal, principalmente a creditícia, que tem assegurado níveis crescentes de mecanização à agricultura e, conseqüentemente, maior produtividade do homem. Contudo, no interior do Estado uma preocupação séria surgiu em 1976, com a política monetária do País ocasionando restrições ao crédito rural de investimento.

Os preços atuais dos implementos mais importantes para a agricultura se situam entre 5 a 12 mil cruzeiros para o arado de disco, de 5 a 10 mil cruzeiros para a grade de disco destorroadora e de 9 a 16 mil cruzeiros para a plantadeira-adubadeira. Assim, o mínimo de desembolso para a aquisição de um conjunto simples de mecanização seria, hoje, de 85 mil cruzeiros.

- Minas Gerais

Não existem dificuldades na comercialização de tratores destinados às atividades a-

(4) Tomou-se como referência a média anual de preços do trator de 44 HP, posto fábrica.

grícolas exceto no tocante ao crédito, onde se observa uma demora na aprovação de propostas por parte dos bancos de 30 dias, em comparação com os 7 dias observados anteriormente, provavelmente condicionado pela estacionalidade da demanda por esse fator de produção.

As entregas acumuladas de janeiro a junho de 1976, em relação a igual período do ano anterior, apresentaram aumentos significantes tanto para tratores de rodas e de esteiras.

O desempenho técnico por parte dos revendedores é considerado bom, com peças de reposição para pronta entrega e postos nas regiões mais importantes do Estado.

Os prazos de entrega variam de acordo com o tipo e marca de tratores, podendo ser de no máximo 20 dias para tratores de rodas, 30 dias para implementos e até 540 dias para tratores de esteiras.

- Espírito Santo

Na região Sul do Estado a mecanização da agricultura se defronta com obstáculos tais como o relevo montanhoso, o baixo poder aquisitivo do produtor e a tradição do uso de tração animal. Na região Norte do Estado, as perspectivas de aceitação de uma agricultura mecanizada são melhores, face a topografia mais adequada e o tipo de agricultura desenvolvido nessa região, mas, mesmo assim, a introdução da maquinaria agrícola tem sido num processo lento.

Não existem informações sobre a frota de tratores do Estado. Contudo, estima-se as suas necessidades em 2.500 tratores de 4 rodas e 500 de esteira para 1976, representando cerca de 4% da produção nacional, enquanto o número de colheitadeiras seria de 14.

Os únicos dados disponíveis são os referentes à prestação de serviços através da Companhia de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola (CERMAG) que alcança os produtores pequenos e médios carentes de mecanização. Esta Companhia, em 1975, registrou, em fins agrícolas, um número de 63.376 horas de trabalho de tratores de esteira (43 unidades empregadas) e 20.750 horas de tratores de 4 rodas (30 unidades) e colheitadeiras automotrizes (2 unidades).

As culturas de café, milho e arroz e a pecuária (leiteira e de corte) são as responsáveis pela quase totalidade do uso dessas máquinas.

Os preços cobrados pela CERMAG em 1976, por hora de serviço são de Cr\$ 75,00 para a aração, Cr\$ 75,00 para a gradagem, Cr\$ 230,00 para a colheita mecânica e Cr\$ 310,00 para a dragagem.

- Paraná

Os preços médios dos diversos tipos de tratores relativos aos meses de agosto de 1975 e julho de 1976 são apresentados no quadro 150.

- Santa Catarina

O estoque de tratores agrícolas junto aos revendedores catarinenses é normal, e a assistência técnica, regular. O mercado apresentou um decréscimo no volume de vendas.

Os preços vigentes em maio/junho de 1976 eram de Cr\$ 23.265,00 para o microtrator, Cr\$ 59.080,00 para o trator de 30 a 39 HP e Cr\$ 69.370,00 para o trator de 40 a 50 HP.

- Rio Grande do Sul

Presentemente as indústrias de implementos e de máquinas agrícolas estão enfrentando problemas na comercialização devido a restrição de crédito que se vem observando no corrente ano, como em todos os setores da economia. Ressalte-se porém que o montante de crédito rural alocado até o momento em 1976 é semelhante ao do mesmo período do ano anterior em termos reais.

Como as indústrias do setor projetaram sua expansão a níveis da demanda dos anos anteriores, surgiu a crise que atualmente se verifica: um grande estoque de máquinas remanescentes do 1º semestre, visto a retração da demanda pelos produtores face a redução de crédito. Com a recente liberação de um valor apreciável de recurso de crédito para o setor pelo Banco do Brasil, as indústrias deverão comercializar os estoques hoje existentes, receber os pagamentos das máquinas já entregues aos produtores e que se encontram até o momento sem cobertura de financiamento, bem como programar mais ordenadamente sua produção futura.

Os preços dos tratores, posto Rio Grande do Sul, encontram-se com ágio de cerca de 7 a 8% em relação ao mesmo trator posto São Paulo.

- Mato Grosso

Os preços de tratores apresentaram substancial elevação quando se compara agosto de 1975 a julho de 1976, conforme o quadro 151.

- Goiás

O número de tratores existentes em 1975 era cerca de 11.800, sendo 11.250 de rodas e 550 de esteiras. Para 1976, estima-se que o total atingirá 12.907 unidades.

As culturas de arroz, algodão, milho e soja absorvem 75% dos tratores existentes.

A maioria dos tratores de esteira em operação no setor agrícola (504) era de propriedade do Governo, sendo empregados no desmatamento agrícola e na construção de estradas de penetração, barragens e infraestrutura de irrigação. O setor privado operava principalmente com tratores de pneus.

O Estado tem desenvolvido, através do programas GOIÁS RURAL, um amplo esforço para a incorporação de 1 milhão de hectares de cerrado através do desmatamento. Até 1975, inclusive, foram desmatados 441,5 mil hectares, estando previstos mais 200,0 mil para 1976.

Esta grande área incorporada, junto à escassez de mão-de-obra, irá promover a intensificação do uso da mecanização agrícola, pois estima-se em 1.516 tratores e 260 colheitadeiras automotrizes as necessidades desta área adicional.

O total de colheitadeiras existentes em 1975 era de 2.412 (1.499 de arroz e soja, 891 de milho e 22 de algodão), sendo comum o aluguel destas máquinas para serviços de terceiros. Para 1976 prevê-se que seu número atingirá 2.600 unidades.

As demais máquinas existentes (ensiladeiras, picadeiras, desintegradores, fenadeiras e motores estacionários) totalizaram, em 1975, 13.500 unidades. Sua expansão para 1976 deve fazer com que o total atinja 18.860 unidades.

A principal dificuldade dos empresários rurais reside na mão-de-obra especializada para a operação e conservação de máquinas e implementos.

As atividades de motomecanização da agricultura, que ainda são realizada pelo poder público, devem ser transferidas a curto e médio prazos para a iniciativa privada, especialmente cooperativas.

O Plano Estadual para Aplicação do Crédito Rural, 1976, prevê um montante de crédito suficiente, para dar cobertura à demanda de mecanização agrícola.

(IEA, 13/10/1976)

QUADRO 148. - Produção da Indústria Brasileira de Tratores, 1967-76

Ano	Cultivador, motorizado ⁽¹⁾		Trator de esteira		Trator de 4 rodas	
	Produção	Índice ⁽²⁾	Produção	Índice ⁽²⁾	Produção	Índice ⁽²⁾
1967	2.231	100	73	100	6.223	100
1968	2.612	117	106	145	9.818	158
1969	2.281	102	91	125	9.548	153
1970	2.474	111	185	253	14.048	226
1971	2.556	114	770	1.055	22.122	355
1972	3.773	169	1.282	1.756	29.142	468
1973	5.080	228	1.961	2.686	37.170	597
1974	5.659	254	2.415	3.308	43.810	704
1975	5.330	239	3.925	5.376	57.041	917
1976 ⁽³⁾	3.273	...	2.338	-	43.368	-

⁽¹⁾ Inclusive micro-trator de 4 rodas.

⁽²⁾ Índice 1967=100.

⁽³⁾ Acumulado até agosto.

Fonte: "ANFAVEA" - Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores.

QUADRO 149. - Evolução do Preço de Tratores, Estado de São Paulo, 1967-76⁽¹⁾

Ano	Preço corrente (Cr\$)	Índice 1967=100	Preço real Cr\$ 1975	Índice 1967=100
1967	13.564,00	100,00	64.959,00	100,00
1968	16.320,00	120,32	62.919,00	96,86
1969	19.102,00	140,83	60.987,00	93,89
1970	19.120,00	140,96	50.959,00	78,45
1971	21.900,00	161,46	48.465,00	74,61
1972	24.786,00	182,74	46.894,00	72,19
1973	26.439,00	194,92	43.451,00	66,89
1974	29.662,00	218,68	37.881,00	58,31
1975	39.280,00	289,59	39.280,00	60,47
1976 ⁽²⁾	56.017,00	412,98	44.665,00	68,76

⁽¹⁾ Tomou-se como referência a média anual de preços básicos (sem acessórios) do trator de 44 HP, posto fábrica, isento de ICM e IPI. São repassados ao comprador o valor do frete e seguro.

⁽²⁾ Média dos seis primeiros meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 150. - Preços Pagos pelos Agricultores por Tratores, Paraná, Agosto de 1975 e Julho de 1976
(cruzeiro/u.)

Tipo	Preço médio	
	Agosto de 1975	Julho de 1976
Microtrator	19.328,60	25.707,78
Trator médio (36-45 HP)	61.538,82	67.944,88
Trator pesado (mais de 45 HP)	...	86.831,78

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO 151. - Preços Pagos pelos Agricultores por Tratores, Mato Grosso, Agosto de 1975 e Julho de 1976
(cruzeiro/u.)

Tipo	Preço médio	
	Agosto de 1975	Julho de 1976
Microtrator	18.864,42	25.049,17
Trator leve (25-35 HP)	52.288,00	...
Trator médio (36-45 HP)	60.097,50	71.989,43
Trator pesado (mais de 46 HP)	...	89.383,21

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

- Sementes

- São Paulo

As vendas de sementes melhoradas para plantio no Estado de São Paulo, tanto as produzidas pela Secretaria da Agricultura como pelas firmas particulares, apresentaram crescimento expressivo durante a safra 1975/76. Todas as sementes vendidas pela Secretaria da Agricultura registraram incremento: amendoim (26,1%), arroz (22,0%), feijão-de-mesa (31,4%), milho híbrido (3,1%) e milho variedade (28,8%), exceção porém às de algodão (-53,0%) e soja (-12,0%) (quadro 152). As sementes de firmas particulares tiveram incrementos ainda mais expressivos: amendoim (47,3%), arroz (299,0%), soja (104,6%) e milho híbrido (122,6%) (quadro 153).

As vendas de semente certificada de soja e de milho híbrido pelas firmas particulares foram superiores às registradas pela Secretaria da Agricultura em cerca de 169% e 107%, respectivamente.

O total de sementes vendidas na safra 1975/76 no Estado (firmas particulares mais Secretaria da Agricultura) foi maior do que no ano agrícola anterior, exceção feita ao algodão.

A disponibilidade de sementes produzidas pela Secretaria da Agricultura para a safra 1976/77 é estimada em 820 mil sacas de algodão, 170 mil a 180 mil sacas de arroz, 240 mil a 250 mil sacas de milho híbrido, 30 mil sacas de milho variedade, 160 mil sacas de soja e 7 mil sacas de feijão da seca e de inverno. Essa disponibilidade, somada à produção das firmas particulares, assegura uma quantidade ofertada compatível com a demandada prevista.

Os preços de venda das sementes da Secretaria da Agricultura para a safra 1976/77, sofreram alterações em função da representatividade nos custos operacionais e do seu preço no mercado, especialmente no caso de produtos destinados à alimentação. Assim, das sementes incluídas nessa política, as de feijão e algodão foram as que maior incremento tiveram. O aumento no preço das sementes de feijão se fez necessário para não permitir seu desvio para o consumo "in natura". No caso específico do arroz, não houve incremento face à nova situação de mercado (quadro 154).

Através da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo os cooperadores contratantes de campo de cooperação serão obrigados a fazer seguro dos campos destinados a produção de sementes de amendoim, milho e soja, sendo facultativa a produção de grão comercial das espécies referidas para plantio no Estado de São Paulo.

Este seguro objetiva garantir uma indenização ao segurado por prejuízos causados por: incêndio, tromba d'água e chuva pesada, ventos frios e ventos fortes, granizo, chuva excessiva, seca, geadas e doenças e pragas sem método de controle eficientes e economicamente viável, reconhecidos pelos órgãos oficiais especializados.

Os prazos para o recolhimento dos prêmios para as culturas contratadas são: amendoim das águas, até 15 de novembro; amendoim da seca, até 15 de março; e milho e soja, até 10 de dezembro.

Para os campos de cooperação o recolhimento deverá ser feito juntamente com a aquisição de sementes, observados os prazos máximos acima referidos.

- Minas Gerais

Existem, no Estado, 109 firmas inscritas como produtoras de sementes fiscalizadas, sendo 3 de algodão, 41 de arroz, 12 de feijão, 13 de milho, 31 de soja e 9 de trigo.

Atualmente não existe programa de certificação de sementes no Estado.

A maior parte das sementes utilizadas é procedente do próprio Estado, mas há importação do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

A disponibilidade provável de sementes fiscalizadas no período de 1975/76 consta do quadro 155.

- Espírito Santo

A produção de sementes básicas no Espírito Santo, em 1975, atingiu 9,1 toneladas para o arroz e 1,3 tonelada para a soja.

A produção de sementes melhoradas, segundo informações do AGIPLAN-ES no primeiro semestre de 1975 foi de 144 toneladas de arroz, 1.280 toneladas de milho e 97 toneladas de batata. Os campos de produção de sementes de feijão não foram aproveitados em virtude da elevada incidência de antracnose.

A produção de sementes melhoradas, realizada por sete firmas, ainda não atende a demanda estadual, sendo necessária a importação de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Não há produção de sementes certificadas no Estado.

As estimativas da demanda total de sementes (comuns + selecionadas) para as principais culturas do Estado constam do quadro 156.

- Paraná

As sementes certificadas usadas no Estado são provenientes de São Paulo (algodão, milho, amendoim, arroz e feijão), e parte das fiscalizadas, do Rio Grande do Sul (milho híbrido, soja e trigo).

A produção de sementes fiscalizadas de algodão é monopólio da CAFE-Paraná.

Existem 35 a 40 firmas produtoras de sementes fiscalizadas de arroz, 6 a 8 de feijão e 120 de soja. Não existe produção de sementes fiscalizadas de amendoim.

- Santa Catarina

A produção de sementes no Estado já permite o atendimento satisfatório da demanda, havendo exportação de parte da produção e, em contrapartida, importação de outros Estados como do Paraná (milho híbrido e soja), São Paulo (milho híbrido e arroz), Rio Grande do Sul (milho híbrido, arroz, soja e trigo) e Minas Gerais (feijão).

Existem no Estado 22 firmas produzindo sementes fiscalizadas de arroz, 7 de feijão, 2 de milho híbrido, 22 de soja e 15 de trigo. Não existe nenhuma firma produzindo semente certificada.

As quantidades de sementes utilizadas no Estado na safra de 1975/76 e previstas para a safra 1976/77 se encontram no quadro 157. A maior demanda é para sementes de soja, seguida de

batata, milho, arroz e feijão.

Hã, também, produção de mudas selecionadas, com os totais apresentados no quadro 158. Hã uma grande produção de mudas de frutas de clima temperado e, em menor escala, de frutas de clima tropical. À exceção da nectarina, prevê-se aumento acentuado na produção de mudas de ambos os tipos de clima.

- Rio Grande do Sul

A demanda estadual de sementes fiscalizadas de milho, arroz, trigo e soja está coberta plenamente pela produção existente no Estado. A deficiência ocorre para as de feijão, já que a produção de sementes fiscalizadas está ainda muito aquém das necessidades, isto sendo explicado pela inexistência de estímulos suficientes aos produtores desta espécie.

- Goiás

A utilização de sementes e mudas nas principais culturas do Estado de Goiás, em 1975-77, está resumida no quadro 159. A cultura de arroz é a que apresenta maior quantidade demandada de sementes, vindo a seguir as de milho, feijão, soja e algodão.

A alta porcentagem de sementes comuns que se observa demonstra que muito ainda deverá ser feito para aumentar a utilização de sementes selecionadas, o que levarã a um aumento da produtividade em algumas culturas.

O Estado detém o monopólio na produção de sementes de algodão e atua na multiplicação, produção e distribuição de sementes das demais culturas, completando a ação particular e servindo de regulador de preços no mercado.

A produção de sementes prevista para 1976, segundo o PESAC-GO, é de 600 toneladas de algodão, 16.000 toneladas de arroz, 7.200 toneladas de milho, 1.200 toneladas de soja e 80 toneladas de feijão.

(IEA, 13/10/1976)

QUADRO 152. - Venda de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo, Secretaria da Agricultura, Safras 1974/75 e 1975/76

Semente	Unidade	1974/75 (a)	1975/76 (b)	Variação (%) $\left(\frac{b}{a}\right)$
Algodão	sc.30kg	577.563	271.394	- 53,0
Amendoim	cx.20kg	118.503	149.398	26,1
Arroz	sc.50kg	92.020	112.261	22,0
Feijão de mesa	sc.50kg	8.854	11.637	31,4
Milho híbrido	sc.50kg	147.203	151.732	3,1
Milho variedade	sc.50kg	12.132	15.622	28,8
Soja	sc.50kg	66.377	58.406	- 12,0

Fonte: Projeto de Sementes, PSM-CAS-CATI.

QUADRO 153. - Venda de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo, Firms Particulares, Safras 1974/75 e 1975/76

Semente	Unidade	1974/75 (a)	1975/76 (b)	Variação (%) $\left(\frac{b}{a}\right)$
Amendoim	cx.20kg	46.679	68.750	47,3
Arroz	sc.50kg	2.638	10.526	299,0
Soja	sc.50kg	76.872	157.311	104,6
Milho híbrido	sc.50kg	141.445	314.386	122,3
Milho variedade	sc.50kg	-	9.859	-

Fonte: Projeto de Sementes, PSM-CAS-CATI.

QUADRO 154. - Preço de Venda das Sementes Produzidas em Campo de Cooperação da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Plantio da Safra 1975/76 e 1976/77

Semente	Unidade	Preço (Cr\$)		Variação percentual (b/a)
		1975/76 (a)	1976/77 (b)	
Algodão ⁽¹⁾	sc.30kg	54,50	75,00	37,6
Arroz	sc.50kg	195,00	195,00	-
Amendoim	cx.15kg	86,00	90,00	4,6
Feijão	sc.50kg	400,00	550,00	37,5
Milho híbrido	sc.50kg	120,00	150,00	25,0
Milho variedade	sc.50kg	90,00	120,00	33,3
Milho pérola	sc.50kg	90,00	145,00	61,1
Soja	sc.50kg	140,00	150,00	7,1
Mamona	sc.30kg	87,00	102,00 ⁽²⁾	17,2
Mucuna	sc.50kg	125,00	165,00	32,0
Guandu	sc.50kg	125,00	165,00	32,0
Stilozantes	kg	78,00	90,00	15,4
Soja p.tardia	kg	62,00	75,00	21,0
Crotalária	sc.50kg	258,00	350,00	35,7
Galactia	kg	66,00	75,00	13,6

(¹) Não inclui taxa de seguro contra granizo.

(²) Preliminar, sujeito a revisão.

Fonte: Comissão Permanente de Política de Preços de Sementes e Mudanças da Secretaria da Agricultura.

QUADRO 155. - Produção Prevista de Sementes Fiscalizadas, Minas Gerais, Safras 1975/76 e 1977/78
(tonelada)

Cultura	Ano agrícola		
	1975/76	1976/77	1977/78
Algodão	2.147	2.362	2.835
Arroz	11.184	12.862	15.658
Feijão	448	515	582
Milho	16.370	18.007	21.608
Soja	36.026	39.629	47.554
Trigo	2.808	3.370	4.213

Fonte: DPC POV/SA e EPAMIG.

QUADRO 156.- Utilização de Sementes, Principais Culturas, Espírito Santo, 1975-77
(tonelada)

Cultura	Semente selecionada			Semente comum			Total		
	1975	1976 ⁽¹⁾	1977 ⁽¹⁾	1975	1976 ⁽¹⁾	1977 ⁽¹⁾	1975	1976 ⁽¹⁾	1977 ⁽¹⁾
Milho	2.330,00	2.423,00	2.596,00	1.000,00	1.038,00	865,00	3.330,00	3.461,00	3.461,00
Arroz	662,00	787,00	918,00	1.545,00	1.837,00	1.706,00	2.207,00	2.624,00	2.624,00
Feijão	447,00	450,00	454,00	4.028,00	4.059,00	4.089,00	4.475,00	4.509,00	4.543,00
Batata	42,50	43,10	43,60	42,6	43,00	43,60	85,10	86,10	87,20
Tomate	0,24	0,25	0,27	-	-	-	0,24	0,25	0,27
Café	17,30	10,30	10,40	-	-	-	17,30	10,30	10,40
Cacau	1,00	1,30	2,60	-	-	-	1,00	1,30	2,60

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: EMATER-ES e CEPA-ES.

QUADRO 157.- Utilização de Sementes, Santa Catarina, Safras 1975/76 e 1976/77

Cultura	Saфра 1975/76			Saфра 1976/77
	Necessidade do total de semente (t)	Uso de semente fiscalizada		Demanda prevista de sementes fiscalizadas (t)
		Quantidade (t)	% do total	
Arroz	15.471	979	6,33	1.500
Feijão (1)	10.252	204	1,99	94
Milho	20.595	2.113	10,26	...
Soja	27.288	9.599	35,18	5.280
Trigo	8.497	1.488	17,51	2.580
Batata (1)	26.337	14.822	56,28	...

(1) Inclui as safras das águas e da seca.

Fonte: CEPA-SC.

QUADRO 158.- Produção de Mudras Seleccionadas, Santa Catarina, 1975 e 1976 (unidade)

Produto	Produção de mudras	
	1975	1976(1)
Citrus	120.000	160.000
Outras frutas de clima tropical(2)	140.000	190.000
Maçã	802.220	1.800.000
Pêssego	35.940	70.000
Nectarina	32.050	30.000
Ameixa	2.650	3.000
Uva	...	10.000
Pera	1.900	3.000

(1) Estimativa.

(2) Abacaxi, abacate, banana e goiaba.

Fonte: CEPA-SC.

QUADRO 159.- Utilização de Sementes e Mudás nas Principais Culturas, Goiás, 1975-77
(tonelada)

Cultura	1975			1976			1977 ⁽¹⁾		
	Selecionada	Comum	Total	Selecionada	Comum	Total	Selecionada	Comum	Total
Algodão	1.200,0	157,2	1.357,2	814,3	-	814,3	900,0	457,2	1.357,2
Arroz	3.200,0	26.720,0	29.920,1	12.040,0	22.384,0	34.424,0	13.640,0	20.449,0	34.089,0
Feijão	48,0	5.527,0	5.575,0	80,0	5.170,0	5.250,0	80,0	5.395,0	5.475,0
Milho	6.056,0	6.744,0	12.800,0	7.256,0	7.744,0	15.000,0	8.120,0	7.930,0	16.050,0
Soja	800,0	3.120,0	3.920,0	1.600,0	710,0	2.310,0	1.792,0	658,0	2.450,0
Banana ⁽²⁾	-	10.500,0	10.500,0	-	11.025,0	11.025,0	-	11.576,2	11.576,2
Mandioca ⁽³⁾	-	20.880,0	20.880,0	-	29.100,0	29.100,0	-	30.555,0	30.555,0
Pastagem ⁽⁴⁾	-	25.520,0	25.520,0	1.400,0	29.348,0	30.748,0	1.680,0	30.624,0	32.304,0

⁽¹⁾ Estimativa.

⁽²⁾ Em milhões de mudas.

⁽³⁾ Em toneladas de mudas.

⁽⁴⁾ Para pecuária leiteira e de corte.

Fonte: CEPA-GO.

- Mercado de Trabalho

- Situação interna

A evolução dos salários rurais no Brasil, no período de 1973-75, segundo a Fundação Getúlio Vargas, se deu a uma taxa superior à do crescimento dos preços recebidos pelos agricultores, taxa esta superior ainda a do Índice Geral de Preços

Em relação ao salário mínimo urbano, o valor pago ao trabalhador agrícola cresceu mais rapidamente. Em 1975 os salários agrícolas cresceram, em média, 38%. As taxas observadas em 1973 e 1974 foram de 45% e 55%, respectivamente.

A rápida valorização da mão-de-obra rural tem aproximado a remuneração monetária do trabalhador agrícola não qualificado do salário mínimo urbano, podendo o crescimento deste limitar, no futuro, a taxa de crescimento do salário agrícola em regiões onde há competição por mão-de-obra não qualificada. Outro fator desfavorável a esse crescimento poderá surgir com a maior mecanização das atividades agrícolas.

As remunerações médias obtidas pelas diversas categorias de trabalhadores agrícolas em 1974 e 1975 são apresentadas no quadro 160.

Nota-se uma elevação mais acentuada para o salário do trabalhador especializado: administrador (53%), capataz (43%), tratorista (44%).

Em 1975 as adversidades climáticas não causaram o efeito esperado (desemprego) sobre a mão-de-obra rural, o que talvez seja explicado pelo aumento das áreas cultivadas com produtos que absorvem elevados contingentes de trabalhadores. Além disso, prossegue o movimento migratório em direção aos centros urbanos. Mas, a migração rural-rural é bastante alta, sendo mais intensa em direção ao eixo Cuiabá-Rondônia e Goiânia-Cuiabá.

- São Paulo

No quadro 161 apresentam-se as séries disponíveis, com dados desde 1960, para os salários de diarista residente, volante e tratorista. Analisando-os, nota-se a partir de 1964 uma tendência de alta, influenciada principalmente pela migração rural-urbana.

O salário rural a partir de 1973 torna-se maior que o salário mínimo médio vigente na Capital de São Paulo, atingindo em abril último 38% acima do mínimo (quadro 162).

No quadro 163 são mostrados os salários e seus respectivos índices para quatro categorias de trabalhadores, a partir de 1971. É de se observar que os números apresentados em publicações anteriores do IEA foram corrigidos nos anos de 1972 e 1974, sendo tais correções de terminadas por erros de cálculo e uso de deflatores. Em valores correntes, observam-se aumentos entre abril de 1975 e abril de 1976, de 37,6% para o diarista residente, 38,0% para o volante, 40,4% para o administrador e 34,2% para o tratorista. Em termos reais, o salário do administrador apresenta um acréscimo de 1,65%, os de diarista residente e volante praticamente permanecem nos mesmos níveis do ano anterior (decrêscimos de 0,35% e 0,10%, respectivamente) e o de tratorista decresce de 2,86%. Tais situações refletem uma relativa perda do poder aquisitivo do trabalhador rural, acarretada pela inflação observada nos últimos meses, o que pode também ser constatado nos outros setores da economia. Mesmo assim os salários, quando comparados ao ano-base 1971, apresentam-se com saldos bastante expressivos de crescimento: 32,3% para o diarista residente; 50,6% para o volante; 34,0% para o administrador e 18,2% para o tratorista.

A escassez de mão-de-obra torna-se mais visível quando são analisados os salários pagos nas épocas de colheita, em que há uma intensificação na demanda. Para o algodão observa-se, em abril de 1976, a média de Cr\$ 10,10 por arroba colhida, o que permite um salário de Cr\$ 40,40 por dia, estimando-se um rendimento de 4 arrobas por homem/dia. Para o amendoim a média é de Cr\$ 88,60 por saca de 25 quilos, o que indicaria um salário de Cr\$ 55,90 por dia com o rendimento de 6,5 sacos/dia. Esses salários mostram-se superiores aos do diarista e do volante e, quando comparados com os vigentes no ano anterior, sugerem um aumento em valor corrente de 55,4% para o algodão e de 69,4% para o amendoim.

Comparando-se o salário de colheita com o preço do produto, através dos dados do quadro 164, registra-se para o algodão uma diminuição nos gastos de colheita de 30,0% em relação ao ano passado, redução essa motivada principalmente pelo acréscimo de 122% no preço do produto. Para o amendoim, em termos de produto colhido, os gastos aumentaram de 46,4% enquanto que os preços só se elevaram de 6,8%, permanecendo bastante próximos dos preços mínimos. Essas variações observadas nos gastos de colheita também são explicadas pelo maior volume de produção do amendoim e menor de algodão, em relação à 1975. Para o café e a cana-de-açúcar, os dados disponíveis referem-se à safra anterior.

Numa tentativa de avaliar a estrutura do emprego na agricultura paulista, a partir de uma população rural de 2.843 mil pessoas e de uma população agrícola (dependente do setor) de 3.200 mil em 1975, chega-se aos seguintes números preliminares para 1976: pessoal residente nas propriedades rurais, 1.740 mil e volantes, 300 mil. Do pessoal residente, 23% seriam arrendatários e parceiros, 18% pertenceriam a categoria de administradores e mensalistas, 42% de proprietários e seus dependentes, 12% de diaristas residentes e 5% de colonos e outras categorias.

A continuar a tendência de migração rural-urbana e diminuindo progressivamente as diferenças salariais entre o meio rural e o urbano é provável que as altas de salário permaneçam no próximo ano agrícola, embora os salários reais dependam da evolução futura do nível geral de preços. É provável que em 1976/77 aumentos na demanda de mão-de-obra para as colheitas de café, algodão e cana-de-açúcar poderão representar fator decisivo para a melhoria dos níveis de salário na agricultura.

- Minas Gerais

De modo geral, a anormalidade verificada no setor de mão-de-obra rural no Estado de Minas Gerais foi o desemprego resultante das perdas sofridas pelas lavouras no Norte do Estado, em consequência da seca.

Os salários pagos à mão-de-obra rural para prestação de serviços não variam muito entre as diferentes operações agrícolas, à exceção das colheitas de algodão e café, quando o pagamento é feito em função da produtividade.

Há um certo equilíbrio entre demanda e oferta de mão-de-obra no transcorrer do ano agrícola, embora com os inevitáveis períodos de escassez ou abundância. A mecanização tem substituído a mão-de-obra nas novas áreas incorporadas (cerrados principalmente), razão porque esse crescimento de área não tem causado anormalidades no mercado de trabalho.

O quadro 165 apresenta a evolução da remuneração de três categorias de trabalhadores na agricultura mineira, onde se observa, a exceção do tratorista em 1974, que os níveis de salário rural em Minas Gerais estão abaixo da média nacional.

- Espírito Santo

A mão-de-obra rural no Estado do Espírito Santo se encontra escassa em algumas regiões e abundante, embora disfarçada pelo subemprego, em outras. A realocação desse fator dentro do próprio setor rural pode proporcionar considerável ganho na renda rural, evitando-se a migração para os centros maiores.

Atribuiu-se o aumento da taxa de migração rural - urbana verificado nos últimos anos, ao programa de erradicação de cafezais improdutivos, sem a correspondente implantação de outras culturas que pudessem absorver a mão-de-obra liberada.

Os valores médios pagos aos trabalhadores levantados pela EMATER-ES são disponíveis para a safra 1974/75 e foram de 20,00 a 30,00 cruzeiros por dia para o diarista não residente com refeição; Cr\$ 930,00 por mês para o tratorista; Cr\$ 472,00 para o trabalhador residente e Cr\$ 641,00 para o capataz residente.

A jornada de trabalho diário varia de 8 a 10 horas, sendo de 26 o total de dias trabalhados por mês, em média.

- Paraná

As atividades de preparo do solo e início do plantio não são grande absorvedoras de mão-de-obra, sendo realizadas com a própria mão-de-obra familiar suplementada com a de volantes. Já na época da colheita, especialmente, para algumas culturas como o café e o algodão, pode haver problema de escassez de mão-de-obra.

Em agosto de 1976 o valor da mão-de-obra na região de Londrina era de 15,00 a 20,00 cruzeiros por dia para o residente com refeição, 22,00 a 25,00 cruzeiros por dia para o residente sem refeição, 28,00 a 30,00 cruzeiros por dia para o não-residente, 800,00 a 900,00 cruzeiros por mês para o tratorista, 900,00 a 1.000,00 cruzeiros por mês para o fiscal e 1.200,00 a 1.500,00 cruzeiros para o administrador, valores estes, portanto, bem compatíveis com a média nacional.

- Santa Catarina

A mão-de-obra no Estado de Santa Catarina tende a escassear nas proximidades de centros urbanos e polos de industrialização, mesmo recebendo, nestas regiões, valores bem mais elevados que nas demais regiões do Estado. A mão-de-obra familiar ainda predomina nas regiões mais afastadas dos centros urbanos, recorrendo-se ao assalariado apenas nas épocas em que as exigências culturais forçam a isso.

Os valores pagos no plantio da safra em 1975 eram de Cr\$ 30,00 por dia para o diarista não residente, com refeição, e Cr\$ 1.000,00 por mês, para o tratorista. Estes valores evoluíram para Cr\$ 40,00 para o diarista e Cr\$ 1.200,00 para o tratorista, na época da colheita, em 1976. Esses valores são bem superiores à média nacional.

As categorias "diarista residente" e "volante" não são comuns no Estado.

Nesse Estado a força de trabalho rural e urbana vem apresentando profundas diferenças estruturais e de comportamento. Nesse sentido, a evolução populacional apresentou relevantes mudanças quanto a composição urbana e rural, no período 1950-70 (quadro 166).

Ao analisar o quadro 166 ressalta de imediato que, proporcionalmente, a população urbana está crescendo mais rapidamente, embora ainda haja crescimento absoluto da população rural. Atualmente, apesar de manter características de Estado economicamente assentado no setor agropecuário, denota-se que a população urbana está sobrepujando a população agrícola, fato novo na história gaúcha.

Esta constatação exige explicação dos seus fatores determinantes. Do lado da agricultura, isso explica o seu próprio desenvolvimento e a sua modernização.

Observando o assunto do lado da urbanização, os atrativos do meio urbano, representados pela facilidade de emprego, educação, sanidade, lazer, enfim, bem estar social, parecem influenciar significativamente este processo migratório. A expansão do comércio e sobremaneira da indústria, podem ser citados também como de relevante importância para esse deslocamento populacional.

A substituição da força de trabalho humana decorrente da mecanização agrícola foi decisiva ao desenvolvimento do processo. Fato que vem comprovar mais uma vez a forte tendência de modernização da agricultura desse Estado.

Nas regiões de agricultura empresarial, representada especialmente pela soja, trigo e arroz, onde a migração é mais intensa, determinou uma alteração na situação anteriormente verificada. A mecanização crescente substituiu grande parte da força de trabalho humana, exigindo uma parcela menor porém mais especializada. Isto propiciou uma remuneração mais compensadora ao trabalhador rural.

Atualmente, devido ao processo crescente de mecanização agrícola, verifica-se certa escassez de empregados especializados, originando esforços de vários organismos no sentido de satisfazer esse desequilíbrio.

Nessa linha, o desequilíbrio entre a oferta e demanda de trabalho é estacional. Isto se constata com mais intensidade em épocas de safras. Como solução imediata, adotou-se a contratação de trabalho de forma fixa, ocupando-a em outras atividades nos períodos de entressafra.

Na realidade, parece viável admitir que a escassez é em termos de mão-de-obra especializada e não mão-de-obra bruta. Esse desequilíbrio parece ser satisfeito ainda no curto prazo, já que grandes esforços estão sendo feitos nesse sentido.

(IEA, 13/10/1976)

QUADRO 160.- Remuneração Média do Trabalho Agrícola no Brasil, 1974-75

Categoria	Base salarial	Preço médio nacional (Cr\$) ⁽¹⁾		Relação 1975/1974 (%)
		1974	1975	
Administrador	mês	579,50	885,50	53
Capataz	mês	403,00	575,50	43
Tratorista	mês	513,50	738,00	44
Trabalhador permanente	mês	323,50	434,50	34
Diarista	dia	13,00	18,00	38

⁽¹⁾ Média aritmética entre os dois semestres.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO 161. - Salários Rurais e Respetivos Índices em Valores Correntes e Reais⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1960-76

Ano	Diarista residente				Volante				Tratorista			
	Valor corrente		Valor real		Valor corrente		Valor real		Valor corrente		Valor real	
	Cr\$/dia	Índice ⁽²⁾	Cr\$/dia	Índice ⁽³⁾	Cr\$/dia	Índice ⁽²⁾	Cr\$/dia	Índice ⁽³⁾	Cr\$/mês	Índice ⁽²⁾	Cr\$/mês	Índice ⁽³⁾
1960	0,114	61	4,76	101,66	0,110	52	4,59	87,50	4,14	63	172,71	94,90
1961	0,148	80	4,51	96,33	0,171	80	5,21	99,31	5,23	80	159,20	87,48
1962	0,223	120	4,48	95,69	0,254	120	5,10	97,22	7,84	120	157,37	86,48
1963	0,362	195	4,14	88,42	0,398	187	4,56	86,92	12,82	196	146,74	80,63
1964	0,764	412	4,59	98,04	0,814	383	4,89	93,21	27,13	415	163,02	89,58
1965	1,369	738	5,24	111,92	1,547	728	5,93	113,04	62,36	954	238,92	131,29
1966	1,787	963	4,96	105,94	2,071	975	5,75	109,61	73,45	1.124	203,86	112,02
1967	2,492	1.343	5,39	115,12	2,538	1.194	5,49	104,65	86,78	1.328	187,80	103,20
1968	3,287	1.772	5,73	122,38	3,700	1.741	6,46	123,14	109,02	1.668	189,93	104,37
1969	3,875	2.089	5,59	119,39	4,155	1.955	5,99	114,18	151,40	2.317	218,43	120,03
1970	5,135	2.768	6,18	131,99	5,650	2.659	6,80	129,62	183,39	2.806	220,87	121,37
1971	6,445	3.474	6,44	137,55	7,035	3.311	7,04	134,20	233,86	3.579	233,86	128,51
1972	8,380	4.518	7,16	152,93	9,360	4.405	8,00	152,50	290,64	4.447	248,48	136,54
1973	11,350	6.119	8,43	180,05	11,900	5.600	8,84	168,51	376,55	5.762	279,64	153,66
1974	15,850	8.544	9,15	195,43	18,250	8.588	10,53	200,72	502,95	7.696	290,24	159,49
1975	20,650	11.132	9,33	199,36	23,750	11.176	10,73	204,38	688,95	10.542	311,32	171,07
1976 ⁽⁴⁾	24,500	13.208	8,52	179,91	30,500	14.353	10,60	201,90	795,50	12.173	276,48	151,93

⁽¹⁾ Em cruzeiro de 1971 pelo índice "2" da Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Índice simples, base de comparação: 1961-62=100.

⁽³⁾ Índice simples, base de comparação: 1962-66=100.

⁽⁴⁾ Informações coletadas em abril de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 162. - Evolução do Salário de Diarista Residente e Salário Mínimo na Capital, Estado de São Paulo, 1970-76

Ano	Salário diarista residente (a)	Salário mínimo na Capital ⁽¹⁾ (b)	Relação percentual entre salário de diarista residente e salário mínimo na Capital (a/b)
1970	154,05	174,27	88
1971	193,35	212,80	91
1972	251,40	254,40	99
1973	340,50	297,93	114
1974	475,50	355,20	134
1975	619,50	493,20	126
1976 ⁽²⁾	725,00	532,80	138

⁽¹⁾ Média anual ponderada.

⁽²⁾ Dados vigentes em abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 163. - Salários Rurais Correntes e Reais e Respectivos Índices, Estado de São Paulo, 1971-76

Ano	Mês	Diarista residente			Volante			Administrador			Tratorista		
		Cr\$/dia (¹)	Cr\$/dia (²)	Índice (³)	Cr\$/dia (¹)	Cr\$/dia (²)	Índice (³)	Cr\$/mês (¹)	Cr\$/mês (²)	Índice (³)	Cr\$/mês (¹)	Cr\$/mês (²)	Índice (³)
1971	Média	6,44	6,44	100,00	7,04	7,04	100,00	311,27	311,27	100,00	233,86	233,86	100,00
1972	Mar.	7,46	6,62	102,80	8,92	7,92	112,50	379,90	337,28	108,36	259,29	230,20	98,43
1972	Nov.	9,30	7,55	117,24	9,80	7,96	113,07	424,00	344,42	110,65	290,00	235,57	100,73
1972	Média	8,38	7,16	111,18	9,36	8,00	113,64	401,95	333,75	107,22	274,65	234,81	100,41
1973	Mar.	9,90	7,66	118,94	10,30	7,97	113,21	506,40	391,82	125,88	321,10	248,45	106,24
1973	Nov.	12,80	9,04	140,37	13,50	9,54	135,51	558,00	394,30	126,67	432,00	305,26	130,53
1973	Média	11,35	8,43	130,90	11,90	8,84	125,57	552,20	395,23	126,97	376,55	279,64	119,58
1974	Mar.	13,40	8,47	131,52	16,30	10,30	146,31	625,00	395,26	126,98	429,00	271,30	116,00
1974	Nov.	18,30	9,71	150,78	20,20	10,71	152,13	787,80	418,05	134,30	576,90	306,13	130,90
1974	Média	15,85	9,15	142,08	18,25	10,53	149,57	706,40	407,65	130,96	502,95	290,24	124,11
1975	Abr.	17,80	8,55	132,76	22,10	10,61	150,61	854,70	410,31	131,82	592,90	284,63	121,71
1975	Nov.	23,50	9,63	149,53	25,40	10,41	147,87	1.050,00	430,25	138,22	785,00	321,66	137,54
1975	Média	20,65	9,33	144,88	23,75	10,73	152,41	952,35	430,34	138,25	688,95	311,32	133,12
1976	Abr.	24,50	8,52	132,30	30,50	10,60	150,57	1.200,00	417,06	133,99	795,50	276,48	118,22

(¹) Média do Estado, em valores correntes.

(²) Média do Estado, em valores reais de 1971 pelo índice "2" da Conjuntura Econômica.

(³) Índices simples, calculados a partir dos valores reais em cruzeiro de 1971. Base de comparação: média 1971 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 164. - Relação entre Salário de Colheita e Preço do Produto, para Algodão, Amendoim, Café e Cana, Estado de São Paulo, 1971-76

Ano	Algodão			Amendoim			Café beneficiado			Cana-de-açúcar		
	Salário Cr\$/@	Preço Cr\$/@	Relação $\frac{\text{Salário}}{\text{Preço}} \times 100$	Salário Cr\$/sc. 25kg	Preço Cr\$/sc. 25kg	Relação $\frac{\text{Salário} \times 100}{\text{Preço}}$	Salário Cr\$/sc. 60kg ⁽¹⁾	Preço Cr\$/sc. 60kg	Relação $\frac{\text{Salário} \times 100}{\text{Preço}}$	Salário Cr\$/t	Preço Cr\$/t	Relação $\frac{\text{Salário} \times 100}{\text{Preço}}$
1971	2,19	14,25	15,37	1,77	15,28	11,58	19,77	135,00	14,64	3,75	24,50	15,30
1972	3,26	17,10	19,06	2,27	15,30	14,84	23,68	213,80	11,08	4,50	29,17	15,43
1973	3,57	23,50	15,19	2,86	25,50	11,22	32,40	290,00	11,17	4,75	35,09	13,54
1974	5,60	35,00	16,00	4,70	29,00	16,21	45,28	332,64	13,61	7,59	57,67	13,16
1975	6,50	36,00	18,06	5,50	44,00	12,50	54,73	590,00	9,28	8,47	80,53	10,52
1976 ⁽²⁾	10,10	80,00	12,63	8,60	47,00	18,30

⁽¹⁾ Salário de colheita por sacco de 110 litros de café, transformado em café beneficiado, estimando-se rendimento de 19kg de café beneficiado por sacco de café em côco.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 165. - Remuneração da Mão-de-Obra, Estado de Minas Gerais, 1971-76
(em cruzeiro)

Categoria	1971	1972	1973	1974	1975	1976 ⁽¹⁾
Diarista seco ⁽²⁾	4,85	6,20	7,96	12,65	16,50	21,20
Tratorista ⁽³⁾	-	-	370,42	517,01	692,60	920,60
Mensalista ⁽³⁾	137,00	177,30	232,45	315,41	422,20	523,40

⁽¹⁾ Média janeiro a junho.

⁽²⁾ Salário diário.

⁽³⁾ Salário mensal.

Fonte: EPAMIG, Secretaria da Agricultura.

QUADRO 166. - Evolução da População Rural e Urbana, Rio Grande do Sul, 1950-70

Ano	População			Taxa média anual de crescimento		
	Rural	Urbana	Total	Urbana	Rural	Total
1950	2.742.841	1.421.980	4.164.821	5,6	0,9	2,7
1960	3.003.049	2.445.774	5.445.823	4,0	0,6	2,7
1970	3.174.870	3.620.588	6.755.458			

Fonte: FEE.

- Mercado de Terras

O mercado de terras no Brasil evoluiu acentuadamente no período de 1972-75, segundo recente análise da Fundação Getúlio Vargas ⁽⁵⁾. A valorização das terras a partir de 1972 se intensificou sobremaneira em 1973 e 1974, mercê de uma série de fatores tais como a aceleração da elevação dos preços de produtos primários, ocasionada, inclusive, pela crise do petróleo, o aumento dos financiamentos de custeio e investimento e a construção e/ou melhoria de estradas.

A este respeito, pesquisa desenvolvida na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo procurou esclarecer alguns aspectos da valorização dos preços de terras agrícolas em 16 estados brasileiros, no período 1966-74 ⁽⁶⁾. Esta valorização parece estar inteiramente ligada à evolução da relação entre os preços recebidos e os pagos pela agricultura. Assim, a elevação da produtividade da terra é acompanhada pela elevação do preço do fator terra. O diferencial de preços de terras entre regiões estaria relacionado, entre outros fatores, ao nível tecnológico existente.

O impacto da infraestrutura sobre os preços varia de região para região, podendo ocorrer, entretanto, um ponto de saturação que tornaria redundante o papel da infraestrutura governamental no mercado da terra.

Os preços de 1975, segundo a FGV, mostraram uma diminuição no seu ritmo de crescimento, causada pelas políticas de incentivo ao consumo de fertilizantes agrícolas, diminuição da procura e das cotações externas de produtos primários, preços reais mais estáveis de máquinas agrícolas (os quais até então eram decrescentes), adversidades climáticas e menor ritmo de crescimento dos preços recebidos pelos agricultores.

No ano de 1975, na média nacional, houve uma elevação dos preços correntes para arrendamento ou venda de terras, em proporções variáveis (quadro 167). Os preços de arrendamento se elevaram mais para as explorações animais do que para as lavouras. A procura de terras para alugar, em 1975, declinou de intensidade, sendo isto explicado pela passagem de razoável número de arrendatários para a categoria de assalariados e por uma maior propensão à compra de terras constatada no levantamento realizado nos anos em referência. O percentual de elevação dos preços de vendas de terras para lavoura superou os dos demais 3 tipos de terras, os quais apresentaram um comportamento bastante parecido (quadro 167). A elevação média dos preços de vendas de terras foi de 52%.

As elevações apresentadas por diversos estados tiveram como causa principal as cotações ascendentes de seus principais produtos.

Em São Paulo, em 1976, os preços reais da terra nua voltaram a apresentar altas que oscilam entre 11,6% e 12,1% sobre os valores de 1975, ressalvando-se porém as terras para reflorestamento que tiveram valorização de apenas 3,0%. Essa constatação é interessante pois, além de refletir o dinamismo dos mercados de produtos devido à ampliação da área de cultivo, estabelece um contraste com 1975, quando se registrou um forte arrefecimento no mercado de terras.

⁽⁵⁾ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Agropecuária. Preços médios e Índices de arrendamento, vendas de terras, salários e serviços. Anos de 1973 a 1975. Rio de Janeiro, 1976: 99 páginas.

⁽⁶⁾ OLIVEIRA, José Teófilo e COSTA, Iraú Del Nero. Evolução recente do preço da terra no Brasil. São Paulo, FIPE, 1976. 26 páginas (Trabalho apresentado ao XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Rural).

Em janeiro de 1976, as terras de primeira alcançaram o valor médio de 15 mil cruzeiros o hectare (ou Cr\$ 36.300,00/alqueire); as terras de segunda foram avaliadas em aproximadamente 11,2 mil cruzeiros o hectare (Cr\$ 27.100,00/alqueire); as terras de pastagem, 9,5 mil cruzeiros/hectare (Cr\$ 23.000,00/alqueire), as de reflorestamento quase 7 mil cruzeiros/hectare (Cr\$ 16.700,00/alqueire); e, as de campo 6,2 mil cruzeiros/hectare (Cr\$ 15.100,00/alqueire).

Evidentemente, variações em torno das médias são amplas, devido a diversos fatores por demais conhecidos, como uso, qualidade, localização e facilidades de infraestrutura. Por exemplo, as terras de primeira vão desde 8,9 mil cruzeiros/hectare (Cr\$ 21.500,00/alqueire) em média na DIRA de Presidente Prudente até 23,9 mil cruzeiros/hectare (Cr\$ 55.900,00/alqueire) na Região de Campinas. Para as demais categorias variações semelhantes são também observadas.

As terras com benfeitorias, classificadas segundo o tamanho, também apresentam, em 1976, uma retomada altista em seus preços. Porém, somente no caso das pequenas propriedades os preços reais (Cr\$ de 1971) superam o nível observado em 1974, ano de grande euforia no mercado de terras.

Quanto ao valor do arrendamento, as informações disponíveis indicam que em 1975, o arrendamento em dinheiro registrou diminuição, pela segunda vez consecutiva, em cruzeiros de 1971 (-2,0%). Entretanto, no período 1968-75 houve uma valorização real superior a 80%.

Quanto ao arrendamento em espécie, o algodão teve em 1975 o seu maior índice, enquanto amendoim e milho mostraram ligeiras altas e o arroz, uma queda bastante sensível. Oscilações de ano a ano são frequentes nessa forma de arrendamento, mas não chegam a provocar mudanças radicais na relação produto/hectare sempre que se consideram períodos mais longos (1968-75). Ainda com relação ao arrendamento de terras para lavouras, há indicações de que no período 1972-75, foram arrendados em média 726 mil hectares (300 mil alqueires), ou seja, aproximadamente 15% da área total cultivada no Estado.

Quanto ao aluguel de pasto, observa-se uma tendência definida de alta no período 1969-75, pois os valores reais de um hectare aumentaram de 150%, 124% e 138, respectivamente, para o aluguel mensal, anual e mensal/cabeça. Essas taxas são mais pronunciadas que as calculadas para as terras de cultura. Entre 1974 e 1975, o aluguel mensal subiu 4,9%, o anual diminuiu 5,6% e mensal por cabeça aumentou 18,5%.

A evolução dos preços de terra relacionada com o preço dos produtos agropecuários, dá uma indicação da capacidade de investimento do agricultor. No período 1971-75, houve uma crescente necessidade de quantidade de produto para adquirir um hectare de terra no Estado de São Paulo. Em 1976, as primeiras estimativas dessa relação indicam uma sensível melhoria do café, algodão, batata e feijão, e relativa estabilidade da laranja; os outros produtos - cana-de-açúcar, milho, leite, arroz, soja e carne bovina - pioraram suas relações de troca.

(IEA, 13/10/1976).

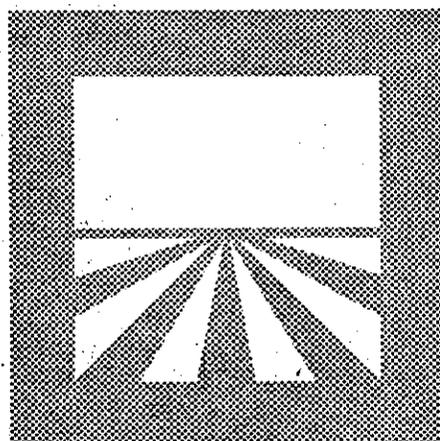
QUADRO 167.- Preços de Venda e de Arrendamento de Terras, Brasil, 1974 e 1975
(em cruzeiro)

Item	Unidade	Preço médio nacional ⁽¹⁾		Relação 1975/1974 (%)
		1974	1975	
Arrendamento				
Lavoura	ha	294,50	374,00	27
Pecuária	ha	173,00	230,50	33
Engorda de animais	cab./mês	14,50	19,50	34
Venda				
Lavoura	ha	2.188,00	3.436,50	57
Campo	ha	1.128,00	1.693,50	50
Pastagem	ha	1.933,50	2.918,50	51
Mata	ha	1.056,00	1.583,50	50
Média	ha	1.681,00	2.549,50	52

⁽¹⁾ Média aritmética dos dois semestres.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

PROGNÓSTICO REGIÃO CENTRO-SUL 76/77



valor da produção .4

4 - VALOR DA PRODUÇÃO

Estimativas preliminares de preço e produção da agricultura da Região Centro-Sul para a safra 1975/76 mostram um decréscimo em valor real de -5,2%. Como se sabe que o café teve sua produção fortemente diminuída, ao se isolar o efeito deste produto, a taxa de decréscimo observada é de apenas -1,3%.

Este valor da produção, que atingiu a mais de 140 bilhões de cruzeiros, representa um expressivo acréscimo anual de 35,5% em termos correntes.

Registre-se que essa cifra deve ser bastante inferior à renda obtida pelo setor, particularmente quando se considera o decréscimo dos estoques do café em mãos dos produtores, vendidos como foram por preços de até 3 vezes superiores aos vigentes a um ano atrás.

Em termos físicos, isto é, considerando os mesmos preços de 1975 no cálculo do valor de 1976, observaram-se as seguintes taxas de variação anual: Região Sudeste, 1,4%; Região Sul, 1,9% e Região Centro-Oeste, 30,5%; cabendo ao Centro-Sul, como um todo, a variação de 4,6%.

Os dados básicos utilizados pelo IEA foram obtidos de diversas fontes, sendo em muitos casos provenientes de métodos subjetivos de levantamento. Utilizou-se o índice geral de preços - disponibilidade interna - da Fundação Getúlio Vargas, admitindo sua variação entre julho de 1975 e julho de 1976, ou seja, um deflator de 0,699659.

A Região Sudeste apresenta uma queda em valor real de -1,4% e um valor global superior a 66,6 bilhões de cruzeiros (40,9%, em valor corrente, acima da estimativa para 1974/75), o que corresponde aproximadamente a 46,6 bilhões de cruzeiros em 1975. A Região Sul apresenta um decréscimo no valor real de -10,8%, resultante de um valor da produção superior a 58 bilhões de cruzeiros (27,5% acima do estimado para 1974/75); revertidos a cruzeiros de 1975, valeriam 40,8 bilhões. A Região Centro-Oeste mostra uma taxa real de expansão de 2,5% e um valor global da produção próximo a 16 bilhões de cruzeiros, ou seja, mais de 11 bilhões de cruzeiros de 1975; com relação à safra 1974/75, o valor do produto dessa região elevou-se de 46,5%.

Dentre os produtos, os mais importantes para a composição da renda global da agricultura da Região Centro-Sul são: carne bovina (12,45%), soja (12,40%), leite (11,59%), milho (11,50%), arroz (9,24%), café (6,91%), trigo (5,25%) e cana-de-açúcar (5,24%). Juntos, esses produtos totalizam 74,6% do valor gerado pela agricultura dessa Região (quadro 168).

Em menor nível de agregação, tem-se a seguinte participação relativa de cada Estado na composição do valor regional da produção:

Sudeste	
São Paulo	50,4%
Minas Gerais	39,2%
Espírito Santo	5,8%
Rio de Janeiro	4,6%

Sul	
Rio Grande do Sul	46,2%
Paraná	40,6%
Santa Catarina	13,2%
Centro-Oeste	
Mato Grosso	51,8%
Goiás	48,2%

Visualizando o Centro-Sul como um todo, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste participam, respectivamente, com 47,3%, 41,4% e 11,3% na formação do valor da produção do setor agrícola.

Os dados finais da safra 1974/75 permitem a estimativa do valor da sua produção e o cálculo da sua taxa de crescimento em relação ao período anterior. Assim, em termos gerais, verifica-se para a Região Centro-Sul uma taxa real de expansão de 5,0% e um valor global para 1974/75 de mais de 100 bilhões de cruzeiros (34,1% acima do observado em 1973/74) que transformados em cruzeiros 1974 chegariam à casa dos 81 bilhões. Para esse valor global, os estados estariam contribuindo assim: São Paulo 24,4%, Paraná 20,6%, Rio Grande do Sul 17,6%, Minas Gerais 17,1%, Santa Catarina 5,8%, Goiás 5,3%, Mato Grosso 5,2%, Rio de Janeiro 2,1% e Espírito Santo 1,9%. Deve-se portanto observar que esses dados corrigem os publicados anteriormente no Prognóstico 75/76 da Região Centro-Sul.

Dos números apresentados para 1975/76 precisam ser feitas algumas considerações. Em primeiro lugar, acentuou-se o deslocamento da fronteira agrícola para o Centro-Oeste, onde enormes áreas foram plantadas com arroz e milho. Outra evidência é que devido ao café houve sensíveis modificações na participação dos estados e dos produtos. Finalmente, a temporada 1975/76 marcou uma expressiva conquista na produção de cereais e grãos; exceção feita ao feijão, milho, soja, arroz e trigo são os destaques do ano.

- Paraná

Estimativas de preço e produção de 16 dos principais produtos da agricultura para -naense, referentes a safra 1975/76, indicam um decréscimo do valor bruto da produção de -22,7% em valor real (quadro 169). Entretanto, ao se excluir o café, o valor da produção acusa o aumento de 3,7%. Considerando somente a variação quantitativa da produção entre 1974/75 e 1975/76, a agricultura paranaense apresenta um decréscimo de -11,0%. É responsável por esse desempenho o café com uma produção praticamente nula (60 mil sacas beneficiadas).

Os produtos vegetais, em número de 11, apresentam variação negativa de -24,4%, passando para uma taxa positiva de 7,3% quando se abstrai o café. Os 5 produtos animais também mostram variação negativa da ordem de -12,2%.

Globalmente o produto agrícola é avaliado em mais de 23 bilhões de cruzeiros, 10,5% acima do observado em 1974/75. Tal resultado, em cruzeiro de 1975, corresponde a cerca de 16,5 bilhões de cruzeiros; os produtos vegetais respondendo por 84,5% e os de origem animal pelos 15,5% restantes.

Produtos mais importantes na composição do valor da produção da agricultura para -naense são: soja (28,3%), milho (14,7%), feijão (11,0%) e trigo (9,9%). Dentre esses produtos, somente o milho não apresenta ganhos reais em relação à 1974/75. Os outros e mais mandioca, algodão, cana-de-açúcar, aves para corte e banana tiveram seus valores reais acrescidos e, portanto, contribuem positivamente para o crescimento econômico.

- Rio Grande do Sul

A agricultura gaúcha, através das estimativas de preço e produção de 13 de seus principais produtos, apresenta uma elevação de 2,9% em termos reais em valor da produção de 1975/76 (quadro 170). Admitindo-se somente a variação quantitativa da produção, a preços de 1974/75, a agricultura gaúcha estaria crescendo de 12,9%. Se confirmado, este será sem dúvida um resultado da maior expressão.

Os 9 produtos vegetais acusam um acréscimo real de 6,2%. Os produtos animais, porém, em número de 4, decrescem de -8,9%.

Os itens mais importantes na composição do valor global são: soja (30,9%), trigo (15,9%), arroz em casca (11,2%) e milho (9,3%); juntos perfazendo mais 60% da produção gaúcha.

Contribuições positivas para o valor da produção são dadas pela soja, trigo, milho, mandioca, batata inglesa e fumo.

O valor global da produção agropecuária é estimado em 26,9 bilhões de cruzeiros, ou cerca de 18,8 bilhões de 1975. Daquele total, 21,7 bilhões são devidos à produção vegetal e 5,2 bilhões à produção animal. O valor gerado em 1975/76 é 47,0% superior ao obtido em 1974/75.

- Santa Catarina

Para a safra 1975/76, estimativas de preço e produção de 11 dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina sugerem um decréscimo no valor real de -9,9% (quadro 171). Exclusivamente em termos físicos, a produção total poderá crescer 14,1%.

O milho continua ocupando com destaque o primeiro lugar, contribuindo com 29,6% para o valor global. Seguem-se a ele a mandioca com 12,0%, a carne suína com 8,7% e o leite com 8,5%. Entre os que ocupam as primeiras posições em valor, somente a mandioca apresenta ganho real em relação à 1974/75. Todos os demais produtos, excetuando-se o trigo e o fumo, estariam apresentando perdas de valor real.

O valor total da produção situa-se ao redor dos 7,7 bilhões de cruzeiros, 28,8% acima do que foi gerado em 1974/75. Os produtos vegetais respondem por 69,3% desse valor, e os animais, em número de 4, pelos 30,7% restantes. Em cruzeiros de 1975 a produção agrícola é avaliada em mais de 5,4 bilhões.

- São Paulo

Em 1975/76 a agricultura paulista experimenta um decréscimo de -7,4% em termos reais no valor da sua produção; de acordo com as estimativas referentes a 26 de seus principais produtos (5º Levantamento de Previsão de Safras, IEA/CATI realizado em junho do corrente ano) (quadro 172). Ao se excluir o café, essa taxa passa a ser positiva com o ligeiro acréscimo de 0,2%. Considerando somente a variação quantitativa da produção, a agricultura paulista decresce -3,1%; subtraindo o café, ter-se-ia uma elevação de 9,9%, resultado dos mais importantes face a conjuntura de 1975 e que praticamente ratifica o Prognóstico de S.Paulo.

Os 20 produtos vegetais apresentam nos dois últimos anos decréscimo de -4,2%; excluindo-se o café, essa taxa torna-se positiva, indicando o aumento de 10,4%. Os produtos animais, em número de 6, deverão apresentar redução de -12,6% em relação à 1974/75.

Globalmente a produção agrícola do ano é avaliada em 33,6 bilhões de cruzeiros, 32,4% acima do estimado em 1974/75. Tal resultado, em cruzeiros de 1975, corresponde a cerca de 23,5 bilhões. Os produtos vegetais respondem por 64,8% desse total, enquanto os de origem animal pelos 35,2%.

Quanto à importância relativa dos diferentes produtos, em termos de valor, verifica-se que a cana-de-açúcar ocupa o primeiro lugar, seguida pela carne bovina, café e leite. Esses produtos, mais milho, aves e ovos totalizam 64,9% do total produzido pelo setor. Contribuições positivas foram dadas por cana-de-açúcar, milho, laranja, tomate, feijão, batata, trigo, mandioca, cebola, tangerina, limão, casulo, mamona e chá; negativamente contribuíram, entre os mais importantes, carne bovina, café, leite, aves, ovos, algodão, arroz e soja.

- Minas Gerais

A agricultura mineira, através das estimativas de valor da produção de 13 de seus principais produtos, apresenta para a safra 1975/76 acréscimo de 3,0% em termos reais (quadro 173). Excluindo-se o café, ter-se-ia uma retração de -11,3%. Analisando somente a variação quantitativa do produto físico entre 1975/76 e 1974/75, a preços de 1974/75, a agricultura mineira teria experimentado acréscimo de 9,6%; sem o café essa taxa seria de 4,5%.

Os produtos mais importantes na composição do valor global são: leite (24,3%), café beneficiado (18,4%), carne bovina (15,6%), milho (14,1%) e arroz em casca (6,5%). Registram ganhos em termos reais o café, o feijão e a cana-de-açúcar; os demais produtos aparecem com contribuições negativas.

O valor da produção é calculado em mais de 26,1 bilhões de cruzeiros (47,2% acima do indicado para 1974/75, o que convertido a cruzeiros de 1975 alcançaria cerca de 18,3 bilhões. Os produtos vegetais contribuem com 13,8 bilhões de cruzeiros (crescimento real = 25,1%) e os produtos animais com 12,3 bilhões (decréscimo real = -14,1%). Esses números correspondem, respectivamente, a cerca de 9,7 bilhões e 8,6 bilhões de cruzeiros de 1975.

- Rio de Janeiro

Estimativas de valor de 10 dos principais produtos da agricultura do Estado do Rio de Janeiro evidenciam um decréscimo real de -4,1% em 1975/76 (quadro 174). Analisando exclusivamente em termos físicos, a produção cresce de 0,4%.

Os dados referentes à produção pecuária devem ser aceitos com bastante reserva, pois foram projetados com base no conhecimento de técnicos e especialistas para os diversos produtos.

O valor total da produção situa-se pouco acima de 3,0 bilhões de cruzeiros, sendo quase 1,9 bilhão em produtos vegetais e 1,1 bilhão a produção animal. Convertendo-se a cruzeiro de 1975, ter-se-ia, respectivamente, 2,1 bilhões, 1,3 e 0,8 bilhão de cruzeiros.

Cana-de-açúcar, leite, banana e aves ocupam os 4 primeiros postos com participação de 27,3%, 17,1%, 12,9% e 12,2% respectivamente. Ganhos reais foram registrados para cana-de-açúcar, banana e tomate.

- Espírito Santo

Dez dos principais produtos da agricultura capixaba evidenciam um acrêscimo positivo de 37,5% no valor real da produção para a safra 1975/76 (quadro 175). Subtraindo-se o café essa taxa cai para -3,5%. Exclusivamente em termos físicos, a produção total cresceria 5,7%.

Os produtos vegetais, em número de 6, mostram um acrêscimo de 76,0%, enquanto os 4 produtos animais decrecem -12,9%.

O café ocupa destacadamente o primeiro lugar, com um ganho de valor real da ordem de 191%. Seguem-se-lhe a mandioca (acrêscimo de 101%), o leite e a carne bovina.

O valor total da produção situa-se ao redor dos 3,9 bilhões de cruzeiros, correspondendo a cerca de 2,7 bilhões de cruzeiros de 1975. Desse total, 72,5% são devidos à produção vegetal e 27,5% à produção animal.

- Goiás

Dentre 10 dos principais produtos do setor primário do Estado, o arroz continua ocupando o primeiro lugar nessa safra de 1975/76, contribuindo com 27,8% para o valor total da produção, embora registre um valor de produção decrecido de -14,2%. Em ordem de importância relativa aparecem o leite, a carne bovina e o milho com 18,4%, 16,9% e 16,5%, respectivamente.

O valor total da produção atinge cerca de 7,6 bilhões de cruzeiros, 40,0% superior à 1974/75. Convertendo-se esse valor a cruzeiro de 1975, chegar-se-ia a 5,3 bilhões, o que admite uma variação negativa de -2,1% em relação à safra anterior (quadro 176). Considerando somente a produção física, ter-se-ia uma taxa de variação positiva da ordem de 25,4%.

- Mato Grosso

Para a safra 1975/76, estimativas de valor de 10 dos principais produtos agrícolas evidenciam um acrêscimo, em relação a 1974/75, de 7,1% em valor real (quadro 177). Em termos físicos, isto é, mantendo constantes os preços de 1974/75, a agricultura matogrossense revela um incremento de 35,5%.

Os produtos vegetais apresentam um crescimento de 8,5% em valor real, enquanto que nos produtos animais essa taxa é 5,4%. Registre-se que apenas neste Estado e em Goiás a produção pecuária apresenta ganhos reais, fruto da maior produção da carne bovina.

O valor global da produção setorial é avaliado em mais de 8,2 bilhões de cruzeiros, sendo cerca de 4,6 bilhões devidos à produção vegetal e 3,6 bilhões à produção animal. Deve-se notar que o valor de 1975/76 é 53,1% superior ao de 1974/75.

Contribuições positivas para o valor real da produção foram dadas por carne bovina, mandioca, feijão, amendoim e trigo.

(IEA, 14/10/1976).

QUADRO 168.- Estimativas do Valor da Produção Agrícola da Região Centro-Sul, 1974/75 e 1975/76

Região Fisiográfica e Unidade da Federação	Valor corrente (Cr\$ 1.000)		Valor real em Cr\$ 1.000 de 1975 1975/76
	1974/75	1975/76	
Sudeste			
Minas Gerais	17.740.651	26.115.611	18.272.022
Espírito Santo	1.973.550	3.877.097	2.712.646
Rio de Janeiro	2.213.191	3.033.563	2.122.460
São Paulo	<u>25.366.619</u>	<u>33.590.169</u>	<u>23.501.664</u>
Sub-total	47.294.011	66.616.440	46.608.792
Sul			
Paraná	21.394.044	23.634.669	16.536.209
Santa Catarina	5.999.017	7.724.836	5.404.751
Rio Grande do Sul	<u>18.312.657</u>	<u>26.923.583</u>	<u>18.837.327</u>
Sub-total	45.705.718	58.283.088	40.778.287
Centro-Oeste			
Mato Grosso	5.365.115	8.215.031	5.747.720
Goiás	<u>5.453.770</u>	<u>7.633.483</u>	<u>5.340.834</u>
Sub-total	10.818.885	15.848.514	11.088.554
Total	103.818.614	140.748.042	98.475.633

Fonte: Dados secundários reunidos pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 169. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Paraná 1974/75 e 1975/76

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1974/75	1975/76	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾		1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	Cr\$ 1.000 de 1975 ⁽²⁾ 1975/76
Soja	3.420,00	4.330,90	79,80	92,60	sc.60kg	4.548.600	6.684.022	4.676.536
Milho	3.590,00	4.309,06	42,60	48,31	sc.60kg	2.548.900	3.469.511	2.427.475
Feijão	607,94	613,23	150,60	254,44	sc.60kg	1.525.929	2.600.504	1.819.466
Trigo	460,00	1.100,00	100,20	127,80	sc.60kg	768.200	2.343.000	1.639.301
Arroz em casca	850,60	1.052,90	120,00	96,33	sc.60kg	1.701.200	1.690.431	1.182.725
Leite (milhões litros)	647,46	677,52	1,72	2,08	litro	1.113.631	1.409.242	985.989
Carne bovina	149,86	154,02	112,92	134,45	arroba	1.128.146	1.380.533	965.902
Mandioca	1.953,47	1.658,48	339,57	802,33	tonelada	663.340	1.330.648	931.000
Algodão	337,70	285,80	34,35	66,30	arroba	773.333	1.263.236	883.834
Carne suína	63,16	68,44	83,10	91,78	arroba	349.906	418.762	292.991
Cana-de-açúcar	2.280,00	2.606,00	80,53	116,03	tonelada	183.608	302.374	211.559
Ovos (milhões dúzias)	53,00	53,00	3,97	4,91	dúzia	210.410	260.230	182.072
Aves para corte	17,76	23,10	6,74	8,52	kg vivo	119.702	196.812	137.701
Amendoim	110,27	68,65	51,50	54,56	sc.25kg	227.156	149.822	104.825
Banana	108,79	138,60	700,00	913,00	tonelada	76.153	126.542	88.536
Cafê beneficiado	690,00	0,36	474,42	1.500,00	sc.60kg	5.455.830	9.000	6.297
Valor total da produção			(crescimento real = -22,71%)			21.394.044	23.634.669	16.536.209
Valor total da produção sem café			(crescimento real = 3,71%)			15.938.214	23.625.669	16.529.912
Valor total da produção de origem vegetal			(crescimento real = -24,36%)			18.472.249	19.969.090	13.971.554
Valor total da produção de origem vegetal sem café			(crescimento real = 7,29%)			13.016.419	19.960.090	13.965.257
Valor total da produção de origem animal			(crescimento real = -12,22%)			2.921.795	3.665.579	2.564.655
Valor total da produção a preços de 1974/75			(crescimento físico = -11,00%)			21.394.044	19.040.394	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho 1976.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1975 a julho de 1976.

Fonte: Fundação IBGE, DERAL, SUPLAN, CEPA-PR, GEIPOA-PR, Sindicato da Indústria de Carne e Derivados no Estado do Paraná, FGV, IBC e IAA.

QUADRO 170. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Rio Grande do Sul, 1974/75 e 1975/76

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$ 1.000 de 1975 ⁽²⁾ 1975/76
	1974/75	1975/76	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾		1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	
Soja	4.688,52	5.131,00	74,40	97,34	sc.60kg	5.813.765	8.324.192	5.824.096
Trigo	1.234,30	2.004,00	100,20	127,80	sc.60kg	2.061.281	4.268.520	2.986.508
Arroz em casca	1.700,00	1.881,00	79,00	80,00	sc.50kg	2.686.000	3.012.735	2.107.887
Milho	2.367,32	2.443,00	43,80	61,25	sc.60kg	1.728.144	2.493.896	1.744.877
Leite (milhões litros)	920,00	1.000,00	1,86	2,24	litro	1.711.200	2.240.000	1.567.236
Carne bovina	221,00	221,00	105,48	137,17	arroba	1.554.072	2.020.971	1.413.991
Mandioca	3.166,00	2.902,00	197,77	549,10	tonelada	626.140	1.593.488	1.114.898
Fumo	97,72	112,30	4,56	6,18	quilograma	445.603	694.014	485.573
Batata inglesa	395,51	403,80	55,20	94,10	sc.60kg	363.869	633.293	443.089
Carne suína	100,26	100,26	65,76	77,90	arroba	439.540	520.684	364.301
Aves para corte	62,48	71,00	5,34	6,69	quilograma	333.643	474.990	332.331
Feijão	155,62	140,30	109,80	157,64	sc.60kg	284.785	368.615	257.905
Cebola	135,70	135,70	1,95	2,05	quilograma	264.615	278.185	194.635
Valor total da produção		(crescimento real = 2,87%)				18.312.657	26.923.583	18.837.327
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = 6,20%)				14.274.202	21.666.938	15.159.468
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = -8,93%)				4.038.455	5.256.645	3.677.859
Valor total da produção a preços de 1974/75		(crescimento físico = 12,91%)				18.312.657	20.676.118	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho 1976.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1975 a julho de 1976.

Fonte: Fundação IBGE, GCEA, CEPA-RS, UNEAGRI, FGV (IBE-CEA) e ASCAR.

QUADRO 171. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Santa Catarina, 1974/75 e 1975/76

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$ 1.000 de 1975 (2) 1975/76
	1974/75	1975/76	1974/75	1975/76(1)		1974/75	1975/76(1)	
Milho	2.253,00	2.500,89	49,80	54,71	sc.60kg	1.869.990	2.280.395	1.595.499
Mandioca	1.853,30	1.782,64	217,76	518,90	tonelada	403.575	925.012	647.193
Carne suína	122,68	122,68	71,56	81,76	arroba	585.265	668.688	467.853
Leite (milhões litros)	356,48	376,48	1,42	1,73	litro	506.202	651.310	455.695
Fumo	78,57	93,41	5,39	6,57	quilograma	423.492	613.704	429.384
Soja	467,20	435,00	70,20	84,42	sc.60kg	546.624	612.045	428.223
Aves para corte	69,56	84,00	5,83	6,82	kg vivo	405.535	572.880	400.821
Arroz em casca	292,70	358,70	105,00	93,50	sc.60kg	512.225	558.974	391.091
Carne bovina	54,11	54,62	115,77	131,50	arroba	417.621	478.835	335.021
Feijão	169,26	104,20	98,40	145,24	sc.60kg	277.586	252.233	176.477
Trigo	30,48	52,00	100,20	127,80	sc.60kg	50.902	110.760	77.494
Valor total da produção			(crescimento real = -9,91%)			5.999.017	7.724.836	5.404.751
Valor total da produção de origem vegetal			(crescimento real = -8,30%)			4.084.394	5.353.123	3.745.361
Valor total da produção de origem animal			(crescimento real = -13,33%)			1.914.623	2.371.713	1.659.390
Valor total da produção a preços de 1974/75			(crescimento físico = 14,12%)			5.999.017	6.846.085	-

(1) Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1976.

(2) Deflator estimado em função da variação do índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1975 a julho de 1976.

Fonte: Fundação IBGE, CEPA-SC e FGV (IBE-CEA).

QUADRO 172. - Estimativa da Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de São Paulo, 1974/75 e 1975/76

Produto	Quantidade (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	1974/75	1975/76 ⁽²⁾	Unidade	1974/75	1975/76 ⁽²⁾	Cr\$ 1.000 de 1975 ⁽³⁾ 1975/76
Cana-de-açúcar	38.100,0	43.000,0	80,53	116,03	tonelada	3.068.193	4.989.290	3.490.802
Carne bovina	496,8	496,8	125,00	140,00	arroba	4.140.000	4.636.800	3.244.180
Cafê beneficiado	420,0	127,6	590,00	1.500,00	sc. 60kg	4.130.000	3.190.000	2.231.912
Leite (milhões litros)	1.506,0	1.580,0	1,43	1,86	litro	2.153.580	2.938.800	2.056.158
Milho	2.100,0	2.724,0	48,00	55,00	sc. 60kg	1.680.000	2.497.000	1.747.049
Ovos (milhões dúzias)	442,0	445,0	3,31	4,40	dúzia	1.463.020	1.958.000	1.369.932
Aves para corte	240,0	250,0	4,94	6,40	kg vivo	1.185.600	1.600.000	1.119.454
Algodão	489,6	295,5	36,00	80,00	arroba	1.175.040	1.576.000	1.102.663
Arroz	510,0	840,0	130,00	100,00	sc. 60kg	1.105.000	1.400.000	979.523
Soja	678,0	765,0	83,00	95,00	sc. 60kg	937.900	1.211.250	847.462
Laranja	3.488,0	4.068,0	8,00	11,50	cx. 40kg	697.600	1.169.550	818.286
Tomate	560,8	563,2	960,00	1.720,00	tonelada	538.368	968.704	677.762
Feijão	109,2	139,7	180,00	370,00	sc. 60kg	327.600	861.483	602.744
Batata	423,0	397,2	74,70	115,00	sc. 60kg	526.635	761.300	532.650
Amendoim	262,5	331,1	44,00	47,00	sc. 25kg	462.000	622.468	435.515
Trigo	62,9	256,9	100,20	127,80	sc. 60kg	105.043	547.197	382.851
Carne suína	65,9	69,5	102,75	115,00	arroba	451.415	532.833	372.801
Mandioca	720,0	610,0	271,00	700,00	tonelada	195.120	427.000	298.754
Uva p/mesa	112,8	124,9	16,50	27,00	cx. 8kg	232.650	421.537	294.932
Banana	529,7	567,6	450,00	600,00	tonelada	238.365	340.560	238.276
Cebola	99,0	133,5	93,40	100,00	sc. 45kg	205.480	296.667	207.566
Tangerina	505,6	602,4	10,00	14,00	cx. 40kg	126.400	210.840	147.516
Limão	368,0	376,0	10,00	20,00	cx. 40kg	92.000	188.000	131.536
Casulo	5,0	6,3	15,00	25,00	quilograma	75.000	157.500	110.196
Mamona	37,0	28,5	0,95	1,90	quilograma	35.150	54.150	37.887
Chã verde	27,8	27,7	0,70	1,20	quilograma	19.460	33.240	23.257
Valor total da produção (26 produtos)				(crescimento real = -7,35%)		25.366.619	33.590.169	23.501.664
Valor total da produção sem café (25 produtos)				(crescimento real = 0,16%)		21.236.619	30.400.169	21.269.752
Valor total da produção de origem vegetal (20 produtos)				(crescimento real = -4,21%)		15.898.004	21.766.236	15.228.943
Valor total da produção de origem vegetal s/café (19 produtos)				(crescimento real = 10,44%)		11.768.004	18.576.236	12.997.031
Valor total da produção de origem animal (6 produtos)				(crescimento real = -12,63%)		9.468.615	11.823.933	8.272.721
Valor total da produção a preços de 1974/75				(crescimento físico = -3,07%)		25.366.619	24.587.107	-

⁽¹⁾ Quinto levantamento de safras, junho de 1976.

⁽²⁾ Estimativas preliminares, baseadas nas informações até julho de 1976.

⁽³⁾ Deflator estimado em função da variação do índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1975 a julho de 1976.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 173. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Minas Gerais, 1974/75 e 1975/76

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1974/75	1975/76	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	Unidade	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	Cr\$ 1.000 de 1975 ⁽²⁾ 1975/76
Leite (milhões litros)	3.000,00	3.200,00	1,69	1,98	litro	5.070.000	6.336.000	4.433.039
Cafê beneficiado	120,00	192,00	459,30	1.500,00	sc.60kg	918.600	4.800.000	3.358.363
Carne bovina	480,00	500,00	105,86	122,43	arroba	3.387.520	4.081.000	2.855.308
Milho	3.386,08	3.413,17	45,60	64,60	sc.60kg	2.573.421	3.674.846	2.571.139
Arroz em casca	772,80	897,00	125,40	113,43	sc.60kg	1.615.152	1.695.779	1.186.467
Feijão	284,50	287,90	174,00	292,11	sc.60kg	825.050	1.401.641	980.671
Cana-de-açúcar	9.095,50	9.291,00	80,53	116,03	tonelada	732.461	1.078.035	754.257
Aves para corte	96,84	102,32	7,60	8,80	quilograma	735.984	900.416	629.984
Mandioca	2.245,63	2.122,45	337,50	377,70	tonelada	757.900	801.649	560.881
Ovos (milhões dúzias)	139,38	142,90	4,18	5,01	dúzia	582.608	715.929	500.906
Carne suína	34,40	35,00	101,31	108,90	arroba	232.338	254.100	177.784
Algodão	84,48	51,57	34,65	65,60	arroba	195.149	225.533	157.796
Soja	87,38	105,52	78,60	85,68	sc.60kg	114.468	150.683	105.427
Valor total da produção			(crescimento real	=	3,00%)	17.740.651	26.115.611	18.272.022
Valor total da produção s/cafê			(crescimento real	=	-11,34%)	16.822.051	21.315.611	14.913.659
Valor total da produção de origem vegetal			(crescimento real	=	25,13%)	7.732.201	13.828.166	9.675.001
Valor total da produção de origem vegetal s/cafê			(crescimento real	=	-7,29%)	6.813.601	9.028.066	6.316.638
Valor total da produção de origem animal			(crescimento real	=	-14,10%)	10.008.450	12.287.445	8.597.021
Valor total da produção a preços de 1974/75			(crescimento físico	=	9,56%)	17.740.651	19.043.309	-

(1) Estimativas preliminares baseadas em informações até julho 1976.

(2) Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1975 a julho de 1976.

Fonte: Fundação IBGE, CEPA-MG, EPAMIG, ACAR e FGV (IBE-CEA).

QUADRO 174. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Rio de Janeiro de 1974/75 e 1975/76

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1974/75	1975/76	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	Unidade	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	Cr\$ 1.000 de
								1975 ⁽²⁾
Cana-de-açúcar	6.945,90	7.126,50	80,53	116,03	tonelada	559.353	826.888	578.540
Leite (milhões litros)	300,00	300,00	1,45	1,73	litro	435.000	519.000	363.123
Banana (mil cachos)	32.938,00	33.343,00	630,00	980,00	tonelada	249.011	392.114	274.346
Aves para corte	43,10	45,50	6,57	8,11	quilograma	283.167	369.005	258.178
Tomate	73,10	74,51	1,92	3,70	quilograma	140.352	275.687	192.887
Ovos (mil dúzias)	46.045,00	46.050,00	4,34	5,42	dúzia	199.835	249.591	174.629
Mandioca	344,25	254,89	501,10	850,44	tonelada	172.504	216.769	151.664
Arroz em casca	77,20	86,08	116,40	107,73	sc.60kg	149.768	154.557	108.137
Feijão	7,20	7,20	166,80	205,30	sc.60kg	20.016	24.636	17.237
Laranja (mil centos)	26.930,53	30.675,00	15,54	17,33	cento	4.185	5.316	3.719
Valor total da produção		(crescimento real = -4,10%)				2.213.191	3.033.563	2.122.460
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = 2,42%)				1.295.189	1.895.967	1.326.530
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = -13,30%)				918.002	1.137.596	795.930
Valor total da produção a preços de 1974/75 (crescimento físico = 0,41%)						2.213.191	2.222.325	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho 1976.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1975 a julho de 1976.

Fonte: Fundação IBGE, SAA, GEIPOA e FGV (IBE-CEA).

QUADRO 175. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Espírito Santo, 1974/75 e 1975/76

Produto	Produção (1.000t).		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$ 1.000 de 1975 ⁽²⁾ 1975/76
	1974/75	1975/76	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾		1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	
Cafê beneficiado	60,00	78,00	415,03	1.328,26	sc.60kg	415.030	1.726.738	1.208.128
Mandioca	607,68	847,80	315,23	650,23	tonelada	191.559	551.265	385.697
Leite (milhões litros)	255,00	275,00	1,44	1,75	litro	367.200	481.250	336.711
Carne bovina	51,00	51,00	111,35	126,80	arroba	378.590	431.120	301.637
Milho	242,00	152,82	50,40	75,08	sc.60kg	203.280	191.229	133.795
Feijão	44,20	29,51	148,80	251,70	sc.60kg	109.616	123.794	86.614
Ovos (mil dúzias)	21.195,00	21.975,00	4,06	5,40	dúzia	86.052	118.665	83.025
Arroz	65,00	58,46	117,60	116,85	sc.60kg	127.400	113.851	79.657
Cana-de-açúcar	883,80	904,20	80,53	116,03	tonelada	71.172	104.914	73.404
Aves para corte	3,53	3,89	6,70	8,81	quilograma	23.651	34.271	23.978
Valor total da produção			(crescimento real	= 37,45%)		1.973.550	3.877.097	2.712.646
Valor total da produção sem café			(crescimento real	= -3,46%)		1.558.520	2.150.359	1.504.518
Valor total da produção de origem vegetal			(crescimento real	= 75,96%)		1.118.057	2.811.791	1.967.295
Valor total da produção de origem vegetal s/café			(crescimento real	= 7,98%)		703.027	1.085.053	759.167
Valor total da produção de origem animal			(crescimento real	= -12,87%)		855.493	1.065.306	745.351
Valor total da produção a preços de 1974/75			(crescimento físico	= 5,68%)		1.973.550	2.085.613	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1976.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1975 a julho de 1976.

Fonte: Fundação IBGE, CEPA-ES, SIMA-ES e FGV (IBE-CEA).

QUADRO 176. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Goiás, 1974/75 e 1975/76

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1974/75	1975/76	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	Unidade	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	Cr\$ 1.000 de 1975 ⁽²⁾ 1975/76
Arroz em casca	868,24	1.319,46	119,40	96,33	sc.60kg	1.727.798	2.118.393	1.482.153
Leite (milhões litros)	500,00	823,00	1,41	1,71	litro	705.000	1.407.330	984.651
Carne bovina	159,77	159,77	105,09	120,86	arroba	1.119.349	1.287.320	900.685
Milho	1.228,80	1.274,10	43,80	59,36	sc.60kg	897.024	1.260.510	881.927
Feijão	112,50	111,22	198,60	353,80	sc.60kg	372.375	655.827	458.855
Mandioca	487,20	644,80	393,75	631,90	tonelada	191.835	407.449	285.075
Algodão	60,32	44,20	38,55	64,90	arroba	155.022	191.239	133.802
Banana	114,24	126,72	1.230,00	1.200,00	tonelada	140.515	152.064	106.393
Cana-de-açúcar	614,00	700,00	80,53	116,03	tonelada	49.445	81.221	56.827
Soja	73,39	48,72	78,00	88,83	sc.60kg	95.407	72.130	50.466
Valor total da produção		(crescimento real = -2,07%)				5.453.770	7.633.483	5.340.834
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = -4,79%)				3.629.421	4.938.833	3.455.498
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = 3,34%)				1.824.349	2.694.650	1.885.336
Valor total da produção a preços de 1974/75		(crescimento físico = 25,44%)				5.453.770	6.849.208	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho 1976.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1975 a julho de 1976.

Fonte: Fundação IBGE, CEPA-GO e FGV (IBE-CEA).

QUADRO 177. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Mato Grosso, 1974/75 e 1975/76

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$ 1.000 de 1975 ⁽²⁾ 1975/76
	1974/75	1975/76	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	Unidade	1974/75	1975/76 ⁽¹⁾	
Carne bovina	287,00	347,00	109,12	139,05	arroba	2.087.829	3.216.690	2.250.586
Arroz em casca	1.003,15	1.626,83	108,60	83,79	sc.60kg	1.815.701	2.271.868	1.589.533
Mandioca	479,17	915,69	385,65	849,24	tonelada	184.792	777.641	544.083
Soja	272,62	290,42	71,40	85,05	sc.60kg	324.418	411.670	288.029
Leite (milhões litros)	154,00	166,00	1,78	2,06	litro	274.120	341.960	239.255
Milho	357,67	346,18	43,20	56,45	sc.60kg	257.522	325.698	227.878
Feijão	45,37	57,78	216,00	325,96	sc.60kg	163.332	313.899	219.622
Algodão	92,15	60,76	29,85	69,08	arroba	183.378	279.820	195.778
Amendoim	38,59	84,49	38,25	44,38	sc.25kg	59.043	149.987	104.940
Trigo	8,97	59,06	100,20	127,80	sc.60kg	14.980	125.798	88.016
Valor total da produção		(crescimento real = 7,13%)				5.365.115	8.215.031	5.747.720
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = 8,48%)				3.003.166	4.656.381	3.257.879
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = 5,41%)				2.361.949	3.558.650	2.489.841
Valor total da produção a preços de 1974/75		(crescimento físico = 35,49%)				5.365.115	7.269.157	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho 1976.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1975 a julho de 1976.

Fonte: Fundação IBGE, GCEA, CEPA-MT, ACAMART, Secretaria da Agricultura, CACOFA e FGY (IBF-CEA).

SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO TÉCNICO CIENTÍFICA

Impresso no Setor Gráfico

Editado pelo IEA

Centro Estadual da Agricultura
Av. Miguel Stefano, 3.900
04301 - SÃO PAULO, SP

Caixa Postal, 8114
01000 - SÃO PAULO, SP

SECRETARIA DA AGRICULTURA
INSTITUTO DE ECONOMIA
AGRICOLA